

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
NÍVEL MESTRADO**

**CAROLINE ZENATO**

**DIRETRIZES PARA ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL EM CERTIFICAÇÕES  
AMBIENTAIS:  
Análise do 4º Distrito de Porto Alegre**

**SÃO LEOPOLDO  
2018**

Caroline Zenato

DIRETRIZES PARA ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL EM CERTIFICAÇÕES  
AMBIENTAIS:

Análise do 4º Distrito de Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Lúcia Goelzer Meira

São Leopoldo

2018

Z54d

Zenato, Caroline

Diretrizes para áreas de interesse cultural em certificações ambientais : análise do 4º Distrito de Porto Alegre / por Caroline Zenato. – 2018.

163 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Leopoldo, RS, 2018.

“Orientadora: Dra. Ana Lúcia Goelzer Meira”.

1. Diretrizes. 2. Áreas de interesse cultural. 3. Patrimônio arquitetônico e urbanístico. 4. Certificações ambientais. 5. 4º Distrito – Porto Alegre.  
I. Título.

CDU: 711.4:504

Caroline Zenato

DIRETRIZES PARA ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL EM CERTIFICAÇÕES  
AMBIENTAIS:

Análise do 4º Distrito de Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Aprovado em 13 de abril de 2013

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. André de Souza Silva – UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Fernanda de Oliveira – UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Geisa Zanini Rorato – UFRGS

Aos meus pais, pessoas iluminadas a quem devo a vida, eterna gratidão e grande parte das minhas referências.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos são destinados a todos aqueles que foram fundamentais nessa trajetória de crescimento profissional e pessoal, pessoas especiais com quem tive a oportunidade de conviver, aprender e compartilhar minhas descobertas e experiências no decorrer desses dois anos de pós-graduação. Agradeço, principalmente,

Aos meus pais, pelo companheirismo, apoio incondicional e por todo o suporte necessário à viabilização desse momento especial.

À professora Doutora Ana Lúcia Goelzer Meira, orientadora no mestrado e no estágio docente, por toda a atenção, paciência e incentivo dedicados, por me ajudar a compreender o pensamento científico e pelos seus valiosos ensinamentos e contribuições para a pesquisa e para a minha vida profissional.

À coordenadora do curso, professora Doutora Maria Fernanda de Oliveira, pelos conselhos e orientações no decorrer do trabalho.

Ao professor Doutor André de Souza Silva, pelas colocações pertinentes à pesquisa, pelo privilégio do convívio e do aprendizado.

À professora Doutora Geiza Zanini Rorato, por todas as contribuições que vieram a qualificar a pesquisa.

À Juliana Radde, bolsista do Programa de Bolsas da Iniciação Científica da Unisinos – UNIBIC, pelas conversas animadas, pela dedicação, comprometimento e disposição em me auxiliar na pesquisa em todos os momentos.

A todos os entrevistados que participaram do estudo, partilhando seus conhecimentos e pontos de vista.

Aos colegas e amigos do mestrado, por toda a troca de conhecimento nas disciplinas, pela companhia nas viagens a São Leopoldo e pelos diversos olhares e opiniões a respeito da pesquisa científica.

“Os espaços urbanos são livros abertos, que a cada instante dizem aos que estão nele não só *onde* estão, mas *quem* são e *quem* são os outros.”  
(SANTOS, 1986, p. 60).

## RESUMO

A presente pesquisa tem a finalidade de estudar diretrizes para áreas de interesse cultural, especificamente para o patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico, em certificações ambientais voltadas à avaliação de áreas urbanas, valorizando a importância da manutenção desses aspectos para a qualidade do ambiente urbano. O método utilizado dividiu a pesquisa em dois momentos. A primeira etapa foi constituída pela seleção das certificações ambientais a serem estudadas e pela identificação e análise das suas diretrizes voltadas às áreas de interesse cultural. A segunda etapa abrangeu um estudo de caso no 4º Distrito de Porto Alegre, onde foi verificada a presença das diretrizes encontradas na etapa anterior, por meio de pesquisa bibliográfica e de entrevistas qualitativas semiestruturadas com arquitetos e urbanistas que possuem envolvimento com a região. O estudo das diretrizes das certificações ambientais voltadas aos espaços urbanos resultou em um quadro com nove diretrizes para áreas de interesse cultural, hierarquizadas e distribuídas em categorias que dizem respeito à preservação de edificações e das infraestruturas existentes, aos aspectos urbanísticos e paisagísticos e à participação social no planejamento urbano. Em relação ao 4º Distrito, constatou-se que apenas cinco diretrizes identificadas para áreas de interesse cultural conseguem ser completamente atendidas. Observou-se que, embora as diretrizes das certificações ambientais estudadas não demonstrem, de maneira geral, consenso entre si em termos de incidência, pontuação e grau de importância, valorizam, em algum nível, as questões pertinentes à manutenção de aspectos da identidade local e da memória coletiva no ambiente urbano, sendo predominante o interesse pelos fatores urbanísticos e paisagísticos, em detrimento das edificações e das infraestruturas isoladas e, especificamente, do patrimônio arquitetônico e urbanístico. Diante disso, sugere-se que os selos ambientais para áreas urbanas atentem para a revisão e a qualificação de seus escopos de diretrizes, possibilitando torná-los mais amplos e equilibrados, contribuindo, deste modo, para a manutenção da diversidade cultural das cidades.

**Palavras-chave:** Diretrizes. Áreas de interesse cultural. Patrimônio arquitetônico e urbanístico. Certificações ambientais. 4º Distrito.

## ABSTRACT

The present research proposes to study guidelines for areas of cultural interest, specifically for the architectural and urbanistic cultural heritage, in environmental certifications destined to the evaluation of urban areas, valuing the importance of maintaining these aspects for the quality of the urban environment. The method used divided the research into two moments. The first part was constituted by the selection of the environmental certifications to be studied and the identification and analysis of its guidelines focused on areas of cultural interest. The second part covered a case study in the 4th District of Porto Alegre, where it was verified the presence of the guidelines found in the previous stage, through bibliographical research and semi-structured qualitative interviews with architects and urban planners who are involved with the region. The study of the environmental certification guidelines for the urban spaces resulted in a list with nine guidelines for areas of cultural interest, which are hierarchical and distributed in categories that involve the preservation of existing buildings and infrastructures, urban and landscape aspects, and social participation in urban planning. In relation to the 4th District, it was found that only five guidelines identified for areas of cultural interest can be completely attended. It was observed that, although the guidelines of the environmental certifications studied do not show, in general, consensus among themselves in terms of incidence, punctuation and degree of importance, they value, at some level, the issues related to the maintenance of aspects of local identity and collective memory in the urban environment, being predominant the interest for the urban and landscape factors, to the detriment of buildings and isolated infrastructures and, specifically, of architectural and urbanistic heritage. Therefore, it is suggested that environmental seals for urban areas attempt to the review and qualification of its guidelines scopes, allowing to make them broader and more balanced, contributing, in this way, to maintain the cultural diversity of cities.

**Key-words:** Guidelines. Areas of cultural interest. Architectural and urbanistic heritage. Environmental certifications. 4th District.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Delimitação da área de estudo.....	25
Figura 2 – Pórtico central do Cais Mauá .....	32
Figura 3 – Projeto de intervenção para o Cais Mauá junto ao pórtico central .....	32
Figura 4 – Planta de Porto Alegre de Alexandre Ahrons em 1916 .....	75
Figura 5 – 4º Distrito de Porto Alegre no final do século XIX .....	76
Figura 6 – Conjunto arquitetônico degradado na Rua Voluntários da Pátria.....	79
Figura 7 – <i>Shopping</i> Total na antiga Cervejaria Brahma.....	81
Figura 8 – Pátio interno do Complexo Arquitetônico Vila Flores .....	81
Figura 9 – Distrito Criativo no bairro Floresta.....	83
Figura 10 – Patrimônio arquitetônico no Distrito C .....	84
Figura 11 – Áreas e Ambiências de Interesse Cultural no 4º Distrito .....	91
Figura 12 – Setores do 4º Distrito segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre .	93
Figura 13 – Edificações e infraestruturas da paisagem do 4º Distrito .....	97
Figura 14 – Aspectos urbanísticos e paisagísticos da paisagem do 4º Distrito.....	98
Figura 15 – Diretrizes apontadas para o 4º Distrito pelos entrevistados .....	99
Figura 16 – Manifestações identitárias no 4º Distrito segundo entrevistados.....	103

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Certificações ambientais ao redor do mundo .....	49
Quadro 2 – Quadro geral para identificação de diretrizes nas certificações .....	52
Quadro 3 – Roteiro das entrevistas semiestruturadas .....	55
Quadro 4 – Quadro explicativo sobre a tabulação do conteúdo das entrevistas.....	56
Quadro 5 – Certificações ambientais selecionadas para o estudo.....	58
Quadro 6 – Diretrizes identificadas para áreas de interesse cultural .....	60
Quadro 7 – Estudo da incidência das diretrizes para áreas de interesse cultural .....	67
Quadro 8 – Estudo das pontuações e do grau de importância das diretrizes .....	70
Quadro 9 – Listagem de diretrizes para áreas de interesse cultural .....	73
Quadro 10 – Verificação das diretrizes para o patrimônio no 4º Distrito .....	100
Quadro 11 – Tabulação do conteúdo da entrevista 1.....	138
Quadro 12 – Tabulação do conteúdo da entrevista 2.....	142
Quadro 13 – Tabulação do conteúdo da entrevista 3.....	146
Quadro 14 – Tabulação do conteúdo da entrevista 4.....	149
Quadro 15 – Tabulação do conteúdo da entrevista 5.....	152
Quadro 16 – Tabulação do conteúdo da entrevista 6.....	157
Quadro 17 – Diretrizes do <i>Masterplan</i> do 4º Distrito de Porto Alegre .....	163

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados dos bairros do 4º Distrito de Porto Alegre .....	80
Tabela 2 – Bens tombados e inventariados pelo município no 4º Distrito .....	89

## LISTA DE SIGLAS

ACVF	Associação Cultural Vila Flores
AEBHN	Associação dos Empresários dos Bairros Humaitá e Navegantes
BEAT	<i>Building Environmental Assessment Tool</i>
BEPAC	<i>Building Environmental Performance Assessment Criteria</i>
BREEAM	<i>Building Research Establishment Environmental Assessment Method</i>
CASBEE	<i>Comprehensive Assessment System for Built Environment Efficiency</i>
CBCS	Conselho Brasileiro de Construção Sustentável
CNUMAH	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
COMPAHC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
CPHAE	Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
DGNB	<i>German Sustainable Building Council</i>
EPAHC	Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural
EPTC	Empresa Pública de Transporte e Circulação
FAC	Fundo de Apoio à Cultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
Fiateci	Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense
FUMPAHC	Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
GBCA	<i>Green Building Council Australia</i>
GBCS	<i>Green Building Certification System</i>
GRIHA	<i>Green Rating for Integrated Habitat Assessment</i>
GT	Grupo de Trabalho
HK - BEAN	<i>Hong Kong Building Environment Assessment Method</i>
HQE	<i>Haute Qualité Environnementale</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
Inovapoa	Gabinete de Inovação e Tecnologia
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISSQN	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

LEED	<i>Leadership in Energy and Environmental Design</i>
LEED – ND	<i>Leadership in Energy and Environmental Design for Neighborhood Development</i>
LIC	Lei de Incentivo à Cultura
Miniplan	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
MSDG	<i>Minnesota Sustainable Design Guide</i>
NABERS	<i>National Australian Built Environment Rating System</i>
NTU	Núcleo de Tecnologias Urbanas
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Programa das Cidades Históricas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PGM	Procuradoria – Geral do Município
PIEC	Programa Integrado da Entrada da Cidade
PromisE	<i>Environmental Classification System for Buildings</i>
PROPLAN	Programa de Reavaliação do Plano Diretor
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SBAT	<i>Sustainable Building Assessment Tool</i>
SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade
SMC	Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre
SMF	Secretaria Municipal da Fazenda
SMGL	Secretaria Municipal de Governança Local
SMOV	Secretaria Municipal de Obras e Viação
SMURB	Secretaria Municipal do Urbanismo de Porto Alegre
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TICCIH	Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UniRitter	Centro Universitário Ritter dos Reis
USGBC	<i>United States Green Building Council</i>
VARIG	Viação Aérea Rio – Grandense

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1 Definição do Tema e do Problema</b> .....	<b>20</b>
<b>1.2 Delimitação do Objeto de Estudo</b> .....	<b>23</b>
<b>1.3 Objetivos</b> .....	<b>26</b>
1.3.1 Objetivo Geral .....	26
1.3.2 Objetivos Específicos .....	26
<b>1.4 Justificativa</b> .....	<b>26</b>
<b>2 MANUTENÇÃO DO PASSADO URBANO NO PRESENTE GLOBALIZADO</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1 Breve Trajetória do Pensamento Sustentável sob o viés cultural</b> .....	<b>35</b>
<b>2.2 Avaliações da Sustentabilidade Urbana</b> .....	<b>44</b>
<b>3 MÉTODO DE PESQUISA</b> .....	<b>51</b>
<b>4 DIRETRIZES PARA O PATRIMÔNIO EM CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS</b> .....	<b>58</b>
<b>5 TERRITÓRIO EMBLEMÁTICO: O 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE</b> .....	<b>74</b>
<b>5.1 Proteção do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico em Porto Alegre</b> .....	<b>85</b>
<b>5.2 O <i>Masterplan</i> do 4º Distrito</b> .....	<b>91</b>
<b>5.3 Diretrizes de Patrimônio em Certificações Ambientais no 4º Distrito</b> .....	<b>95</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>110</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTAS</b> .....	<b>121</b>
<b>APÊNDICE B – TABULAÇÃO DAS ENTREVISTAS</b> .....	<b>138</b>
<b>ANEXO A – VALORES DAS ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL</b> .....	<b>161</b>
<b>ANEXO B – DIRETRIZES DO <i>MASTERPLAN</i> DO 4º DISTRITO</b> .....	<b>163</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca estudar a importância dos aspectos patrimoniais nas certificações ambientais, fortalecendo a necessidade de preservação das múltiplas identidades urbanas, tendo em vista o relevante papel que elas exercem para a qualidade do ambiente urbano e na vida das pessoas. O campo relacionado ao patrimônio cultural tem ganhado destaque nas últimas décadas, conduzindo reflexões a respeito da importância da memória cultural, da identidade local e da manutenção das preexistências e referências culturais no futuro das cidades. Os efeitos da globalização, que tendem a estabelecer padrões homogêneos para os diferentes modos de vida, aumentaram as preocupações internacionais relativas à preservação da diversidade cultural, buscando estimular o fortalecimento das tradições locais e das áreas culturalmente significativas e diversificadas (CASTRIOTA, 2009).

As cidades, marcadas por sucessivas transformações em seus territórios ao longo do tempo, constroem-se e reconstróem-se conforme o modelo econômico vigente, o contexto de cada época e os paradigmas existentes. Adaptam-se a partir das alterações sociais, econômicas e organizacionais, que modificam o ambiente urbano e apresentam-se, atualmente, como um dos maiores desafios do urbanismo contemporâneo (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2001). Isso acontece, pois segundo o relatório da Organização das Nações Unidas – ONU, denominado Perspectivas da Urbanização Mundial, o mundo se tornou predominantemente urbano e as cidades tendem a continuar crescendo rapidamente nas próximas décadas (UNITED NATIONS, 2015).

As áreas urbanas adquiriram importância por ofertar uma série de comodidades à população, atuando como atrativo demográfico na medida em que oferecem trabalho, comunicação, cultura, conhecimento, inovação, diversificação produtiva e social, dentre outros benefícios. Tais características proporcionam um intenso processo de urbanização, que foge do controle da gestão pública, e demandam excessos de recursos naturais, desequilibrando o elo existente entre a sociedade e o meio ambiente (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2001). A partir do agravamento dessa relação, fomentou-se a busca pelo desenvolvimento sustentável, conceito definido pelo Relatório de Brundtland, em 1987, na Noruega. Corresponde ao compromisso de satisfazer as necessidades atuais sem colocar em risco as habilidades das gerações

futuras, conciliando as questões econômicas, a preservação do meio ambiente e a justiça social para a construção de um futuro melhor (DIAS, 2015).

Posteriormente, a busca pela qualidade de vida, por intermédio de estratégias sustentáveis, passou a incluir outras dimensões, dentre elas a dimensão cultural. A emergente preocupação com a manutenção de questões relacionados à cultura nas cidades é demonstrada por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. Seu recente discurso, expresso no documento Futuro da Cultura Urbana, validou a importância da sustentabilidade cultural, visto a necessidade de proteção das identidades urbanas locais, responsáveis por distinguir os lugares, tornando as cidades mais atraentes e com melhor qualidade de vida (UNESCO, 2016). Funari e Carvalho (2005) entendem que a valorização da diversidade cultural depende, dentre outros fatores, de iniciativas que envolvam a preservação do patrimônio. Segundo esses autores, a palavra derivada da versão latina *patrimonium* pode ser entendida como uma herança paterna. Atrelados ao campo da memória, os bens patrimoniais estão vinculados às lembranças e à história de uma coletividade. De acordo com Meira (2004), tratam-se de bens selecionados para serem protegidos para as próximas gerações, em virtude dos valores atribuídos a eles por parte da própria sociedade.

A história da preservação dos bens patrimoniais no Brasil sofreu grandes modificações ao longo do último século. Nas primeiras décadas do século XX, era basicamente restrita à ideia da monumentalidade, buscando preservar os bens edificados mais expressivos e excepcionais. Em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Decreto-Lei nº 25, estabeleceu-se o tombamento como instrumento oficial para a proteção dos bens históricos e artísticos do país (MEIRA, 2004). A partir dos anos 1960, houve avanços significativos no reconhecimento sobre a importância da preservação de bens materiais e simbólicos em nível regional e local. Evoluiu-se de modo a considerar, também, como relevantes, os aspectos imateriais, a arquitetura do cotidiano e o seu contexto físico (MEIRA, 2004). Embora muitas vezes essa arquitetura não se apresente como excepcional, passou a ser reconhecida como monumento pela Carta Veneza, criada a partir de um encontro técnico organizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1964, uma vez que a mesma auxilia a fortalecer os laços de pertencimento e identificação com o passado histórico de uma sociedade ou parte dela (BRASIL, 1995).

Buscando, dentre outros, assegurar a proteção da diversidade de preexistências e de referências culturais em nível local, o conceito de patrimônio sofreu ampliações, sendo denominado patrimônio cultural (MEIRA, 2004). A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no artigo 216, passou a reconhecer como patrimônio cultural brasileiro

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Por esta definição, os bens patrimoniais passam a apresentar um universo mais amplo que abrange dois tipos de bens. A dimensão material compreende bens físicos como edificações, praças, documentos, objetos, entre outros, enquanto que a dimensão imaterial é constituída pelos bens intangíveis, exemplificados pelos saberes, costumes, canções, danças, lendas, etc. Em ambos os casos, os bens materiais e imateriais são reconhecidos por apresentarem a capacidade de evocar lembranças e pelos seus significados. Em termos jurídicos, os bens culturais materiais também podem ser classificados como públicos ou privados. Independentemente de seus proprietários, são considerados bens de interesse coletivo, em virtude do seu potencial de rememoração (SOUZA FILHO, 2009).

Embora tenha-se destacado o relevante papel dos bens patrimoniais para as sociedades, é preciso evidenciar que a preservação do patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico, motivo de interesse da presente pesquisa, ainda encontra impasses para o seu devido reconhecimento enquanto importante componente na gestão das cidades. O modelo econômico convencional de desenvolvimento urbano, vinculado à preponderância das necessidades individuais em relação aos anseios coletivos, faz com que as cidades ainda estejam associadas à imagem de lugares de consumo. Os locais tradicionais, dotados de simbolismo, perdem espaço para empreendimentos de interesse particular, eliminando o sentido de comunidade, de tolerância e de identidade. Verifica-se que cada vez mais o espaço urbano vem sendo fruto das decisões dos investidores imobiliários, que o manipulam de modo a maximizar seus lucros, sem o devido cuidado com a vida

pública e com a segregação social a partir do território, dificultando a ideia de cidadania, imbuída no próprio conceito de cidade (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2001). Nessa lógica capitalista, Meira (2004, p. 14) destaca que o patrimônio arquitetônico e urbanístico é visto por muitas pessoas “[...] como um entrave na busca do progresso modernizador.”

Essas forças de mercado têm influenciado não apenas a arquitetura, como também as mudanças ocorridas no desenho urbano das cidades. O aparecimento de vazios urbanos no território representa uma das problemáticas decorrentes do processo de expansão urbana. A partir de 1950, a realocação de diferentes usos e atividades em locais mais afastados e com melhor logística e infraestrutura resultou na conformação de redes de subcentralidades, ocasionando o esvaziamento de funções, população e investimentos públicos em antigas áreas urbanas, consideradas marcantes pela sua história e por fazerem parte da memória coletiva dos seus habitantes até os dias de hoje. Muitas dessas ambiências consolidadas passaram a sofrer com o abandono e a degradação (VARGAS; CASTILHO, 2009).

Os efeitos decorrentes do surgimento de novas redes de centralidades têm despertado a preocupação de países da Europa e da América do Norte em relação ao abandono e à perda da vitalidade de suas áreas centrais, especialmente aquelas marcadas pela presença de bens patrimoniais, suscitando projetos de reabilitação urbana (VARGAS; CASTILHO, 2009). No Brasil, os grandes investimentos ligados à recuperação de centros urbanos são aqueles relacionados à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, atualmente visto como uma espécie de vetor de desenvolvimento econômico dentro dos planos governamentais federais. É o caso do Programa das Cidades Históricas<sup>1</sup> (PCH), implementado entre 1973 a 1979, do Programa Monumenta<sup>2</sup>, realizado entre os anos de 2000 e 2009, e do atual Programa

---

<sup>1</sup> Segundo Corrêa (2012), o PCH foi desenvolvido pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) com o objetivo de preservar os bens culturais edificados no nordeste brasileiro, estabelecendo usos voltados à atividade turística. Esse programa teve resultados relevantes, pois foram realizadas diversas obras em monumentos e espaços públicos, planos urbanísticos e cursos de qualificação da mão-de-obra.

<sup>2</sup> O Programa Monumenta foi desenvolvido pelo Ministério da Cultura e teve o objetivo de integrar a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico dos centros históricos protegidos pelo IPHAN ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Buscou promover a ocupação das edificações protegidas, incentivando, principalmente, a habitação, e realizou intervenções para qualificar os espaços públicos. Trouxe o entendimento de que a preservação das edificações não deve acontecer de maneira dissociada ao contexto de inserção das mesmas. Além disso, outra característica marcante do Programa Monumenta foi a disponibilização de linhas de financiamento para requalificação dos imóveis privados (ALMEIDA, 2009).

de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas – PAC Cidades Históricas<sup>3</sup> – iniciado em 2013 (BRASIL, 2015).

No Rio Grande do Sul, a preocupação com a preservação do patrimônio cultural do Estado iniciou em 1954, com a criação da Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 1964, instituiu-se a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul, denominada, em 1979, de Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), e transformada, em 1990, em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Nos dias de hoje, umas das principais atribuições do IPhAE consiste na realização do inventário e do tombamento do patrimônio arquitetônico e urbanístico dos municípios gaúchos, estabelecendo diretrizes de preservação e intervenção para as construções e para as áreas de entorno (DIAS, 2012). Além disso, a atual Secretaria da Cultura, por meio da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) e do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), que integram o sistema Pró-Cultura RS, investe em projetos que envolvem a restauração de bens culturais, equipamentos culturais, eventos e espetáculos artísticos (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Contudo, esses projetos de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico em nível federal e estadual acabam privilegiando apenas um pequeno leque de cidades que abrigam bens culturais de maior expressividade. Cabe salientar aqui a importância e a necessidade de se construir uma sociedade culturalmente sustentável nos municípios não contemplados pelos programas federais e estaduais, pois embora esses apresentem um patrimônio com visibilidade menor na escala nacional, ainda são significativos para suas comunidades (SOUZA FILHO, 2005). Neste sentido, Pelegrini (2006) destaca a importância de haver a valorização dos bens patrimoniais que não estão ligados às classes sociais dominantes, de modo a fortalecer as tradições e características de comunidades menores. Alerta também para os perigos relacionados ao tratamento museológico

---

<sup>3</sup> O PAC Cidades Históricas é um programa coordenado pelo Ministério do Planejamento e é destinado aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN. Tem o objetivo de requalificar edifícios e espaços públicos, reforçando o sentido de pertencimento dos cidadãos em relação aos símbolos que fazem parte da cultura local, por meio de uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável. O programa apresenta uma linha de financiamento que possibilita tanto a requalificação de edificações residenciais particulares como a reutilização adaptativa das edificações para novas atividades econômicas. Dentre os sítios selecionados pelo programa estão aqueles reconhecidos como patrimônio mundial pela UNESCO, os sítios com acervo em precário estado de conservação, sítios ou conjuntos representativos do processo de ocupação do Brasil e alguns complexos ferroviários (IPHAN, 2013).

dessas áreas especiais, visto que a nostalgia corresponde a um empecilho à vitalidade urbana.

Esse amplo panorama exposto a respeito da abordagem do patrimônio cultural no Brasil justifica a preocupação com a manutenção de áreas culturalmente significativas no futuro das cidades. Os bens materiais e imateriais presentes nesses lugares resguardam os vestígios dos antepassados e atuam como ponto de referência e memória para cada sociedade. É preciso aprender a reconhecer que os elementos deixados pelas gerações anteriores são uma fonte valiosa de recursos, cuja vida útil está longe de ser findada. Saber recuperar estas áreas é uma maneira de reaproveitá-las, fortalecê-las e integrá-las à realidade contemporânea (EDWARDS, 2008). A identidade faz parte da cultura de cada sociedade e prever a sua sustentabilidade no meio urbano é um meio de assegurar sua continuidade, memória e, portanto, sua qualidade de vida urbana (FLORISSI, 2009).

### **1.1 Definição do Tema e do Problema**

A expansão do conceito de patrimônio cultural para incluir a arquitetura do cotidiano propõe a conexão entre o passado e o presente, possibilitando a seleção das permanências que serão referências históricas do futuro de cada grupo social. Indica também que cada sociedade é capaz de identificar aquilo que simboliza a sua trajetória, buscando preservar estes símbolos. O reconhecimento dos bens patrimoniais corresponde à atribuição de valor por parte daqueles que vivenciam a cidade. Sabe-se que, enquanto um legado herdado, o patrimônio cultural está aberto às atualizações e às novas interpretações, conforme as alterações de valores estabelecidas pela própria sociedade, os quais se modificam com o tempo (MEIRA, 2004).

De acordo com Lowenthal (1998), é fundamental que os bens patrimoniais não sejam considerados imutáveis, podendo sofrer alterações. Modificar as heranças recebidas de outras gerações, adaptando-as às necessidades atuais é uma maneira de integrá-las à nova realidade e de ressignificá-las. Ao mesmo tempo em que esses bens são responsáveis por fazer referência a um determinado momento passado da história da cidade, também validam o presente e integram-se à memória coletiva. Conforme Meira (2004), a preservação ou desaparecimento, principalmente no que se refere ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, deveria ser um tema recorrente no planejamento urbano atual pautado na sustentabilidade.

Mais do que aumentar a quantidade de bens patrimoniais, a preservação dos vestígios do passado é, na visão do filósofo Casey (1987 apud CASTRITOTA, 2009, p. 124), uma oportunidade de fortalecer as partes que compõem a memória dos lugares, isto é, os elementos naturais e edificados que simbolizam o passado de uma coletividade. Acselrad (2001) corrobora esse pensamento. Entende que para serem sustentáveis, as cidades devem investir na qualidade de vida, mantendo suas paisagens naturais e culturais que fortalecem a singularidade dos lugares e o sentido de pertencimento dos habitantes. Diante da rapidez com que as cidades se transformam atualmente, emerge a necessidade de proteção não apenas de edificações isoladas como também de áreas de interesse cultural.

Essa definição, utilizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre desde a década de 1990, designa-se às “[...] áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural que deve ser preservado a fim de evitar a perda ou o desaparecimento das características que lhes conferem peculiaridade (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1999, p. 49).” Segundo Graeff et al. (2003), elas são caracterizadas por apresentarem valores culturais, morfológicos, paisagísticos e funcionais, detalhados no Anexo A. Além disso, outro aspecto relevante e que eventualmente pode estar presente em áreas de interesse cultural corresponde ao capital social, entendido nessa pesquisa conforme Putnam, Leonardi e Nanetti (2002). Trata-se de um conjunto de relações sociais existentes, pautadas pela reciprocidade e pelos laços de confiança, as quais tem a capacidade de buscar soluções para questões locais por meio da cooperação voluntária e da participação cívica.

Por serem dotadas de diversas particularidades, a proteção de áreas de interesse cultural nas cidades depende de estratégias de planejamento específicas para esses locais. De acordo com Amado (2005), é consensual que as diretrizes de planejamento urbano se utilizem de índices e de indicadores para mensurar a sustentabilidade e a qualidade dos contextos urbanos, comparando as informações encontradas a parâmetros de referência que sejam capazes de orientar as melhores práticas. Entende-se por indicador um dado amplo, isolado ou combinado, qualitativo ou quantitativo, que fornece informações simplificadas sobre um determinado fenômeno (ROMERO et al. 2005). Abrange os números absolutos e os relativizados, isto é, medidas de proporção, razão, taxa e desvio padrão. Quando indicadores de dimensões distintas são relativizados entre si, ou

quando são criadas escalas de pontuação para avaliação, tem-se os chamados índices (MERCHÁN-HAMANN; TAUIL; COSTA, 2000).

Nesse sentido, uma solução difundida em termos de planejamento e avaliação urbana, baseada na utilização de índices e indicadores, corresponde às certificações ambientais. Inicialmente destinadas a aferir o nível de sustentabilidade das novas edificações, foram ampliadas para abranger áreas urbanas consolidadas ou em expansão. As certificações ambientais são estruturadas por meio de um sistema de pontuações com parâmetros pré-definidos para cada item de análise, de modo a atender a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. O conjunto de aspectos estudados nas certificações são organizados por categorias, direcionando a tomada de decisões do planejamento urbano, conforme as características do contexto de cada local (CASTANHEIRA, 2013).

Por ser muito recente, é perceptível a necessidade de pesquisas que se preocupem com a valorização do patrimônio arquitetônico e urbanístico nas políticas de planejamento urbano e nas certificações ambientais. Alguns trabalhos, como o de Florissi (2009), chegam a abordar a existência de poucos indicadores urbanos voltados ao patrimônio cultural em algumas cidades do Brasil, dos Estados Unidos e do continente Europeu. Castanheira (2013) enumera diversas certificações ambientais, a fim de elaborar diretrizes de intervenção, destinadas a aumentar a qualidade de vida, sendo o patrimônio arquitetônico e urbanístico um item genérico e pouco ampliado de seus estudos.

Buscando auxiliar no preenchimento das lacunas mencionadas, o presente estudo pretende responder ao seguinte questionamento: como contribuir para a proposição de diretrizes para as áreas de interesse cultural, de modo a torná-las significativas nas certificações ambientais? Os resultados devem contribuir na legitimação do patrimônio arquitetônico e urbanístico enquanto um atributo essencial à qualidade de vida das pessoas nas cidades, sendo, portanto, parte indispensável no planejamento urbano sustentável. O campo das certificações ambientais para o ambiente urbano deve também colaborar na ampliação das diretrizes voltadas às áreas especiais que oferecem suporte à memória dos grupos sociais, um importante legado para as futuras gerações.

## 1.2 Delimitação do Objeto de Estudo

Considerando a temática da sustentabilidade e do patrimônio cultural, a presente pesquisa preocupou-se em abordar, em termos espaciais, as questões relativas à preservação dos aspectos patrimoniais nas cidades nos dias atuais. Deu-se enfoque ao estudo das diretrizes presentes nas certificações ambientais que se destinam à manutenção das características presentes nas áreas de interesse cultural. A preocupação com a preservação desses locais significativos tem relação, dentre outros fatores, com a necessidade de valorização das singularidades regionais, das tradições ligadas ao passado, que reforçam os laços de pertencimento das sociedades, incrementando a qualidade de vida urbana.

As áreas urbanas marcadas pela presença do patrimônio arquitetônico industrial são exemplos de lugares que refletem particularidades locais, integrando a identidade e a memória coletiva de parte da sociedade. Tiveram sua importância reconhecida em nível internacional pela Carta de Veneza (BRASIL, 1995). Posteriormente, a Carta de Nizhny Tagil, em 2003, elaborada pela Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), afirmou a importância de preservar o patrimônio industrial para as gerações futuras, necessitando ser inventariado e conservado conforme as diretrizes estabelecidas nas cartas internacionais<sup>4</sup>. O documento trouxe ainda uma definição para o patrimônio industrial, que passou a englobar obras de infraestrutura, paisagem, indústrias, armazéns, maquinários, moradias operárias, equipamentos sociais relacionados à atividade industrial, centros de transmissão de energia e meios de transporte (TICCIH, 2003).

Na cidade de Porto Alegre, a área industrial historicamente reconhecida como tal é o 4º Distrito. Escolhido como objeto de estudo, esse território emblemático é, atualmente, uma região degradada e com baixa densidade, que perdeu parte da sua vitalidade urbana em decorrência de uma reestruturação econômica, a qual realocou as indústrias e os bairros operários em outras zonas da Região Metropolitana de Porto Alegre. Entretanto, ainda se mostra como uma área

---

<sup>4</sup> As cartas patrimoniais correspondem a documentos que resultaram de diversas conferências internacionais organizadas por instituições como a ONU, a UNESCO, o ICOMOS, etc. Essas cartas abordam uma série de recomendações, dentre as quais é possível destacar os códigos de postura internacional, as orientações aos profissionais com envolvimento nas atividades de conservação e restauro e a ampliação do conceito de patrimônio cultural (CALDAS; SANTOS, 2013).

culturalmente significativa para a cidade, evidenciando a força que lugar exerce no imaginário de seus habitantes (FORTES, 2004).

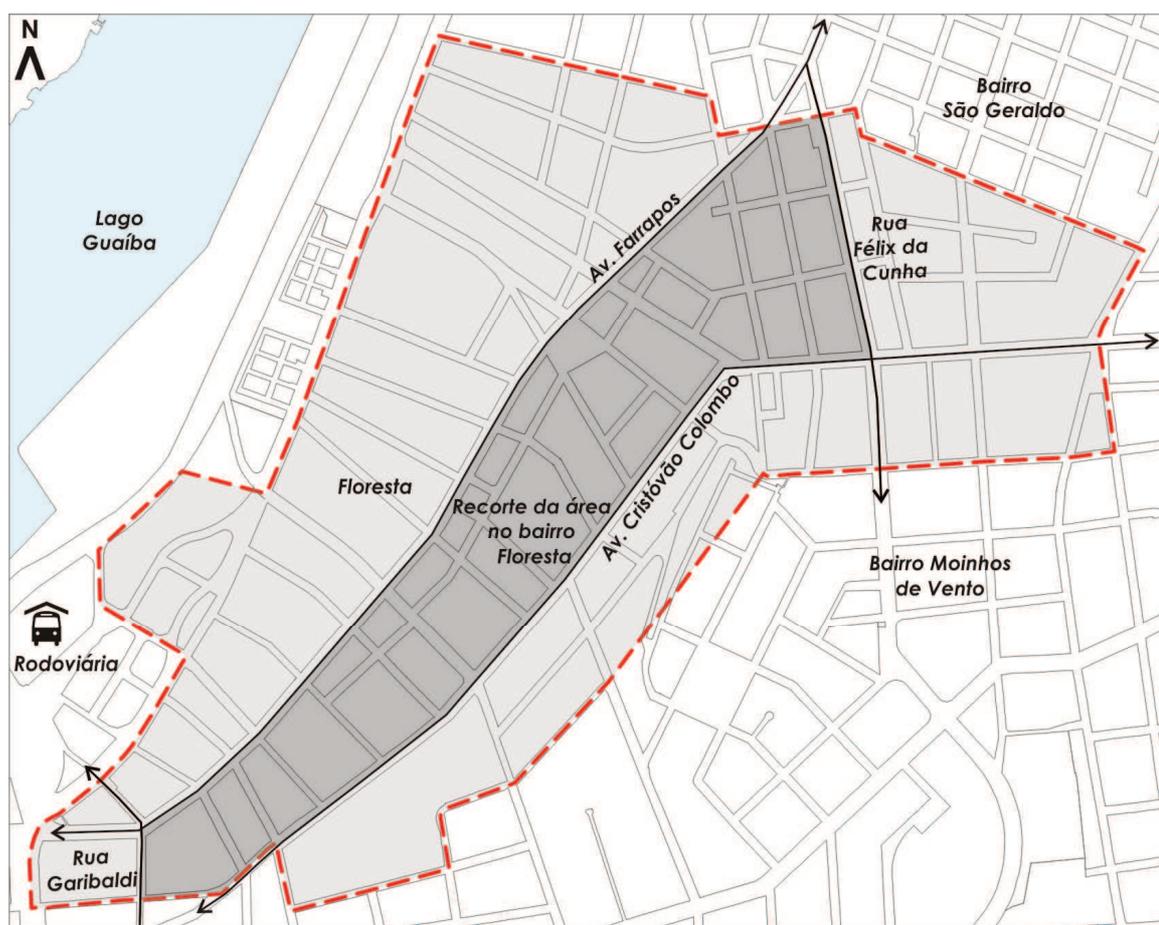
Grande parte do patrimônio arquitetônico e urbanístico presente no 4º Distrito foi construído desde o final do século XIX até a década de 1970. É composto por tipologias industriais e correlatas, testemunhas únicas de um contexto socioeconômico que foi reflexo de um sistema de produção específico e que demandou novas soluções tipológicas, programáticas e tecnológicas na arquitetura. A propagação do uso de materiais industrializados como o vidro, o ferro e o concreto armado, acabou modificando não só a arquitetura, como também a morfologia urbana, dado o aumento da escala das edificações. Os vestígios desse processo inicial da industrialização simbolizam transformações relevantes, seja no comportamento social, na paisagem urbana ou na qualidade individual das obras desenvolvidas, condicionando o modo de ser da sociedade local (BRAGHIROLI, 2009).

Essa singularidade de tipologias arquitetônicas encontradas no 4º Distrito tem despertado o interesse da iniciativa privada. Distintos projetos de intervenção vêm sendo realizados por empresários com a finalidade de integrar tais edificações à contemporaneidade, por meio da definição de novos usos. É o caso do empreendimento da construtora e incorporadora Rossi, junto a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci), um conjunto que mescla edificações residenciais e comerciais com a antiga fábrica têxtil, do Porto Alegre *Hostel Boutique*, localizado em casas antigas da Rua São Carlos, do Complexo Arquitetônico Vila Flores, um espaço multifuncional voltado à economia criativa, situado em um antigo conjunto de casas de aluguel, edificadas entre 1925 e 1928 no bairro Floresta, da transformação de fábricas em centros de compras e lazer como o *Shopping Total* e o *Shopping DC*, entre outros (JESUS, 2015).

A denominação 4º Distrito abrange, atualmente, uma extensa área urbana, configurada pelos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá, os quais apresentam características físicas e sociais bastante heterogêneas. Diante disso, para a investigação das diretrizes relativas às questões patrimoniais no 4º Distrito, procurou-se estudar amplamente a região e, quando necessário, considerou-se pertinente limitar o estudo a uma parte do bairro Floresta, buscando o aprofundamento das informações e das características da área. O setor de abrangência escolhido (Figura 1) é configurado a oeste pela Avenida Farrapos, a leste pela Avenida Cristóvão Colombo, ao norte pela Rua Félix da Cunha e ao sul

pela Rua Garibaldi. Ele foi selecionado, pois tem apresentado diferentes iniciativas de requalificação voltadas à interação social, à reestruturação econômica e à preservação da paisagem urbana local. Nessa região concentra-se o Distrito Criativo da cidade, uma rede de artistas e empreendedores locais que se beneficiam das qualidades e potencialidades que a área oferece, contribuindo positivamente na ressignificação do espaço urbano. Além disso, por ser uma iniciativa recente, é evidente a falta de pesquisas nesse recorte, visto que muitos estudos têm se concentrado no eixo da Rua Voluntários da Pátria. Em termos de delimitação temporal, a região foi estudada em sua dinâmica atual, embora uma análise histórica sobre toda a zona industrial tenha sido necessária para compreensão da evolução do contexto urbano e da arquitetura até o presente momento.

Figura 1 – Delimitação da área de estudo



Fonte: Elaborado pela autora.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Verificar a relevância atribuída à preservação das características existentes em áreas de interesse cultural, especificamente ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, nas diretrizes das certificações ambientais, a fim de contribuir para a sua valorização enquanto componente importante para a qualidade de vida nas cidades.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- a) identificar diretrizes voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico em certificações ambientais;
- b) comparar as diretrizes identificadas que são destinadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico entre as certificações ambientais;
- c) pesquisar o modo como a inserção em políticas urbanas relacionadas à sustentabilidade do patrimônio arquitetônico e urbanístico vem sendo prevista pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- d) verificar se os valores, características e elementos encontrados para o 4º Distrito podem ser contemplados pelas certificações ambientais;
- e) verificar a eventual existência de lacunas em relação às características do 4º Distrito que não estejam contempladas pela diretrizes encontradas nas certificações ambientais.

## **1.4 Justificativa**

A recente predominância da população mundial em meio urbano aumentou os debates em nível internacional a respeito do desenvolvimento sustentável, evidenciando a necessidade de potencializar a diversidade e a qualidade de vida nas cidades. Em um contexto globalizado e de rápidas transformações, o passado, enquanto identidade nas áreas urbanas torna-se um desafio a ser trabalhado pelo planejamento urbano. Na medida em que sociedades herdaram e deixam legados ao longo de sua história, também criam e transformam lugares significativos que falam sobre a si mesmas e se tornam referências para o seu desenvolvimento. Deste

modo, os temas ligados à avaliação da sustentabilidade e ao patrimônio cultural mostram-se atuais, pois apresentam papel relevante na construção de cidades criativas e voltadas às necessidades das pessoas.

No Brasil, diversos movimentos civis preocupados com a descaracterização das cidades e com a deterioração da paisagem urbana têm surgido nos últimos anos, demonstrando claramente a atualidade do tema. Esses grupos foram criados na tentativa de alertar para a perda de edificações histórico-culturais que integram as identidades urbanas, assim como para a participação democrática e a retomada da qualidade de vida em áreas de interesse cultural. É o caso de manifestações como Ocupa Estelita, Movimento Nossa São Luís, Cais Mauá de Todos, Porto Alegre Vive, entre outros.

Além dessas manifestações sociais em prol da preservação e requalificação das áreas de interesse cultural, recentemente é possível notar que a busca por maior qualidade ambiental nos bairros e nas cidades também tem se refletido no mercado das certificações ambientais. Inicialmente destinadas às edificações, diversos são os selos ambientais que já ampliaram seus sistemas de diretrizes para avaliar a sustentabilidade de áreas urbanas consolidadas ou em expansão, demonstrando preocupação com o bem-estar dos usuários nas áreas abertas. Embora não possam ser consideradas a única solução, essas certificações ambientais têm apresentado potencial para colaborar no planejamento das cidades. São capazes de despertar questionamentos e influenciar pesquisas que tenham a finalidade de compreender o modo como a sustentabilidade de áreas de interesse cultural, marcadas pela presença do patrimônio arquitetônico e urbanístico, vem sendo pensado e avaliado pelas mesmas.

É preciso ressaltar ainda que no decorrer dos anos, as certificações ambientais têm se caracterizado pela flexibilidade e constante busca pelo aperfeiçoamento e qualificação dos seus métodos de avaliação. Sendo assim, acredita-se que ampliar as diretrizes relacionadas à manutenção da diversidade e da identidade das áreas urbanas corresponde a uma maneira de transformar essas ferramentas em métodos mais equilibrados e atentos aos interesses locais. Diante disso, as reflexões expostas nessa pesquisa podem vir a auxiliar as diversas certificações ambientais existentes no mercado a aperfeiçoar seus escopos de avaliação e de planejamento urbano, contribuindo para a inclusão de um conjunto mais completo de diretrizes voltadas à preservação dos aspectos patrimoniais das cidades.

## 2 MANUTENÇÃO DO PASSADO URBANO NO PRESENTE GLOBALIZADO

As cidades são construções do homem no tempo e no espaço, refletindo nas suas espacialidades interferências contínuas. Enquanto organismos vivos e em constante desenvolvimento, elas necessitam lidar com mudanças, definindo o que permanecerá e o que será eliminado ao longo do tempo (SANTOS, 1986). Os bens materiais e imateriais, que agregam significado e compõem a identidade de diferentes sociedades, são ameaçados de desaparecimento, comprometendo a qualidade do ambiente urbano e a singularidade dos lugares. Essas perdas irreversíveis de testemunhos do passado alteram a memória urbana e, conseqüentemente, o modo como as pessoas compreendem a própria história (ABREU, 2011).

A manutenção de aspectos do passado no presente urbano recebeu diferentes abordagens no decorrer dos anos. No Brasil, por muito tempo as cidades rejeitaram os legados herdados, que compunham a memória urbana e a identidade social. Associados a uma imagem negativa e que necessitava ser superada, diversos foram os remanescentes destruídos em prol de projetos modernizadores. Há algum tempo, entretanto, alterou-se o modo como nos relacionamos com as heranças urbanas, especialmente devido à globalização. Emergiram preocupações relacionadas à descaracterização dos lugares, evidenciando a necessidade de valorização do passado das cidades, visto que as mesmas têm enfrentado ciclos de mudanças com maior frequência (ABREU, 1998). Um exemplo dessas transformações urbanas decorrentes da globalização corresponde à formação de redes de subcentralidades, que acontece desde 1950, na Europa e América do Norte, e após a década de 1980, no Brasil. Esse modo de ocupar o espaço urbano caracteriza-se por realocar as funções presentes nas antigas áreas centrais, essência dos lugares, dotadas de animação e diversidade, sede do comércio, das entidades religiosas, da administração e dos serviços, em novas áreas que são melhor atendidas pela tecnologia e pelos sistemas de mobilidade, modificado permanentemente o modo de produção e gestão do trabalho (CASTELLS; HALL, 1994; TITTON, 2012; VARGAS; CASTILHO, 2009).

Ascher (2004 apud TITTON, 2012, p. 2) explica que a fase atual do capitalismo, baseada na produção e venda de conhecimento, tem condicionando as empresas a essa nova lógica de organização. Deste modo, pode-se afirmar que a tecnologia e a ciência subsidiaram a mudança de um sistema fordista e industrial

para um sistema denominado de economia do conhecimento, segundo Souza e Awad (2012), ou tecnologia da informação, conforme Castells e Hall (1994). Entretanto, independentemente da terminologia empregada, trata-se de uma etapa do capitalismo caracterizada pela inovação, flexibilidade organizacional, fluxo de informações e constante aperfeiçoamento (SOUZA; AWAD, 2012).

O modelo de organização de cidades herdado do período industrial, pautado em um urbanismo funcionalista, que definia lugares específicos para cada grupo de atividades, concentrando e hierarquizando funções em uma única centralidade, não é mais condizente com as grandes mudanças que passaram a acontecer. Isto se deveu à ampliação dos meios de comunicação e ao desenvolvimento do setor dos transportes, os quais asseguraram uma nova dinâmica de trabalho, permitindo maior liberdade locativa para as empresas (SALGUEIRO, 1998). Os sistemas de fluxos da atualidade, que permitem conexões em diversos níveis – regional, nacional e global – aproximam as atividades que acontecem em localidades diversas, sem a necessidade de uma base fixa. Eles também acabam favorecendo a desconcentração industrial e a ampliação do setor de serviços, aumentando o aparecimento de subcentralidades espalhadas nas cidades, conforme suas conveniências (SOUZA; AWAD, 2012).

Dentre as características da nova configuração espacial elencam-se a diversidade de usos, a elevada concorrência dos negócios e o padrão aleatório de localização das empresas. As duas primeiras particularidades são facilmente observadas no setor terciário, já que o declínio do centro principal e a ascensão de subcentros atendidos pelo sistema de mobilidade findou com a exclusividade de mercado que determinados locais possuíam anteriormente (SALGUEIRO, 1998). Por sua vez, quanto à localização desses núcleos, Salgueiro (1998, p. 41) destaca que:

Ora surgem no centro, ora na periferia, uns são fruto da reabilitação de imóveis degradados, outros nascem com a renovação de áreas obsoletas, outros ainda são construídos de raiz num local que rapidamente ganhou acessibilidade ou, pelo contrário, cujo isolamento permite adquirir o solo a baixos custos, como no caso da habitação social. Este padrão aleatório é simplesmente produto social do jogo do mercado imobiliário pouco regulado, de processos especulativos de valorização, e não tanto das condições locais [...].

Verifica-se que o processo de descentralização das cidades acarretou em problemas em sua própria escala, modificando a noção de seus limites, distanciando-

se do seu passado e das relações entre seus habitantes (SOUZA; AWAD, 2012). O processo de transferência das indústrias e serviços para novos lugares, com melhor logística, grandes vantagens fiscais e menores restrições legais, somado à implantação de novas zonas portuárias, tiveram como consequência um processo de fragmentação de áreas consolidadas e com importante papel histórico e cultural. Espaços residuais, estruturas subutilizadas e edificações abandonadas afloraram no território, modificando o tecido urbano por meio de rupturas em sua continuidade, ou seja, pelo aparecimento de locais improdutivos, degradados e desvalorizados, mas com forte relevância cultural, visto tratarem-se de vestígios históricos que compõem a memória e identidade local (TITTON, 2012).

Essas rupturas no território, provenientes de alterações produtivas industriais, foram conceituadas na França, desde 1980, a partir do termo *friches industrielles* (MENDONÇA, 2007). Para Merlin e Choay (1985 apud MENDONÇA, 2007, p. 3) tratam-se de terrenos vazios e sem uso ou de edificações subutilizadas e abandonadas, anteriormente vinculados às atividades industriais e usos correlatos. Outras terminologias, como os *brownfields*, nos Estados Unidos, e o termo francês *terrain vague*, conceituado pelo arquiteto catalão Ignasi de Solà-Morales, relacionam-se de maneira mais abrangente aos vazios herdados, pois designam qualquer terreno ou empreendimento desativado, degradado e abandonado ao longo dos anos (SOUZA; AWAD, 2012).

Recentemente, algumas alternativas possíveis para a reabilitação dessas áreas ociosas e de interesse cultural vêm sendo discutidas por diversos autores. Dentre elas, cabe destacar as propostas de *marketing* urbano (SALGUEIRO, 1998) e a iniciativa dos *clusters* urbanos disseminados nos países desenvolvidos desde 1970. Estas estratégias mostram-se interessantes, pois buscam aliar conceitos sustentáveis, o desenvolvimento econômico e social e às tecnologias de inovação da era digital (SOUZA; AWAD, 2012).

As políticas de *marketing* urbano têm como finalidade melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, a imagem da cidade, principalmente no que se refere aos vazios urbanos, atraindo investimentos, grandes eventos, mescla de atividades, movimento de pessoas e turismo. A eliminação do aspecto degradado das áreas urbanas perpassa por investimentos na acessibilidade e na mobilidade urbana, na reconversão de uso de edificações antigas e na construção de áreas de lazer, além de novos edifícios comerciais e de serviços. Geralmente, essas alterações são

subsidiadas por um modelo de gestão pautado por parcerias público-privadas, onde os empresários investem nos projetos de planejamento estratégico em troca de exploração econômica (QUEIRÓS, 2007). Para Arantes (2000), o *marketing* urbano entende a cidade como um produto, onde imagens positivas conseguem despertar o interesse em conhecer ou habitar os lugares antes desvalorizados. Segundo Queirós (2007) e Costa (2015), geralmente as intervenções urbanas que visam a construção de boas imagens perpassam por requalificações que envolvem a criação de equipamentos culturais, capazes de ressaltar as características singulares de cada contexto local. Todavia, embora consigam requalificar áreas degradadas, as ações de *marketing* exigem cautela. Salgueiro (1998) alerta que determinadas modificações na paisagem urbana estimulam o processo de gentrificação, onde empreendedores imobiliários acabam expulsando antigos residentes com menor poder aquisitivo, mediante a gradual revalorização do setor.

Na visão de Cuéllar (1997), na maioria das vezes os investimentos realizados para qualificar a imagem das cidades envolvem as áreas culturais com o potencial turístico. O excesso de interesses comerciais em torno do patrimônio arquitetônico e urbanístico tem levado ao aparecimento da chamada indústria do patrimônio. Neste modelo de intervenção, governos e empresários acabam financiando projetos de requalificação urbana com o intuito de manter cenários do passado para atrair um maior número de visitantes, sem se preocupar com as necessidades das comunidades locais.

No Brasil, é cada vez mais comum surgirem parcerias entre agentes públicos e privados com o objetivo de revitalizar áreas degradadas com forte potencial econômico e relevância histórica e cultural. O redesenho do Cais Estelita, em Recife e os projetos Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e Cais Mauá, em Porto Alegre, ilustram as operações urbanas consorciadas que vem sendo desenvolvidas e que são respaldadas no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2004). A Figura 2 demonstra o atual estado em que se encontra o pórtico central do Cais Mauá, ao passo que a Figura 3 ilustra as alterações projetadas para a mesma região do cais, a partir de um consórcio que visa a construção de um complexo cultural integrado ao lago Guaíba (JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS, 2011).

Figura 2 – Pórtico central do Cais Mauá



Fonte: Cardia (2012).

Figura 3 – Projeto de intervenção para o Cais Mauá junto ao pórtico central



Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados (2011).

Ao mesmo tempo em que promovem a requalificação de lugares degradados da cidade, as operações urbanas consorciadas também vêm se tornando o alvo de muitas críticas por parte da sociedade. A falta de participação democrática da população nos projetos de intervenção e o elevado incentivo ao mercado imobiliário

favorecem a ocorrência de mobilizações contra as propostas, uma vez que não levar em conta os anseios sociais impacta em ir contra o sentido de coletividade presente nas cidades (EDELWEISS, 2016). Além das parcerias público-privadas, uma série de outras ferramentas jurídicas, políticas e tributárias definidas pelo Estatuto podem vir a auxiliar os municípios a preservar as áreas de interesse cultural, de modo a favorecer a construção de uma cidade sustentável, democrática e atenta aos interesses da coletividade (BRASIL, 2004). Todavia, em virtude da amplitude e complexidade do tema, tais aspectos não serão alvo de análise da presente pesquisa.

Por outro lado, as iniciativas dos *clusters* urbanos para a requalificação de áreas residuais são conceituadas, segundo Porter (1998 apud SOUZA; AWAD, 2012, p. 108), como um conjunto de empresas especializadas e setorializadas em uma cadeia produtiva, inovadoras, cooperativas e concorrentes, situadas em uma mesma região e, necessariamente, vinculadas a universidades e aos centros de capacitação. Para Souza e Awad (2012), os *habitats* de inovação também podem ser considerados como um novo paradigma industrial contemporâneo, devido à necessidade de agrupamento de empresas de base criativa em um mesmo local, facilitando o intercâmbio de conhecimento e aumentando a competitividade nos novos produtos. Nesse contexto, as grandes cidades e regiões metropolitanas retomam seu papel de catalizadoras de atividades de economia avançada, já que as mesmas concentram uma diversificada rede de serviços, educação, tecnologia e infraestrutura. Ao mesmo tempo em que o fenômeno da globalização propicia o desaparecimento de fronteiras, permite também a aglomeração de novas economias.

Embora representem um novo modo de desenvolvimento econômico, os *clusters* urbanos são conhecidos pelos benefícios que podem promover no processo de requalificação de vazios urbanos. Isto se deve à escolha de sua localização, que leva em conta o estudo de vocação do território, as potencialidades e a relação com a comunidade (SOUZA; AWAD, 2012). Castells e Hall (1994, p. 26) reforçam esse pensamento quando afirmam que “[...] o que caracteriza a nova economia da informação é sua flexibilidade, sua adaptação produtiva às condições e a demanda de cada sociedade, de cada cultura e de cada organização.”

A renovação do território por meio de *clusters* também é fortalecida pelas políticas públicas de incentivo, que melhoram as condições regionais, consolidando as atividades ligadas à tecnologia e à inovação. Em vista disso, a intervenção nessas áreas acontece por meio do retorno da funcionalidade, trazendo resultados

positivos relacionados ao aumento da diversidade e a irradiação de novos investimentos públicos e privados no local (SOUZA; AWAD, 2012). Constata-se que os ambientes que suscitam a inovação propiciam a retomada do desenvolvimento de áreas improdutivas, decadentes ou estagnadas por meio da instalação de novas indústrias e pela construção de uma atmosfera criativa e transformadora, fortalecida pelas características da sociedade local (CASTELLS; HALL, 1994).

O estímulo aos *habitats* de inovação, no 4º Distrito de Porto Alegre, consiste em um exemplo que ilustra a aplicação dos mesmos como alternativa para a revitalização de áreas industriais degradadas no Brasil. Os investimentos relacionados à economia criativa têm como objetivo reestruturar economicamente o antigo setor industrial da capital gaúcha, aumentando a circulação de pessoas e valorizando o patrimônio arquitetônico e urbanístico por meio da sua reutilização. Para isto, aproveitam-se excelentes características locais, também firmando parcerias com as universidades da região e os governos estadual e municipal (FERNANDES, 2014).

O sucesso do emprego do *marketing* urbano ou dos *habitats* de inovação na retomada da vitalidade urbana de espaços emblemáticos das cidades está condicionado à descoberta de novos arranjos produtivos locais (SOUZA; AWAD, 2012). Segundo Santos (1986, p. 63), lidar com o passado urbano no mundo globalizado requer mais do que trabalhar em prol do tombamento de áreas urbanas e de grandes obras. Para o autor, é essencial que sejam considerados “[...] os laços entre os espaços e as atividades econômicas e sociais que já suportam, antes de pensar no que se deseja para o futuro. Teriam, portanto, de observar com cuidado como é a vida onde querem intervir e entrar no seu fluxo.”

Além do estabelecimento de novas atividades, as iniciativas voltadas à recuperação de áreas urbanas de interesse cultural necessitam promover a integração entre as edificações antigas e as contemporâneas. Tomando como base o pensamento de Jacobs (2011), pode-se afirmar que a mescla de usos e tipologias favorece o processo de identificação da população com um lugar. A heterogeneidade tipológica presente em muitos vazios urbanos – conjuntos arquitetônicos, edificações recentes, obras consagradas, fábricas e galpões subutilizados – pode vir a contribuir para o aumento da diversidade urbana local, integrando diferentes atividades e grupos sociais. Essas construções, quando somadas ao processo de refuncionalização do território, devem ser capazes de atrair pessoas de fora para dentro, impulsionando o desenvolvimento equilibrado, pois

embora ao longo da vida as pessoas mudem seu perfil socioeconômico, ainda encontrariam no bairro oportunidades suficientes para manterem-se enraizadas. Nessa lógica de retomada da densificação dos vazios urbanos, os bairros que abrigam heranças do passado são favorecidos, uma vez que apresentam maiores variações tipológicas, que ressaltam a singularidade e a riqueza local, tornando-se um diferencial atrativo.

O panorama recém exposto deixa claro que a globalização e a descoberta de novas tecnologias acarretaram em mudanças tanto na organização do espaço urbano, quanto na economia e na sociedade (SOUZA; AWAD, 2012). Uma das consequências mais perceptíveis dessa transformação corresponde à degradação enfrentada por diversas áreas antigas das cidades brasileiras, compostas por uma quantidade maior de bens patrimoniais edificados, símbolos de outras épocas (VARGAS; CASTILHO, 2009).

No entanto, recentemente, as incertezas e rápidas mudanças pelas quais as cidades passam têm fortalecido a necessidade de haver maior valorização da memória urbana, redirecionando o olhar da gestão pública e da sociedade para os lugares de interesse cultural (ABREU, 1998). O desenvolvimento urbano sustentável também tem demonstrado depender de estratégias que busquem a valorização da diversidade cultural no processo de construção das cidades do futuro (CUÉLLAR, 1997). Desse modo, é importante discorrer sobre a evolução do pensamento sustentável, além da relação entre o patrimônio arquitetônico e urbanístico e a qualidade das ambiências urbanas, salientando os benefícios da sua integração à realidade atual.

## **2.1 Breve Trajetória do Pensamento Sustentável sob o viés cultural**

A preferência por habitar as cidades em detrimento do campo, nos países desenvolvidos, subdesenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, é reflexo da ampla quantidade de benefícios sociais que o ambiente urbano consegue proporcionar. Pode-se citar como exemplos, a variedade de tipologias residenciais, a facilidade de interação e conexão entre as pessoas no dia-a-dia, a diversidade de usos e atividades relacionadas ao comércio, serviços, lazer, além dos espaços cívicos e dos equipamentos urbanos, que podem ser alcançados a pé ou por diferentes meios de transporte, a existência de serviços públicos diários e o contato com as áreas

histórico-culturais, que fortalecem o sentido de pertencimento e identidade dos grupos sociais no meio urbano (FARR, 2013). Simultaneamente, diferentes problemáticas socioambientais observadas no território vêm, cada vez mais, tornando-se uma ameaça a esses benefícios presente nas cidades. São consequências de um modelo de planejamento e desenvolvimento urbano ultrapassado, que preza pelo individual em detrimento do coletivo. Desde a metade do século XX, os diferentes interesses entre aqueles que gerenciam, os que constroem e os que usufruem do espaço urbano impulsionou a necessidade de serem repensadas as estratégias de planejamento urbano a partir da sustentabilidade, um conceito que trata do equilíbrio entre aspectos que envolvem a população, o meio ambiente, a economia e o espaço habitável (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2001).

A formação do pensamento sustentável está associada a diversos debates, em nível mundial, que perduraram e evoluíram ao longo de décadas. O lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962, deu início aos discursos em prol da sustentabilidade. Em 1968, o paisagista escocês Ian McHarg abordou, pela primeira vez na literatura, os princípios ecológicos em seu livro *Desenho com a Natureza* (FARR, 2013). Entretanto, os debates ambientalistas ganharam expressividade e reconhecimento em 1972, a partir do Relatório Meadows ou Relatório do Clube de Roma – Limites do Crescimento – o qual relacionou o crescimento econômico e populacional com a finitude dos recursos naturais, alcançando notoriedade internacional na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano - CNUMAH, em Estocolmo, na Suécia, no mesmo ano. Este pensamento subsidiou, em 1974, a Declaração de Cocoyoc e, em 1975, o Relatório *What Now* (SACHS, 2002).

Em 1987, na Noruega, o Relatório de Brundtland apresentou uma visão globalizada a respeito da insustentabilidade do desenvolvimento global, visto a exploração exacerbada de recursos naturais, os antagonismos sociais e as desigualdades entre países dos dois hemisférios. A partir dele, o termo desenvolvimento sustentável adquiriu reconhecimento mundial, na medida em que não objetivava apenas reportar às questões de cunho ecológico, mas também às questões de caráter socioeconômico, evidenciando a necessidade de se projetar o futuro do planeta por meio de soluções que também levassem em consideração as questões sociais (DIAS, 2015; LIRA; FRAXE, 2014). De acordo com o documento (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.46), o

conceito de desenvolvimento sustentável foi definido como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.”

Logo após, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, sediada no Rio de Janeiro, culminou em vários documentos, dentre os quais destaca-se a Agenda 21. Nela os países se comprometeram a incorporar metas para o desenvolvimento sustentável em suas políticas de governo, abrangendo as dimensões social e econômica, a gestão e conservação de recursos e os meios de implementação e participação de todos os grupos sociais (DIAS, 2015). No mesmo ano, o Tratado de Maastricht reforçou a abordagem ambiental integrada à qualidade de vida e ao uso racional de recursos, conscientizando arquitetos e urbanistas sobre suas responsabilidades frente aos projetos desenvolvidos (EDWARDS, 2008).

Passados cinco anos, em 1997, a Conferência Rio+5, em Nova Iorque, buscou avaliar os progressos obtidos pelos países frente aos compromissos firmados na Agenda 21. Nesse evento, os países comprometeram-se a dar prosseguimento à implementação de ações concretas em prol do desenvolvimento sustentável (DIAS, 2015). Em seguida, a Conferência Rio+10, em 2002, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul, apresentou um balanço nada positivo das metas lançadas na Rio-92, ressaltando a necessidade do enfrentamento da pobreza (LIRA; FRAXE, 2014).

Em 2004, cientes da influência que o patrimônio cultural exerce sobre a qualidade de vida das pessoas, o lançamento da Agenda 21 da Cultura, em Barcelona, discutiu a abordagem das questões culturais junto ao desenvolvimento sustentável local, visto tratar-se de um elemento formador de identidades ameaçadas de desaparecimento. Evidenciou-se que, assim como os recursos naturais e a diversidade de espécies são indispensáveis à natureza, a diversidade cultural também é imprescindível aos seres humanos. O desenvolvimento urbano que busca pela sustentabilidade foi associado, dentre outros fatores, ao estabelecimento de políticas culturais que tenham a finalidade de preservar as identidades locais, ampliando o acesso aos bens e serviços culturais e incentivando a participação democrática dos cidadãos nas decisões relativas às políticas públicas de cultura (CULTURE 21, 2004). Em 2012, o relatório denominado O Futuro que Queremos, proveniente da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro, propôs a renovação do compromisso com o desenvolvimento sustentável, mensurou os

avanços adquiridos, elencou as lacunas relacionadas à execução dos acordos propostos na agenda ambiental e abordou outras temáticas relacionadas à sustentabilidade (BRASIL, 2011).

O amplo panorama sobre a construção do pensamento sustentável demonstrou a evolução do conceito com o passar do tempo. Inicialmente entendido sob a ótica das questões ecológicas, progrediu de modo a incluir, principalmente, ideais ligados à justiça social, propondo um desenvolvimento equilibrado entre a natureza, a sociedade e a economia. Nos dias de hoje, a sustentabilidade é caracterizada pela sua multidimensionalidade. Além das dimensões social, ambiental e econômica, são também reconhecidas as dimensões que dizem respeito à cultura, à ecologia, ao território, à política nacional e à política internacional (SACHS, 2002). No que tange a esta pesquisa, é importante destacar o relevante progresso obtido com a inserção da cultura no desenvolvimento sustentável. A dimensão cultural é, conforme Cuéllar (1997, p. 16), responsável por forjar “[...] os modos como as sociedades concebem seu próprio futuro e escolhem os meios de construí-lo.” Ela representa o conhecimento, a diversidade e o potencial criativo e inovador de cada grupo social, devendo estar integrada à tecnologia, à economia e à ciência dos novos tempos.

A influência da cultura se manifesta no espaço urbano na medida em que os bens patrimoniais ajudam a construir a memória urbana local (SANTOS, 1986). A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural reforça a validação da cultura como um dos vetores de desenvolvimento. A diversidade cultural representa a pluralidade de identidades que compõem o planeta, além de corresponder a um direito humano assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O patrimônio cultural material e imaterial ajuda a definir a identidade, os valores, as crenças, tradições, modos de vida e as experiências de grupos humanos ao longo dos anos (UNESCO, 2002).

A importância de preservar os bens patrimoniais nas propostas de desenho urbano sustentável também pode ser evidenciada a partir das ideias de alguns autores consagrados como Jane Jacobs, Jan Gehl e Kevin Lynch. Jacobs (2011), em seu livro *Morte e vida de grandes cidades*, cuja primeira edição foi lançada em 1961, faz uma crítica ao funcionalismo urbano difundido pelo movimento moderno. Apoiava a retomada do urbanismo pautado pela diversidade urbana, que pode ser assegurada por quatro princípios fundamentais: usos principais combinados, que atraem

peças para os bairros em diferentes horários, dando mais movimento e segurança para o espaço urbano, além de coibir os chamados bairros-dormitórios; quadras curtas, que estimulam o deslocamento do pedestre, aumentando a gama de alternativas para circulação e evitando as zonas segregadas; mescla entre novas edificações e prédios antigos, capazes de proporcionar atividades com custos e receitas diferenciadas; e a densidade, responsável por assegurar a grande quantidade de pessoas e atividades nos lugares.

Gehl (2015) entende que a cidade inteligente é aquela voltada aos desejos de seus usuários. O autor identifica o pedestre e a escala humana como os eixos principais para os quais as intervenções urbanas devem ser pensadas. Além de reafirmar a importância da mescla de usos em uma localidade, para ele é preciso trabalhar a percepção do pedestre, estimulando-o a transitar ou permanecer nos lugares. A produção de estímulos sensoriais positivos em ambiências urbanas pode estabelecer conexões com a preservação das paisagens urbanas, uma vez que o patrimônio arquitetônico e urbanístico e os elementos paisagísticos interferem na qualidade física do espaço, aumentando a atratividade das áreas urbanas. Diversas características como a riqueza dos detalhes nas fachadas, as cores, a vegetação, os materiais, as pavimentações, entre outras, podem oferecer experiências visuais únicas, que reforçam a qualidade urbana e a identidade de partes da cidade.

O estudo de Lynch (2011) a respeito da percepção da cidade assegura que a qualidade urbana pode ser mensurada a partir da análise dos aspectos morfológicos e sensitivos. Sob o ponto de vista morfológico, cabe o reconhecimento individual das partes que compõem o espaço urbano – vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos – ao passo que as questões sensitivas dizem respeito ao juízo de valor que cada pessoa, a partir de suas vivências e conhecimentos, atribui às partes da cidade. Com base nesse entendimento, pode-se afirmar que o patrimônio arquitetônico e urbanístico favorece à qualidade ambiental urbana na medida em que abrange ambas as dimensões. Ao mesmo tempo em que exerce significativo papel na estrutura urbana, carrega consigo memórias relacionadas à história e informações sobre a cultura de uma determinada comunidade.

Esse duplo papel que as permanências exercem nos contextos urbanos atuais também é mencionado por Castello (2005). Para ele, determinadas paisagens urbanas são significativas na medida em que definem lugares distintos na escala das cidades, pois conseguem estabelecer uma forte relação psicológica entre os usuários

e o espaço. Segundo o autor, entende-se por lugar o espaço destacável de um todo, aquele no qual a percepção humana detecta como de maior importância, visto os estímulos ambientais gerados.

Para Lynch (2011) a percepção ambiental desses lugares pode variar ao longo do tempo, de pessoa para pessoa, pois a cidade, enquanto construção no tempo e no espaço, tem a capacidade de se modificar e se sobrepor, embora seja comum que determinadas áreas permaneçam com sua imagem e significado. A sustentabilidade do patrimônio cultural é capaz de evitar a transformação das cidades em espaços genéricos, na medida em que ele ajuda a fortalecer a legibilidade, a orientação e a identidade de um ambiente urbano. O conceito de legibilidade é definido pela capacidade que os seres humanos têm de reconhecer com clareza as partes que constituem uma estrutura urbana. Estas partes são responsáveis por produzir estímulos sensoriais, que aguçam o sentido de orientação, essencial para a segurança e bem-estar das pessoas. A possibilidade de orientação no espaço, por meio da legibilidade, está também vinculada ao processo de formação de imagens mentais fortes em seus habitantes, isto é, a imaginabilidade. Este fenômeno de memorização de objetos fortalece-se pela identidade que os mesmos apresentam, seu valor singular e significado dentro da memória coletiva.

Da mesma forma em que auxilia na construção das imagens mentais de ambiências, o patrimônio arquitetônico e urbanístico permite diferenciar três tipos de lugares na concepção de Castello (2005), que são denominados: lugares de aura, lugares de memória e lugares de pluralidade. Os lugares de aura são aqueles em que o espírito do lugar – *genius loci*<sup>5</sup> - é evidenciado pelas características morfológicas, paisagísticas e sensoriais do espaço. Os lugares de memória são definidos pela dimensão temporal, onde a história de um povo pode ser contada ao longo do tempo, através de lendas e da arquitetura de cada época. Por fim, os lugares de pluralidade, são frutos da interação social, da coletividade, da mistura e das trocas entre pessoas, somadas aos lugares de aura e de memória, principais constituintes da imaginabilidade.

A influência que o patrimônio arquitetônico e urbanístico exerce na construção das categorias de lugares citadas demonstra que o mesmo apresenta mais do que

---

<sup>5</sup> O termo romano *genius loci*, também conhecido como *espírito do lugar* pode ser conceituado a partir da Declaração de Quebec, publicada pelo ICOMOS. Segundo o documento, o espírito do lugar corresponde a um conjunto de “[...] elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar (ICOMOS, 2008, p. 2).”

uma função estética e contemplativa, pois está cada vez mais vinculado ao campo psicológico, despertando novas experiências e emoções. Enquanto produto da coletividade, as permanências representam a possibilidade do encontro com o passado, no tempo e no espaço, independentemente da conservação ou não de suas funções originais (ROSSI, 2001). Entendendo a cidade como um organismo em constante evolução, torna-se inadmissível congelá-la diante de todas as construções já edificadas, pois segundo Lynch (1972, p. 103) “O mundo experimenta uma reciclagem contínua.” Assim, para o autor, o espaço urbano apresenta-se aberto às modificações que serão herdadas pelas gerações futuras.

Conforme Lowenthal (1998, p. 505) “Cada geração determina seu próprio legado, elegendo o que quer descartar, ignorar, tolerar ou valorizar e a maneira de tratar o que está guardado.” Cabe ao presente identificar o que será lembrado no futuro, a partir do seu significado simbólico, isto é, quer sejam os objetos ou edificações, devem ser salvas pelos anseios de recordação da população. De acordo com Lynch (1972), a manutenção de edificações passadas no presente sugere a possibilidade de reutilização das mesmas, a fim de evitar o conservadorismo excessivo, que coíbe a possibilidade de mudanças. Rossi (2001) assegura que a continuidade dos fatos urbanos reside na forma e não na função, pois embora os usos se alterem ao longo dos anos, é a imagem da forma que permanece no imaginário coletivo. Para Lowenthal (1998), estando a sociedade em constante desenvolvimento, é de praxe que os remanescentes não sejam mumificados, evidenciando que, de tempos em tempos, o passado pode ser reinterpretado, sofrendo transformações para que se mantenha vivo e salvo no tecido urbano.

A reversibilidade das edificações com o objetivo de atribuir novos usos ao patrimônio herdado é o que possibilita a integração do mesmo a contextos urbanos atuais. Lynch (1972) entende que a abertura de antigas edificações para a contemporaneidade depende de intervenções que busquem por usos que melhor se adaptem ao que se deseja preservar para as gerações futuras. Da mistura entre permanências e novidades em uma mesma paisagem urbana, constrói-se um lugar único e distinto dos demais, pois a diversidade que se estabelece consegue romper com a homogeneidade e a monotonia, fortalecendo a orientação no espaço urbano (JACOBS, 2011). Além disso, a reutilização de edificações acarreta em benefícios sociais, econômicos e ambientais, uma vez que propicia a redução do consumo de energia e materiais, fortalece o turismo, gera novos empregos e ainda pode

funcionar como sede de novas economias que necessitam reduzir custos para acontecerem (LOWENTHAL, 1998). É o que Jacobs (2011) propõe ao apoiar a mescla de prédios antigos e novos enquanto propulsores de complexidade, heterogeneidade e qualidade de vida.

A integração do passado no futuro das cidades, a partir da sustentabilidade do patrimônio arquitetônico e urbanístico, tem considerado a importância de lugares e monumentos excepcionais, assim como aqueles exemplares do cotidiano relacionados a comunidades específicas. As paisagens regionais, mesmo que recentes, adquiriram reconhecimento por guardarem ambiências significativas e simbólicas para os moradores locais, além de conformarem a identidade coletiva de partes da cidade, sendo testemunhas visuais do próprio passado (LOWENTHAL, 1998). Meira (2004, p. 39) destaca que:

A tendência em relação à conservação das referências e das identidades culturais passou a ser o novo objeto de preocupação dos organismos internacionais, com ênfase no patrimônio cultural vernacular, popular e local, respeitando as evidências do cotidiano, a transmissão e recriação dos processos culturais.

A postura de considerar como patrimônio cultural a arquitetura do cotidiano corresponde a uma maneira de assegurar a diversidade cultural e a representação de variados grupos sociais em uma mesma cidade. É ainda um meio de proteger as identidades locais da padronização de hábitos e valores decorrentes da globalização (CASTRIOTA, 2009). Um bom exemplo que ilustra esse reconhecimento é o patrimônio herdado do período industrial. De acordo com Choay (2006), os vazios urbanos e as edificações provenientes da industrialização documentam uma fase histórica importante e que também está relacionada à memória coletiva. Tratam-se de ambiências que têm despertado o interesse quanto a sua reabilitação para a preservação desses vestígios. Hoje já é comum na Europa e nos Estados Unidos a reutilização de estruturas fabris para novas funções.

A preocupação com a sustentabilidade do patrimônio arquitetônico e urbanístico de diferentes grupos sociais está também associada à busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento das cidades, a preservação e a melhora da qualidade de vida, evitando o enfraquecimento de culturas locais. Campelo (1994) defende a necessidade de integrar as áreas histórico-culturais aos contextos urbanos que, enquanto produtos da ação do homem, transformam-se rapidamente.

O autor utiliza-se do termo patrimônio cultural urbano para referir-se à possibilidade de conciliar as dimensões física e simbólica, presentes nos bens patrimoniais edificados, às demandas de uma sociedade industrializada e digital. Integrar o passado herdado à contemporaneidade depende, portanto, de sua valorização, em função da capacidade de rememoração que os lugares e as edificações possuem, assim como pela reinvenção dos espaços de convívio a partir de programas atuais.

Castriota (2009) amplia este entendimento e usa o conceito de patrimônio ambiental urbano para relacionar a sustentabilidade e a cultura no mundo contemporâneo. Por essa acepção, a preservação do patrimônio ambiental urbano deixa de corresponder apenas ao tombamento de monumentos ou conjuntos singulares e passa a corresponder, principalmente, ao equilíbrio da paisagem urbana, valorizando a importância que cada elemento presente em um entorno traz para a qualidade da ambiência urbana. Assim, a manutenção da qualidade de vida de uma área de interesse cultural não depende apenas da conservação de edifícios com valor histórico, mas da manutenção da inter-relação de elementos como a “[...] infra-estrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural.” (CASTRIOTA, 2009, p. 89).

As discussões apresentadas a respeito da ampliação do conceito do patrimônio cultural demonstram a capacidade que o passado tem de integrar-se ao futuro, trazendo benefícios às cidades. A proposta de um modelo urbano sustentável para áreas consolidadas necessita expor as relações temporais, entendendo o espaço urbano como um local de pluralidade, que sofre mudanças, se transforma, herda e deixa legados para outras gerações (SANTOS, 1986).

Enquanto ferramentas utilizadas recentemente para mensurar a qualidade urbana, as certificações ambientais têm buscado atender às dimensões da sustentabilidade de maneira integral (CASTANHEIRA, 2013). Interessa a esta pesquisa prosseguir discutindo sobre a importância do patrimônio arquitetônico e urbanístico nas estratégias relacionadas ao urbanismo sustentável e sobre o modo como os aspectos patrimoniais vem sendo trabalhados nas certificações ambientais destinadas à avaliação do espaço urbano.

## 2.2 Avaliações da Sustentabilidade Urbana

A introdução de noções relativas à sustentabilidade no planejamento urbano vem sendo disseminada, gradativamente, ao redor do mundo, desde o final do século XX. Tem o objetivo de buscar por um desenvolvimento urbano equilibrado, pautando-se em investimentos capazes de melhorar a vida das pessoas nas cidades. Diante de uma variedade de problemáticas que impactam negativamente na qualidade de vida urbana, um movimento denominado Novo Urbanismo ou Urbanismo Sustentável surgiu nos Estados Unidos e difundiu-se ao redor do mundo visando o repensar urbanístico (FARR, 2013).

O Urbanismo Sustentável é reconhecido por diversos planejadores urbanos por preocupar-se em atuar a partir da escala do bairro, propondo o desenvolvimento dos mesmos de forma densa e compacta, além de promover investimentos na mobilidade urbana, na inclusão social, na integração entre o ambiente construído e as áreas verdes e no respeito às heranças histórico-culturais (FARR, 2013). Contudo, ao mesmo tempo em que essa vertente de pensamento vem sendo bem aceita pelos empreendedores imobiliários, arquitetos e urbanistas e professores da área de planejamento urbano, uma série de críticas no meio acadêmico têm sido feitas a esse tipo de proposta urbana. Dentre elas, elenca-se o excesso de subdivisões do território a partir de pequenas comunidades, que podem não apresentar densidades demográficas suficientes para viabilizar os investimentos em transporte público e a manutenção dos usos mistos; o estímulo ao gerenciamento privado de comunidades; o estímulo aos empreendedores imobiliários e à construção de unidades planejadas de desenvolvimento em detrimento do incentivo à ocupação de vazios urbanos; a evocação nostálgica às cidades do passado; entre outras (MACEDO, 2007).

De todo modo, as discussões em torno do Urbanismo Sustentável refletem o interesse dos urbanistas em tornar as cidades mais atraentes e vinculadas aos interesses das pessoas. Recentemente, a busca por cidades mais humanas e sustentáveis condicionou o aparecimento de métodos de avaliação da qualidade ambiental dos espaços urbanos, conhecidos como selos verdes ou certificações ambientais. Inicialmente, as certificações ambientais foram criadas para mensurar a sustentabilidade de novas edificações, sendo posteriormente ampliadas para a avaliação de bairros e cidades (VIEIRA, 2014).

A origem das certificações ambientais está relacionada às décadas de 1970 e 1980, período em que a construção civil iniciou a busca por melhores práticas relacionadas à eficiência energética das construções, visando otimizar o aproveitamento de recursos naturais. Na década de 1990, aspectos como a eficiência hídrica, a poluição atmosférica e luminosa, o tratamento de resíduos, a matéria-prima, os impactos na flora e na fauna, dentre outros, proporcionaram um entendimento ampliado da sustentabilidade em edificações, originando a primeira certificação ambiental, denominada *Building Research Establishment Environmental Assessment Method* (BREEAM). Tempos depois, em 1999, nos Estados Unidos, a empresa *United States Green Building Council* (USGBC) lançou a certificação ambiental *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED), o selo mais reconhecido e utilizado mundialmente. Além dessas, gradativamente outras certificações ambientais foram criadas. É o caso de selos internacionais com abrangência regional, tais como *Comprehensive Assessment System for Built Environment Efficiency* (CASBEE), *EarthCraft*, *Green Star*, *Pearl Rating System* e *Haute Qualité Environnementale* (HQE). Atualmente, todas essas certificações listadas se caracterizam por apresentarem manuais de certificação para a avaliação de edifícios e de áreas urbanas (CASTANHEIRA, 2013; MATOS, 2014; VIEIRA, 2014).

A certificação BREEAM, aplicada em mais de 70 países, abrange 80% do mercado europeu (BREEAM, 2017b). Funciona com base em um conjunto de créditos distribuídos em categorias temáticas, os quais podem ser obtidos quando os parâmetros de cada categoria de análise são atendidos. O somatório final possibilita a classificação do empreendimento nas escalas permitido, bom, muito bom, excelente e excepcional. O sistema BREEAM *Communities* destina-se a certificar as áreas urbanas em grande escala, incluindo projetos de regeneração urbana (BREEAM, 2017a). Para isso, prevê a sustentabilidade social, econômica e ambiental em seis categorias de análise. Elas medem a governança, o bem-estar social e econômico, os recursos e a energia, o uso da terra e a ecologia, o transporte e movimento e a inovação (BREEAM, 2013).

O selo LEED está presente em mais de 160 países, sendo destinado a diferentes tipos de construções. Pode ser aplicado em escolas, novas edificações, edificações existentes, envoltórias, varejo, centros de saúde, centros de hospedagem, interiores comerciais, residências, prédios multifamiliares e bairros.

Também pode atuar nas diferentes etapas de cada empreendimento, certificando as fases de planejamento, execução, manutenção e operação (USGBC, 2014; USGBC, 2017). Seu sistema de avaliação busca incentivar a sustentabilidade social, econômica e ambiental no mercado da construção civil. A plataforma funciona a partir de um sistema de pontuações, que se divide entre os pré-requisitos, que obrigatoriamente devem ser atendidos para obter a certificação, e os créditos de cada categoria de análise. O somatório final dos pontos permite certificar os empreendimentos nos possíveis níveis: certificado, prata, ouro ou platina (GBC BRASIL, 2014a). A certificação que abrange o ambiente urbano é conhecida como *Leadership in Energy and Environmental Design for Neighborhood Development* (LEED-ND). É baseada nos princípios do urbanismo sustentável, pautando-se, portanto, na avaliação de questões relativas à localização inteligente, ao padrão de vizinhança e desenho urbano, às edificações e estrutura verde, à inovação e às prioridades regionais (USGBC, 2018).

A certificação japonesa CASBEE é destinada à mensuração da qualidade ambiental das edificações e do espaço urbano. Trabalha com base em um sistema de pontuações para cada categoria de análise, variando a classificação final entre as escalas excelente, muito bom, bom, fraco e muito fraco (CASTANHEIRA, 2013). No que diz respeito à escala urbana, a ferramenta permite certificar o desenvolvimento de espaços urbanos, a saúde nas zonas residenciais e a sustentabilidade de cidades japonesas, por meio de categorias ligadas ao meio ambiente, à sociedade e à economia. Além dessas opções, uma versão piloto para utilização mundial está em fase de desenvolvimento e atuará de modo comparativo entre a situação atual da cidade a certificar e os progressos desejados para a mesma (CASBEE, 2016).

A certificação *EarthCraft* consiste em uma ferramenta regional, aplicada no sudeste dos Estados Unidos. Inicialmente destinada às residências, sofreu ampliações, abarcando o segmento multifamiliar, o comercial, as edificações históricas e os bairros. O sistema *EarthCraft Communities* destina-se a certificar áreas urbanas, considerando práticas sustentáveis relacionadas ao novo urbanismo, à eficiência energética, ao consumo de recursos, à caminhabilidade e à conectividade. Dentre as categorias avaliadas estão a seleção do terreno, o gerenciamento da água, o planejamento e desenho, a preservação da paisagem, o engajamento comunitário e as edificações sustentáveis (EARTHCRAFT, 2016).

O selo *Green Star Communities*, desenvolvido pela GBCA (*Green Building Council Australia*), certifica as melhores práticas voltadas aos projetos urbanos sustentáveis na escala dos bairros australianos, a partir de um conjunto de pontos distribuídos nas categorias que envolvem governança, habitabilidade, economia, meio ambiente e inovação. O somatório final dos créditos alcançados permite o enquadramento do empreendimento em uma escala de avaliação que varia de uma a seis estrelas. Considerando que o selo Green Star busca premiar apenas os melhores projetos, são considerados certificados apenas aqueles que conseguem atingir quatro, cinco ou seis estrelas na escala de avaliação (GBCA, 2014).

A certificação *Pearl Rating System*, de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, pensa as questões relativas à sustentabilidade de maneira a estimular a qualidade de vida e a preservação de recursos naturais. Nesse modelo de certificação, as vizinhanças são avaliadas em níveis que dependem da quantidade de pontos creditados e do atendimento aos pré-requisitos obrigatórios. As categorias de análise propostas pela ferramenta correspondem à preservação de sistemas naturais, às comunidades habitáveis, à água, às energias alternativas, à gestão dos materiais e às práticas inovadoras (ABU DHABI URBAN PLANNING COUNCIL, 2010).

A certificação francesa HQE completa o conjunto de certificações listadas, cuja abrangência envolve a sustentabilidade de edificações e do ambiente urbano. Fornecida internacionalmente por uma organização denominada *Cerway*, apresenta parcerias no Brasil, Líbano, Quebec, Polônia e Marrocos (BE HQE, 2016a). Esse sistema de avaliação abrange um conjunto de critérios relacionados a melhor performance, seja das edificações ou das áreas urbanas. Preocupa-se em mensurar a eficiência energética, o cuidado com o meio ambiente, a saúde e o conforto das pessoas. Seu método busca ser flexível para que possa ser estendido a diversos países. Atende aos aspectos internacionais de avaliação e integra critérios locais, que são adaptáveis para cada cidade, conforme um sistema de equivalências (BE HQE, 2016b).

No Brasil, o selo Alta Qualidade Ambiental (AQUA – HQE) corresponde a uma adaptação da certificação francesa à realidade nacional, sendo a Fundação Vanzolini a entidade responsável pela sua credenciação. A certificação AQUA – HQE leva em consideração as características climáticas e culturais, assim como as normas técnicas e a legislação brasileira (PORTAL VANZOLINI, 2015b). Aplica-se às edificações e ao

espaço urbano nas etapas de pré-projeto, projeto, execução, operação e manutenção, avaliando o desempenho de cada categoria de análise por meio de conceitos bom, muito bom e excelente (PORTAL VANZOLINI, 2015a). Pode ser aplicada em projetos relacionados à renovação urbana, bem como à expansão territorial, independentemente do porte do empreendimento, seu uso ou seu contexto territorial. O escopo de avaliação envolve categorias relacionadas à escala do território e suas conexões locais, à preservação dos recursos naturais, à vida social e às questões econômicas (PORTAL VANZOLINI, 2011).

Embora os métodos de avaliação variem de uma certificação ambiental para a outra, nota-se que as mesmas têm buscado mantê-los atualizados e flexíveis, visto que de tempos em tempos, os manuais com os escopos de diretrizes e pontuações passam por revisões, alterações e complementações. Uma das grandes mudanças nessas plataformas correspondeu a ampliação do entendimento da sustentabilidade, não mais limitada à eficiência das edificações. A expansão urbana e o rápido crescimento das cidades fizeram com que as empresas certificadoras criassem métodos de avaliação para as áreas urbanas, uma vez que não adiantaria possuir edifícios sustentáveis se o espaço urbano onde eles se inserem não é capaz de oferecer qualidade de vida às pessoas. Isso demonstra que, ao contrário de um produto acabado, a sustentabilidade vem sendo compreendida como um processo que está em contínua implementação e evolução.

Outro aspecto a ser destacado a respeito das certificações ambientais diz respeito ao agrupamento das diretrizes de avaliação em categorias temáticas que se relacionam à multidimensionalidade da sustentabilidade defendida por Sachs (2002). Pode-se verificar que as temáticas de avaliação abrangem questões relativas à sociedade, à cultura, à ecologia, ao ambiente, à economia, à governança e ao território. É importante observar que, apesar de existirem certificações ambientais que conseguem ser aplicadas em diversos países, como é o caso dos selos LEED e BREEAM, é cada vez mais perceptível o aparecimento de certificações com menor expressividade, voltadas para determinadas regiões com características e particularidades específicas. O Quadro 1 mostra uma lista de países e suas respectivas certificações ambientais locais. Nota-se que boa parte dessas certificações ambientais arroladas por Corrêa (2011) é voltada apenas para a avaliação de edificações.

Quadro 1 – Certificações ambientais ao redor do mundo

Países	Programas de certificação ambiental
Reino Unido	BREEAM
	PROBE
Estados Unidos	LEED
	<i>Minnesota Sustainable Design Guide (MSDG)</i>
China	<i>Hong Kong Building Environment Assessment Method (HK – BEAN)</i>
Alemanha	EPIQR
Suécia	EcoEffect
	<i>Environmental Status of Buildings</i>
Dinamarca	<i>Building Environmental Assessment Tool (BEAT 2002)</i>
Noruega	EcoProfile
Finlândia	<i>Environmental Classification System for Buildings (PromisE)</i>
Canadá	BREEAM Canadá
	<i>Building Environmental Performance Assessment Criteria (BEPAC)</i>
Áustria	<i>Comprehensive Renovation</i>
França	ESCALE
	HQE
Japão	BEAT
	CASBEE
Austrália	<i>National Australian Built Environment Rating System (NABERS)</i>
Brasil	AQUA – HQE

Fonte: Corrêa (2011, p.78-80). Adaptado pela autora.

No Brasil, a utilização de certificações ambientais iniciou em 2007, a partir da criação do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS). A primeira certificação ambiental utilizada pelo mercado da construção civil do país foi o selo LEED, em 2008, seguido da criação da certificação nacional AQUA – HQE, em 2009 (MATOS, 2014). Em 2011, o selo BREEAM chegou ao Brasil, por meio do método BREEAM *International* BESPOKE, um sistema de avaliação que adaptou os parâmetros e as diretrizes utilizadas pela plataforma na Europa às normas técnicas brasileiras (INOVATECH, 2018).

Desde que o mercado das certificações ambientais chegou ao Brasil, é perceptível o seu crescimento ao longo do tempo. Em relação ao selo LEED, o país ocupa a terceira posição no *ranking* mundial de países com a maior quantidade de empreendimentos certificados (MATOS, 2014). Segundo a GBC BRASIL (2014b), até 2014 foram registrados 1.280 empreendimentos com selo LEED, sendo que a maior parte deles se referem às tipologias comercial (41,3%), centros de distribuição (14,5%), escritórios (8,5%) e indústrias (6,7%). A certificação LEED destinada às áreas urbanas

apresenta apenas 10 empreendimentos cadastrados, isto é, 0,8% do total de selos LEED do país. Em relação ao registro de selos LEED por estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são os que apresentam, respectivamente, a maior concentração de empreendimentos certificados LEED.

Em relação à certificação ambiental AQUA – HQE, é possível observar certo crescimento no mercado brasileiro da construção civil desde o seu lançamento. No portal da Fundação Vanzolini encontra-se uma lista com 171 empreendimentos registrados pela certificação nos mais variados segmentos (PORTAL VANZOLINI, 2015c). Por outro lado, em relação a certificação BREEAM, pode-se afirmar que a mesma ainda não possui expressividade na construção civil do Brasil, apresentando, atualmente, apenas três obras certificadas. O nível de exigência na avaliação e a falta de divulgação da certificação são questões que têm dificultado a utilização do selo (INOVATECH, 2018).

Independentemente do grau de utilização das certificações LEED, AQUA – HQE e BREEAM no Brasil, é importante mencionar os benefícios que as mesmas oferecem às edificações e ao ambiente urbano. Dentre as principais vantagens destacadas por Matos (2014) estão a qualidade de vida e a saúde das pessoas, a eficiência energética e hídrica dos empreendimentos, a diminuição dos impactos negativos no meio ambiente, o aumento da conscientização sobre o consumo de recursos naturais por parte das construtoras e dos projetistas, o aumento da credibilidade da empresa e do empreendimento no mercado consumidor e o aprendizado adquirido ao longo de todo o processo de certificação, o qual pode ser transmitido a futuros projetos.

O aprofundamento desenvolvido em relação às certificações ambientais também evidencia alguns aspectos negativos principais. O primeiro deles diz respeito ao elevado valor de investimento para obtenção dos selos verdes, principalmente para empresas e incorporadoras de pequeno porte. O segundo aspecto negativo observado envolve a utilização dos selos verdes apenas como mecanismo para capturar valor no mercado de compra e venda de imóveis. A terceira questão negativa que envolve as certificações ambientais corresponde à possibilidade de mascaramento das pontuações. Muitos dos selos ambientais estudados funcionam como meio de pontuações distribuídas em categorias temáticas. Isso permite que, mesmo não alcançando um bom desempenho em algumas categorias de análise, ainda seja possível obter uma certificação mínima ou mediana pelo somatório de pontos finais. Deste modo, um empreendimento certificado não é garantia de que o mesmo atende, de maneira equilibrada, às diversas dimensões da sustentabilidade.

### 3 MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa contempla o estudo de diretrizes para áreas de interesse cultural, especificamente para o patrimônio arquitetônico e urbanístico, a partir das certificações ambientais. Considerando que se trata de uma área de pesquisa pouco explorada, optou-se por estruturar o método de trabalho em duas etapas principais. No primeiro momento, foram identificadas e analisadas as diretrizes das certificações ambientais e, posteriormente, as diretrizes encontradas foram verificadas em área do 4º Distrito de Porto Alegre, considerando, para isso, o planejamento urbano proposto pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e as características dessa paisagem urbana de caráter industrial.

A identificação de diretrizes voltadas à preservação das áreas de interesse cultural iniciou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica. Foi realizado um levantamento das certificações ambientais existentes em diversos países, a partir dos estudos desenvolvidos por Corrêa (2011) e Castanheira (2013). Com base nessa listagem, verificou-se que boa parte das certificações ambientais se destinava apenas à avaliação de edifícios isolados ou não apresentava informações suficientes para análise dos sistemas de avaliação. Devido a isso, no processo de seleção das certificações ambientais a serem analisadas foram consideradas somente aquelas que possuíam métodos de avaliação voltados às áreas urbanas, bem como um sistema numérico de pontuação e manual de avaliação disponibilizado para consulta pública. BREEAM, LEED, CASBEE, *EarthCraft*, *Green Star* e *Pearl Rating System* foram os selos de avaliação urbana escolhidos. Cabe ressaltar que a certificação brasileira AQUA – HQE, embora tenha se apresentado dentro dos critérios de seleção, não foi relacionada para a análise, visto que ela avalia suas diretrizes por um outro sistema, baseado em conceitos, distinguindo-se das demais.

Definidas as certificações ambientais, procurou-se estudá-las individualmente, buscando selecionar as diretrizes voltadas à paisagem urbana e ao patrimônio arquitetônico e urbanístico. As diretrizes encontradas foram relacionadas em um quadro geral (Quadro 2), onde foram descritas e classificadas em diretrizes diretas e indiretas. Foram consideradas diretrizes diretas aquelas que fazem menção ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, ao passado histórico, à identidade, à memória urbana, ao reuso de edificações existentes, à paisagem urbana e à educação patrimonial. As diretrizes indiretas corresponderam àquelas que dizem respeito ao

envolvimento comunitário na tomada de decisões do planejamento urbano. Além disso, o quadro geral contabilizou o número total de diretrizes de cada certificação, o número de diretrizes encontradas que podem estar relacionadas às áreas de interesse cultural e a porcentagem de diretrizes para áreas de interesse cultural em relação ao total de diretrizes de cada certificação ambiental. Salienta-se que algumas certificações ambientais classificam suas diretrizes em pré-requisito ou crédito optativo, sendo que, em alguns casos, uma mesma diretriz pode estar presente nas duas categorias. Sendo assim, na contagem do número total de diretrizes de cada certificação ambiental, diretrizes consideradas pré-requisito e crédito optativo simultaneamente, foram contabilizadas uma única vez.

Quadro 2 – Quadro geral para identificação de diretrizes nas certificações

Certificações ambientais		Diretrizes para preservação de características das áreas de interesse cultural	Total de diretrizes da certificação
Nome da certificação ambiental	Diretrizes diretas	• <b>Nome da diretriz:</b> descrição da diretriz.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de diretrizes da certificação ambiental, conforme manual.</li> <li>• Número de diretrizes identificadas para áreas de interesse cultural.</li> <li>• Porcentagem de diretrizes para áreas de interesse cultural em relação ao total de diretrizes da certificação ambiental.</li> </ul>
	Diretrizes indiretas	• <b>Nome da diretriz:</b> descrição da diretriz.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Em seguida, visando constituir uma listagem de diretrizes para áreas de interesse cultural, verificou-se a incidência de diretrizes semelhantes ou complementares entre as certificações ambientais pesquisadas. Optou-se por classificar as diretrizes em categorias, conforme a temática de abordagem de cada uma delas. Além disso, buscou-se estudar a pontuação e o grau de importância atribuídos por cada certificação ambiental às respectivas diretrizes. No estudo do grau de importância, diretrizes classificadas como pré-requisito foram consideradas com maior relevância por apresentarem obrigatoriedade de atendimento no processo de certificação. Todas essas informações foram tabuladas em quadros para facilitar a análise dos dados. Por meio das informações encontradas foi

possível identificar quais certificações ambientais possuem, proporcionalmente, a maior e a menor quantidade de diretrizes para áreas de interesse cultural, quais diretrizes são mais recorrentes entre as certificações ambientais arroladas e quais certificações melhor avaliam essas diretrizes.

Posteriormente à análise dos dados mencionados, constituiu-se um quadro final de diretrizes voltadas à preservação de características existentes em áreas de interesse cultural e, com base nas análises desenvolvidas, hierarquizou-se a listagem final de diretrizes por meio de uma escala de cores. Para a hierarquização foram observados aspectos relativos à incidência, à pontuação e ao grau de importância das diretrizes identificadas. As diretrizes consideradas mais relevantes foram as que apresentaram maior incidência entre as certificações ambientais, sendo também avaliadas por uma maior quantidade de pontos e pré-requisitos. As diretrizes intermediárias corresponderam àquelas que se caracterizaram por possuir baixa incidência entre as certificações ambientais e um sistema de avaliação organizado por pontos e pré-requisitos ou por possuir maior incidência entre as certificações ambientais e um sistema de avaliação pautado apenas pela contabilização de pontos, sem a definição de pré-requisitos. As diretrizes menos significativas foram aquelas que apresentaram baixa incidência e pontuação entre as certificações ambientais pesquisadas.

A partir da constituição do quadro de diretrizes para áreas de interesse cultural, procurou-se avaliar a presença das mesmas no 4º Distrito de Porto Alegre. Para isso, dividiu-se a análise do estudo de caso em três etapas. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes secundárias a respeito da história, do desenvolvimento econômico e da arquitetura da região. Investigou-se, de maneira sucinta, a trajetória da preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico nas políticas de planejamento urbano de Porto Alegre, o trabalho de identificação das áreas de interesse cultural do município, desenvolvido pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) e o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), e as diretrizes de planejamento urbano definidas para o 4º Distrito, conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) e o *Masterplan* recentemente entregue para a área em debate. Foram consultados o setor de urbanismo, que compõe a atual Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAM), e a EPAHC, na Secretaria Municipal de Cultural (SMC).

Além disso, também se considerou necessário analisar o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis de Porto Alegre, a fim de verificar a existência de patrimônio arquitetônico e urbanístico nos bairros Floresta, São Geraldo, Marcílio Dias, Navegantes, Farrapos e Humaitá, os quais integram a denominação 4º Distrito, segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O estudo do inventário foi baseado em uma revisão da listagem final disponibilizada pela prefeitura. Foram verificados os endereços dos bens isolados e dos conjuntos arquitetônicos listados para os bairros citados. No desenvolvimento dessa etapa da pesquisa, observou-se que alguns endereços dos imóveis inventariados pelo poder público necessitavam ser corrigidos, pois estavam vinculados a bairros incompatíveis com o nome da rua e o número do imóvel cadastrado. Após essas correções, as edificações e os conjuntos arquitetônicos foram contabilizados, de acordo com a classificação do inventário, sendo quantificados os imóveis de estruturação e imóveis de compatibilização. O critério para a contabilização dos conjuntos arquitetônicos levou em consideração a inscrição no Livro do Tombo. Deste modo, cada conjunto arquitetônico equivaleu a um imóvel, independentemente da quantidade de edificações que compõem o conjunto.

A segunda etapa do estudo de caso consistiu no desenvolvimento de entrevistas qualitativas semiestruturadas com profissionais reconhecidos pelo envolvimento com o 4º Distrito de Porto Alegre. Tratam-se de arquitetos e urbanistas vinculados à EPAHC e à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), selecionados por meio de uma amostragem intencional não probabilística. Essas entrevistas tiveram o objetivo de coletar o depoimento de pessoas que possuem conhecimento reconhecido nas áreas de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico ou do planejamento urbano. As entrevistas foram propostas de modo a obter informações não alcançadas pela pesquisa bibliográfica, bem como auxiliar na validação de informações apuradas por etapas anteriores desta pesquisa. Foram buscadas informações a respeito de valores, características, elementos e potencialidades encontradas na paisagem urbana do 4º Distrito nos dias atuais. Destaca-se que em razão do tempo reduzido para viabilização da pesquisa, optou-se por não entrevistar outras partes da sociedade envolvidas com o 4º Distrito, tais como empresários, comerciantes, moradores, entre outros.

Os seis entrevistados selecionados foram convidados a participar do estudo por correio eletrônico ou por telefone. No dia de cada entrevista, os profissionais receberam explicações quanto aos objetivos da pesquisa e aos procedimentos a serem realizados

com as informações obtidas. Buscou-se esclarecer eventuais dúvidas e assegurar a responsabilidade da pesquisadora em relação aos dados coletados e ao anonimato dos entrevistados. Em seguida, cada entrevistado recebeu duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>1</sup>, um documento no qual atestaram estar suficientemente cientes e esclarecidos quanto à participação na pesquisa.

As entrevistas seguiram o roteiro disposto no Quadro 3. Cada entrevistado falou sobre o 4º Distrito com base nos seus conhecimentos e nas suas experiências. Os áudios foram gravados e posteriormente transcritos para realização das análises. O conteúdo das entrevistas encontra-se disponível no Apêndice A.

Quadro 3 – Roteiro das entrevistas semiestruturadas

<b>Sequência de Perguntas</b>	<b>Objetivo da pergunta em relação às diretrizes das certificações ambientais para áreas de interesse cultural</b>
1 Quais os valores que você atribui à ambiência do 4º Distrito de Porto Alegre?	Visa identificar valores da ambiência a serem preservados, em relação às edificações e às infraestruturas existentes e à parte urbanística e paisagística.
2 Quais os elementos da paisagem cultural urbana do 4º Distrito que você identifica como mais significativos?	Visa identificar os principais elementos que compõem a paisagem urbana local, em relação às edificações e às infraestruturas existentes e à parte urbanística e paisagística.
3 Quais as manifestações identitárias você já testemunhou na área do 4º Distrito?	Visa identificar características específicas da sociedade local, que diferenciam a região de outras partes da cidade.
4 Que aspectos devem ser preservados para o futuro do 4º Distrito?	Visa identificar estratégias de planejamento urbano voltadas à requalificação da área e à manutenção das características da paisagem urbana local.

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise do conteúdo das entrevistas foi desenvolvida em três etapas, conforme é estipulado por Bardin (2011). Na fase inicial, realizou-se a leitura geral das entrevistas e a construção de um quadro com duas categorias temáticas para tabulação das respostas obtidas (Quadro 4). A primeira categoria relacionou-se às perguntas que questionaram os entrevistados quanto aos valores, elementos da paisagem urbana e manifestações identitárias testemunhadas na área. A segunda

<sup>1</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado pela pesquisadora apresentou informações relacionadas a ela e sua orientadora, ao título e objetivos da pesquisa. Expôs a finalidade das entrevistas semiestruturadas propostas nos procedimentos metodológicos da dissertação, assegurando ainda o anonimato dos entrevistados. As vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram devidamente assinadas, permanecendo uma cópia com a pesquisadora e a outra cópia com os profissionais.

categoria envolveu os aspectos a serem preservados para o futuro da região. Na segunda fase, as informações foram tratadas por meio do recorte das entrevistas, definindo unidades de registro e unidades de contexto. As unidades de registro corresponderam à síntese da resposta dada pelo entrevistado. As unidades contexto indicaram o trecho da entrevista que explica cada unidade de registro. É importante destacar que para todas as perguntas propostas não foi possível obter uma única unidade de registro, sendo observado mais de uma resposta para a mesma pergunta em todos os casos. A tabulação dos dados de todas as entrevistas encontra-se disponível no Apêndice B. Na última etapa, buscou-se a interpretação dos resultados encontrados. Foi contabilizado o número de entrevistados que mencionou cada unidade de registro identificada e, posteriormente, foram criados gráficos para sintetizar os dados obtidos.

Quadro 4 – Quadro explicativo sobre a tabulação do conteúdo das entrevistas

<b>Categoria temática</b>	<b>Subcategoria (perguntas da categoria)</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Unidade de contexto</b>
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Quais os valores que você atribui a ambiência do 4º Distrito de Porto Alegre?	Respostas obtidas para a pergunta.	Trechos da entrevista que justificam as respostas dadas à pergunta.
	1.2 Quais os elementos da paisagem cultural urbana do 4º Distrito que você identifica como mais significativos?	Respostas obtidas para a pergunta.	Trechos da entrevista que justificam as respostas dadas à pergunta.
	1.3 Quais as manifestações identitárias você já testemunhou na área do 4º Distrito?	Respostas obtidas para a pergunta.	Trechos da entrevista que justificam as respostas dadas à pergunta.
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Que aspectos devem ser preservados para o futuro do 4º Distrito?	Respostas obtidas para a pergunta.	Trechos da entrevista que justificam as respostas dadas à pergunta.

Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira etapa de análise do estudo de caso averiguou o atendimento das diretrizes para áreas de interesse cultural encontradas pelo estudo das certificações ambientais no 4º Distrito. Buscou-se relacionar a listagem de diretrizes às informações obtidas a respeito do 4º Distrito, por meio da pesquisa bibliográfica e das entrevistas. Analisou-se as diretrizes com base no que está previsto pelo planejamento urbano, pelas iniciativas que já acontecem na região e de acordo com as características da paisagem urbana local. Além disso, observou-se a possível

existência de lacunas relacionadas a características locais não contempladas pelas diretrizes das certificações ambientais, contribuindo, desse modo, para a qualificação dos sistemas de avaliação urbana pesquisados.

#### 4 DIRETRIZES PARA O PATRIMÔNIO EM CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS

Procurando compreender como a preservação das características que integram as áreas de interesse cultural vem sendo pensada pelas certificações ambientais, o presente capítulo tem a finalidade de detalhar os resultados obtidos a partir do método de pesquisa proposto. Inicialmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se identificar as principais certificações ambientais utilizadas ao redor do mundo. O Quadro 5, demonstrado a seguir, apresenta uma síntese das certificações ambientais que foram relacionadas pelos estudos de Corrêa (2011) e Castanheira (2013).

Quadro 5 – Certificações ambientais selecionadas para o estudo

<b>Países</b>	<b>Programas de certificação ambiental</b>
<b>África do Sul</b>	<i>Sustainable Building Assessment Tool (SBAT)</i>
<b>Coréia do Sul</b>	<i>Green Building Certification System (GBCS)</i>
<b>Reino Unido</b>	BREEAM
	PROBE
<b>Estados Unidos</b>	<i>EarthCraft</i>
	LEED
	MSDG
<b>Emirados Árabes Unidos</b>	<i>Pearl Rating System</i>
<b>Espanha</b>	VERDE
<b>China</b>	HK – BEAN
<b>Alemanha</b>	EPIQR
	<i>German Sustainable Building Council (DGNB)</i>
<b>Suécia</b>	EcoEffect
	<i>Environmental Status of Buildings</i>
<b>Dinamarca</b>	BEAT 2002
<b>Noruega</b>	EcoProfile
<b>Finlândia</b>	PromisE
<b>Canadá</b>	BREEAM Canadá
	BEPAC
<b>Áustria</b>	<i>Comprehensive Renovation</i>
<b>França</b>	ESCALE
	HQE
<b>Japão</b>	BEAT
	CASBEE
<b>Austrália</b>	<i>Green Star</i>
	NABERS
<b>Brasil</b>	AQUA – HQE
<b>Holanda</b>	ECOQUANTUM
<b>Índia</b>	<i>Green Rating for Integrated Habitat Assessment (GRIHA)</i>
<b>Itália</b>	ITACA
<b>Portugal</b>	LiderA
<b>Taiwan</b>	EEWN

Fonte: Corrêa (2011); Castanheira (2013). Adaptado pela autora.

Com base nessa listagem, foram selecionadas para o estudo das diretrizes as certificações ambientais BREEAM, do Reino Unido, LEED e *EarthCraft*, dos Estados Unidos, *Pearl Rating System*, dos Emirados Árabes Unidos, CASBEE, do Japão e *Green Star*, da Austrália. Conforme referido anteriormente, essas certificações ambientais foram escolhidas, pois apresentaram manuais de certificação voltados às áreas urbanas, os quais encontram-se disponíveis em meio eletrônico para consulta pública, e por avaliarem suas diretrizes por meio de sistemas numéricos de pontuação.

A partir da seleção das certificações ambientais a serem estudadas, buscou-se desenvolver um estudo individualizado para cada uma delas. Nessa etapa foram identificadas as diretrizes que fazem referência direta e indireta à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico e das demais características e particularidades que compõem a paisagem de áreas de interesse cultural. Foram consideradas diretrizes diretas aquelas que se destinam ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, ao passado histórico, à identidade, à memória, ao reuso de edificações existentes, à paisagem urbana e à educação patrimonial, enquanto que as diretrizes indiretas corresponderam àquelas que fazem menção ao envolvimento comunitário na tomada de decisões do planejamento urbano. O Quadro 6 traz uma compilação das diretrizes identificadas e de seus principais objetivos em cada selo ambiental. Informa também a proporção de diretrizes para áreas de interesse cultural em relação ao total de diretrizes de cada certificação ambiental.

Quadro 6 – Diretrizes identificadas para áreas de interesse cultural

(continua)

Certificações ambientais voltadas às áreas urbanas	Diretrizes para preservação de características das áreas de interesse cultural	Total de diretrizes da certificação
BREEAM Communities	<p><b>Diretrizes diretas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Edificações existentes e infraestrutura:</b> visa a reutilização de estruturas existentes. Deve-se analisar o que deve ser mantido, reformado, reutilizado e reciclado. Depende de uma avaliação que identifique o patrimônio e a identidade local, o estado de conservação e a localização das edificações e infraestruturas, a quantidade de carbono incorporado nos materiais e o potencial para reutilização ou reciclagem. É preciso desenvolver consultas à sociedade e às autoridades locais para obter suas opiniões e reutilizar edifícios identificados como significativos pela população, além de justificar demolições e se comprometer com a reciclagem de materiais.</li> <li>• <b>Revisão de projeto:</b> visa incentivar um <i>masterplan</i> que suporte um desenvolvimento vibrante, saudável, funcional e inclusivo. Deve-se considerar, dentre diversos fatores, o caráter e a identidade do lugar, a segurança, o movimento, a legibilidade, a diversidade de usos, a densidade, a escala, a aparência e o desenho da paisagem. É preciso informar a comunidade sobre as decisões e revisar o projeto a partir de suas considerações.</li> <li>• <b>Domínio público:</b> visa incentivar a interação social criando espaços confortáveis e vibrantes no domínio público. Busca melhorar a qualidade dos espaços de domínio público de acordo com as atividades, usos e identidades locais. Deve-se estudar como os espaços públicos vem sendo utilizados e qualificar esses locais para assegurar a sua partilha entre usuários de diferentes faixas etárias. Os espaços compartilhados devem contar com sinalização, paisagismo, tratamento de superfícies, mobiliário urbano. Deve-se buscar melhorar a mistura de usos e a permeabilidade dos terrenos das edificações que fazem a interface com o espaço público.</li> <li>• <b>Paisagem:</b> visa garantir que o caráter da paisagem seja respeitado. Deve-se garantir que o desenho da paisagem esteja de acordo com as necessidades da comunidade. Deve-se preservar as características da paisagem e os pontos de referência considerados importantes. Essa diretriz deve estar de acordo com as diretrizes Revisão de projeto e Domínio público.</li> <li>• <b>Local vernacular:</b> visa garantir que o desenvolvimento se relacione com o caráter local, reforçando a própria identidade. Para isso necessita-se realizar uma consulta na área a ser certificada para identificar aspectos do caráter local, tais como materiais e cores da construção, estilos arquitetônicos, altura, forma, detalhes e continuidade das edificações. Deve-se desenvolver medidas para reforçar a identidade local.</li> </ul>	<p>A certificação BREEAM Communities apresenta um total de 41 diretrizes, sendo que 6 dessas diretrizes (14,63%) podem ser aplicadas à preservação de características presentes em áreas de interesse cultural.</p>

(continuação)

Certificações ambientais voltadas às áreas urbanas		Diretrizes para preservação de características das áreas de interesse cultural	Total de diretrizes da certificação
BREEAM Communities	Diretrizes indiretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Consulta e engajamento:</b> visa garantir que as necessidades, ideias e conhecimentos da comunidade serão levadas em consideração, de modo a ampliar a aceitabilidade e a qualidade das propostas. Deve-se envolver a comunidade local nas propostas de desenvolvimento incluindo suas sugestões.</li> </ul>	
LEED - ND	Diretrizes diretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reutilização de edificações:</b> visa aumentar o ciclo de vida dos edifícios e conservar os recursos, reutilizando edificações. Coíbe a demolição de edifícios com valor histórico, listados por órgãos municipal, estadual ou federal, ou edificações que contribuam para um distrito histórico, além de alterações nas paisagens culturais. Uma exceção é concedida somente com a aprovação de um órgão de revisão apropriado.</li> <li>• <b>Preservação histórica de recursos e reutilização adaptativa:</b> visa respeitar marcos locais e nacionais e conservar recursos materiais e culturais, incentivando a preservação e a reutilização adaptativa de edifícios históricos e paisagens culturais. Os projetos de intervenção para adequação de edificações históricas devem ser aprovados pelos órgãos públicos competentes em nível local, estadual ou federal.</li> </ul>	A certificação LEED-ND apresenta um total de 49 diretrizes, sendo que 3 dessas diretrizes (6,12%) podem ser aplicadas à preservação de características presentes em áreas de interesse cultural.
	Diretrizes indiretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Participação comunitária:</b> visa incentivar a capacidade de resposta às necessidades da comunidade, envolvendo as pessoas que vivem ou trabalham na comunidade no planejamento das decisões. Deve-se conhecer a população local e suas demandas por meio de reuniões abertas, incluindo as suas necessidades no planejamento.</li> </ul>	
CASBEE	Diretrizes diretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>História e cultura:</b> visa promover a preservação e restauração de edificações, legados históricos e heranças históricas regionais. Busca preservar as tradições culturais, incluindo eventos e festividades existentes e criar esforços para criar nova cultura (novas festividades e produtos). Pontos focais da paisagem e o <i>skyline</i> são avaliados se existirem regulamentações específicas para isso. As avaliações devem incluir edificações especificadas por planejadores urbanos e por pontos de vista independente. Incentiva o uso de <i>softwares</i> para mensurar a preservação dos legados históricos, culturais e dos recursos naturais.</li> <li>• <b>Imagem:</b> visa avaliar se as diretrizes de harmonização estabelecidas para toda a área estão sendo observadas. São considerados relevantes as cores, materiais, escala humana, vegetação, pavimentação, iluminação, sinalização, efeitos da infraestrutura na paisagem, etc.</li> </ul>	A certificação CASBEE apresenta um total de 47 diretrizes, sendo que 3 dessas diretrizes (6,38%) podem ser aplicadas à preservação de características presentes em áreas de interesse cultural.

(continuação)

Certificações ambientais voltadas às áreas urbanas	Diretrizes para preservação de características das áreas de interesse cultural	Total de diretrizes da certificação
CASBEE	<p><b>Diretrizes diretas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Harmonização com o entorno:</b> visa avaliar se as regras estabelecidas pelo <i>masterplan</i> foram seguidas. Pontos focais da paisagem, continuidade do meio ambiente natural e o <i>skyline</i> são avaliados se existirem diretrizes específicas para a localidade.</li> </ul>	
EarthCraft Communities	<p><b>Diretrizes diretas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Pacote de análise do terreno:</b> visa analisar detalhadamente os elementos ambientais a fim de identificar e mapear características. Dentre elas elenca-se a densidade, a cobertura vegetal existente, recursos históricos, culturais e arqueológicos, topografia, hidrologia, arborização, áreas de preservação, insolação, etc.</li> <li>• <b>Arborização das ruas:</b> visa plantar ou preservar árvores ao longo de ruas novas ou existentes. Deve-se trabalhar com um arquiteto paisagista.</li> <li>• <b>Preservação de estruturas históricas:</b> visa promover a preservação e o uso de estruturas históricas e/ ou buscar designação histórica para estruturas potenciais. Deve-se buscar designação histórica para lugares ou estruturas históricas ainda não registradas em nível local, estadual e nacional.</li> <li>• <b>Preservação da arborização:</b> visa preservar árvores maduras existentes. Deve-se buscar registrar árvores culturalmente significativas.</li> <li>• <b>Sinalização ambiental:</b> visa educar residentes e visitantes sobre as características ambientais da área e dos edifícios. Deve-se exibir materiais educacionais sobre as características preservadas: zonas úmidas, córregos, vegetação e locais históricos.</li> <li>• <b>Educação para residentes:</b> visa a criação de um programa para educar os moradores sobre as características ambientais da comunidade e das unidades residenciais. O programa deve ser adicionado aos manuais do proprietário e do inquilino. Deve-se rever as responsabilidades dos residentes na manutenção e operação das unidades e identificar quaisquer recursos da comunidade que exijam manutenção contínua.</li> <li>• <b>Reuso adaptativo:</b> visa preservar pelo menos 30% do estoque total de edificações habitacionais existentes no local.</li> <li>• <b>Reuso de edificações comerciais existentes:</b> visa reutilizar edificações comerciais existentes e melhorar a eficiência energética. É válido para edifícios comerciais listados no Registro Nacional de Lugares Históricos ou listagem similar.</li> </ul>	<p>A certificação <i>EarthCraft Communities</i> apresenta um total de 100 diretrizes, sendo que 10 dessas diretrizes (10%) podem ser aplicadas à preservação de características presentes em áreas de interesse cultural.</p>

(continuação)

Certificações ambientais voltadas às áreas urbanas		Diretrizes para preservação de características das áreas de interesse cultural	Total de diretrizes da certificação
<i>EarthCraft Communities</i>	Diretrizes indiretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Participação comunitária:</b> visa envolver a comunidade para entender melhor os problemas e as oportunidades disponíveis. Deve-se realizar reunião pública para discutir o projeto abertamente com a comunidade.</li> <li>• <b>Engajamento comunitário contínuo:</b> visa envolver a comunidade com o projeto. Deve-se publicar informações sobre o projeto continuamente.</li> </ul>	
<i>Green Star Communities</i>	Diretrizes diretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cultura, patrimônio e identidade:</b> visa valorizar a cultura, o patrimônio e a identidade no processo de planejamento urbano. Deve identificar detalhes sobre a história local, localização e extensão das áreas de interesse histórico-cultural e a criação de um plano que valorize as características únicas desses lugares.</li> <li>• <b>Sensibilização da sustentabilidade:</b> visa fornecer um guia do usuário à comunidade e a criação de uma instalação de educação à sustentabilidade. A instalação de educação à sustentabilidade deve ser voltada à sociedade local e ao público em geral e deve fornecer material educativo sobre o tema.</li> </ul>	A certificação <i>Green Star Communities</i> apresenta um total de 33 diretrizes, sendo que 3 dessas diretrizes (9,09%) podem ser aplicadas à preservação de características presentes em áreas de interesse cultural.
	Diretrizes indiretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Engajamento:</b> visa o desenvolvimento de uma estratégia de engajamento que envolva as partes interessadas na proposta. A estratégia deve integrar as intenções dos agentes interessados. Deve-se buscar pelo desenvolvimento de uma visão comunitária.</li> </ul>	
<i>Pearl Rating System</i>	Diretrizes diretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Projeto e gestão dos sistemas naturais:</b> visa proteger e aprimorar as áreas ajardinadas. Deve-se demonstrar uma estratégia de gerenciamento dos sistemas naturais, garantindo a gestão da paisagem. É preciso mapear detalhes da área paisagística e definir requisitos para sua proteção e monitoramento.</li> <li>• <b>Avaliação dos sistemas urbanos:</b> visa analisar os sistemas urbanos existentes, em escala local e regional, por meio de fotos, narrativas e mapeamento. Localização, acessibilidade, mobilidade, população, transporte, economia, densidade, uso do solo, espaços abertos, infraestrutura, paisagem, recursos culturais significativos e patrimônio são itens a serem levantados.</li> <li>• <b>Planejamento regional responsável:</b> objetiva desenvolver um plano diretor atento às características sociais, climáticas e históricas de uma região.</li> </ul>	A certificação <i>Pearl Rating System</i> apresenta um total de 64 diretrizes, sendo que 4 dessas diretrizes (6,25%) podem ser aplicadas à preservação de características presentes em áreas de interesse cultural.

(conclusão)

Certificações ambientais voltadas às áreas urbanas		Diretrizes para preservação de características das áreas de interesse cultural	Total de diretrizes da certificação
<i>Pearl Rating System</i>	Diretrizes indiretas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estratégia de desenvolvimento integrado:</b> visa a adoção de um processo de desenvolvimento integrado. Deve-se incluir os membros da equipe e as partes interessadas da sociedade.</li> </ul>	

Fonte: Abu Dhabi Urban Planning Council (2010); BREEAM (2013); CASBEE (2015); Castanheira (2013); EarthCraft (2014); GBCA (2015); USGBC (2018). Adaptado pela autora.

Com base nas informações disponibilizadas no Quadro 6, é possível observar que os selos BREEAM (14,63%), *EarthCraft* (10%) e *Green Star* (9,09%), são, respectivamente, os que apresentam, proporcionalmente, a maior quantidade de diretrizes para avaliar aspectos relativos à paisagem de áreas urbanas de interesse cultural. Em BREEAM, mais de 12% do total de diretrizes da certificação fazem referência direta à preservação de questões relacionadas ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, à identidade e à memória urbana. Em *EarthCraft* e em *Green Star*, as diretrizes diretamente voltadas a esses aspectos correspondem, respectivamente, a 8% e a 6,06% do total de diretrizes de cada selo.

As certificações LEED (6,12%), *Pearl Rating System* (6,25%) e CASBEE (6,38%), respectivamente, são as que possuem, proporcionalmente, a menor quantidade de diretrizes para avaliar questões relacionadas à preservação de características das paisagens urbanas de áreas de interesse cultural. Em LEED, apenas 4,08% do total de diretrizes da ferramenta destina-se diretamente ao patrimônio arquitetônico e urbanístico e à ambiência de lugares histórico-culturais. Em *Pearl Rating System* e em CASBEE, essa proporção entre diretrizes diretas e o total de diretrizes de cada certificação aumenta para 4,68% e 6,38%, respectivamente.

É interessante perceber também que as certificações ambientais BREEAM, LEED e CASBEE possuem um total de diretrizes muito próximo. BREEAM estrutura-se por meio de 41 diretrizes, LEED possui 49 diretrizes e CASBEE conta com 47 diretrizes de avaliação. Entretanto, enquanto LEED e CASBEE apresentam apenas três diretrizes cada para avaliação dos aspectos da paisagem urbana, BREEAM mostra-se mais atenta a esse quesito, apresentando o dobro de diretrizes

destinadas à análise dos mesmos. Deste modo, pode-se afirmar que, embora a certificação LEED seja considerada a que apresenta maior reconhecimento e utilização mundial entre as certificações ambientais estudadas, é também a que proporcionalmente demonstra os piores resultados quantitativos de diretrizes para áreas de interesse cultural.

O levantamento de dados do Quadro 6 permite constatar ainda que, quando estudadas isoladamente, as certificações ambientais pesquisadas não abrangem um conjunto suficiente de diretrizes para áreas de interesse cultural. Algumas das diretrizes encontradas podem ser caracterizadas por possuírem uma abordagem pouco específica, que pode ou não estar relacionada ao patrimônio arquitetônico e urbanístico e seu contexto de inserção. Em certos casos, essa ausência de especificidade reflete a necessidade de as certificações apresentarem um sistema de diretrizes flexível, capaz de ser adaptado a diferentes situações e características locais. De todo modo, é possível observar que as certificações ambientais destinadas à avaliação da qualidade do ambiente urbano vinculam mais o conceito da sustentabilidade à criação de novas áreas urbanas atentas à localização, à preservação ecológica e ao uso de novas tecnologias, sendo relativamente baixa a quantidade de diretrizes que se destinam ao reaproveitamento das áreas pré-existentes e com relevância histórico-cultural. Isso demonstra que os selos ambientais, enquanto ferramentas que agregam diferencial competitivo ao setor imobiliário, necessitam ampliar o entendimento da sustentabilidade em áreas urbanas. Na medida em que elas começarem a estimular a certificação de espaços urbanos existentes, aspectos como o patrimônio arquitetônico serão vistos com maior valor de mercado, aumentando os interesses locais pela preservação e reuso dos mesmos, contribuindo, simultaneamente, para a diminuição do consumo de recursos e dos impactos no meio ambiente.

Buscando obter um conjunto de diretrizes mais completo e abrangente, desenvolveu-se uma análise comparativa (Quadro 7) entre as diretrizes das certificações ambientais pesquisadas. Para a proposição da mesma, foram identificadas as diretrizes que possuíam objetivos similares ou complementares. O Quadro 7 apresenta a incidência das diretrizes semelhantes em cada certificação, classificando-as em três grupos. O primeiro grupo de diretrizes está relacionado à identificação, à preservação e à reutilização de edificações, infraestruturas, bens patrimoniais e bens edificados com potencial de tombamento, pois tratam-se de

elementos que contribuem na diferenciação dos lugares. O segundo grupo de diretrizes está voltado às questões urbanísticas e paisagísticas. Preocupa-se com a construção de planos diretores setoriais que levem em consideração a manutenção das qualidades presentes no espaço urbano. O terceiro grupo de diretrizes diz respeito à participação social no planejamento urbano. Destaca a importância do envolvimento da sociedade local nas decisões sobre o futuro do lugar, assim como reforça a necessidade de haver conscientização da população sobre a preservação e a manutenção contínua das características ambientais existentes nas áreas urbanas.

Quadro 7 – Estudo da incidência das diretrizes para áreas de interesse cultural

Diretrizes coincidentes ou complementares em relação à preservação de características das áreas de interesse cultural	Certificações Ambientais					
	BREEAM	LEED	CASBEE	EarthCraft	Green Star	Pearl Rating System
<b>Preservação de edificações e das infraestruturas existentes</b>						
Identificar, restaurar e reutilizar edificações existentes, bens patrimoniais edificados e infraestruturas que compõem a identidade de um lugar. Visa também reconhecer lugares ou edifícios não registrados como patrimônio arquitetônico e urbanístico, consultando profissionais e a sociedade.	●	●	●	●		
Aprovar o projeto de intervenção para reutilização de edificações históricas junto aos órgãos públicos competentes.		●				
Incentivar o uso de <i>softwares</i> para mensurar os benefícios gerado pela preservação de edificações histórico-culturais e dos recursos naturais.			●			
<b>Aspectos urbanísticos e paisagísticos</b>						
Criar um <i>masterplan</i> para preservar as características da paisagem urbana de áreas de interesse cultural.	●		●		●	●
Realizar levantamento e mapeamento de características arquitetônicas e urbanísticas a preservar.	●		●	●	●	●
Preservar a vegetação existente.				●		●
Qualificar os espaços abertos, investindo em paisagismo, tratamento de superfícies, mobiliário urbano e na mistura de atividades.	●					
<b>Participação social no planejamento urbano</b>						
Envolver a comunidade local nas propostas de desenvolvimento, incluindo suas sugestões.	●	●		●	●	●
Promover um programa de educação à sociedade que seja voltado ao aprendizado sobre as características ambientais do lugar e a importância da manutenção contínua.				●	●	

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o Quadro 7, no que diz respeito à preservação de edificações e infraestruturas existentes, uma diretriz apresenta maior incidência entre as certificações ambientais estudadas. A diretriz que envolve a identificação de edificações existentes, bens patrimoniais edificados e infraestruturas que compõem a identidade dos lugares avaliados é a mais relevante, sendo mencionada por BREEAM, LEED,

CASBEE e *EarthCraft*. É importante mencionar que as certificações ambientais *Green Star* e *Pearl Rating System* não possuem um escopo de diretrizes para avaliar questões pertinentes a essa categoria de diretrizes definida.

Em relação à categoria dos aspectos urbanísticos e paisagísticos, duas diretrizes se destacam quanto à incidência entre as certificações ambientais pesquisadas. O incentivo à realização de levantamento e mapeamento de características arquitetônicas e urbanísticas a preservar é mencionado por todas as certificações ambientais, com exceção de LEED. Por sua vez, a criação de um *masterplan* para preservação de características da paisagem urbana de áreas de interesse cultural é uma diretriz mencionada por quatro certificações: BREEAM, CASBEE, *Green Star* e *Pearl Rating System*. Verifica-se também que o selo LEED não possui nenhuma diretriz voltada à manutenção de características urbanísticas e paisagísticas. Quanto à categoria da participação social no planejamento urbano, a diretriz com maior incidência entre as certificações ambientais analisadas corresponde ao envolvimento da comunidade local nas propostas de desenvolvimento, incluindo suas sugestões. Essa diretriz é mencionada por todos os selos de avaliação, com exceção de CASBEE.

Outro aspecto que pode ser observado pelo Quadro 7 diz respeito às certificações ambientais BREEAM e *EarthCraft*. Esses dois métodos de avaliação são os únicos que apresentam diretrizes nas três categorias especificadas, demonstrando tratarem-se de certificações ambientais mais equilibradas. BREEAM disponibiliza uma diretriz para a categoria de preservação de edificações e das infraestruturas existentes, três diretrizes para a categoria de aspectos urbanísticos e paisagísticos e uma diretriz para a participação social no planejamento urbano. *EarthCraft* estabelece uma diretriz para a categoria de preservação de edificações e das infraestruturas existentes, duas diretrizes para aspectos urbanísticos e paisagísticos e duas diretrizes para a participação social no planejamento urbano.

Após a análise da incidência de diretrizes entre as certificações ambientais, considerou-se pertinente estudar como cada certificação confere importância as suas diretrizes. O Quadro 8 apresenta todas as diretrizes identificadas pelo Quadro 7, com suas devidas pontuações e grau de importância especificados. As diretrizes avaliadas como pré-requisito foram consideradas com grau de importância maior, visto que no processo de certificação necessitam ser obrigatoriamente atendidas para que seja possível alcançar um selo de qualidade ao final da avaliação. Cabe salientar que apenas as certificações

ambientais LEED, *EarthCraft* e *Pearl Rating System* definem pré-requisitos para algumas de suas diretrizes. As demais certificações ambientais trabalham com sistema numérico de pontuações, conforme atendimento da diretriz.

Com base no Quadro 8 observa-se que a certificação ambiental *Green Star* é a que melhor avalia as diretrizes pertinentes às áreas de interesse cultural. Estruturada por meio de 110 pontos, 10% destes são destinados à avaliação das questões urbanísticas e paisagísticas e da participação social no planejamento urbano. Em segundo lugar está a certificação BREEAM, concentrando 8,73% do seu total de pontos na avaliação de 6 diretrizes distribuídas equilibradamente nas três categorias de diretrizes apresentadas no Quadro 7. Outra certificação ambiental que merece ser destacada quanto ao estudo de pontuações é a *EarthCraft*. Embora ela apresente um percentual de pontos mais baixo, onde apenas 4,56% do seu total de pontos é atribuído às diretrizes selecionadas, define grau de importância maior para três diretrizes, obrigando o atendimento no processo de certificação. É importante ressaltar que essas três certificações ambientais mencionadas são também aquelas que apresentam maior quantidade de diretrizes diretamente destinadas à preservação de características presentes em áreas de interesse cultural. Isso demonstra que, além de se preocuparem mais com as questões da paisagem urbana, possuem diretrizes que avaliam melhor tais aspectos, seja oferecendo um maior percentual de pontos ou estabelecendo a obrigatoriedade de cumprimento da diretriz pela definição de pré-requisitos.

Quadro 8 – Estudo das pontuações e do grau de importância das diretrizes

<b>Certificações ambientais e pontuação total</b>	<b>Diretrizes para a preservação de características de áreas de interesse cultural</b>	<b>Grau de importância</b>	<b>Pontuação máxima disponível para a diretriz</b>	<b>Porcentagem entre o total de pontos das diretrizes e a pontuação total da certificação</b>
BREEAM (126 pontos)	Edificações existentes e infraestrutura	-	2	8,73%
	Revisão de projeto	-	2	
	Domínio público	-	2	
	Paisagem	-	1	
	Local vernacular	-	2	
	Consulta e engajamento	-	2	
LEED (110 pontos)	Reutilização de edificações	-	1	4,54%
	Preservação histórica de recursos e reutilização adaptativa	-	2	
	Participação comunitária	-	2	
CASBEE (235 pontos)	História e cultura	-	5	6,38%
	Imagem	-	5	
	Harmonização com o entorno	-	5	
<i>EarthCraft</i> (285 pontos)	Pacote de análise do terreno	Pré – requisito	-	4,56%
	Arborização das ruas	-	3	
	Preservação de estruturas históricas	-	1	
	Preservação da arborização	-	1	
	Participação comunitária	Pré – requisito	1	
	Educação para residentes	Pré – requisito	-	
	Engajamento comunitário contínuo	-	1	
	Sinalização ambiental	-	1	
	Reuso de edificações comerciais existentes	-	2	
	Reuso adaptativo	-	3	
<i>Green Star</i> (110 pontos)	Engajamento	-	6	10%
	Sensibilização da sustentabilidade	-	2	
	Cultura, patrimônio e identidade	-	3	
<i>Pearl Rating System</i> (159 pontos)	Projeto e gestão dos sistemas naturais	Pré – requisito	-	1,25%
	Estratégia de desenvolvimento integrado	Pré – requisito	-	
	Avaliação dos sistemas urbanos	Pré – requisito	-	
	Planejamento regional responsável	-	2	

Fonte: Elaborado pela autora.

Por outro lado, *Pearl Rating System* e LEED são as certificações que pior avaliam suas diretrizes para áreas de interesse cultural. *Pearl Rating System*, embora distribua apenas 1,25% de seus pontos para as diretrizes elencadas, define pré-requisito para três das quatro diretrizes identificadas. LEED, no entanto, fornece apenas cinco de seus 110 pontos para avaliação de suas três diretrizes.

Ao relacionar o Quadros 7 e o Quadro 8 é possível verificar que algumas diretrizes podem ser consideradas mais relevantes. Isso se deve em razão da incidência entre as certificações ambientais, da pontuação e do grau de importância. No que envolve a preservação de edificações e das infraestruturas existentes, verifica-se que a diretriz voltada à identificação, restauração e reutilização de edificações existentes, bens patrimoniais edificados e infraestruturas que compõem a identidade do lugar analisado se destaca em termos gerais. Mencionada por quatro certificações, essa diretriz é avaliada por meio de dois pontos na certificação BREEAM, três pontos na LEED e cinco pontos na CASBEE. A certificação *EarthCraft* destina um ponto para a preservação de bens patrimoniais e cinco pontos para o reaproveitamento de edifícios comerciais e habitacionais.

No que diz respeito aos aspectos urbanísticos e paisagísticos, três diretrizes identificadas merecem destaque. A mais relevante consiste no levantamento e mapeamento das características arquitetônicas e urbanísticas a preservar. Mencionada por cinco das seis certificações ambientais estudadas, é considerada pré-requisito obrigatório em *EarthCraft* e em *Pearl Rating System*. Além disso, é avaliada por meio de três pontos na BREEAM, cinco pontos na CASBEE e três pontos na *Green Star*, caso a diretriz esteja vinculada à criação de um *masterplan*. Este aspecto corresponde a segunda diretriz mais relevante, sendo identificado em *Green Star*, como já referido, em BREEAM, em *Pearl Rating System* e em CASBEE. Nos selos BREEAM e *Pearl Rating System*, a diretriz é avaliada por meio de dois pontos e no CASBEE, por meio de cinco pontos. A terceira diretriz com maior relevância é aquela que se destina à preservação da vegetação existente. Identificada em duas certificações ambientais, merece ser destacada, pois é considerada pré-requisito em *Pearl Rating System* e é avaliada por meio de quatro pontos em *EarthCraft*.

No que se refere à participação social no planejamento urbano, uma diretriz possui maior relevância, pois foi identificada por cinco das seis certificações. Trata-se do envolvimento da comunidade local nas propostas de desenvolvimento, de modo a

incluir suas sugestões. Essa diretriz é avaliada por meio de dois pontos nos selos BREEAM e LEED e por 6 pontos no *Green Star*. Nas certificações *Pearl Rating System* e *EarthCraft*, corresponde a um pré-requisito, sendo que em *EarthCraft*, apresenta ainda 2 pontos disponíveis na avaliação. É interessante destacar também que a outra diretriz, relacionada à criação de um programa de educação patrimonial para a sociedade, embora esteja presente no escopo de avaliação de apenas duas certificações ambientais, é considerada pré-requisito em *EarthCraft* e possui dois pontos no sistema de avaliação *Green Star*.

Deste modo, em relação às pontuações, pode-se afirmar que as categorias de diretrizes que envolvem a participação social no planejamento urbano e os aspectos urbanísticos e paisagísticos se destacam em relação à categoria de preservação das edificações e das infraestruturas existentes. Em relação a incidência das diretrizes entre as certificações ambientais selecionadas, é possível observar que as três categorias de diretrizes propostas apresentam ao menos uma diretriz de destaque. O Quadro 9 traz a listagem de diretrizes para áreas de interesse cultural obtida pelo presente estudo. As diretrizes foram hierarquizadas quanto a sua importância por meio de uma escala cor. As diretrizes em azul claro referem-se àquelas consideradas menos importantes, em virtude da baixa incidência e pontuação. As diretrizes em azul escuro correspondem às diretrizes mais significativas pelas análises. Elas apresentam elevada incidência entre as certificações ambientais pesquisadas e são avaliadas por boa quantidade de pontos e pré-requisitos. As diretrizes demarcadas pelo tom intermediário de azul correspondem às diretrizes que apresentam menor incidência entre as certificações ambientais, mas são avaliadas por pontos e pré-requisitos ou possuem uma elevada incidência entre as certificações ambientais, mas são avaliadas apenas por sistema de pontos, sem configurar pré-requisitos de atendimento obrigatório.

Quadro 9 – Listagem de diretrizes para áreas de interesse cultural

<b>Categorias</b>	<b>Diretrizes</b>
<b>Preservação das edificações e das infraestruturas existentes</b>	Identificar, restaurar e reutilizar edificações existentes, bens patrimoniais edificados e infraestruturas que compõem a identidade de um lugar. Visa também reconhecer lugares ou edifícios não registrados como patrimônio arquitetônico e urbanístico, consultando profissionais e a sociedade.
	Aprovar o projeto de intervenção para reutilização de edificações históricas junto aos órgãos públicos competentes.
	Incentivar o uso de <i>softwares</i> para mensurar os benefícios gerado pela preservação de edificações histórico culturais e dos recursos naturais.
<b>Aspectos urbanísticos e paisagísticos</b>	Criar um <i>masterplan</i> para preservar as características da paisagem urbana de áreas de interesse cultural.
	Realizar levantamento e mapeamento de características arquitetônicas e urbanísticas a preservar.
	Preservar a vegetação existente que fornece sombra para as áreas de pavimentação.
<b>Participação social no planejamento urbano</b>	Qualificar os espaços abertos, investindo em paisagismo, tratamento de superfícies, mobiliário urbano e na mistura de atividades.
	Envolver a comunidade local nas propostas de desenvolvimento, incluindo suas sugestões.
	Promover um programa de educação à sociedade que seja voltado ao aprendizado sobre as características ambientais do lugar e a importância da manutenção contínua.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dessa listagem de diretrizes para áreas de interesse cultural identificadas, interessa prosseguir analisando a aplicação das mesmas em um estudo de caso – o 4º Distrito de Porto Alegre. Objetiva-se compreender o modo como a sustentabilidade dessa ampla área urbana vem sendo abordada pelo poder público ao longo do tempo, além de identificar valores e elementos da paisagem urbana a serem preservados na região. Espera-se verificar se as diretrizes de planejamento urbano previstas para o 4º Distrito e se as iniciativas realizadas recentemente na área estão em conformidade com o quadro de diretrizes para áreas de interesse cultural encontrado pelo estudo das certificações ambientais.

## 5 TERRITÓRIO EMBLEMÁTICO: O 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

A história do município de Porto Alegre está relacionada às constantes disputas territoriais do sul do Brasil e da região do Rio da Prata entre Portugal e Espanha. Tais conflitos condicionaram a necessidade de povoamento e ocupação do território sulista. A divisão da região em sesmarias, organizada pela Coroa portuguesa, foi o meio encontrado para colonizar a terra (PESAVENTO, 1991).

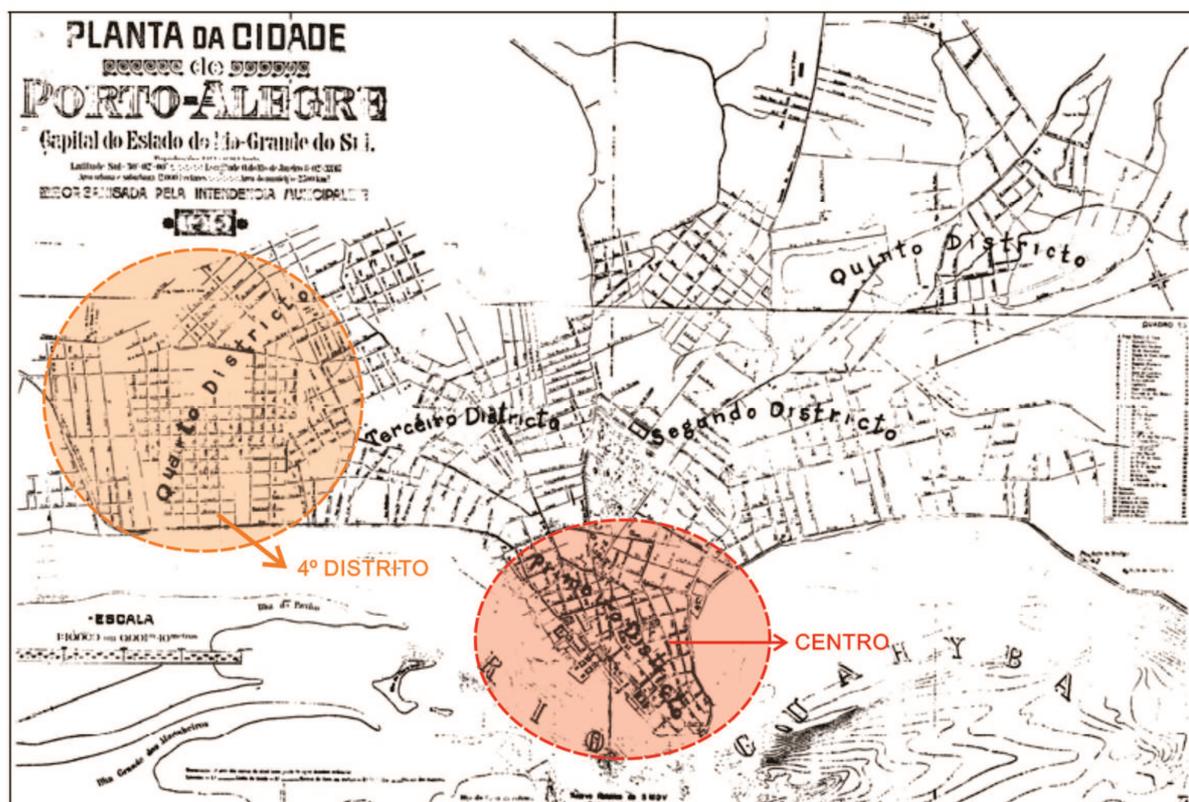
A sesmaria do Morro de Santana, que corresponde, aproximadamente, ao atual município, foi concedida ao sesmeiro Jerônimo de Ornellas, em 1744. A orla junto ao Guaíba começou a ser ocupada sem planejamento a partir de então. Anos depois, em 1752, chegaram à região de Porto Alegre imigrantes açorianos destinados a ocupar o território das Missões (MARTINI, 1997). Contudo, os conflitos originados pelo estabelecimento do Tratado de Madri<sup>1</sup>, em 1750, favoreceram a permanência dos açorianos nas proximidades do Guaíba, consolidando o Porto dos Casais ou Porto de Dornelles, posteriormente elevado à categoria de freguesia e capital da Província de São Pedro, adquirindo título de cidade em 1822 (PESAVENTO, 1991).

A posição geográfica do aglomerado urbano junto ao Guaíba favoreceu a formação de um porto fluvial, desenvolvendo o comércio local por meio da atividade portuária (MATTAR, 2001). A partir de 1824, o estabelecimento dos imigrantes alemães no Vale do Rio dos Sinos resultou no fortalecimento do Caminho Novo, atual Rua Voluntários da Pátria, via de ligação com o 4º Distrito, interligando Porto Alegre e as colônias (PESAVENTO, 1991). Em razão das intensas atividades de importação e exportação, a estrada de ferro, concluída em 1874, passou a conectar Porto Alegre e São Leopoldo, facilitando as trocas comerciais e reforçando um trajeto que passava pelo atual 4º Distrito (MATTAR 2001). Em 1892, a cidade passou a ser dividida em 6 distritos (Figura 4), correspondendo ao 1º Distrito a região do centro histórico e ao 4º Distrito uma ampla área da zona norte, reconhecida pela população como São João e Navegantes (MATTAR, 2010; PESAVENTO, 1991).

---

<sup>1</sup> O Tratado de Madri foi um acordo firmado entre Portugal e Espanha, onde Portugal entregaria à Espanha a Colônia de Sacramento, situada junto ao rio da Prata, em frente a Buenos Aires, e a Espanha cederia a Portugal a região dos Sete Povos das Missões, localizado no oeste do Rio Grande do Sul (MARTINI, 1997).

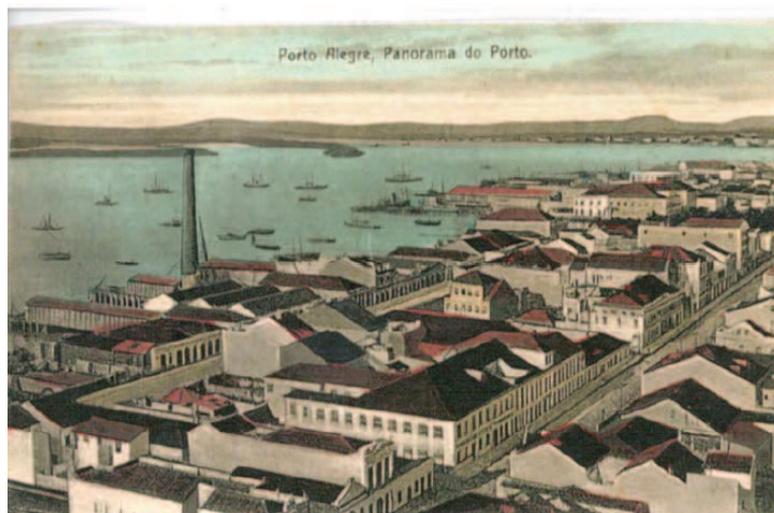
Figura 4 – Planta de Porto Alegre de Alexandre Ahrons em 1916



Fonte: Mattar (2010, p. 44). Adaptado pela autora.

No final do século XIX, o povoamento do Caminho Novo por imigrantes de origem predominantemente germânica, italiana e portuguesa possibilitou a transformação da área em espaço para pequenas indústrias e bairros operários (Figura 5), que forçaram o governo local a investir em serviços urbanos (FORTES, 2004; PESAVENTO, 1991). A partir de 1890, o fortalecimento das indústrias alavancou o crescimento para o norte de Porto Alegre, originando uma sociedade composta pela burguesia industrial e pelas classes operárias, que passaram a residir em locais próximos aos postos de trabalho (MATTAR, 2001). A segregação dos grupos sociais no território era feita de modo a localizar os operários nas zonas planas, próximas ao Guaíba, como é o caso dos bairros Navegantes e São João (MATTAR, 2010). Os pequenos comerciantes ocupavam o bairro Floresta e os mais abastados, predominantemente de descendência germânica, residiam em palacetes localizados nos bairros mais elevados – Higienópolis e Moinhos de Vento (VERÍSSIMO, 2005).

Figura 5 – 4º Distrito de Porto Alegre no final do século XIX



Fonte: Mattar (2010, p. 39).

A localização estratégica do 4º Distrito, próxima ao porto fluvial e à estrada de ferro, foram aspectos decisivos no sucesso da implantação do setor industrial, inicialmente localizado nos bairros Navegantes e São João. Entretanto, a proximidade com o lago Guaíba e a existência de terrenos planos na região resultaram em problemas para a população operária, que eventualmente sofria com as enchentes. Buscando refletir no espaço urbano os novos ideais previstos para uma cidade moderna, progressista e de base industrial, o Plano de Melhoramentos de 1914 passou a propor soluções pensadas para o saneamento, a falta de espaço e a higiene de toda a cidade. Os investimentos em infraestrutura portuária, aterros, alargamentos, prolongamentos e aberturas de vias executados a partir de 1924, ao longo de diversas administrações municipais, trouxeram resultados positivos para o escoamento da produção industrial, favorecendo o crescimento econômico do 4º Distrito (MATTAR, 2010).

O impacto que a industrialização ocasionou na dinâmica social dessa zona permitiu com que a mesma fosse caracterizada como uma região diferenciada. Apesar de abarcar certa diversidade de população, conseguia congregá-las em uma identidade local, pautada no empreendedorismo, na força do trabalho e no desenvolvimento industrial. Embora a divisão da cidade por distritos tenha sido eliminada em 1959, a denominação de 4º Distrito permanece enraizada no imaginário da sociedade local até os dias de hoje, caracterizando uma parte das identidades da capital gaúcha (FORTES, 2004).

Quanto à heterogeneidade tipológica da arquitetura encontrada no 4º Distrito, pode-se afirmar que é fruto da proximidade dos ambientes de trabalho e de residências (FORTES, 2004). A prosperidade econômica alcançada pelas trocas comerciais e pelas primeiras indústrias favoreceu que a paisagem fosse se modificando: antigas chácaras e esparsas edificações erguidas na beira do Guaíba, foram aos poucos adensando-se e misturando-se a outras indústrias e a novos pontos de comércio. Logo, a oferta de emprego passou a demandar residências mais próximas, originando sobrados ou casas populares modestas, térreas e em fita, de madeira ou alvenaria, intercalados às instalações fabris, com arquitetura singular, símbolos da inovação, exemplares de destaque na memória urbana. Os discursos higienistas difundidos no começo do século XX também propagaram novas tipologias habitacionais para os trabalhadores. Buscando mantê-los próximos do emprego, várias empresas construíram casas operárias de aluguel para substituir os cortiços insalubres. Mais tarde, linhas de crédito disponibilizadas pelo município também se propuseram ao mesmo objetivo (MATTAR, 2010).

Dentre as tipologias residenciais encontradas no 4º Distrito, elencam-se as casas térreas em fita, unifamiliares, pequenas, baratas e com poucos cômodos, também conhecidas como casas de porta e janela, justapostas e alinhadas na calçada; os sobrados em fita, resolvidos funcionalmente em dois pavimentos, atendendo melhor às questões de ventilação e iluminação; as casas térreas unifamiliares com afastamentos frontal e lateral, destinadas aos operários; os sobrados, alinhados à rua e compostos de fachadas ornamentadas com linguagem eclética, incluindo platibanda para ocultar o telhado e maior quantidade de cômodos internos; os sobrados geminados; alguns esparsos casarões de empresários, mais compartimentados, com maior número de aberturas, com circulações internas e acessos social e de serviços independentes; e por fim, edifícios multifamiliares em linguagem *art déco*, com até 5 pavimentos, sem elevador, sem recuo frontal e com térreo comercial, edificadas a partir da década de 1940. Soma-se a essas tipologias residenciais, um conjunto disperso de fábricas, igrejas, escolas, bibliotecas, creches, cinemas, clubes, hospital e associações comunitárias. Esses equipamentos integrados às moradias e às fábricas, auxiliaram na construção da ambiência do lugar, uma área especial e única de Porto Alegre, cuja vocação industrial é evidenciada tanto pelas edificações e pela paisagem urbana característica, como pelos relatos de pessoas que participaram da história da região. A diversidade de elementos

remanescentes no distrito industrial e seus significados permitem também demonstrar o desenvolvimento econômico da cidade ao longo do tempo (MATTAR, 2010).

Nas décadas de 1940 e 1950 a paisagem urbana do 4º Distrito começou a ser alterada, por meio da implantação de novas ruas e avenidas. A Avenida Farrapos, estabelecida paralelamente à Voluntários da Pátria, separou o território industrial em duas partes. A Ponte do Guaíba e a Avenida Sertório descaracterizaram o entorno da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. Próximo à rodoviária, a Rua da Conceição interrompeu o sentido do Caminho Novo em direção ao centro da cidade e os aterros criados para a construção da Avenida Castelo Branco também ocasionaram o afastamento da rua Voluntários da Pátria em relação ao Guaíba (MATTAR, 2010).

A partir da década de 1970 o 4º Distrito entrou em decadência. Nesse período, indústrias bem-sucedidas decidiram trocar a região por outras áreas, na Região Metropolitana de Porto Alegre (JESUS, 2015). Diversas foram as razões para o declínio do setor industrial da capital. A substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário e o fortalecimento do Porto de Rio Grande alteraram a logística das trocas comerciais que, no 4º Distrito, aconteciam por meio da ferrovia e pelo porto local (MATTAR, 2001). A construção da Ponte do Guaíba conectou a margem oeste por meio de um outro modal, enfraquecendo a antiga navegação, e as rodovias fizeram com que outras cidades também se tornassem atrativas para a instalação de parques industriais, uma vez que adquiriram melhor acessibilidade, facilitando o escoamento da produção (MATTAR, 2010).

Costa (2015) relacionou o interesse por novos territórios à necessidade de expansão das empresas em áreas periféricas ou em outros municípios onde o preço da terra era menor. Somam-se a esses fatores, os Planos Diretores de 1959 e de 1979, elencados por Pesavento (1991), cujo zoneamento foi embasado em um discurso modernista que estipulava setores específicos para cada função, restringindo a vitalidade urbana. Além destas questões mais amplas, Mattar (2010) entende que a instalação de supermercados, nos anos 1970, também causou a diminuição das vendas por atacado nos armazéns de secos e molhados, ao passo que Fernandes (2014) atribuiu a diminuição das plantas industriais do 4º Distrito a fatores individuais, pois muitas empresas sofreram falência, fusões ou troca da razão social.

Conseqüentemente, a desindustrialização da área levou consigo grande parte da população operária, que necessitava residir mais próximo de seus novos postos de trabalho, expondo o 4º Distrito ao abandono e à degradação. A vitalidade urbana diminuiu consideravelmente, gerando uma série de vazios urbanos e de estruturas subutilizadas expostas ao tempo e à deterioração (Figura 6). O lugar que antes foi símbolo de agitação, passou a ser sinônimo de insegurança, medo e violência, pois ao extinguirem-se os usos, a área tornou-se um local de passagem e não de permanência e convívio.

Figura 6 – Conjunto arquitetônico degradado na Rua Voluntários da Pátria



Fonte: Alves (2014).

Diante de tais conseqüências negativas, em 1975, um grupo de moradores do bairro Floresta tomou a iniciativa de apresentar demandas da região para o poder público municipal, reivindicando a requalificação do lugar. Na década de 1980, o 4º Distrito começou a se tornar objeto de estudo pelas universidades da cidade. Um conjunto de pesquisas acadêmicas foram realizadas para estudar a arquitetura e a história do antigo setor industrial de Porto Alegre, identificando os potenciais existentes. Nos anos 1990, a Prefeitura atribuiu ao 4º Distrito uma vocação voltada à tecnologia, lançando uma proposta de reestruturação econômica para a região por meio de um parque tecnológico aberto, que propiciasse a mescla de usos e atividades. Esse foi um dos motivos para que, em 1997, a EPAHC começasse a desenvolver o inventário do 4º Distrito. Todavia, a ideia do parque tecnológico não se

consolidou, pois, a partir das mudanças na administração da cidade, não foi dado prosseguimento à proposta e o 4º Distrito permaneceu sem alterações expressivas (FERNANDES, 2014; PIQUÉ, 2015).

Segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2015a), a denominação 4º Distrito compreende, nos dias de hoje, os bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. Os dados gerais dessa área, referentes ao Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam diferenças significativas entre os bairros que o integram, tanto em termos de densidade, quanto nos aspectos socioeconômicos. A Tabela 1 apresenta a variação das densidades e da renda média mensal dos responsáveis pelo domicílio. O bairro Floresta é o que abriga as famílias com os maiores rendimentos e compreende a segunda maior densidade do 4º Distrito e o bairro Farrapos é o que apresenta a maior densidade e a menor renda média mensal por família.

Tabela 1 – Dados dos bairros do 4º Distrito de Porto Alegre

Bairros	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade (hab./Km <sup>2</sup> )	População em 2010	Renda média mensal 2010
Farrapos	1,65	11.506,67	18.986	2,03
Floresta	2,19	7.344,75	16.085	6,00
Humaitá	4,16	2.741,35	11.404	3,90
Navegantes	2,20	1.823,18	4.011	3,54
São Geraldo	1,89	4.606,35	8.706	4,31

Fonte: Observa Poa (2017).

Nos últimos anos, os problemas socioeconômicos e a ausência de mudanças na zona norte da cidade reforçaram o 4º Distrito como uma área de interesse de pesquisas acadêmicas. Além delas, cabe destacar o papel da iniciativa privada, que passou a requalificar algumas edificações antigas, buscando reutilizá-las e fortalecê-las no contexto urbano atual. Conforme já referido, a implantação do *Shopping DC* e de uma unidade do Centro Universitário Metodista IPA em uma fábrica da Renner, o *Shopping Total* (Figura 7), estabelecido no prédio da antiga Cervejaria Brahma, o empreendimento misto da Rossi, junto ao complexo da Fiateci, o Porto Alegre *Hostel Boutique* e o Complexo Arquitetônico Vila Flores (Figura 8), na Rua São Carlos, no bairro Floresta, são exemplos que ilustram o aproveitamento das preexistências arquitetônicas a partir da definição de novos usos.

Figura 7 – *Shopping Total* na antiga Cervejaria Brahma



Fonte: Frantz (2006).

Figura 8 – Pátio interno do Complexo Arquitetônico Vila Flores



Fonte: Graiz (2017).

Dentre esses projetos de intervenção, o Complexo Arquitetônico Vila Flores é o que apresenta maior destaque no 4º Distrito atualmente. As casas de aluguel destinadas à classe operária foram projetadas pelo arquiteto e engenheiro José Lutzenberger entre 1925 e 1928. Em 2011, os proprietários do conjunto, composto por duas edificações, um galpão e um pátio, decidiram requalificá-lo, destinando usos

voltados à habitação, ao comércio e a serviços diversos. Considerado um laboratório de experiências coletivas, o Complexo Arquitetônico Vila Flores sedia profissionais de diferentes áreas voltadas à economia criativa. Também desenvolve uma programação cultural destinada aos coletivos de artistas e à sociedade do entorno, por meio da Associação Cultural Vila Flores – ACVF. Diversas oficinas, cursos, exposições, *workshops*, palestras, debates e festividades são oferecidos à população e tem fortalecido as relações entre os moradores, os trabalhadores e o território local, auxiliando na retomada da vitalidade urbana do bairro Floresta (WALLIG; PENA, 2016).

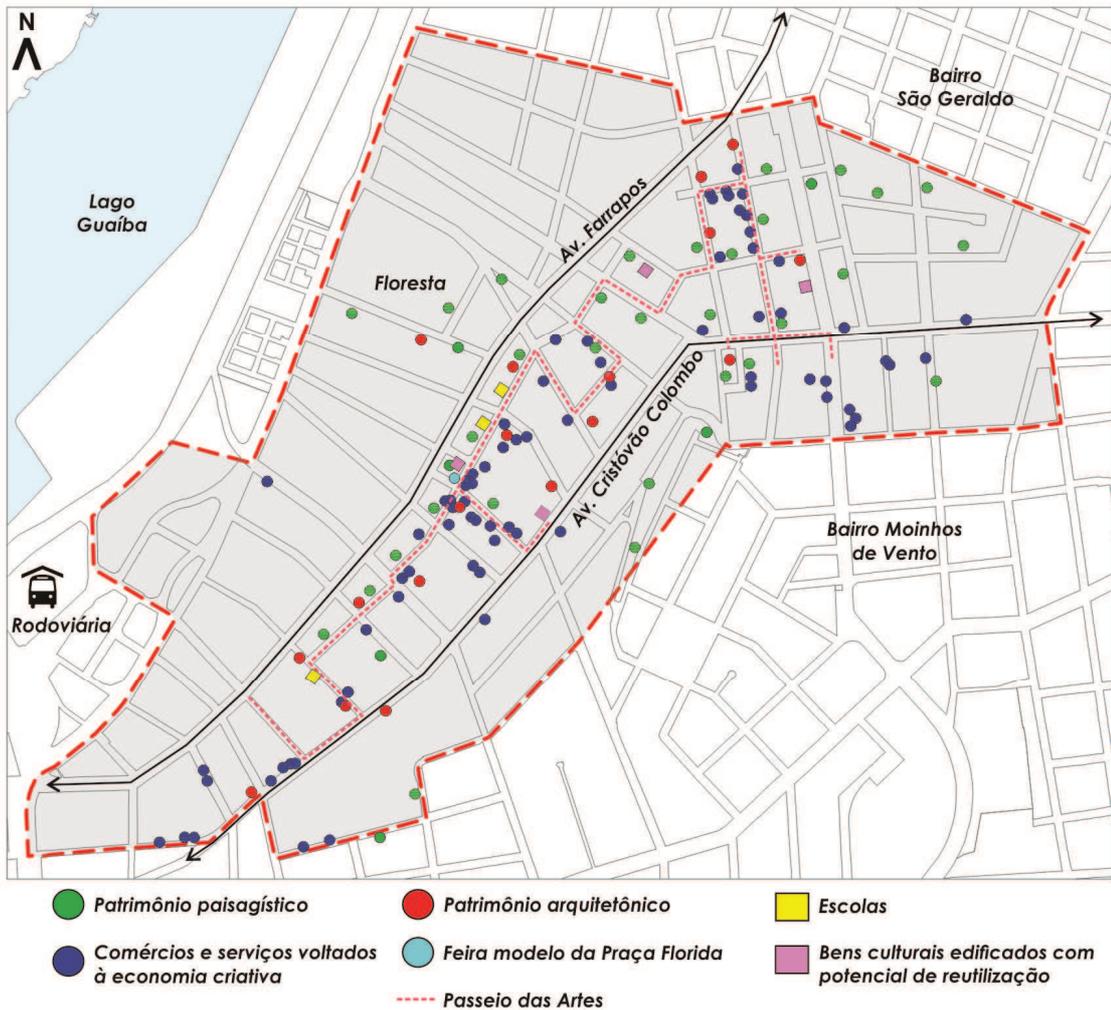
Além dos casos mencionados, destaca-se a existência de outras iniciativas da sociedade civil organizadas na região: as ações do Refloresta e do Distrito Criativo. O Refloresta é uma organização comunitária, fundada em 2012, que busca atrair movimento de pessoas para o bairro por meio de ações que estimulam a vivência em comunidade. É responsável pelas feiras de brechós da Rua São Carlos (na quadra entre a Rua Comendador Azevedo e a Rua Gaspar Martins) e pela Feira Modelo da Praça Florida (COSTA, 2015). O Bazar da Floresta e o Festival da Boa Vizinhança da Rua Comendador Azevedo integram as iniciativas de requalificação do 4º Distrito por parte da sociedade local (JESUS, 2015).

O Distrito Criativo ou Distrito C é uma ação desenvolvida pela UrbsNova – Agência de Design Social, desde 2013. Tem o objetivo de difundir a economia criativa, atraindo artistas para a região por meio de melhores condições de trabalho e pelo aumento do potencial de inovação. Visa também atrair investimentos e melhorias para a área urbana, proteger a paisagem urbana local e aumentar a interação social e a qualidade de vida, aproximando empreendedores e moradores. Desenvolve-se a partir de um *cluster* sem limites rígidos no bairro Floresta (Figura 9) e agrega três tipos de economia colaborativa: a economia criativa é composta por artistas, artesãos, arquitetos, músicos, brechós, atores, entre outros; a economia do conhecimento envolve escolas, faculdades, jornais e editoras; e a economia sensorial está ligada à gastronomia, ao turismo e ao esporte (PIQUÉ, 2014?).

Embora o Distrito C possa ser considerado uma ação positiva, encontra-se em uma área fragmentada do bairro Floresta, entre a Avenida Farrapos e a Avenida Cristóvão Colombo, tendo dificuldades para avançar para as quadras da Rua Voluntários da Pátria. Um dos fatores que causa a separação da região em duas partes consiste no corredor de ônibus da Avenida Farrapos que, em muitos trechos, impede as

conexões horizontais do bairro (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2015a). Os pontos demarcados no Distrito C (Figura 9), indicam a integração entre os empreendimentos de base criativa, os centros de ensino, o patrimônio arquitetônico e urbanístico e o patrimônio paisagístico. Essas potencialidades apresentam-se conectadas pelo circuito Passeio das Artes, o qual pode ser percorrido a pé ou de bicicleta.

Figura 9 – Distrito Criativo no bairro Floresta

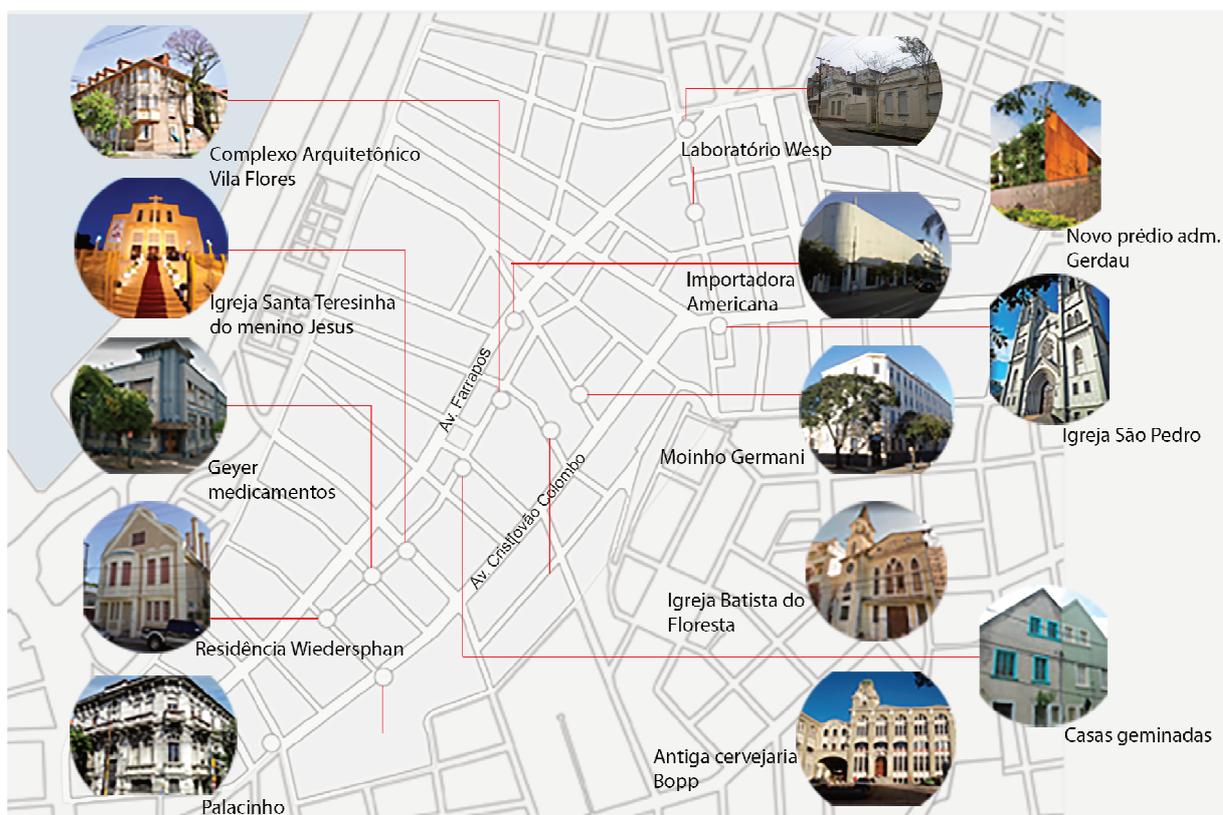


Fonte: Elaborado pela autora.

Ao longo do trajeto Passeio das Artes pode-se acessar ateliers, galerias de arte, antiquários, brechós, restaurantes, bares e cafeterias. Também é possível visualizar características da paisagem urbana local, vinculadas ao passado industrial da cidade (Figura 10). Diversas são as ruas onde verifica-se a presença de bens patrimoniais integrados à vegetação urbana, além da predominância das tipologias

residenciais, que favorecem a mescla de usos e atividades, uma vez que elas podem ser reaproveitadas e requalificadas para manter o uso habitacional ou para sediar atividades que não necessitam de grandes espaços. É o caso, por exemplo, das ruas Pelotas, São Carlos, Comendador Azevedo, Hoffmann, Conde de Porto Alegre, Félix da Cunha e Pinheiro Machado, da Praça Florida e da Praça Monsenhor Emílio Lottermann.

Figura 10 – Patrimônio arquitetônico no Distrito C



Fonte: Elaborado pela autora.

As intervenções pontuais positivas identificadas no 4º Distrito correspondem a iniciativas recentes por parte de diferentes agentes e expressam interesses de grupos sociais em prol da requalificação e ressignificação da região. Ultrapassam as questões relacionadas a lucros imobiliários, demonstrando preocupação com a preservação e a valorização da paisagem urbana, uma potencialidade a ser explorada na busca pelo desenvolvimento urbano sustentável de Porto Alegre (FERNANDES, 2014).

## 5.1 Proteção do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico em Porto Alegre

Porto Alegre é considerada uma cidade pioneira em planejamento urbano no Brasil. O Plano Maciel de 1914, o Plano Gladosh, na década de 1930, o Plano Paiva em 1959, conhecido como o primeiro plano diretor da cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), em 1979, e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), de 1999, revisado em 2010, compõem a trajetória dos planos urbanísticos da capital. Demonstram preocupações com o desenvolvimento e crescimento da cidade no decorrer do tempo, conduzindo a diferentes propostas de gestão e qualificação do espaço urbano. Também fazem referências pontuais à preservação do patrimônio arquitetônico do município (PESAVENTO, 1991; SALENGUE; MARQUES, 1993).

Especificamente, as políticas públicas voltadas à preservação de bens patrimoniais edificados de Porto Alegre ocorrem a partir da criação da Lei Orgânica de 1971. Nessa época, técnicos municipais foram encarregados de elaborar um levantamento do patrimônio arquitetônico e urbanístico para fins de tombamento, reconhecendo tais obras como bens de interesse público. A primeira listagem apresentou exemplares bastante diversificados, localizados em diferentes partes da cidade. Mesclou construções significativas, símbolos do poder e da religiosidade, edificações luso-brasileiras ligadas à origem de Porto Alegre e a arquitetura do cotidiano, expressa pelas indústrias, comércios, residências e conjuntos arquitetônicos. A lista também considerou a inclusão de partes dos imóveis, alguns elementos e ornamentos e a possibilidade de preservar apenas as fachadas. Posteriormente, em 1974, foi revisada por uma nova comissão, que excluiu obras demolidas ou bastante deterioradas e acrescentou outras obras à relação de bens que integravam a memória urbana da cidade (CASTRIOTA, 2009; MEIRA, 2004).

Além da listagem de bens patrimoniais edificados, que continuou a ser modificada por meio de novas leis, outras iniciativas voltadas à preservação dos bens culturais merecem ser destacadas, como a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), em 1976, do Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC), em 1977, e da lei nº 4.665/79, responsável pela instituição do tombamento em nível municipal. Em 1979, entrou em vigor o PDDU, que incluiu, pela primeira vez, as questões patrimoniais como temática de planejamento urbano. Isso foi possível em virtude da criação do

Programa de Reavaliação do Plano Diretor (PROPLAN), que incluía um grupo de arquitetos destinados a trabalhar em prol da preservação da paisagem urbana de Porto Alegre, considerando a proteção dos elementos que a compõe. Deste modo, analisaram os inventários desenvolvidos anteriormente e propuseram uma nova listagem, com cerca de 2.000 imóveis (GRAEFF, 2001). Castriota (2009, p. 198) menciona que o PROPLAN selecionou os bens, não apenas pelos valores históricos e artísticos, mas também pelos valores

“[...] ‘arquitetônicos’, ‘tradicional e/ou evocativo’, ‘ambiental’, ‘de uso atual’, ‘de acessibilidade com vista à reciclagem’, ‘de conservação’, ‘de recorrência regional e/ou raridade formal’, ‘de raridade funcional’, ‘de risco de desaparecimento’, ‘de antiguidade’, e, finalmente, ‘de compatibilidade com a estrutura urbana’.

As edificações arroladas pelo programa foram classificadas entre as de interesse sociocultural, a preservar e as de adequação volumétrica – passíveis de substituição se conservadas as características do entorno. A partir do trabalho desenvolvido pelo PROPLAN, o PDDU estabeleceu 44 Áreas Funcionais de Interesse Paisagístico e Cultural, destinados à preservação de diferentes elementos que compõem as paisagens urbanas de Porto Alegre. Posteriormente, em 1981, foi instituída a EPAHC, um setor específico na prefeitura destinado à preservação do patrimônio cultural da cidade. Até os dias de hoje, a EPAHC tornou-se responsável pelo inventário dos bens culturais edificados de Porto Alegre, auxiliando na proteção dos mesmos, seja por meio dos processos de tombamento ou pela construção de regimes urbanísticos para áreas consideradas de interesse cultural.

Em 1999, foi instituído o PDDUA, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental que teve como princípios a sustentabilidade e a participação democrática da população nas decisões sobre o futuro da cidade. Reformulado uma década depois, o plano vigente é organizado por meio de sete estratégias principais, as quais envolvem a estruturação urbana, a mobilidade urbana, o uso do solo privado, a qualificação ambiental, a promoção econômica, a produção da cidade e o sistema de planejamento. A estratégia de qualificação ambiental é aquela que prevê a preservação da paisagem urbana da cidade. Para isso, propôs as Áreas Especiais de Interesse Ambiental, as quais se subdividem em Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Áreas de Interesse Cultural e Áreas de Ambientação Cultural. As Áreas de Interesse Cultural são aquelas onde há a presença de patrimônio arquitetônico e

urbanístico que necessita ser preservado para fortalecer a memória urbana, por meio de um regime urbanístico específico regulamentado por lei, pelo inventário ou pelo tombamento. As Áreas de Ambiência Cultural são definidas como espaços de transição entre as Áreas de Interesse Cultural e outras partes da cidade e distinguem-se por apresentarem características singulares em termos culturais e ambientais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2011).

Além dessas definições, o PDDUA instituiu novas escalas de abrangência territorial para as Áreas Especiais de Interesse Ambiental, configurando uma junção entre os elementos ecológicos e os culturais. Foram propostas Áreas de Interesse Ambiental, Lugares de Interesse Ambiental e Unidades de Interesse Ambiental. Tais abordagens são caracterizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2011, p. 85-86) do seguinte modo:

- I – Áreas de Interesse Ambiental – são porções de território com características culturais ou naturais diferenciadas que estruturam a paisagem ou constituem ecossistemas importantes, atribuindo-lhes identidade, com repercussões em nível macro na cidade;
- II – Lugares de Interesse Ambiental – são porções de território, situados ou não em Áreas, que permitem identificar a ocorrência de conjuntos de elementos culturais ou naturais relacionados entre si, que, por seus valores, são passíveis de ações de preservação;
- III – Unidades de Interesse Ambiental – são elementos pontuais, naturais ou culturais, que possuem valor significativo passível de ações de preservação.

Scussel e Sattler (2006) destacam que o trabalho de identificação das Áreas de Interesse Cultural de Porto Alegre teve como referência a listagem de Áreas Funcionais de Interesse Paisagístico e Cultural, desenvolvida anteriormente no PDDU. A revisão do material deu-se por meio de um convênio entre a EPAHC e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UniRitter. O trabalho consistiu em percorrer as áreas da cidade, inventariando as edificações e classificando-as como imóveis de estruturação e imóveis de compatibilização. Segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2011, p. 26), uma edificação de estruturação é “[...] aquela que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza.” Por outro lado, uma edificação de compatibilização “[...] é aquela que expressa relação significativa com a de Estruturação e seu entorno, cuja volumetria e outros elementos de composição requerem tratamento especial.” Para cada área selecionada foram realizados estudos de simulação, de modo a auxiliar na proposição dos regimes urbanísticos

dos quarteirões. A pesquisa desenvolvida foi analisada pelo COMPAHC, conselho responsável por emitir um parecer consultivo a ser reconhecido oficialmente pelo prefeito (GRAEFF, 2001). Desde então se encontra em análise na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Os valores utilizados para classificação dos bens consideraram quatro instâncias de abordagem: cultural, morfológica, paisagística e funcional. A instância cultural foi constituída por valores que envolvem a relação de vizinhança, as práticas sociais, os eventos sociais, o significado social, a referência histórica e o reconhecimento oficial. A instância morfológica envolveu o traçado viário peculiar, o tecido urbano peculiar, a unidade tipológica, a diversidade tipológica, a existência de elemento referencial e a referência historiográfica. A instância paisagística teve como valores o elemento referencial da paisagem, o conjunto estruturador da paisagem, o cenário peculiar e o panorama peculiar. Por último, a instância funcional tratou de valores de compatibilidade, potencial de reciclagem, uso tradicional e uso peculiar. O trabalho resultou na definição de 80 Áreas de Interesse Cultural em Porto Alegre, sendo 36 áreas e 44 lugares (SCUSSEL; SATTLER, 2006).

A inventariação do 4º Distrito pela EPAHC iniciou em 1997, em virtude de sua proximidade com a área central e de uma demanda interna da própria prefeitura, que desenvolvia alguns projetos para a região. O trabalho começou no bairro Floresta, o qual faz a transição entre o centro e o antigo setor industrial, mesclando tipologias industriais e residenciais, sendo algumas em estilo eclético e outras na linguagem *art déco*. Em seguida, o inventário avançou para o bairro de São Geraldo, caracterizado pela coexistência de fábricas e moradias operárias, simplificadas e racionalistas, e para o bairro Navegantes, marcado pela predominância de indústrias de maior porte, com elementos nas linguagens *art déco* e modernista. No bairro Navegantes também é perceptível a diferenciação da configuração dos lotes em relação a outros bairros da cidade, assim como uma maior quantidade de vazios urbanos, imóveis subutilizados, áreas de estacionamento e depósitos, decorrentes da migração dos empreendimentos para outros territórios (CASTRIOTA, 2009).

A Tabela 2, a seguir, apresenta a quantificação dos imóveis tombados e inventariados dos bairros que integram o 4º Distrito. Para a contagem, utilizou-se a lista do Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis de Porto Alegre, de outubro de 2013, disponibilizada pela EPAHC (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2013). Inicialmente, foram selecionados os bens isolados e os

conjuntos arquitetônicos localizados nos bairros Floresta, São Geraldo, Marcílio Dias, Navegantes, Farrapos e Humaitá. Posteriormente, a localização dos imóveis identificados foi revisada a fim de corrigir seus endereços, visto que algumas edificações se encontravam enquadradas em bairros que não correspondiam aos endereços fornecidos pela listagem do inventário. Os bens inventariados são apresentados conforme sua classificação no inventário: tombado, de estruturação ou de compatibilização.

Tabela 2 – Bens tombados e inventariados pelo município no 4º Distrito

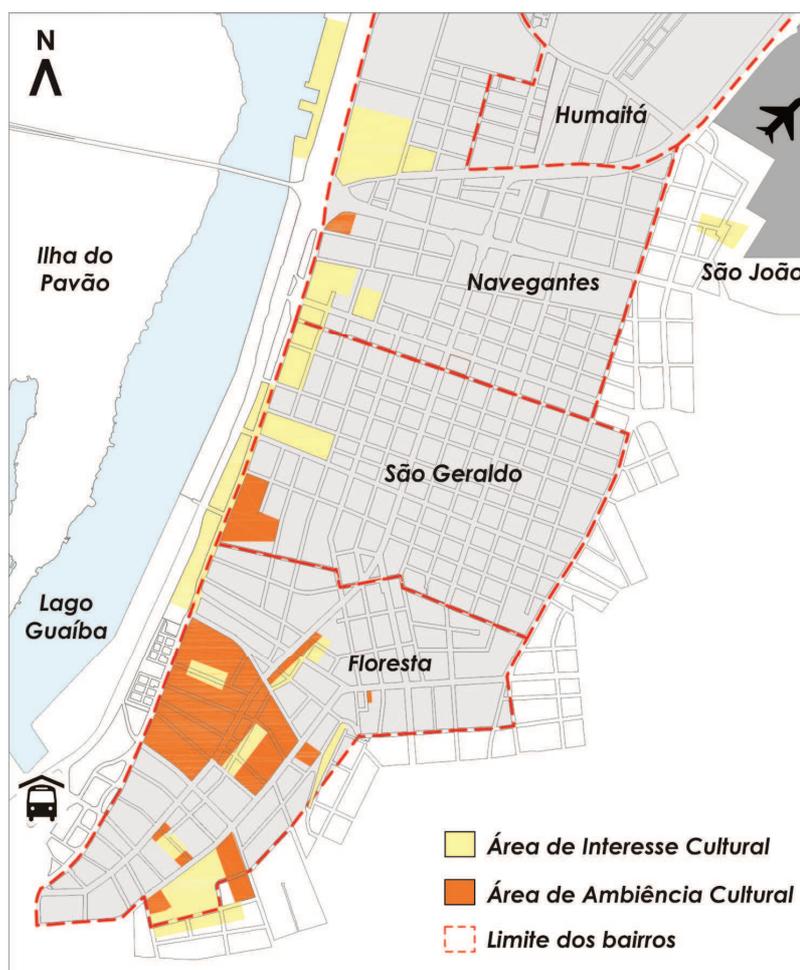
<b>Bairros</b>	<b>Nº de bens tombados</b>	<b>Nº de bens inventariados de compatibilização</b>	<b>Nº de bens inventariados de estruturação</b>
Floresta	3	570	467
São Geraldo	-	241	252
Navegantes	-	128	102
Farrapos	-	-	-
Humaitá	-	6	165
Marcílio Dias	-	6	11
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>951</b>	<b>997</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 601/2008, os bens patrimoniais classificados no inventário como de estruturação são protegidos de demolição, devendo ser preservados pelos proprietários. Entretanto, isso não impede atualizações de uso, demolições parciais ou acréscimo de área construída, desde que conservadas suas características histórico-culturais. Por sua vez, os imóveis de compatibilização estão sujeitos a alterações ou substituições, desde que os novos projetos se enquadrem nas restrições legais estabelecidas, evitando danos à paisagem urbana do lugar em que se inserem (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2008). Do mesmo modo que o tombamento, o inventário passou a ser um importante instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico. A partir dos dados da Tabela 2, é possível verificar que das 1.951 edificações, 997 estão protegidas de demolição pelo inventário. Quanto aos bens tombados, é possível destacar três tombamentos no bairro Floresta, sendo um em nível estadual, referente ao Palacinho, na Avenida Cristóvão Colombo, e dois em nível municipal – um conjunto arquitetônico composto por cinco residências multifamiliares de três pavimentos, na Rua Comendador Coruja, e o conjunto da antiga cervejaria Brahma, na Avenida Cristóvão Colombo.

Além do inventário, o Anexo 3 do PDDUA mapeia, para o 4º Distrito, Áreas e Ambiências de Interesse Cultural, as quais têm a finalidade de contribuir para a preservação da paisagem urbana local, por meio de regime urbanístico específico, conforme disposto nos artigos 81 e 83 do Plano. A Figura 11 mostra a existência de 13 Áreas de Interesse Cultural e 11 Áreas de Ambiência Cultural, concentradas entre os bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes. As Áreas de Interesse Cultural identificadas envolvem o *Shopping* DC Navegantes, a VARIG, a Neugebauer, a Fiateci, a Cervejaria Brahma, o entorno da Praça Florida e da Rua São Carlos e partes das ruas Comendador Coruja, Paraíba, Engenheiro Álvares Nunes Pereira e Voluntários da Pátria, além da área dos Clubes de Remo, próximos ao Guaíba. As Áreas de Ambiência Cultural situam-se no entorno das Áreas de Interesse Cultural, com exceção de um trecho, localizado na Avenida Cristóvão Colombo, ao lado da Paróquia São Pedro, e de parte da quadra conformada pela Rua Voluntários da Pátria, Avenida Sertório, Rua Comendador Tavares e Rua Frederico Mentz. É importante destacar que os regimes urbanísticos criados para esses setores condicionam fatores como densidade, volumetria (altura máxima e taxa de ocupação), índice de aproveitamento e atividades permitidas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2011).

Figura 11 – Áreas e Ambiências de Interesse Cultural no 4º Distrito



Fonte: Elaborado pela autora.

## 5.2 O Masterplan do 4º Distrito

O 4º Distrito de Porto Alegre, enquanto área de interesse cultural da cidade, vem, ao longo das últimas décadas, demonstrando a necessidade de apresentar diretrizes de planejamento urbano, de modo possibilitar sua requalificação e reestruturação socioeconômica. Buscando atender a uma demanda da própria comunidade e, simultaneamente, preparar a cidade para a Copa do Mundo de 2014, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) do 4º Distrito. O GT envolveu a Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), a Secretaria Municipal do Urbanismo (SMURB), a Secretaria Municipal da Cultura (SMC), a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), a Procuradoria – Geral do Município (PGM), a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), o Gabinete de Inovação e Tecnologia (Inovapoa) e o portal PoaDigital. Essa equipe diversificada foi encarregada de desenvolver estudos

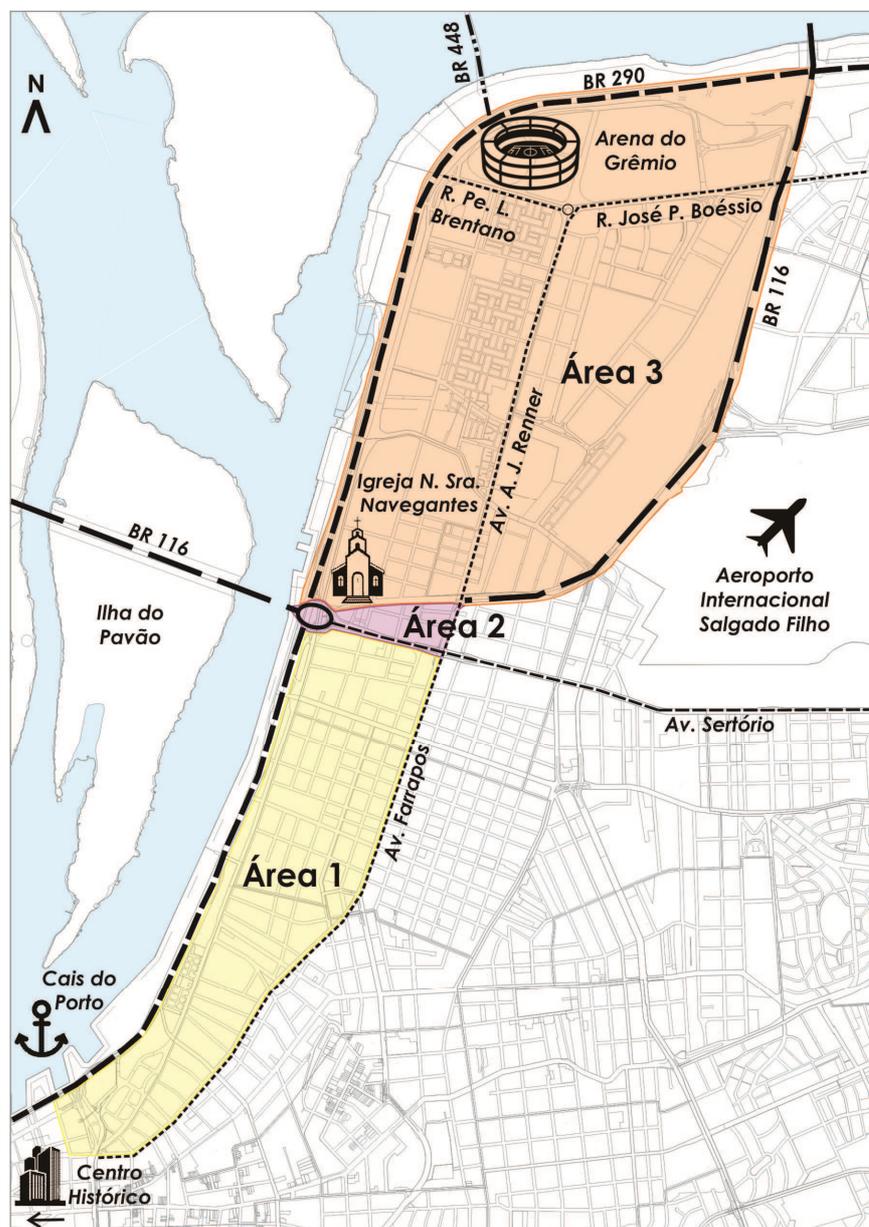
técnicos para a região, de modo a viabilizar a elaboração de um plano de desenvolvimento urbano local pautado pela sustentabilidade, além de um regime urbanístico específico (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2015a).

Em 2015, o GT do 4º Distrito apresentou os estudos de diagnóstico desenvolvidos, os quais identificaram potencialidades e carências presentes nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. Foram estudadas as questões que envolvem a acessibilidade e mobilidade, as barreiras físicas existentes na Avenida Farrapos e na Rua Voluntários da Pátria, o histórico da região, o patrimônio arquitetônico e urbanístico, os equipamentos urbanos, as áreas públicas, os pontos de comércio e serviços, a rede de fibra ótica, a insegurança, as áreas alagáveis, a altura do cone do aeroporto, o tamanho dos lotes, o potencial de renovação e as demandas da Associação dos Empresários dos Bairros Humaitá e Navegantes (AEBHN) e do Distrito C (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2015a). Nesse mesmo ano houve ainda a criação da empresa InvestePoa, responsável pela gestão dos ativos do município, e a aprovação, por parte do poder público, dos primeiros incentivos fiscais para a região. Trata-se da isenção da cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) por 5 anos e da isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para empresas de base tecnológica e inovadora que se instalarem no 4º Distrito, além do estabelecimento da alíquota de 2%, referente ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para as empresas que realizam pesquisa e desenvolverem tecnologia para o setor da saúde (VIDAL, 2016).

A partir do diagnóstico, o GT do 4º Distrito buscou definir os objetivos e as diretrizes para o plano de desenvolvimento urbano local. Foram realizadas visitas técnicas a Barcelona, ao Rio de Janeiro e a São Paulo, além de seminários, reuniões internas da equipe e pesquisas a respeito do urbanismo sustentável e dos projetos para o 4º Distrito em razão da Copa do Mundo de 2014. Para a definição das premissas, o poder público dividiu o 4º Distrito em três setores: Área 1 ou Perímetro Preferencial, Área 2 ou Perímetro de Transição e Área 3 ou Perímetro do Programa Integrado da Entrada da Cidade (PIEC) e Entorno, conforme é demonstrado na Figura 12. O Perímetro Preferencial corresponde à área mais consolidada, com 229 hectares e 76% da população do 4º Distrito. Apresenta vazios urbanos, edificações subutilizadas e presença significativa do patrimônio arquitetônico. Faz limite com a Avenida Sertório, ao norte, a Avenida Farrapos, a

leste, o Centro Histórico, ao sul, e com o Cais do Porto, a oeste. O Perímetro de Transição corresponde ao entorno imediato da igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. Trata-se de um local com 4,95 hectares, que abriga 1% da população do distrito. Por fim, o Perímetro do PIEC e Entorno incorpora os bairros Farrapos e Humaitá, em uma área de 637 hectares, onde reside 23% da população do distrito. Caracterizado por ser o acesso norte da cidade, é marcado por ocupações de baixa renda e, recentemente, pela implantação do Complexo da Arena do Grêmio (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2015b).

Figura 12 – Setores do 4º Distrito segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Fonte: Elaborada pela autora.

O plano de requalificação urbana e reconversão econômica proposto para o 4º Distrito teve como referência o projeto 22@ Barcelona<sup>2</sup>. Similar à cidade espanhola, o *Masterplan* tem a finalidade de estabelecer novas estratégias para o uso e a ocupação do solo, de modo a promover a densificação e a mescla de atividades na região, qualificando e reestruturando economicamente a área. O plano visa integrar as ações entre os agentes públicos e privados, responsáveis por realizar investimentos em infraestrutura e na implantação de empreendimentos de base criativa (MELLO, 2016). Elaborado a partir do envolvimento de moradores, universidades, empresários e representantes de entidades sociais, o *Masterplan* buscará consolidar o 4º Distrito enquanto uma região com vocação para a inovação e a produção de conhecimento. Para isso, propõe-se uma estruturação a partir de uma rede de *clusters* voltados à tecnologia, à saúde, à educação, à habitação e à indústria criativa, além da criação de um *living lab*, um laboratório de pesquisa, inovação e experimentação integrado à sociedade (VIDAL, 2016).

Inicialmente, o Masterplan foi elaborado para a área que envolve os bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes. Dentre os principais objetivos estipulados pelo poder público para essa região destaca-se a necessidade de qualificação dos espaços públicos, dos sistemas de acessibilidade e mobilidade e da infraestrutura urbana. A existência de patrimônio arquitetônico e urbanístico na área também condicionou a proposta, em razão de que a proteção e a valorização dos mesmos dependem da definição de novos incentivos fiscais e de uma proposta urbanística que busque preservar as características da paisagem urbana local. Além disso, houve a preocupação com o estímulo ao reaproveitamento de edificações, ao uso de tecnologias sustentáveis, à segurança e à construção de novos equipamentos urbanos como um polo médico com centro clínico e hospital metropolitano, um parque linear na Rua Voluntários da Pátria, um centro de eventos, um terminal turístico rodoviário, uma biblioteca pública, um terminal hidroviário, a Praça das Artes e um centro administrativo municipal. O Anexo B traz um detalhamento geral das diretrizes definidas para o *Masterplan* do 4º Distrito. (MELLO, 2016; PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2015b).

---

<sup>2</sup> Segundo Souza e Awad (2012), a intervenção realizada no antigo bairro industrial de Poblenou, no Distrito de São Martí, em Barcelona, alterou o regime urbanístico, possibilitando a diversificação dos usos e a definição de novos índices de ocupação do solo. Além disso, o plano 22@ propôs o incentivo às economias criativas, à tecnologia, à mobilidade, ao ensino e à criação de novos equipamentos culturais na região, reaproveitando o patrimônio arquitetônico e urbanístico para novas funções.

Após essa definição, o poder público optou pela contratação de uma consultoria para definição da minuta de lei do plano urbanístico. O acordo com o Núcleo de Tecnologias Urbanas (NTU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) deu-se em março de 2016 e os estudos finais foram entregues ao prefeito José Fortunati em dezembro do mesmo ano. O NTU foi responsável por desenvolver estudos e simulações na área do 4º Distrito, de modo a atender os objetivos previamente estipulados. Por ser uma área que necessita retomar seu desenvolvimento, preservando a paisagem urbana local, o NTU utilizou-se da ferramenta de simulação *Cityzoom*. Este *software*, desenvolvido pela UFRGS, tem o objetivo de simular os impactos do regime urbanístico e dos projetos de arquitetura propostos. Ao integrar-se com outros programas computacionais, o *Cityzoom* possibilitou avaliações amplas como a exposição solar das fachadas, o sombreamento, o potencial construtivo dos terrenos, a densidade demográfica projetada, o *skyline* e a obstrução visual ocasionada na paisagem urbana, dada a inserção de novos projetos arquitetônicos (HENRIQUE, 2011; MELLO, 2016).

As próximas etapas para a implantação do *Masterplan* envolvem o desenvolvimento do plano econômico e do plano social do 4º Distrito. Estes dois novos trabalhos poderão, eventualmente, alterar alguns aspectos definidos no plano urbanístico, uma vez que será avaliada a viabilidade de cada uma das propostas. Além disso, é necessário que a prefeitura desenvolva uma regulamentação para as parcerias público-privadas e faça a discussão do *Masterplan* no Conselho do Plano Diretor da cidade. Posteriormente, o documento deverá ser levado à Câmara Municipal para votação e, se aprovado, deverá ser regulamentado pelo Comitê Gestor do *Masterplan*, constituído pelo poder público, pela sociedade local e pelas demais instituições envolvidas (MONTEIRO, 2017).

### **5.3 Diretrizes de Patrimônio em Certificações Ambientais no 4º Distrito**

Com base no estudo de caso apresentado, é possível perceber que o 4º Distrito corresponde a uma área que teve sua origem vinculada à formação da antiga zona industrial de Porto Alegre. Caracterizou-se por uma identidade pautada pela diversidade de grupos sociais e pela força do trabalho, mesclando em sua paisagem urbana tipologias residenciais e industriais, além de um conjunto de equipamentos públicos, em um terreno amplo e predominantemente plano próximo

ao lago Guaíba. Inicialmente estruturada a partir do eixo da Rua Voluntários da Pátria, a área industrial cresceu e se desenvolveu, recebendo algumas intervenções que modificaram parcialmente a sua configuração. Posteriormente, a transferência da maioria das indústrias para outras cidades condicionou o esvaziamento populacional e a perda de parte da vitalidade urbana existente na região.

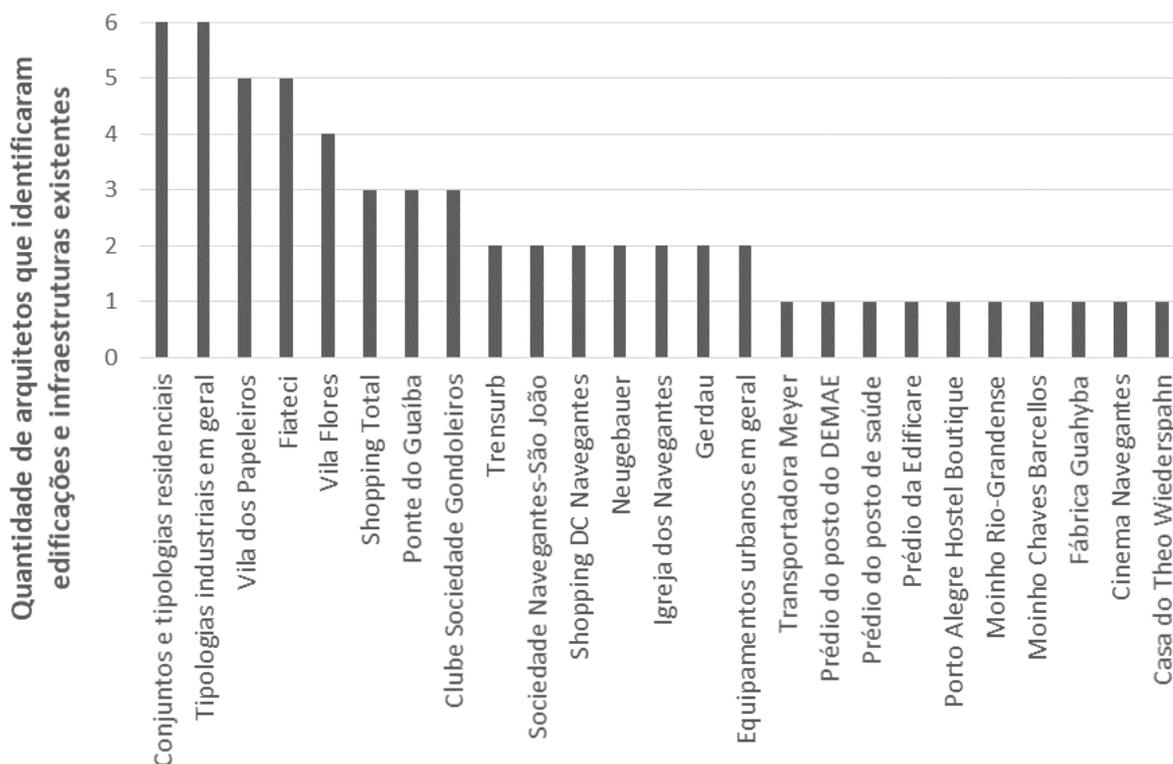
Embora o 4º Distrito seja, em um primeiro olhar, conceituado como uma área atualmente insegura, degradada e com uma ampla quantidade de imóveis subutilizados, ainda apresenta em seu território uma ambiência única e que grupos sociais locais reconhecem como significativa. A presença de elementos e características do passado, que contribuem para o fortalecimento da identidade local e da memória urbana nos dias de hoje, tem relação com diversos fatores, dentre os quais é relevante destacar o pioneirismo de Porto Alegre no desenvolvimento de políticas urbanas relacionadas à sustentabilidade do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico. O breve estudo da trajetória da proteção dos bens patrimoniais da cidade permitiu perceber que desde cedo desenvolveu-se a consciência sobre a importância de inventariar as obras do passado para fins de tombamento, criando incentivos urbanísticos e fiscais para preservação da arquitetura monumental e da arquitetura do cotidiano. Mais tarde, entendeu-se que não era suficiente proteger apenas os bens isoladamente, sendo necessário considerar o contexto de inserção das edificações e dos conjuntos arquitetônicos, estabelecendo regimes urbanísticos especiais para determinadas áreas de interesse.

Os valores associados à ambiência do 4º Distrito, identificados por todos os arquitetos e urbanistas entrevistados, dizem respeito à questão locacional, marcada pelo Guaíba e pela Rua Voluntários da Pátria, ao tecido urbano peculiar e à paisagem característica, que fazem referência ao passado industrial, caracterizando-se pela homogeneidade de edificações e conjuntos residenciais e industriais integrados à vegetação urbana, a qual configura túneis verdes em algumas ruas, como é o caso da Rua Paraíba, a existência de edificações que são referências locais, capazes de trazer lembranças à população, e o potencial de requalificação e reaproveitamento de diversos edifícios que são diferenciais atrativos da área.

Em relação aos elementos constitutivos da paisagem urbana, no que envolve as edificações e infraestruturas existentes no 4º Distrito, é possível afirmar que predomina o reconhecimento dos conjuntos residenciais e industriais, em detrimento de edificações isoladas (Figura 13). Diversos moinhos, fábricas importantes e

equipamentos urbanos acabaram sendo menos mencionados pelos entrevistados do que a ambiência de uma região que congregou tipologias residenciais e industriais em um mesmo local. Em termos de edificações isoladas, a fábrica da Fiateci, o Complexo Arquitetônico Vila Flores e a Vila dos Papeleiros foram os mais lembrados. A importância dada pelos arquitetos e urbanistas à Fiateci pode estar relacionada à referência histórica e à capacidade que essa arquitetura possui de evocar lembranças. Além disso, esse exemplar industrial recebeu recentemente uma intervenção que não foi considerada satisfatória pelos entrevistados. Por outro lado, a intervenção em casas de aluguéis para a criação do Complexo Arquitetônico Vila Flores vem sendo observada como algo positivo pelos profissionais, pois ela tem agregado diferencial para o bairro Floresta, em razão da ressignificação da arquitetura e da possibilidade de atração de pessoas de outras partes da cidade. Saliente-se ainda que o destaque dado à Vila dos Papeleiros enfatiza uma problemática social existente na região, a qual necessita ser pensada no processo de requalificação do 4º Distrito, buscando integrar a habitação de interesse social no planejamento urbano.

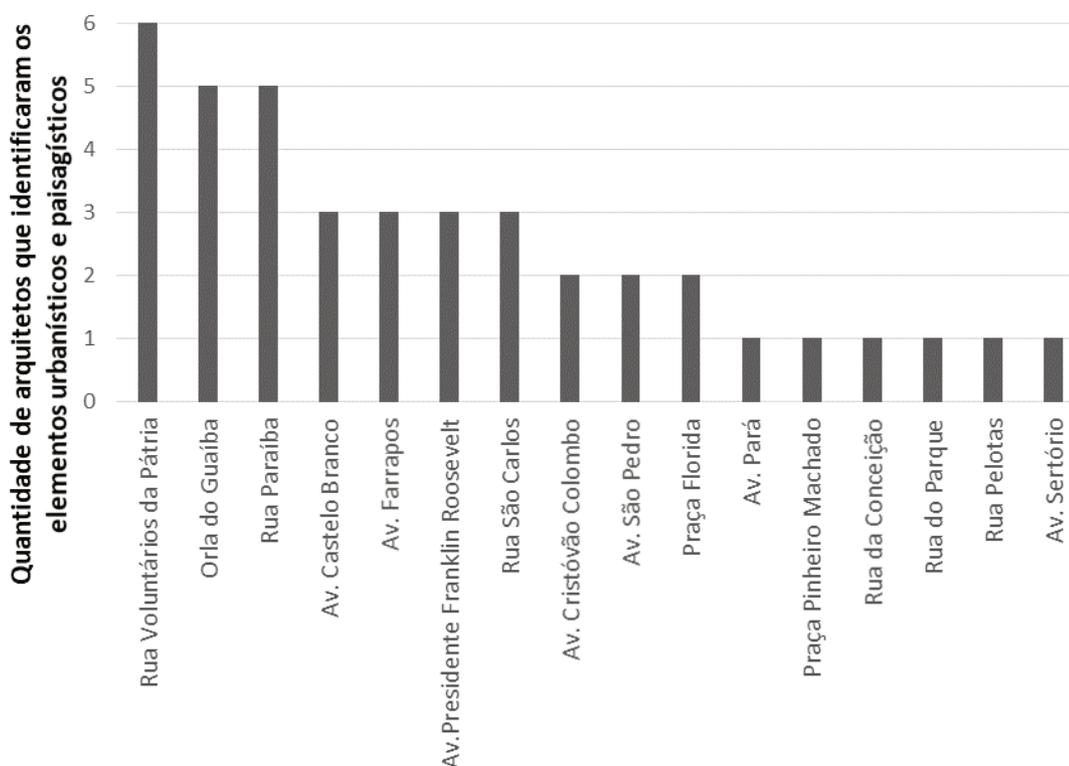
Figura 13 – Edificações e infraestruturas da paisagem do 4º Distrito



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos aspectos urbanísticos e paisagísticos, observou-se, por meio do gráfico da Figura 14, a predominância de diversas ruas e avenidas, além da proximidade com o lago Guaíba. A rua Voluntários da Pátria foi a mais lembrada pelos arquitetos e urbanistas consultados, em razão de ser o eixo estruturador do 4º Distrito, correspondendo ao antigo Caminho Novo. Outras ruas e avenidas, acabaram sendo mencionadas em razão da ambiência, da arborização e dos túneis verdes que apresentam em alguns trechos. No entanto, as poucas praças que existem na região, como a Praça Florida, no bairro Floresta, e a Praça Pinheiro Machado, no bairro São Geraldo, não foram elementos urbanísticos e paisagísticos de destaque entre os entrevistados. Com base nas Figuras 13 e 14, é possível afirmar que existe, no 4º Distrito, a predominância da força da paisagem urbana em detrimento da excepcionalidade arquitetônica das edificações.

Figura 14 – Aspectos urbanísticos e paisagísticos da paisagem do 4º Distrito



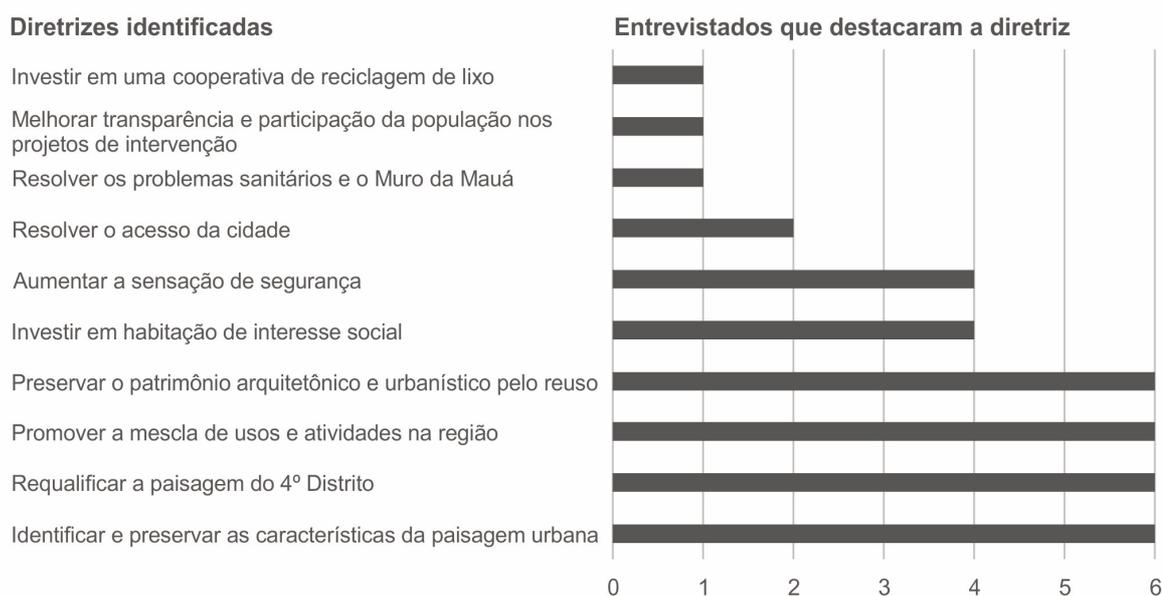
Fonte: Elaborado pela autora.

Para prever a sustentabilidade desses valores, características e elementos da paisagem urbana, a prefeitura estabeleceu algumas diretrizes para o *Masterplan* do 4º Distrito. É relevante destacar as diretrizes que envolvem a requalificação dos

espaços públicos, o estabelecimento de novo regime urbanístico atento às características da paisagem urbana e a necessidade de proteger e valorizar os bens patrimoniais identificados na região, por meio de incentivos fiscais, a fim de viabilizar intervenções para reaproveitamento das edificações existentes.

Essas diretrizes definidas pelo planejamento urbano do 4º Distrito são também defendidas pelos arquitetos e urbanistas entrevistados, conforme demonstra a Figura 15. Segundo os profissionais, para a requalificação da área é preciso estabelecer novos usos, atividades e investimentos em infraestrutura, responsáveis por atrair o movimento de pessoas e aumentar segurança local. A manutenção de características da paisagem urbana local, principalmente no que se refere ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, foi colocada como algo que depende, dentre outros fatores, da adaptação do mesmo às necessidades contemporâneas, possibilitando que indústrias e galpões fabris transformem-se em espaços voltados ao comércio, aos serviços e à habitação. Além disso, o processo de intervenção para requalificação urbana do 4º Distrito foi apontado como um trabalho extenso e minucioso, que depende de estudos setoriais que levem em consideração as particularidades de cada quadra, o potencial de renovação, a ventilação, a insolação, etc. Para isso o uso de tecnologias e *softwares* de simulação volumétrica foram indicados como boas ferramentas de apoio na definição de novos regimes urbanísticos.

Figura 15 – Diretrizes apontadas para o 4º Distrito pelos entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora.

Diante de todas as informações expostas a respeito dos valores e características da paisagem urbana do 4º Distrito, das intervenções recentes desenvolvidas na região e das diretrizes previstas pelo planejamento urbano local, foi possível verificar que tais aspectos possuem relação com sete das nove diretrizes para áreas de interesse cultural, identificadas pelo estudo das certificações ambientais, apresentado no capítulo anterior. O Quadro 10, demonstrado a seguir, apresenta as diretrizes para áreas de interesse cultural que podem ser verificadas no 4º Distrito.

Quadro 10 – Verificação das diretrizes para o patrimônio no 4º Distrito

<b>Categorias</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Verificação da diretriz no 4º Distrito</b>
<b>Preservação das edificações e das infraestruturas existentes</b>	Identificar, restaurar e reutilizar edificações existentes, bens patrimoniais edificados e infraestruturas que compõem a identidade de um lugar. Visa também reconhecer lugares ou edifícios não registrados como patrimônio arquitetônico e urbanístico, consultando profissionais e a sociedade.	Atendida parcialmente
	Aprovar o projeto de intervenção para reutilização de edificações históricas junto aos órgãos públicos competentes.	Não atendida
	Incentivar o uso de <i>softwares</i> para mensurar os benefícios gerado pela preservação de edificações histórico culturais e dos recursos naturais.	Atendida
<b>Aspectos urbanísticos e paisagísticos</b>	Criar um <i>masterplan</i> para preservar as características da paisagem urbana de áreas de interesse cultural.	Atendida
	Realizar levantamento e mapeamento de características arquitetônicas e urbanísticas a preservar.	Atendida
	Preservar a vegetação existente que fornece sombra para as áreas de pavimentação.	Atendida
	Qualificar os espaços abertos, investindo em paisagismo, tratamento de superfícies, mobiliário urbano e na mistura de atividades.	Atendida
<b>Participação social no planejamento urbano</b>	Envolver a comunidade local nas propostas de desenvolvimento, incluindo suas sugestões.	Atendida parcialmente
	Promover um programa de educação à sociedade que seja voltado ao aprendizado sobre as características ambientais do lugar e a importância da manutenção contínua.	Não atendida

Fonte: Elaborada pela autora.

No que se refere à categoria de preservação das edificações e das infraestruturas existentes, verificou-se que no 4º Distrito há o interesse pela

identificação, avaliação do estado de conservação e incentivo à restauração e à reutilização das edificações, bens patrimoniais e infraestruturas que integram a região. Alguns incentivos fiscais foram inclusive aprovados pelo poder público para incentivar o setor privado a investir nos imóveis subutilizados na área. Além disso, os estudos e simulações desenvolvidos pela UFRGS para auxiliar na definição dos regimes urbanísticos do *Masterplan* fazem uso das tecnologias computacionais, permitindo estudar soluções que envolvam a densificação, a requalificação urbana e a preservação das edificações histórico-culturais e das suas relações com o entorno.

Por outro lado, observou-se que o reconhecimento de novos lugares ou edifícios ainda não registrados como patrimônio arquitetônico e urbanístico, segundo o ponto de vista dos profissionais e da sociedade, e a aprovação de projetos de intervenção no patrimônio arquitetônico junto aos órgãos públicos competentes são questões das certificações ambientais que não acontecem na área até o presente momento, bem como não estão sendo consideradas pelo planejamento urbano do 4º Distrito. Faltam estudos por parte do poder público para identificar se existem edificações que a população considera importantes e que não estão sendo consideradas pelos inventários. Além disso, soube-se pelas entrevistas com os arquitetos e urbanistas que projetos de intervenção em edificações com valor histórico-cultural, como é o caso da Fiateci, não passaram pela aprovação da EPAHC, equipe em nível municipal com condições de avaliar a proposta.

Em relação às diretrizes das certificações ambientais que estão relacionadas aos aspectos urbanísticos e paisagísticos, observou-se que todas elas são contempladas no 4º Distrito. Embora não se tenha obtido acesso à minuta de lei do *Masterplan*, soube-se que os estudos de diagnóstico realizados pela prefeitura na região fundamentaram a criação do plano diretor setorial. Esses estudos de diagnóstico levaram em consideração diversos aspectos, dentre eles o inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico, os equipamentos urbanos, os espaços públicos existentes, a configuração dos lotes, a área construída, a altura das edificações e o patrimônio paisagístico. Além de um novo regime urbanístico o *Masterplan* define a necessidade do poder público requalificar os espaços públicos existentes e incentivar a preservação dos bens patrimoniais identificados.

No que envolve as diretrizes das certificações ambientais que estão relacionadas ao envolvimento da sociedade local na proposta de planejamento urbano, pode-se afirmar que elas têm acontecido de maneira parcial no 4º Distrito.

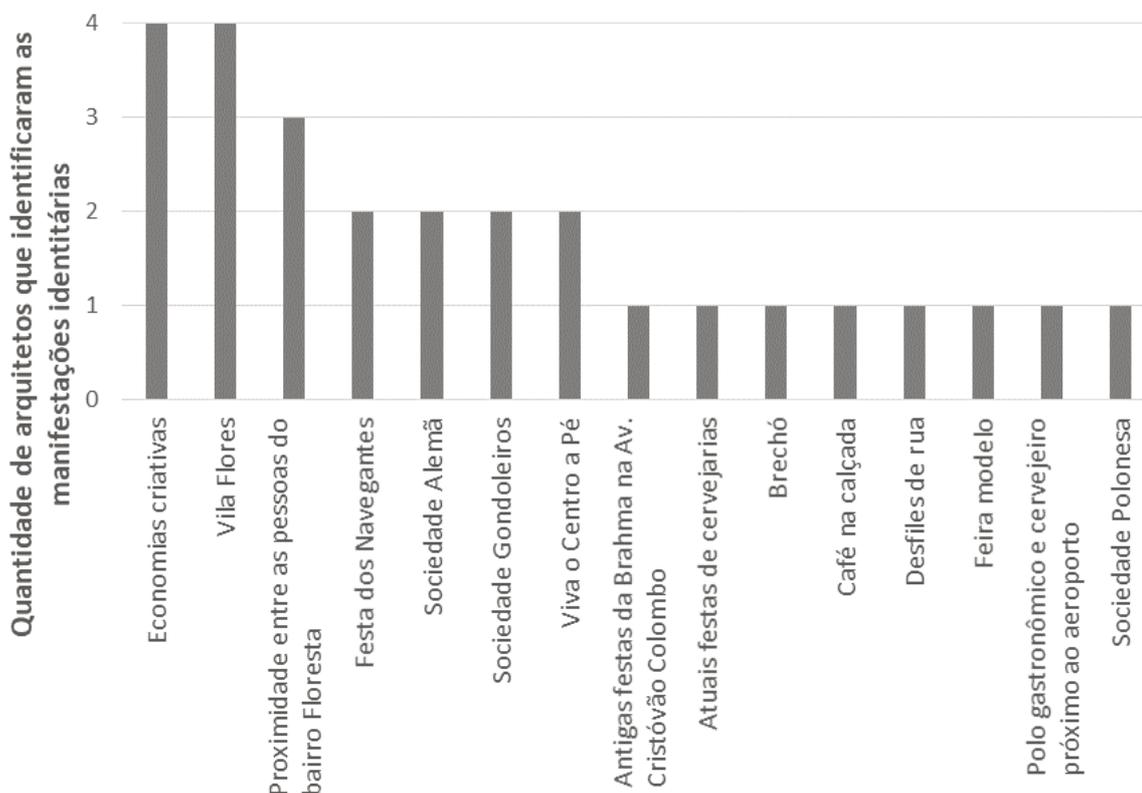
Isso acontece, pois ao mesmo tempo em que o poder público alega considerar em suas propostas de planejamento urbano setorial as demandas das associações de moradores e do Distrito Criativo, não demonstra tanta transparência sobre a nova minuta de lei até o presente momento. Segundo os profissionais da prefeitura que estão envolvidos com o *Masterplan*, a falta de divulgação e discussão dessas informações com a sociedade deve-se à ausência de avanços no desenvolvimento do plano econômico e do plano social do 4º Distrito, os quais serão responsáveis por verificar a viabilidade das propostas pensadas, evitando a publicação precipitada das estratégias. Além disso, verificou-se a inexistência de um programa claramente destinado à educação da população local, visando o aprendizado sobre as características ambientais do lugar e a importância da manutenção das mesmas para o futuro da região.

Ao analisar o atendimento das diretrizes para áreas de interesse cultural no 4º Distrito percebeu-se ainda que, das duas diretrizes mais significativas em termos de incidência e pontuação, apenas uma delas pode ser completamente atendida. Trata-se da diretriz que se destina ao desenvolvimento de levantamento e mapeamento de características arquitetônicas e urbanísticas a preservar. Em relação às outras quatro diretrizes atendidas no 4º Distrito, duas delas são de pouca relevância, visto a baixa pontuação e incidência entre as certificações ambientais pesquisadas. É o caso do incentivo ao uso de softwares para mensurar os benefícios gerados pela preservação de edificações histórico-culturais e dos recursos naturais e do estímulo a requalificação dos espaços abertos. Quanto às diretrizes que apresentam importância intermediária, foram consideradas completamente atendidas no 4º Distrito apenas as diretrizes que se destinam a preservar a vegetação existente e a criar um *masterplan* para preservar as características da paisagem urbana.

Em contrapartida, os estudos desenvolvidos sobre o 4º Distrito permitiram observar a existência de uma série de manifestações identitárias, que fazem parte do capital social da área, as quais não são devidamente abordadas pelas diretrizes das certificações ambientais. A partir das entrevistas com arquitetos e urbanistas foi possível identificar manifestações identitárias particulares do território do 4º Distrito (Figura 16). As economias criativas e o Complexo Arquitetônico Vila Flores foram as iniciativas mais lembradas pelos profissionais entrevistados. Coincidentemente, tratam-se de ações recentes na região, reconhecidas pelo interesse em aproximar

grupos sociais locais e o território, de modo a ampliar o engajamento social pela requalificação da área urbana.

Figura 16 – Manifestações identitárias no 4º Distrito segundo entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao ocuparem o bairro Floresta, as economias criativas tiram proveito das características do lugar e, ao mesmo tempo, estimulam a preservação de edificações significativas e a mistura de atividades na região. Um exemplo bem-sucedido desse tipo de intervenção compreende ao espaço de trabalho colaborativo denominado Complexo Arquitetônico Vila Flores que, por meio da Associação Cultural Vila Flores, tem estimulado o fortalecimento da vida em sociedade, oferecendo atividades de integração ao público em geral.

Outras manifestações identitárias, embora tenham sido lembradas por uma menor quantidade de entrevistados, ajudam a compreender melhor a formação desse capital social existente no 4º Distrito. As referências aos desfiles de rua, às sociedades fundadas por imigrantes alemães, italianos e poloneses, às antigas festas promovidas pela cervejaria Brahma e à tradicional Festa de Nossa Senhora

dos Navegantes são aspectos que reportam à antiga zona industrial de Porto Alegre, um distrito que se caracterizou pela vitalidade e pela existência de fortes laços de confiança entre as pessoas. Mesmo que parte dessas manifestações tenha se modificado ou desaparecido, o espírito de coletividade que se formou há muitas décadas atrás se mantém vivo na identidade social. Isso tem contribuído, por exemplo, para o fortalecimento das relações comunitárias do bairro Floresta, conhecido pelos brechós, pela Feira Modelo, pelo Passeio das Artes, pelo café compartilhado entre vizinhos nas calçadas da Rua Félix da Cunha, pelo Festival da Boa Vizinhança, entre outras. Diante disso, pode-se afirmar que o capital social identificado corresponde, portanto, a uma contribuição do estudo de caso para o estudo de diretrizes para áreas de interesse cultural, necessitando ser incluído e valorizado nos sistemas de avaliação urbana propostos pelas certificações ambientais para o ambiente urbano.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado com as paisagens urbanas que conferem singularidade, diversidade e identidade a uma determinada sociedade ou parte dela vem se tornando um dos desafios a serem abordados pelas estratégias de desenvolvimento urbano que visam a sustentabilidade e pelo mercado das certificações ambientais. Diante disso, estudar diretrizes destinadas à preservação de características que dizem respeito às áreas de interesse cultural, especificamente ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, em certificações ambientais, foi o objetivo da presente pesquisa.

Para a realização dessa investigação, considerou-se dividir o trabalho em duas etapas principais. Inicialmente, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica para identificar certificações ambientais com relevância ao redor do mundo. Em seguida, foram selecionadas, conforme critérios pré-estabelecidos, seis certificações ambientais para análise de suas diretrizes pertinentes à preservação de características de áreas de interesse cultural. Os selos ambientais escolhidos foram BREEAM, LEED, CASBEE, *Green Star*, *EarthCraft* e *Pearl Rating System*. As diretrizes das certificações ambientais elencadas foram estudadas individualmente. Após, fez-se uma análise comparativa entre todas as diretrizes encontradas para áreas de interesse cultural. Foram analisados aspectos relativos à incidência de cada diretriz entre as certificações ambientais pesquisadas, ao grau de importância e à pontuação atribuída a cada uma delas. As análises desenvolvidas resultaram em um quadro de diretrizes para áreas de interesse cultural, onde as mesmas foram hierarquizadas de acordo com a sua importância.

Na segunda etapa da pesquisa, buscou-se verificar a presença das diretrizes encontradas no 4º Distrito de Porto Alegre. O estudo de caso envolveu uma pesquisa bibliográfica sobre a história, a trajetória da preservação dos bens patrimoniais de Porto Alegre, as características locais e os acontecimentos recentes na área, além da realização de entrevistas semiestruturadas com arquitetos e urbanistas que tiveram ou ainda apresentam algum tipo de envolvimento com a região. Essas entrevistas tiveram a finalidade de identificar valores e potencialidades, elementos naturais e construídos, manifestações identitárias existentes e aspectos a serem preservados para o futuro da localidade.

O estudo das diretrizes das certificações ambientais demonstrou que, individualmente, cada ferramenta de avaliação estudada não apresentou um escopo significativo de diretrizes destinadas às áreas de interesse cultural. Verificou-se que a certificação BREEAM pode ser considerada aquela que, proporcionalmente, possui a maior quantidade de diretrizes destinadas à preservação de questões relacionadas à paisagem urbana. A certificação LEED, embora seja a que apresenta maior reconhecimento e utilização no mundo, é também a que, proporcionalmente, contém a menor quantidade de diretrizes para a preservação de áreas de interesse cultural.

Por outro lado, a identificação de diretrizes em diferentes certificações ambientais evidenciou a possibilidade de se constituir uma listagem de diretrizes mais abrangente e complementar, classificando-as em três categorias. A primeira categoria proposta envolveu três diretrizes relacionadas à preservação de edificações e das infraestruturas existentes. A segunda categoria, com quatro diretrizes, abrangeu o atendimento aos aspectos urbanísticos e paisagísticos. A terceira categoria incluiu duas diretrizes vinculadas à participação social no planejamento urbano.

As análises comparativas das diretrizes das certificações ambientais selecionadas permitiram identificar as diretrizes com maior relevância em razão da incidência e da pontuação. Quanto à incidência, constatou-se que quatro diretrizes se destacam. As mais relevantes, mencionadas por cinco das seis certificações ambientais, consistem no levantamento e mapeamento das características arquitetônicas e urbanísticas a preservar e no envolvimento da comunidade local nas propostas de desenvolvimento. Em segundo lugar, observadas em quatro das seis certificações ambientais pesquisadas, estão a identificação, restauração e reutilização de edificações existentes, bens patrimoniais edificados e infraestruturas que compõem a identidade de um lugar e a criação de um *masterplan* para preservar as características da paisagem urbana de áreas de interesse cultural. Quanto à pontuação, notou-se que, *Green Star* e BREEAM são os selos ambientais estudados que melhor distribuem seus pontos nos sistemas de avaliação, sendo BREEAM a certificação mais equilibrada, pois possui diretrizes para avaliar as três categorias temáticas de diretrizes identificadas, enquanto que *Green Star* não apresenta diretrizes voltadas à categoria de preservação de edificações e das infraestruturas existentes. Em contrapartida, LEED e *Pearl Rating System* foram

observadas como as certificações ambientais que pior avaliam suas diretrizes para áreas de interesse cultural.

Ao relacionar os estudos da incidência e da pontuação, foi possível observar ainda que as certificações ambientais pesquisadas têm valorizado mais as questões que envolvem a ambiência, em detrimento das edificações isoladas. Notou-se que três das quatro diretrizes que compõem a categoria dos aspectos urbanísticos e paisagísticos se destacam pela maior incidência, pontuação ou por configurarem pré-requisitos de atendimento obrigatório no sistema de avaliação. A categoria de preservação de edificações e das infraestruturas existentes, por sua vez, possui apenas uma diretriz significativa em termos de incidência e pontuação, sem configurar pré-requisitos.

A forma como as diretrizes vêm sendo medidas em cada certificação ambiental também possibilita observar algumas incoerências. Para uma mesma diretriz existem modos de avaliação bastante discrepantes entre os selos ambientais, variando de uma baixa pontuação à configuração de pré-requisitos, os quais necessitam ser obrigatoriamente atendidos para obtenção do selo ambiental. No estudo da hierarquização das diretrizes, as categorias que envolvem os aspectos urbanísticos e paisagísticos e a participação social no planejamento urbano acabaram se destacando da categoria que visa a preservação de edificações e das infraestruturas existentes, principalmente, em razão das mesmas possuírem maior quantidade de pontos e pré-requisitos.

Embora atualmente as certificações ambientais estejam valorizando mais os fatores urbanísticos e paisagísticos, isso não significa que devam desconsiderar aspectos que envolvam a preservação e a reutilização de edificações e infraestruturas isoladas. Faz-se necessário que as certificações ambientais destinadas ao espaço urbano sejam revisadas, a fim de qualificarem suas diretrizes e sistemas de pontuação, tornando-os mais coerentes e equilibrados. Sugere-se, por exemplo, que as certificações ambientais busquem definir pré-requisitos nessa categoria, especificamente para a diretriz que envolve o desenvolvimento dos inventários. Outra diretriz que poderia ter sua inclusão estudada corresponde à criação de incentivos urbanísticos e fiscais para bens tombados e inventários, de modo a estimular o reaproveitamento dos mesmos.

Em relação ao estudo de caso, foi possível verificar, com base no planejamento urbano e nas características da paisagem urbana do 4º Distrito,

apontadas pelos entrevistados, o atendimento de cinco das nove diretrizes identificadas para áreas de interesse cultural em certificações ambientais. Contudo, é importante mencionar que, como o poder público não possibilitou acesso à minuta de lei do *Masterplan*, os estudos desenvolvidos acabaram se baseando apenas nas informações disponíveis publicamente, por meio de jornais e fontes eletrônicas, fato este que pode causar impressões distorcidas nas análises.

Dentre as diretrizes parcialmente atendidas, foi possível destacar a identificação, restauração e reutilização de edificações existentes, bens patrimoniais edificados e infraestruturas que compõem a identidade de um lugar e o envolvimento da sociedade local, por parte do governo municipal, no que tange às propostas de desenvolvimento urbano do 4º Distrito. As diretrizes consideradas não atendidas foram aquelas que se destinam à aprovação do projeto de intervenção para reutilização de edificações históricas junto aos órgãos públicos competentes e à promoção de um programa local voltado à educação e conscientização da comunidade sobre a importância da preservação da paisagem urbana existente.

O estudo de caso também demonstrou a existência de lacunas em relação a características do 4º Distrito não contempladas pelas diretrizes para áreas de interesse cultural. As diversas manifestações identitárias identificadas nas entrevistas com os arquitetos e urbanistas, como por exemplo as economias criativas, o Complexo Arquitetônico Vila Flores, a Associação Cultural Vila Flores, as antigas sociedades fundadas pelos imigrantes, as festas cervejeiras, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, as relações comunitárias do bairro Floresta, dentre outras, ajudam a constituir o capital social local, uma característica singular presente na região. Verificou-se que algumas das manifestações identitárias encontradas apresentam relação com a formação da zona industrial de Porto Alegre, sendo pautadas pelo espírito de coletividade e empreendedorismo e pelo alto nível de confiança entre as pessoas, enquanto que outras, mais recentes, aproveitam-se desses valores existentes para estimular a reconexão de partes da sociedade local com o território, fortalecendo os laços de confiança entre as pessoas, na busca pela ressignificação da área urbana.

Diante do exposto, tem-se que a presença do capital social em áreas de interesse cultural corresponde a uma qualidade indispensável a ser considerada pelas diretrizes das certificações ambientais. Isso se deve em razão de que o mesmo, além de ser uma característica particular de um lugar, é também uma força

com potencial de transformação, apresentando comprometimento com o bem-estar de todos. As redes sociais de cooperação e responsabilidade podem, portanto, ser aproveitadas para auxiliar na preservação de características únicas da paisagem urbana local e nos projetos de desenvolvimento e requalificação do 4º Distrito.

Em relação a trabalhos futuros, alguns caminhos são indicados para a continuidade das pesquisas nessa área. No que diz respeito ao estudo das certificações ambientais voltadas à preservação de áreas de interesse cultural, sugere-se que seja realizada nova investigação para incluir outras certificações não arroladas por esta dissertação, possibilitando a complementação do quadro de diretrizes. Para o 4º Distrito de Porto Alegre, recomenda-se que sejam realizadas pesquisas junto à sociedade local, a fim de identificar lugares, elementos e edificações que a população compreende como significativos, comparando-os com a listagem do inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico desenvolvida pelo poder público. Por fim, espera-se que as questões discutidas nessa pesquisa possam, de alguma maneira, oferecer ideias e melhorias às certificações ambientais pesquisadas, bem como auxiliar na gestão das cidades, orientando políticas de planejamento urbano atentas à identidade e à memória de diferentes grupos sociais que habitam ou transitam por esses lugares atrativos e diversificados.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Geografia I**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, v. 14, p.77-97, 1998. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2017.
- ABU DHABI URBAN PLANNING COUNCIL. **The pearl rating system for estidama**: community rating system: design and construction: version 1.0. Abu Dhabi, abr. 2010. Disponível em: <<https://www.upc.gov.ae/en/publications/manuals-and-guidelines/pearl-rating-manual-estidama>>. Acesso em: 3 mar. 2017.
- ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 27-55.
- ALMEIDA, L. F. de. Apresentação. In: DIOGO, E. (Org.). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília: IPHAN: Programa Monumenta, 2009. p. 3-4. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg\\_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- ALVES, L. 4º Distrito espera há pelo menos 30 anos por uma revitalização: berço do progresso da Capital, área dos bairros Floresta, Navegantes, Humaitá, Farrapos e São Geraldo lida com problemas recorrentes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 nov. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/11/quarto-distrito-espera-ha-pelo-menos-30-anos-por-uma-revitalizacao-4643635.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- AMADO, M. P. **Planeamento urbano sustentável**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BE HQE. **Cerway**: Cerway's presentation. Paris, 2016a. Disponível em: <<http://www.behqe.com/cerway>>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- BE HQE. **HQE Certification**: HQE characteristics. Paris, 2016b. Disponível em: <<http://www.behqe.com/cerway/specificities>>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- BRAGHIROLI, A. O patrimônio industrial e os novos paradigmas da preservação. **Revista Mensal do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 5, n. 57, p. 27, maio 2009. Disponível em: <<http://www.crea-rs.org.br/site/arquivo/revistas/ed57.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mais de uma década de investimento no patrimônio**. Brasília, DF, nov. 2015. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/mais-de-uma-decada-de-investimento-no-patrimonio/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/mais-de-uma-decada-de-investimento-no-patrimonio/10883)>. Acesso em: 13 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas patrimoniais**. Brasília, DF: IPHAN, 1995.

BRASIL. Rio+20. Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável. **Sobre a Rio+20**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html)>. Acesso em: 29 ago. 2016.

BRASIL. Senado Federal Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas. **Estatuto da Cidade**: e legislação correlata: dispositivos constitucionais Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001 Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.vsilva.com.br/dados/Estatuto%20da%20Cidade.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BUILDING RESEARCH ESTABLISHMENT ENVIRONMENTAL ASSESSMENT METHOD (BREEAM). **BREEAM communities**: technical manual: SD 202-0.1.2012. Watford, 21 fev. 2013. Disponível em: <[http://www.breeam.com/bre\\_PrintOutput/BREEAM\\_Communities\\_0\\_1.pdf](http://www.breeam.com/bre_PrintOutput/BREEAM_Communities_0_1.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BUILDING RESEARCH ESTABLISHMENT ENVIRONMENTAL ASSESSMENT METHOD (BREEAM). **What is BREEAM?** Watford, 2017a. Disponível em: <<http://www.breeam.com/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BUILDING RESEARCH ESTABLISHMENT ENVIRONMENTAL ASSESSMENT METHOD (BREEAM). **Why BREEAM?** Watford, 2017b. Disponível em: <<http://www.breeam.com/why-breeam>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CALDAS, K.V.; SANTOS, C. A. A. Cartas Patrimoniais, legislação e a restauração do Grande Hotel de Pelotas: breves considerações. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, 12., 2013, Pelotas. **Anais eletrônicos...** Pelotas: UFPEL, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/issue/view/246/showToc>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

CAMPELLO, G. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 116-125, 1994. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2017.

CARDIA, C. **Pórtico do cais**. Porto Alegre, 5 abr. 2012. Disponível em: <<https://gasometro.wordpress.com/2012/04/05/portico-do-cais/>>. Acesso em: 6 jun. 2017. Blog: Gasômetro - Blog de Imagens.

CASTANHEIRA, G. S. **Estratégias de intervenção para a regeneração urbana sustentável**. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Construção e Reabilitação Sustentáveis) – Universidade do Minho, Braga, 2013. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28129>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CASTELLO, L. **Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)**. 2005. 415 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5112>>. Acesso em: 11 nov. 2016

CASTELLS, M; HALL, P. **Tecnópolis del mundo: la formación de los complejos industriales del siglo XXI**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos**. Belo Horizonte: IEDS; São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMPREHENSIVE ASSESSMENT SYSTEM FOR BUILT ENVIRONMENT EFFICIENCY (CASBEE). **CASBEE for urban development: comprehensive assessment system for built environment efficiency: technical manual (2014 edition)**. Tóquio, 20 fev. 2015. Disponível em: <[http://www.ibec.or.jp/CASBEE/english/download/CASBEE-UDe\\_2014manual.pdf](http://www.ibec.or.jp/CASBEE/english/download/CASBEE-UDe_2014manual.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

COMPREHENSIVE ASSESSMENT SYSTEM FOR BUILT ENVIRONMENT EFFICIENCY (CASBEE). **CASBEE: comprehensive assessment system for built environmental efficiency**. Tóquio, mar. 2016. Disponível em: <[http://www.ibec.or.jp/CASBEE/english/document/CASBEE\\_brochure\\_2016.pdf](http://www.ibec.or.jp/CASBEE/english/document/CASBEE_brochure_2016.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CORRÊA, A. P. **Caminhos para adaptação de certificação de qualidade ambiental de edifícios no Brasil: reflexões**. 2011. 237f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/21/teses/776623.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2018.

CORRÊA, S. R. M. **O Programa das Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do Patrimônio Cultural – 1973/1979**. 2012. 343 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/12372>>. Acesso em 12 jan. 2018.

COSTA, G. S. da. **Reconexão de espaços degradados à cidade por meio da reconversão de uso de vazios industriais: o caso do IV Distrito de Porto Alegre**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-

Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015. Disponível em:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/122532>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CUÉLLAR, J. P. de. (Org.). **Nossa diversidade criadora**: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento - Unesco. Campinas: Papirus, 1997.

CULTURE 21. Agenda 21 for culture. **Agenda 21 da cultura**. Barcelona, 8 maio 2004. Disponível em:  
<[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c\\_pt.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c_pt.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2016.

DIAS, G. **O patrimônio material no Estado do Rio Grande do Sul**: política, ações e preservação. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (PUCRS), 2012. Disponível em:  
<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3743>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DIAS, R. **Sustentabilidade**: origem e fundamentos, educação e governança global, modelo de desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2015.

EARTHCRAFT. **EarthCraft Communities**: program guidelines. Atlanta, 2014. Disponível em:  
<[http://www.mediafire.com/view/zielk8885fnd19m/ecc\\_guidelines\\_v2014-07-28.pdf](http://www.mediafire.com/view/zielk8885fnd19m/ecc_guidelines_v2014-07-28.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2017.

EARTHCRAFT. **Who is EarthCraft**. Atlanta, 2016. Disponível em:  
<<http://www.earthcraft.org/who-is-earthcraft/>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

EDELWEISS, R. K. Cidade contemporânea, memória e preservação patrimonial: uma interpretação a partir das preexistências culturais. **Oculum Ensaios**: Revista de Arquitetura e Urbanismo, Campinas, v. 13, n. 1, p. 153-162, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/002812705057ee12e8e4d>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

EDWARDS, B. **Guia básico para a sustentabilidade**. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

FARR, D. **Urbanismo sustentável**: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FERNANDES, A. C. **Cemitérios industriais**: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre – RS/ Brasil. 2014. 188 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014. Disponível em:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106342>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

FLORISSI, E. **Desenvolvimento urbano sustentável**: um estudo sobre sistemas de indicadores de sustentabilidade urbana. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2009. Disponível em:  
<<http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3211>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

FORTES, A. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Rio de Janeiro: Garamond; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

FRANTZ, R. A. **Prédio da antiga Cervejaria Brahma, hoje Shopping Total**. Porto Alegre, 31 dez. 2006. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A9dio\\_da\\_Cervejaria\\_Brahma\\_\(Porto\\_Alegre\)#/media/File:Cervejaria\\_Brahma\\_-\\_Porto\\_Alegre.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A9dio_da_Cervejaria_Brahma_(Porto_Alegre)#/media/File:Cervejaria_Brahma_-_Porto_Alegre.jpg)>. Acesso em 13 jul. 2017. Site: Wikipédia.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v.9, n.1, p.33-47, 2005. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=issue&op=view&path%5B%5D=15>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAEFF, E. Sobre o inventário do patrimônio cultural em Porto Alegre. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Cultura. **A memória cultural numa cidade democrática**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001. p. 39-45.

GRAEFF, E. et al. Áreas especiais de interesse cultural do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. In: SAL - SEMINÁRIO DE ARQUITECTURA LATINOAMERICANA – LA CIUDAD LATINO-AMERICANA, 10, 2003, Montevideu. **Anais eletrônicos...** Montevideu: Sociedad de Arquitectos del Uruguay, 2003. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/317095364\\_Areas\\_Especiais\\_de\\_Interess\\_e\\_Cultural\\_do\\_Plano\\_Diretor\\_de\\_Developolvimento\\_Urbano\\_Ambiental\\_de\\_Porto\\_Alegre](https://www.researchgate.net/publication/317095364_Areas_Especiais_de_Interess_e_Cultural_do_Plano_Diretor_de_Developolvimento_Urbano_Ambiental_de_Porto_Alegre)>. Acesso em: 8 dez. 2017.

GRAIZ, A. Feira de intercâmbio cultural oferece serviços para imigrantes. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, 2 jun. 2017. Disponível em: <<http://diariogauchoclicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/ajuda/noticia/2017/06/feira-de-intercambio-cultural-oferece-servicos-para-imigrantes-9806651.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL (GBC BRASIL). **Certificação LEED**. Barueri, 2014a. Disponível em: <<http://gbcbrasil.org.br/sobre-certificado.php>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL (GBC BRASIL). **Empreendimentos LEED**: gráficos de crescimento no Brasil. Barueri, 2014b. Disponível em: <<http://www.gbcbrasil.org.br/graficos-empresendimentos.php>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

GREEN BUILDING COUNCIL OF AUSTRALIA (GBCA). **Green Star Communities**: guide for local government. Sidnei, 2014. Disponível em:

<[http://www.gbca.org.au/uploads/189/2749/Green\\_Star\\_Communities\\_Guide\\_for\\_Local\\_Government\\_For\\_Web.pdf](http://www.gbca.org.au/uploads/189/2749/Green_Star_Communities_Guide_for_Local_Government_For_Web.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2017.

GREEN BUILDING COUNCIL OF AUSTRALIA (GBCA). **Green Star Communities PILOT v0.2 rating tool**: submission templates. Sidnei, 2015. Disponível em: <<https://www.gbca.org.au/uploads/188/2748/Green%20Star%20-%20Communities%20v0.2%20Submission%20Templates.zip>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

HENRIQUE, V. **CityZoom – Versão curta (Método)**. [S.l.], 8 fev. 2011. Disponível em: <[https://prezi.com/\\_cmmw6m55haf/cityzoom-versao-curta-metodo/](https://prezi.com/_cmmw6m55haf/cityzoom-versao-curta-metodo/)>. Acesso em: 17 ago. 2017.

INOVATECH. **Certificação BREEAM**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.inovatech engenharia.com.br/atuacao/certificacoes/breeam/>>. Acesso em 18 abr. 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Declaração de Québec**: sobre a preservação do “*Spiritu loci*”. Quebec, 4 out. 2008. Disponível em: <[https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **PAC2 Cidades Históricas**. Brasília: IPHAN, 2013. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC\\_2\\_Cidades\\_Historicas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC_2_Cidades_Historicas.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2017.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS. **Projeto de revitalização das Docklands do Cais Mauá**: Cais Mauá 04. Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://jaimelerner.com.br/index.php/pt/portfolio/cais-maua-2/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

JESUS, R. P. G. de. Uma abordagem para a revitalização do 4º Distrito. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: FAUPUCRS, 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13411407-Uma-abordagem-para-a-revitalizacao-do-4o-distrito.html>>. Acesso em: 22 set. 2016.

LIRA, S. H. de; FRAXE, T. de J. P. O percurso da sustentabilidade do desenvolvimento: aspectos históricos, políticos e sociais. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 3172–3182, mar. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/12618/pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

LOWENTHAL, D. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Ediciones AKAL, 1998.

LYNCH, K. **¿De qué tempo es este lugar? Para una nueva definición del ambiente**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MACEDO, A. C. A carta do Novo Urbanismo norte-americano. **Arquitextos**, São Paulo, ano 7, n. 082.03, Vitruvius, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>>. Acesso em: 17 abr. 2018

MARTINI, M. L. **Corredor cultural**: Rua da Praia. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

MATOS, B. F. de C. **Construção sustentável**: panorama nacional da certificação ambiental. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ambienteconstruido/files/2015/06/BRUNA-FARHAT-DE-CASTRO-MATOS.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MATTAR, L. N. **A modernidade de Porto Alegre**: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º Distrito. 2010. 354 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3863>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MATTAR, L. N. **Porto Alegre**: Voluntários da Pátria e a experiência da rua plurifuncional (1900 - 1930). 2001. 275 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000265.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MEIRA, A. L.G. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MELLO, C. **UFRGS apresenta estudo de revitalização do 4º Distrito**. Porto Alegre, 21 dez. 2016. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=190964&UFRGS+APRESENTA+ESTUDO+DE+REVITALIZACAO+DO+4O+DISTRITO](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=190964&UFRGS+APRESENTA+ESTUDO+DE+REVITALIZACAO+DO+4O+DISTRITO)>. Acesso em: 31 jul. 2016. Site: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

MENDONÇA, A. M. Revisitando as ruínas urbanas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=131&Itemid=170](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=131&Itemid=170)>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MERCHAN-HAMANN, E.; TAUIL, P. L.; COSTA, M. P. Terminologia das medidas e indicadores em epidemiologia: subsídios para uma possível padronização da nomenclatura. **Informe Epidemiológico do SUS**, Brasília, v. 9, n. 4, p. 276-284, dez. 2000. Disponível em: <[http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-16732000000400006&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-16732000000400006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MONTEIRO, M. Implantação total do Masterplan, na Capital, deverá durar três décadas: projeto precisa cumprir longa etapa de tramitação no governo municipal. **Gaúcha ZH Porto Alegre**, Porto Alegre, 13 fev. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/02/implantacao-total-do-masterplan-na-capital-devera-durar-tres-decadas-9718820.html>>. Acesso em 26 set. 2017.

OBSERVA POA. Porto Alegre em análise. Sistema de gestão e análise de indicadores. **Cidade de Porto Alegre**: séries históricas: bairros. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, jan./jun. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0102-018820060001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820060001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 4 abr. 2017.

PESAVENTO, S. J. **Memória Porto Alegre**: espaços e vivências. Porto Alegre: UFRGS: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

PIQUÉ, J. **Distritos de innovación y creación**. Porto Alegre, 2 set. 2015. Disponível em: <<https://urbsnova.wordpress.com/distritos-innovacion/>>. Acesso em: 13 jul. 2017. Blog: UrbsNova – Agência de Design Social e Inovação.

PIQUÉ, J. **Polo Distrito C**. Porto Alegre, [2014?]. Disponível em: <<https://distritocriativo.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 dez. 2016. Blog: Distrito C.

PORTAL VANZOLINI. **Certificação AQUA – HQE em detalhes**. São Paulo, 2015a. Disponível em: <<http://vanzolini.org.br/aqua/certificacao-aqua-em-detalhes/>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

PORTAL VANZOLINI. **Certificação AQUA – HQE**. São Paulo, 2015b. Disponível em: <<http://vanzolini.org.br/aqua/certificacao-aqua-hqe/>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

PORTAL VANZOLINI. **Empreendimentos certificados**. São Paulo, 2015c. Disponível em: <<https://vanzolini.org.br/aqua/empreendimentos-certificados/#>>. Acesso em 18 abr. 2018.

PORTAL VANZOLINI. **Referencial técnico de certificação**: bairros e loteamentos: parte I: guia prático. São Paulo, set. 2011. Disponível em: <[http://www.vanzolini.org.br/download/RT\\_AQUA\\_BAIRROS\\_v0\\_setembro\\_2011.zip](http://www.vanzolini.org.br/download/RT_AQUA_BAIRROS_v0_setembro_2011.zip)>. Acesso em: 1 mar. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Lei Complementar Nº 434, de 1 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/lei\\_434\\_integra\\_atualizada\\_out\\_2010.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/lei_434_integra_atualizada_out_2010.pdf)>. Acesso em 8 dez. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Lei Complementar Nº 601, de 23 de outubro de 2008**. Dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030092.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria do Planejamento Municipal. **PDDUA**: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/planodiretortexto.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Cultura. **Bens tombados e inventariados em Porto Alegre**: outubro 2013. Porto Alegre, out. 2013. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu\\_doc/2017lista.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/2017lista.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Urbanismo. **Revitalização urbana e reconversão econômica do 4º Distrito**: 1ª parte: apresentação do diagnóstico. Porto Alegre, 18 dez. 2015a. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/4d1.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d1.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Urbanismo. **Revitalização urbana e reconversão econômica do 4º Distrito**: 2ª parte: premissas e diretrizes para o Masterplan. Porto Alegre, 18 dez. 2015b. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/4d2.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d2.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2016.

PUTNAM, R. D; LEONARDI, R.; NANETTI, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

QUEIRÓS, J. The role of culture in urban regeneration policies: research notes drawn from Porto's case. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF YOUNG URBAN RESEARCHERS, 1., 2007, Lisboa. **Anais eletrônicos...** Lisboa: CIES, 2007. Disponível em: <<http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=18&cf=3>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei nº 13.490, de 21 de julho de 2010**: atualizada até a Lei nº 14.814, de 30 de dezembro de 2015: Institui o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais - PRÓ-CULTURA, e dá outras providências. Porto Alegre, 21 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.490.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

ROGERS, R. G.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ROMERO, M. et al. Construindo um sistema de indicadores de sustentabilidade intra urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 11., 2005, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPUR, 2005. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/343.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALENGUE, L. G. de P.; MARQUES, M. M. Reavaliação de planos diretores: o caso de Porto Alegre. In: PANIZZI, W. M.; ROVATTI, J. F. (Org.). **Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre: UFRGS, Ed. Universidade, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993. p. 155-164.

SALGUEIRO, T. B. A cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p. 39-53, 1998. Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04\\_4\\_salgueiro.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_4_salgueiro.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

SANTOS, C. N. F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 86, p. 59-63, 1986. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0BwTS4THx9n2hQmpabF9EbTdWT0U/edit?pli=1>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SCUSSEL, M. C. B.; SATTLER, M. A. Áreas especiais de interesse cultural em Porto Alegre: da estratégia de qualificação ambiental à mobilização pela participação na cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO – ENTAC, 11., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ENTAC, 2006. Disponível em: <[http://www.infohab.org.br/entac/entac2006\\_artigos.html](http://www.infohab.org.br/entac/entac2006_artigos.html)>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. **Bens culturais e proteção jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

SOUZA, C. L. de; AWAD, J. di C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**. Nizhny Tagil, jul. 2003. Disponível em: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

TITTON, C. P. Reestruturação produtiva e regeneração urbana. In: CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO - CODE, 2., 2011, Brasília, DF. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: IPEA, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_anaisdocircuito01.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_anaisdocircuito01.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

U.S. GREEN BUILDING COUNCIL (USGBC). **Better buildings are our legacy**. Washington, 2017. Disponível em: <<http://www.usgbc.org/leed>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

U.S. GREEN BUILDING COUNCIL (USGBC). **Getting to know LEED:** building design and construction (BD+C). Washington, 1 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.usgbc.org/articles/getting-know-leed-building-design-and-construction-bdc>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

U.S. GREEN BUILDING COUNCIL (USGBC). **LEED v4 for neighborhood development.** Washington, 5 jan. 2018. Disponível em: <[https://www.usgbc.org/sites/default/files/LEED%20v4%20ND\\_01.5.18\\_current.pdf](https://www.usgbc.org/sites/default/files/LEED%20v4%20ND_01.5.18_current.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaração universal sobre a diversidade cultural.** Paris, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Culture urban future:** global report on culture for sustainable urban development. Paris, 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002459/245999e.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

UNITED NATIONS. Department of economic and social affairs. Population division. **World urbanization prospects:** the 2014 revision. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de (Org.). **Intervenções em centros urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. 2. ed. Barueri: Manoele, 2009. p. 1-51.

VERÍSSIMO, E. **Caminhos cruzados.** 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

VIDAL, H. Porto Alegre busca seu Distrito Criativo: região que compreende a Estação Rodoviária e o DC Shopping quer investimentos que inovem. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2016/7/592640/Porto-Alegre-busca-seu-Distrito-Criativo>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

VIEIRA, J. **Evolução da sustentabilidade na construção civil e dos sistemas de certificação.** Rio de Janeiro, 25 nov. 2014. Disponível em: <<https://sustentarqui.com.br/dicas/evolucao-da-sustentabilidade-na-construcao-civil-e-dos-sistemas-de-certificacao/>>. Acesso em 17 abr. 2018.

WALLIG, J. F.; PENA, V. Vila Flores: um processo arquitetônico: ressignificação, coletividade e aprendizado. **Projetos**, São Paulo, ano 16, n. 184.01, Vitruvius, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/16.184/6015?page=1>>. Acesso em 16 nov. 2017.

## APÊNDICE A – ENTREVISTAS

### Entrevista 1

Gênero do entrevistado: masculino

Data da entrevista: 13 de setembro de 2017.

Horário: 10:30h – 11:30h

Duração: 33 minutos

Tipo de entrevista: presencial

**Entrevistadora:** Quais os valores que você atribui a ambiência do 4º Distrito de Porto Alegre?

**Entrevistado:** Bom, o 4º Distrito é um dos bairros, assim, na verdade ele não é um bairro, ele é um conjunto de bairros, são mais de um. Ele surgiu na expansão mesmo do centro. Então, ele é um caminho que começa a se estruturar a partir da vocação de Porto Alegre como um porto, um centro econômico e político e é uma entrada e saída da cidade nesse sentido aí, onde aquele local de antigas chácaras que existiam ali começaram a se urbanizar e se formou esse tecido todo. O problema, exatamente esse, é locacional. Eu imagino que o 4º Distrito tem um problema locacional, porque ele é um ponto de passagem, na entrada e saída da cidade para a região metropolitana, e, muito em função disso, ele foi ocupado por atividades com o passar do tempo. Chegou ao ponto do Plano Diretor de 79, o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a consagrar, a praticamente consagrar o bairro como industrial, monofuncional, e aquilo prejudicou muito a estruturação do bairro. A transformação dele ficou meio que truncada em função dessa decisão, do ponto de vista ai dos anos 70, que era um urbanismo mais, assim, de cunho. Seguiu a Carta de Atenas, aquela coisa do modernismo, do CIAM e tinha essa questão da funcionalidade como um tema determinante e aquilo meio que matou um pouco o bairro. Ele já tinha um outro problema, isso, nos anos 70, mas anteriormente, nos anos 40, o bairro também sofreu com a questão das enchentes. É um bairro de cota muito baixa e em função da enchente de 41, aquilo o que era residencial daquele bairro passou a não ser. As pessoas começaram a fugir do bairro, enquanto habitação, o que casou muito com essa decisão, digamos assim, do plano diretor, de consagrar ele como monofuncional, industrial. Então, virou um distrito industrial de Porto Alegre, o que eu acho também que aumentou os problemas dessa questão de vocação do bairro. Agora estão tentando recuperar o bairro, estão tentando. Já na prefeitura, o tempo que eu passei lá, eu vi suceder vários planos para o bairro, que na realidade não vingaram, várias tentativas. A fundamental, eu acho que é sanear o bairro. Acho que teria que resolver o problema das cheias. Não pode o bairro ficar exposto a esse tipo de problema né. Tentaram já. Colocaram equipamentos lá, estação de bombeamento e tudo mais, para tentar resolver esse problema. Não sei, eu não sou engenheiro sanitário, teria que ver essa questão, a questão também da barreira física, que é a continuidade da cortina da Mauá. Ele segue ali num dique que tem contra as cheias e tal, então isso tudo complica o bairro, enquanto potencialidade de ocupação e de diversidade de atividade, que eu acho que é o principal que deveria ter, mas atualmente é difícil. Mas, basicamente, teria que atrair habitação para lá e, hoje em dia, a gente vê tentativas que eu não considero bem-sucedidas. Tem o caso ali da fábrica da Fiateci, que é uma área especial. Foi determinada nos estudos da EPAHC, que se incorporaram ao Plano de 99, que sucedeu o Plano Diretor de 79, e que tinha um regime que não foi respeitado. Foi aprovado lá um projeto que extrapolou esse regime e eu acho que comprometeu um pouco a questão de a fábrica ser uma referência naquele bairro ali, enquanto conjunto edificado, enquanto elemento que poderia atrair e se tornar um polo de atração de pessoas. Agora, um projeto foi aprovado lá, que a EPAHC não aprovou. Isso foi um projeto imposto pela Câmara de Vereadores, pelos diretores lá da época, os coordenadores da época, da memória, da cultura e do governo municipal. Hoje se tu for visitar o empreendimento, ele está subutilizado, não conseguiram vender a totalidade e é um projeto ruim. Eu considero um projeto em que se perdeu uma chance muito grande de tornar aquilo um elemento atrativo para outras pessoas irem morar. É uma pena isso. É um projeto que teria condição até de reverter uma tendência, mas infelizmente não deu certo. Então, eu não conheço o *Masterplan*, mas eu considero, assim, que o coração do 4º Distrito, enquanto dali se poderia fazer uma ocupação mais diversificada, seria o eixo da Voluntários da Pátria, principalmente, que reúne os principais prédios ali, que são referências no ponto de vista da paisagem, os moinhos que ainda tem lá, a própria fábrica da Fiateci, que é muito importante ali, a Avenida São Pedro, aquele eixo todo. Eu acho que dali se poderiam tirar elementos para ir ocupando o interior do bairro e, claro, num plano que pudesse integrar tudo isso, que atraísse. Agora, lá se pensa sempre em condições de super ocupação do ponto de vista imobiliário. Então, tem que chegar no limite da altura, do índice que o plano diretor propõe, que é 52 metros, e eu não sei se com uma volumetria, com uma altura máxima que vai ser o padrão, de 52 metros, aquilo consiga realmente, paisagisticamente, se tornar atrativo. Vai ficar uma massa edificada. Vai se perder muito do que era um bairro industrial. O que ficou ali, algum pouco tecido residencial, muito pouco, e a maior parte são grandes depósitos, pavilhões e tal. Pavilhões têm aquela propriedade de ter muita flexibilidade de ocupação. Se poderia utilizar para uma proposta até de moradia, mas principalmente de serviços, de comércio, tem estrutura física para reciclar. Só que,

infelizmente, a indústria da construção civil em Porto Alegre pensa sempre em começar do zero. Então, tem que botar abaixo para começar no modelo que eles estão praticando no momento. Não é sustentável, eu diria. Tu tens toda uma estrutura física lá, já construída, que está se deteriorando. Se poderia utilizar e criar uma cidade diferente lá, não ficar fazendo uma cidade igual, que vai ficar uma coisa meio sem cara daqui a pouco. Daqui a 50 anos depois tu olhas para aquilo, para trás e pensa: que cidade é essa? Não tem cara nenhuma. Fica uma São Paulo, assim, que é tudo verticalizado. Poucos pontos em São Paulo tu conheces e reconheces como um cartão postal. Então, tem essa problemática. Digamos assim, o 4º Distrito teria que ter um plano que conseguisse enxergar um pouco para esse lado e realmente tirar esse potencial para fora e poder aproveitar.

**Entrevistadora:** Sim, o patrimônio como um potencial...

**Entrevistado:** Sim, partir dali, porque na verdade, no primeiro plano que teve lá, que foi na época do Tarso Genro prefeito, surgiu um inventário do patrimônio arquitetônico no 4º Distrito, exatamente para começar dali. Então, a EPAHC fez aquele levantamento. Hoje em dia, eu enxugaria muito daquilo, foi muito extensivo, incluiu demais. Eu acho que poderia reduzir, até porque muita coisa já se deteriorou e eu acho que já nem existe mais. Mas, eu acho que a gente tem que fazer uma revisão desse inventário lá e chegar nesse acervo, vamos dizer assim, mais ajustado com o nosso tempo e, a partir dele, ver o que se pode fazer, mas não simplesmente transformar o bairro em outra coisa, que daí ele vai perder um pouco dessa particularidade e da sustentabilidade que ele poderia oferecer.

**Entrevistadora:** Quais os elementos da paisagem cultural urbana do 4º Distrito que você identifica como mais significativos?

**Entrevistado:** É, eu trabalho na, trabalhei, na área de patrimônio, então eu acho assim, a orla. No ponto de vista macro seria a orla, que dá, digamos assim, toda uma característica para aqueles bairros ali, o 4º Distrito como um todo. O eixo da Voluntários da Pátria, que na verdade é uma entrada, poderia ser uma entrada da cidade, fazer um binário com aquela outra entrada, a Castelo Branco, Legalidade hoje em dia. Nem sei qual é o nome. A Câmara de Vereadores já mudou de novo. Já estava me acostumando com Legalidade, agora já voltou para Castelo Branco. Então, nem sei o que dizer. Tem gente que diz assim: “Ah, vamos fazer a entrada da cidade pelos Voluntários.” Eu acho que ali tem que fazer a saída da cidade, porque para fazer a entrada da cidade acabaram destruindo coisas lá no centro, na chegada da Voluntários, no centro. Demoliram pavilhões que eram também industriais, antigos, naquele afã de: “Ah, vamos desafogar o trânsito, e tal.” Mas, isso na entrada já tem, é a Legalidade. Faz a saída aqui para desafogar, criar um binário mesmo, para conseguir, dentro da dinâmica urbana, dar uma fluência. Principalmente agora, a gente precisa resolver a questão de engenharia de tráfego e aquele bairro, aquela via, aquele eixo, ele poderia fazer muito bem esse papel, de tirar os carros dali e criar um corredor mesmo, de alternativa de saída. Mas, querem fazer duas mãos, então fica meio complicado assim, trabalhar nisso. Eu acho, assim, por exemplo, só comparando, mal comparando, a Borges de Medeiros, que era a primeira avenida da cidade, moderna e tal, transformaram num binário, na Praia de Belas. Arrebentaram com a Borges de Medeiros. Fizeram uma coisa horrível lá. Ao invés disso, eu teria feito isso na Voluntários da Pátria, que tem outro tipo de característica, de caixa de rua, não tem canteiro central, teria outra característica que poderia muito bem servir de binário, mas não fazer com a Borges de Medeiros. Na Borges de Medeiros era um crime ter feito isso lá. Eu acho que a cidade perdeu muito com isso, mas, ultimamente, quem tem planejado a cidade são os engenheiros de tráfego e nisso a cidade está muito maltratada, por essa questão né. Na verdade, as atuais gestões terminaram com a Secretaria de Planejamento. Na verdade, já não vinham planejando a cidade há muito tempo e agora transformaram aquilo num balcão de aprovação de projetos. Não se pensa mais a cidade. Não existe mais um planejamento urbano global da cidade. Infelizmente, Porto Alegre tinha toda uma tradição de planejamento humanista desde o Plano Maciel, Gladosch. Depois, o próprio Plano Diretor de 79 é um plano de qualidade, a gente reconhece isso, mas, infelizmente, a cidade perdeu isso. Ela está meio à deriva desses interesses mais imediatos, de mercado, da indústria da construção. Então, a cidade está rendida para esse aspecto aí, da especulação. Eu diria isso hoje. A cidade está sendo construída à mercê da especulação. O poder público, que deveria ter um papel de coordenar essas ações, ele está submetido a isso. Infelizmente, a cidade está muito difícil de se resolver, enquanto ambiente urbano e sustentável, que seria desejável. Mas assim, voltando ao 4º Distrito, de referência assim, além da orla, que é uma referência macro, eu diria, a ponte, que é um outro elemento que começa a entrar aí mais pontualmente. Aí vem aquela fachada que existe ali na Voluntários, que é exatamente essa tipologia de depósitos e indústrias. A principal delas é a Fiateci. Eu diria assim, que aquela frente da fábrica foi abandonada. Eu via a aprovação lá. Não foi a EPAHC que aprovou, mas a EPAHC aprovou o tratamento paisagístico dela. Não exatamente as construções lá, aqueles edifícios incompatíveis com aquela volumetria estão lá, hoje, subutilizados. Mas, a EPAHC aprovou o jardim, o tratamento paisagístico de frente para a Voluntários, que não foi feito. Está um matagal aquilo lá tudo, a entrada no negócio inclusive foi invertida. Ela está entrando pela outra rua, que não é nem a São Pedro, é a outra, a quadra do outro lado. Então, descaracterizou completamente ali, do ponto de vista do acesso, do ponto de vista da valorização paisagística, da entrada da fábrica originalmente e, também, do ponto de vista do uso dos pavilhões. Eu vi que eles inclusive alteraram o ponto do telhado. Ali pela São Pedro dá claramente para ver isso, e para colocar pavimento de garagem. Além do que transformar pavilhões em garagem é uma coisa absolutamente ridícula, do ponto de vista da importância daqueles pavilhões todos. Ali poderia abrigar muita atividade que seria, daria uma sustentabilidade muito boa. Não só o conjunto, o empreendimento imobiliário em si, mas seria, eu diria assim, um germe para conseguir atrair mais usos para lá. Mas, se perdeu essa oportunidade. É um projeto muito burro nesse sentido, porque jogaram fora um potencial importante. Infelizmente, é o que está hoje lá. Indo lá visitar a gente percebe claramente que é uma coisa falida, assim, completamente falida e já meio pauperizada, porque foi um

empreendimento com uma certa repercussão na cidade, uma certa publicidade, inauguração, coisa e tal, e, na verdade, a ocupação foi muito aquém, então aquilo perdeu um pouco do potencial. O Vila Flores é uma tentativa né, que saiu fora do âmbito público, uma iniciativa, eu diria nem privada, mas foi uma ação de amigos, uma coisa assim, que dentro dessa outra, mais de redes sociais, foi agregando valor e, hoje em dia, virou uma referência importante ali. Bem interessante, como uma nova maneira de se fazer as coisas. Mas, acho que partiu muito mais daquela questão comunitária mesmo, das pessoas. Eu me lembro que eu fiz passeios ali a convite da Associação de Moradores e a gente passava por ali: “Olha que pena isso aqui... Está abandonado aqui, ali...” Ali já é mais bairro Floresta, que é mais residencial, mais próximo do centro. Então, ali começou a entrar mais esse tipo de dinâmica né, começou a funcionar dessa forma. O problema é o seguinte, é muita área subutilizada. Então, a cidade não tem volume para ocupar isso, dessa forma mais espontânea. Esse é também um dos pontos com movimentação. O próprio dono do local era um arquiteto, então ele tinha essa visão. Ele morava em São Paulo. Então, eu acho que com isso trouxe a possibilidade para aquilo acontecer, mas é quase que uma exceção, eu diria, isso lá. O Total também. Eu não gosto muito do projeto do Total. Poderia ter sido um projeto melhor, assim, para ser implantado, mas é uma visão também muito comercial e tal. Mas, ele conseguiu reverter uma dinâmica ali. Veja que as coisas que estão dando certo ainda estão muito próximas do centro. Quando tu começa a te afastar, aquilo fica mais rarefeito e aí, fica difícil, porque daí aumentam as questões da tipologia, os pavilhões é que dominam a cena, não é tanto tecido residencial. Aí, tu tens mais dificuldade para fazer a dinâmica acontecer. Esta coisa do Fiateci foi uma tentativa que não foi além né, não conseguiu agregar ali muita coisa. É um ponto de referência para residência e tal, mas eu acho que foi muito aquém do que eles pensavam mesmo, acho eu, e do que se esperava. Eu teria expectativa nesse plano, assim, nesse *Masterplan*, que a gente não conhece né, ninguém conhece. A prefeitura tem essa mania de esconder as coisas, não bota para discutir e tal, então, não agrega conhecimento, valor às coisas, porque fica meio que protegendo um pouco isso. Eu acho que tem que botar isso mais para discussão e ver exatamente. É a mesma coisa com o Cais do Porto. É um projeto fechado, que a comunidade quer saber, não consegue. Então, é tudo meio escondido. Tem esse problema. Eles têm medo e, sei lá, fica difícil assim, não dá para se pensar um projeto urbano dessa forma.

**Entrevistadora:** Quais as manifestações identitárias você já testemunhou na área do 4º Distrito?

**Entrevistado:** É, Vila Flores seria uma. Eu acho que, assim, a comunidade do bairro Floresta está mais organizada enquanto comunidade de bairro. Eu acho que é uma coisa meio tipo ali do Moinhos Vive, então isso está entrando lá dessa forma e eles são muito ativos. Na época em que eu estava lá percebia. Infelizmente, o plano diretor da cidade tem essa coisa formal, mas ele não tem essa dinâmica mais espontânea, vamos dizer assim, de tu conseguires conquistar os moradores e agregar confiança a esses moradores para implementar ações. Isso deveria acontecer com um plano mais aberto, vamos dizer assim. Nesse sentido, eu acho que poderia abrir mais para essa participação. Eu acho que tudo aquilo depende muito disso, só que na verdade o Sinduscon, está muito dono da situação e aí ele inibe muito essa questão da espontaneidade. Isso está muito dentro daquela caixinha né, de índice e coisa e tal, para o Sinduscon ir lá, fazer e vender. A prefeitura meio que funciona assim. Está, atualmente, em função do que eu percebo, da relação do executivo com a iniciativa privada. Eles estão muito dependentes da iniciativa privada e isso é muito ruim, porque o poder público não tem, parece que não tem mais voz. Ele sempre tem que pedir a permissão do outro para fazer alguma coisa. Então, isso inibe muito. Então, as ações que aparecem são muito restritas. Eu diria assim, existe um polo cervejeiro, vamos dizer assim, ali perto do aeroporto, por ali, que tem atraído, pela questão da gastronomia, alguma coisa. Já fui lá, já me surpreendi um pouco com aquilo, que é uma vocação do ponto de vista do uso que existe. Quando tu começa a agregar alguns usos para um determinado ponto da cidade, isso se transforma num potencial que pode, de repente, incentivar para aquilo agregar mais novidades, vamos dizer assim. Existe ali, no final da terceira perimetral, ao chegar na entrada da BR, aquele polo gastronômico, meio no terreno, não sei se era da Condor ali, quando tu fazes a entrada ali para o aeroporto. Ali tem vários restaurantes meio, numa área muito ampla. Aquilo está dando certo. Eu acho que por muito tempo aquilo ficou parado e aí acharam uma maneira de ocupar aquilo e, realmente, tu vais lá, mais fim de semana que eu vejo ali. Eu fui num domingo almoçar lá e me surpreendi com a dinâmica da coisa, um monte de gente que vai. Então, isso tudo são sinais, vamos dizer assim. Existe uma possibilidade de uma ocupação um pouco mais de lazer, de habitação e não só de depósitos, de caminhão andando por ali, que é uma coisa que afasta muito. Mas, são atividades que teria que tentar ver, assim, o que é possível de acontecer ali, alguma surpresa acontece, mas muito, eu diria assim, muito no ponto inicial. Não tem ainda muita coisa acontecendo lá.

**Entrevistadora:** Que aspectos devem ser preservados para o futuro do 4º Distrito?

**Entrevistado:** Eu acho que tem que se partir desse inventário revisado. É uma referência que se tem. Eu acho que com isso tem que se tentar, com essa estrutura física, reciclar essa estrutura. Isso teria um grau de atratividade, de usos novos ali. E favorecer a habitação lá. Está faltando habitação lá dentro. Eu diria fora do bairro Floresta. Diria assim, Navegantes, mais próximo ali, em direção ao aeroporto, à saída da cidade mesmo e ao eixo da Voluntários. Transformar numa paisagem mais agradável. Eu acho muito árido aquilo ali. A Avenida Paraíba, a Rua Paraíba, que era uma rua especial pelo conjunto de edificações que tinha, geminadas, aquilo ali virou meio que uma área de cracolândia. Isso é um problema, é um problema de segurança que tem que resolver, não sei de que maneira. Hoje em dia, está muito difícil de resolver, mas ali está uma ocupação. Invadiram os pavilhões para depositar lixo e aquilo está meio sem controle. Os moradores da Rua Paraíba, estavam com um problema sério. As casas estavam sendo ameaçadas, depredadas e tal. Projetos do Theo Wiederspahn, de uma fábrica, são quatro fábricas térreas que tem lá, que a gente inventariou. Uma só está a parede, só está de

pé o frontão. O telhado já foi embora. Acho que agora nem sei se está a fachada mais. Era uma coisa que a gente, o prefeito da época nos perguntou, que na época era o Fortunati: “Olha, o que que vocês acham de urgente de patrimônio para recuperar?”. Eu tinha indicado aquela fábrica na Almirante Tamandaré, se eu não me engano, só que eu fui vistoriar lá uma vez e estava invadido, exatamente por esse pessoal do lixo, os papeleiros. O depósito estava no meio da rua, sabe? Não era nem mais dentro do pavilhão. Dá até medo de ficar ali, entendeu? Uma sensação de insegurança terrível. Então, aquela coisa ali, está um negócio meio sem controle, meio terra de ninguém, uma coisa, assim, onde não tinha presença nenhuma de polícia, de poder público, de nada. Era uma terra completamente de ninguém mesmo. Essa sensação é muito ruim, sabe. Não estimula a nada, desvaloriza tudo. É uma coisa complicada. Tinha que dar melhores condições para começar a se pensar numa interferência lá, mais homogênea, mais forte do ponto de vista da segurança, da ocupação. Botar dinâmica lá dentro né, mas é uma coisa difícil.

**Entrevistadora:** É quanto a questão da paisagem urbana local?

**Entrevistado:** É, essa proposta das áreas especiais que a gente fez lá, a gente concluiu ela. A gente começou em 2000 e terminou em 2004, 2002. Foi 2002 que a gente aprovou no conselho do plano, conselho do plano não, no conselho do patrimônio a gente aprovou aquilo, os regimes, tudo. Só que na verdade esses regimes foram sendo alterados por administrações sucessivas e aí, o regime ideal que seria aquilo ali, né, que foi estudado, em convenio com a Ritter, que a gente formou um grupo e tudo mais, na verdade ele não foi implementado. Foi muito descaracterizada essa questão, ao ponto do governo Fogaça, a nossa proposta foi completamente modificada, vamos dizer assim. Sempre tem um governo novo, que nega o anterior, e aí surge uma revisão. Nisso surgiu revisão, revisão, revisão. E agora não sei em que ponto está, mas houve uma revisão da revisão que chegou a voltar para os nossos regimes iniciais, na época do Fortunati prefeito, que estava enxergando novamente os valores daquele primeiro trabalho e estava retornando aqueles primeiros regimes. Mas daí eu não sei se isso aí foi aplicado né. Eu acho que patrimônio, hoje em dia, está muito difícil do poder público assumir, em função de que ele é cada vez mais dependente da iniciativa privada e, na verdade, quem manda em Porto Alegre é o Sinduscon, que patrocina os vereadores, paga as campanhas políticas, pelo menos até onde a lei permitia fazer isso. Agora não sei como é o patrocínio das campanhas. Mas, o Sinduscon tinha essa campanha. Ele pagava os políticos e recebia os dividendos depois, no plano diretor. Por isso, os regimes de área especial nunca foram para frente, nunca foram aplicados. Então, agora, não sei como é que está. Saí da prefeitura. Não sei que situação está lá. O patrimônio, de uma maneira geral, a tendência é cada vez mais ser patrocinado pela iniciativa privada, porque o poder público não tem dinheiro, não paga funcionário, tem toda essa problemática. Difícilmente vai cuidar do patrimônio e fazer com que o particular cuide. Então, é difícil isso. Eu não sei que futuro vai ser, mas eu o enxergo cada vez mais dependente da iniciativa privada para preservação.

**Entrevistadora:** Mas, seria importante a preservação da paisagem?

**Entrevistado:** É, é uma aplicação constitucional. O poder público tem o dever institucional de preservar. Só que ele está sendo negligente neste aspecto, a gente está vendo isso. Então, eu enxergo isso, daqui para frente, como uma coisa muito mais da comunidade se organizar e ela fazer, como o Vila Flores, seria um exemplo. Mas, assim, eu imagino que a sociedade poderia evoluir um pouco mais e entrar mais forte nisso. Cobrar mais ou eleger melhores políticos para se fazer isso. Mas, eu acho difícil. O Brasil está muito difícil. O paradigma está mudando. Nós estamos ainda nos paradigmas do século XX e a gente está no outro século. Temos que ver como é que a gente vai levar esse patrimônio para frente. A nível federal, estadual e municipal está sendo muito precário gerir o patrimônio. Tem que haver um futuro para isso. Não sei como eles vão chegar num encaminhamento, mas eu acho que o paradigma é outro. Não é mais essa velha maneira de se trabalhar com patrimônio. Eu acho que é uma coisa muito mais aberta agora, que passa por rede social, passa por comunidade, passa por vontade de cada um. É uma coisa mais assim, de cobrar, eu não sei, de selecionar melhor os administradores. Mas, eu não tenho proposta, nem solução nenhuma, eu só enxergo isso né, por enquanto essa é a minha perspectiva.

## Entrevista 2

Gênero do entrevistado: feminino

Data da entrevista: 22 de setembro de 2017.

Horário: 15h – 16h

Duração: 23 minutos

Tipo de entrevista: presencial

**Entrevistadora:** Quais os valores que você atribui a ambiência do 4º Distrito de Porto Alegre?

**Entrevistada:** Deixa eu pensar... Bom, primeiro vamos só assim, ó, o que a gente entendia nessa nossa proposição, o que a gente entendia por ambiência, que na época era um termo que não era tão comum assim, hoje já é mais, mas a gente entendia assim, que era um conjunto. Ambiência seria uma coisa, uma totalidade, vamos dizer, que entraria aspectos paisagísticos, arquitetônicos.... Né.... Então, o que que a gente entenderia como valor ali, para a ambiência, eu acho que é, repetindo um pouco

isso que eu te falei, algumas coisas que tem valor como arquitetura né, arquitetura que expressava coisas de uma época, que foi a industrialização em Porto Alegre, os volumes, aqueles grandes depósitos, alguns com muita qualidade arquitetônica. Nós temos ali, inclusive, um prédio que é do Theo Wundersphan né. E como a paisagem, ela é interessante assim, porque ainda não se perdeu, apesar da situação que está hoje, de muita coisa abandonada. Aquela paisagem, então, que assim, que mistura aqueles grandes pavilhões industriais da época com os depósitos e, ao mesmo tempo, ele joga com alguns edifícios residenciais, que não tinham muita altura, então é muito peculiar eu diria, aquela ambiência, né, e o fato de isso estar praticamente em frente ao rio. Também é uma coisa que tem que ser considerada. É, tem que ser considerada. Tu podes tranquilamente fazer um olhar de quem quer ver aquilo como um conjunto. Tem uma certa homogeneidade. Não é tudo igual, mas dá para fazer uma leitura de uma coisa mais homogênea né, que caracteriza muito aquela área. Então, isso também é um aspecto que eu acho interessante, que não se deveria perder. Mesmo que tu faças novas intervenções e outras coisas, já dessa nossa época, a consideração daquela ambiência peculiar eu acho que seria interessante.

**Entrevistadora:** Sim, essa preocupação com descaracterizar demais né, porque a gente pensa muitas vezes numa identidade nacional ou regional, mas ali é bem peculiar né, é local.

**Entrevistada:** É muito peculiar, é, então isso. Eu acho interessante. Acho interessante que mesmo que tu possas, que deva agregar novas contribuições e coisas dessa nossa época e tal, isso deve ser considerado, aquela peculiaridade daquela ambiência.

**Entrevistadora:** Quais os elementos da paisagem cultural urbana do 4º Distrito que você identifica como mais significativos?

**Entrevistada:** Olha, lamentavelmente, foi feito no fundo do que era a indústria, aquela de tecelagem, que era conhecida, e até esses dias eu encontrei isso. Esta fábrica fabricava, tua mãe devia estar nascendo, uns famosos cobertores Paraíba, que tinha uma propaganda, acho que nos anos 60. Eu era criança nos anos 60 e hoje todas as pessoas daquela geração se lembram daquela propaganda, que era dos cobertores. Coisa mais linda. Eram crianças que brincavam e é porque estava na hora das crianças irem dormir, eu acho que era 9 horas, então aparecia aquela propagandinha dos cobertores Paraíba, um amor. Era fabricado pela Fiateci. Então, além daquele, do valor material daquele conjunto, também tem essas referências afetivas que tinham uma vinculação com coisas da cidade. A Fiateci eu lamento profundamente o que fizeram, mas acho que era uma coisa de grande valor ali, pelo conjunto, pelo tipo de estrutura que existia para o funcionamento da Fiateci, que se eu não estou enganada, hoje virou um estacionamento dos prédios. Aquela vegetação que criava aquele acesso diferenciado para uma indústria, que tinha uma espécie de uma praça, uma praça antes de chegar na própria indústria, e os próprios depósitos e pavilhões da indústria, que eu acho superinteressante e que até hoje, mesmo com aqueles horrores lá, são referências que se usa: "ah, não, é perto da Fiateci e tal". Então, ali eu acho muito significativo. Me lembro de alguns que até hoje, quando tu passas, tu enxergas dois conjuntos, dois prédios que agora não saberia mais, não me lembro mais que indústrias tinham ali, um pouco para lá, na Voluntários. Dois que são grandes, assim, que aparecem fisicamente. Hoje funcionam alguns depósitos de móveis ou materiais usados. Tinha um que também era uma referência superinteressante, que era, foi a antiga e primeira fábrica daqueles móveis torneados, os móveis da Gerdau. Ainda está ali, eu acho que funciona, faz uma esquina curva, o prédio acompanha a curva da esquina. Ah, tem muita coisa. Numa rua de dentro, que quando tu vais caminhar para conhecer melhor, eu lembro que tinha um chalé, assim, maravilhoso, que era residência e que sabe lá porquê se manteve. Depois foi alugado. Enfim, depois virou um escritório. Um chalé residencial, íntegro, belíssimo. Tem muita coisa por ali que eu acho que são referências e que tem valor, assim, muita coisa, e é interessante, porque eu acho que assim, ó, se tu já tiveste a oportunidade, eu acho que tu ires caminhando por aquele bairro, tu vais vendo surpresas, boas surpresas né. Tu vais se encontrando com algumas coisas: "Meu Deus, como é que eu nunca vi?" Coisas muito interessantes.

**Entrevistadora:** E sobre esses projetos mais para o lado do Floresta?

**Entrevistada:** Sim. O do Theo Wundersphan, que é esse que felizmente está preservado ali. Tem, tinha algum conjunto de casinhas, nos fundos, um conjunto de residências, não me lembro mais o nome da rua. Ah, o conjunto da Rua Paraíba, que é belíssimo, o conjunto com as casas e o tratamento, a vegetação da rua, que sabe-se lá como é que estão. Ah, o *Shopping Total*, claro. O *Shopping Total*, sim, mesmo com o que tenham feito ali, ainda é a antiga Brahma né. Ah, não, e tem aquelas casas também, é na Conde de Porto Alegre, não, na rua que dá na frente do *shopping*. Ainda tem um conjunto que faz a esquina. Tem a casa do Theo Wundersphan também. Naquele quarteirão tem coisas interessantes. A casa, que foi o escritório, foi feita por alguém e depois foi o escritório dele. Não me lembro mais se ele chegou a morar ali. Ah, na Rua Pelotas tem maravilhas. Tem uma fábrica, numa esquina, que ainda está lá. Não me lembro mais do que é. Na continuidade, tem um conjunto lindo, conjunto residencial, hoje felizmente valorizado, que era o que a gente chamava ali, dos Chaves Barcellos, e que hoje é o conjunto da casa Flores ali, Vila Flores. É, ali é um conjunto lindo, porque tem a Vila Flores. Ela continua nesse lado do quarteirão e aqui também, não é igual, mas é homogêneo.

**Entrevistadora:** Quais as manifestações identitárias você já testemunhou na área do 4º Distrito?

**Entrevistada:** Olha... Bom, hoje é essas coisas da Vila Flores. Eu acho um sucesso, porque eles estão conseguindo levar muita gente ali, do próprio local, que acredito que está valorizando muito mais né. Hum... O que se sabe também é que isso aí existia, assim, vamos dizer, uma sociedade, entre aspas, um grupo, uma comunidade, uma coisa menor, que tem muita vinculação, porque era um bairro dos antigos alemães né, porque a própria Floresta em si, quando essas indústrias e coisas se criaram um pouco mais para lá, São Geraldo e Navegantes, a Floresta foi muito o bairro de descendentes de alemães que ali se fixaram e ali era um bairro totalmente

residencial na época né. Acredito que tem coisa muito interessante ainda. Teria que ser feito um trabalho maior. Quando a gente estava na EPAHC, eu me lembro que a gente chegou a fazer um contato para fazer umas exposições fotográficas, alguma coisa da história. Tem um prédio modernista lindo, não, dois. Agora vai falando, vai lembrando. Um é um posto de saúde e o outro é do DEMA, eu acho. São dois, um é mais modernista e o outro mais déco. São muito interessantes esses prédios. Mas eu acredito que ainda deva ter essa coisa, assim, de moradores que tem algum vínculo ali, que se conhecem, principalmente mais aqui na Floresta.

**Entrevistadora:** É, até porque acho que é o bairro mais denso e residencial de fato...

**Entrevistada:** Sim, como habitação, porque né, nos outros até foi uma surpresa quando a gente foi conhecer, assim, em detalhe. Tu ainda enxergas muito daqueles edifíciozinhos déco, que são residenciais até hoje, geralmente mistos com alguma atividade comercial e residencial. Então, tu ainda vês bastante coisa de residência né. Quando tu vens mais para o lado de Gondoleiros, ali tem muita residência, é muito residencial. Eu acho assim, que ele ainda tem muita riqueza ali, muita riqueza assim, num sentido de convivência, de relações sociais, no sentido dos valores, assim, culturais. Eu acho que é muito interessante.

**Entrevistadora:** Acontecem movimentações ali, em função da Vila Flores também.

**Entrevistada:** É, em função da Vila Flores tem muita coisa. Houve uma época que naquela praça... a praça...

**Entrevistadora:** Florida...

**Entrevistada:** Florida, numa das ruas, que agora não vem o nome, que vai dar na Praça Florida, tem uma sociedade ainda, sociedade.... Não sei o que... Que era de alemães. Se eu não estou enganada, tem uma igreja ao lado. Então, ali, que se saiba, ainda era um lugar que acontecia, assim, muitas festas junto com a escola, o colégio que tem lá, que reúne muita gente do bairro. Tem outras... Hoje eu sei que tem umas festas por causa de umas cervejarias que fecham a rua né. Na época em que era a Brahma, aqui na Floresta, tinha festa de rua da comunidade aqui, que eram maravilhosas. Agora eu acho que já não tem mais. Fechava a rua em um sábado, eram muito legais as festas, já fui em festas. É muito interessante. É uma descoberta aquele bairro, descoberta no sentido de que tu tendes a dizer: "Não, é um bairro que foi, é uma zona que foi industrial, hoje está estagnada". O primeiro papo é muito estagnado neste sentido. Nós temos que fazer alguma coisa, porque tudo lá está estagnado. Daí tu chegas lá, anda a pé e tu começa a ver que não é bem assim. Tem vida, tem gente caminhando, tem vizinhos se encontrando, mesmo que tenha caracterizado por essa atividade industrial.

**Entrevistadora:** Eu tive a oportunidade de ir em um evento do Vila Flores e achei muito interessante. Nossa, dá muita gente.

**Entrevistada:** É que o Vila Flores...

**Entrevistadora:** Atrai a cidade inteira né...

**Entrevistada:** É, isso que eu ia te dizer. É que o Vila Flores chama as pessoas dali, mas gente de todo o lugar. Essas festas da Brahma, ali da Cristóvão, era a comunidade de moradores da Cristóvão, acho que era esse o nome, e que deve existir ainda. Talvez eles ainda façam a festa, não sei aonde, mas era na rua, era fechada, na frente da rua, banquinhas e cerveja, chope. Era sensacional.

**Entrevistadora:** Que aspectos devem ser preservados para o futuro do 4º Distrito?

**Entrevistada:** É difícil tu dizer uma coisa só. Acho que é importante preservar alguns testemunhos, vamos dizer, dessa história industrial que houve ali. Acho que é muito importante preservar a atividade residencial, que uma coisa não contradiz a outra. Tu podes ter serviços e um tipo de indústria. Quando a gente fez esse trabalho da tecnópolis, fechava todas, porque era indústria sem impacto que se pensava na época dessa tecnópolis. Acho que essa atividade residencial é importante de manter.

**Entrevistadora:** É a reutilização de edificações?

**Entrevistada:** Sim, claro. Quando eu digo manter edificações que contam uma história, é manter com uso né, porque só consegue manter se tiver um uso, se aquilo tiver fazendo parte da cidade né, numa dinâmica urbana. É a única forma de manter coisas né. E que sejam, assim, as coisas mais variadas, as coisas mais variadas, desde que, claro, sejam compatíveis com a estrutura que tu tens ali né.

**Entrevistadora:** Tens receio de que se extrapole muito o plano e se rompa com essa paisagem toda, as torres de 50 metros?

**Entrevistada:** Se rompe né, se rompe. É uma ruptura na verdade. Mas tu podes utilizar e, inclusive, assim, no sentido de fazer uma, eu não diria revitalização, porque a vida está ali né, mas assim, que tu fizesses uma nova ocupação para o bairro. E não precisa ter necessariamente uma ruptura. Depende do que tu fizeres, depende do projeto. Claro, sempre tu vais ter que considerar a hora que aquilo começa a valorizar. Nós temos essa cultura e é uma ideologia, que para valorizar tem que botar tudo abaixo e fazer tudo de novo, porque na verdade valoriza o mercado imobiliário né, para o mercado imobiliário. É isso que hoje se entende por valorizar e que é uma coisa que chega né, tem que ter outros olhares.

**Entrevistadora:** Até porque se isso se valoriza demais, se descaracteriza demais, e até a sociedade ali acaba né...

**Entrevistada:** Cai fora né. Tem agora o negócio da gentrificação, que é antigo já, mas... Até tem, não sei se tu conheces. Tem um trabalho que está sendo feito, acho que por etapas, tu já entraste no Sul21?

**Entrevistadora:** Sim

**Entrevistada:** No Sul21 tu encontras. Lá em cima. Agora tem uma coisa que tu entras direto, que se chama gentrificação. É um trabalho que está sendo feito aí há alguns meses por um pessoal. Tem coisas muito boas ali.

**Entrevistadora:** Ah, eu acho que a Ana me mandou um *link*.

**Entrevistada:** Era daí, do Sul21?

**Entrevistadora:** Era do Sul21, mas daí falava sobre os moradores da Vila dos Papeleiros.

**Entrevistada:** Tem isso tudo né.... Não, esse trabalho está considerando tudo isso. É, a gente não falou da Vila dos Papeleiros. Ali eu diria que tem uma.... Vou te dizer assim ó, uma intenção de uma política pública habitacional, que deu um passo e não foi mais né. Foi feita alguma coisa e depois a coisa não andou mais. Tu vais lá para cima, não sei qual o universo que tu estás considerando, mas se for além, lá no Humaitá, que nesse nosso trabalho ali não estava dentro do 4º Distrito, Humaitá já era outra coisa, mas o Humaitá, é essa questão da habitação de baixa renda também. É assim, urgente, e pedindo socorro né. E ali pelos papeleiros houve, eu diria assim, um início. Foi feita alguma coisa e não andou mais né. De certa maneira não retirou essa situação de excluídos deles né, porque foi feita a habitação e não se conseguiu ir a diante. Teve uma coisa que de uns anos, que de uns quatro anos para cá, desde que começaram as obras eternas e inacabadas da Copa, a Voluntários da Pátria ficou um perigo, literalmente um perigo, de noite e de dia, porque interromperam, tiraram aquele fluxo constante que existia na rua. Ainda tem, tu podes passar, mas é em uma situação totalmente insegura. Mas acho, assim, é um lugar de muita potencialidade para muita coisa né. Para uma renovação, entendendo renovação como uma coisa que não está acabando com o que já existia, mas que possa revalorizar e revalorizar de uma maneira que não seja só no sentido do mercado imobiliário, que é o que mais se vê hoje em dia né. Essa questão da gentrificação é importante. Esse trabalho aí é bem legal. Eles estão fazendo, eles estão alimentando por etapas. Então assim, ao mesmo tempo em que é tão interessante e que tem um potencial enorme, é sensível né. Quando tu vais fazer um projeto, colocar a mão em uma área como essa, tem que entrar como uma cristaleira, não pode entrar arrasando né.

### Entrevista 3

Gênero do entrevistado: masculino

Data da entrevista: 29 de setembro de 2017.

Horário: 14:30h – 15:30h

Duração: 28 minutos

Tipo de entrevista: presencial

**Entrevistadora:** Quais os valores que você atribui a ambiência do 4º Distrito de Porto Alegre?

**Entrevistado:** Valores, que atribuo. Assim, esse trabalho que a gente fez já faz muito tempo né. Então, mas assim, vou te falar tudo aquilo que eu já te falei, não conheço profundamente o 4º Distrito. Mas, eu acho que assim, o tipo de construção que existe lá, assim, vamos pensar assim, o que eu tenho medo que se perca lá. Eu tenho medo que se inicie um processo, que é usual, que aconteceu em todos os, que acontece né, em todos os nossos bairros, que é de substituição das edificações né, porque o que conforma um bairro, o que dá caráter a um bairro são suas fachadas né, sua relação das edificações com a rua, as características da própria rua né, o tipo de calçada... Não digo que isso tenha que ser congelado né, mas vamos ver o quê que tem lá né, o tipo de calçamento, se tem canteiro na beira da calçada, se é arborizado, o tipo de pavimento. Tudo isso é que vai criando uma ambiência que a gente reconhece como do 4º Distrito, como de qualquer bairro. Porto Alegre sofreu um fenômeno muito curioso, assim, que eu não sei se tu sabes, assim, mas, em 1944, teve um prefeito que, por decreto, sei lá, criou uma lei dos recuos obrigatórios, então, assim, cada nova construção tinha que recuar né. E isso é praticamente tu passar a borracha numa cidade, porque assim, se tu constróis, se desmancha aquela fachada e constrói uma nova atrás, com outra largura de rua, com outra.... Assim, foi um fenômeno muito estranho, estou falando isso para tu ver, assim, o quê que me preocupa que mude no 4º Distrito. Onde é que estão os valores? Até isso, se tem recuo do imóvel, se não tem. Se hoje uma rua não tem recuo, de repente tu implantas um recuo de jardim, que seja, muda completamente as características. O quê que eu acho que não pode fazer? Se tu queres preservar uma ambiência, assim, é tu ter planos reguladores genéricos, assim, por índices construtivos. Daí tu entra com taxa de aproveitamento né, e de ocupação e.... A varrer, né. Eu acho que isso aí teria que, em um bairro como esse, ser estudado caso a caso. Não é que tenha que ser estudado caso a caso. Vai ser estudado pelo arquiteto que recebe a incumbência de fazer um projeto e submeter à aprovação da prefeitura, mas não com parâmetros genéricos, que tu vais fazer uma torre no meio do terreno né. Não! Em alguns tu vai fazer dois colados, vai deixar o recuo do outro lado, vai construir nos fundos para preservar uma fachada, vai ter um índice de aproveitamento muito baixinho, porque aquele volume é importante. Claro, eu sei que cada coisa dessas implica,

talvez, numa limitação no direito de propriedade. Não sei como é que vai compensar isso, mas ou tu tens um índice genérico, que é baixo para todo mundo, mais ou menos o índice que já tem lá, e quem quiser construir a mais, então, se a prefeitura entender que é possível, aí vende o índice, ou compra do vizinho, coisas desse tipo né. Mas, valores, não sei se eu estou desviando para tentar te explicar o que que eu acho, assim, porque valores.... Tem alguns prédios que são mais, sei lá, não vou dizer icônicos. Eles têm uma arquitetura mais característica, uma fachada industrial, então, esse se destaca. Estava falando agora um pouco da Fiateci. Evidente que ali era um bem que seria um desses que tu tens que proteger, assim, tu não deixas fazer toda aquela área construída, só porque o índice é grande tu tens que construir tudo aquilo. Não! Aquele caso ali acho que não né. Talvez uma área menor, de outro jeito, que não traga uma ruptura muito grande para o bairro. Isso que eu acho que é importante.

**Entrevistadora:** E o reaproveitamento da edificação também, essa importância de reaproveitar o patrimônio....

**Entrevistado:** Reaproveitar, né.

**Entrevistadora:** Novos usos...

**Entrevistado:** É um pouco a ideia que surgiu, a ideia do *loft* né, em Nova York. É a ideia de ir para dentro do que existe. Aqui a gente tem casos assim: a Padre Chagas, que é a rua da moda, pega um terreno, desmancha tudo e constrói um prédio e passa a vender *lofts*. Então, assim, *lofts* entre muitas aspas né. Então, as coisas que viram charme, viram *marketing*, viram coisas assim e não a coisa real que seria. Ok, então tu pega lá um depósito do 4º Distrito e transforma aquilo em loja, em restaurante, subdivide e faz apartamentos, faz *lofts* de verdade né. Isso é que eu acho que seria uma diretriz legal para fazer né, para manter a ambiência. Não que tenha que deixar aquela porta de garagem, horrível. Não! Mas, entrar na jogada do lugar, assim, de fazer melhorias, sem dúvida, transformação, renovação, mas sem perder o que tinha.

**Entrevistadora:** Sim, essa questão, também, da mescla de atividades, de trazer outras atividades pelo reuso das edificações.

**Entrevistado:** Sim, tem que inserir trabalho né, tem que inserir residência, tem que inserir comércio, tudo isso né.

**Entrevistadora:** Quais os elementos da paisagem cultural urbana do 4º Distrito que você identifica como mais significativos?

**Entrevistado:** Tem a fábrica Neugebauer, tem a..... Eu não vou saber te dizer de cabeça, mas até marcou naquele nosso trabalho das áreas especiais né. Ali na Voluntários tem aquela, como é que chama? Era transportadora Meyer, pelo menos num tempo já. Perto da ponte tem muita edificação, assim, de porte. Tem aquele conjunto de casas. Tem algumas ruas que nem é pelas construções, assim, mas que tem árvores gigantescas, túneis verdes, isso aí é fundamental. Tem os tipos industriais, até aqueles meio silos ali, tem até aquele que passava por cima da Castelo Branco. Eles tiraram. Tinha uma esteira que passava em cima, para a chegada dos navios. Bom, tem a própria Ponte do Guaíba. Tem a Igreja dos Navegantes, que tem a questão da festa. Aquilo tudo ali é muito maltratado, ali embaixo daquela ponte. O DC Navegantes já foi uma operação bem interessante. Botaram um *shopping*. Todas aquelas edificações que existiam ali, foi um reaproveitamento. Aquele prédio que era da Renner, hoje é do *shopping* também, né. Esse é um tipo de operação que seria um bom caminho. O *Shopping* Total é muito... A imagem dele é muito expressiva, por ser a Brahma, antigamente. É, aquele pavilhão que fizeram lá atrás, aquilo não é muito legal. Acho que descaracteriza. Ele é muito simplório, não sei, ele não se integra. Aquele prédio lá é como colocar um casebre do lado de uma mansão, é um puxadinho, uma edicolazinha, meio mesquinha. É que a proposta daquele *shopping* era fazer um *shopping* popular, uma coisa assim.

**Entrevistadora:** Quais as manifestações identitárias você já testemunhou na área do 4º Distrito?

**Entrevistado:** Tem a Festa dos Navegantes, tem a Vila Flores agora, que é muito recente, mas é uma coisa que ali é bem boa. Aqueles prédios estavam se acabando e estão sendo recuperados. É um outro espírito que está sendo introduzido ali no bairro. O Vila Flores é uma novidade, é uma revitalização do bairro atraindo gente, um pouco o que aconteceu no centro de Porto Alegre, perto do Gasômetro, assim, que já morava muita gente, mas, de repente, começam as ter outras atividades que começam a revalorizar o bairro. Teve outras coisas assim, por exemplo, que a gente estava falando do lado de cá. A galeria Bolsa de Arte saiu da Quintino Bocaiuva e abriu ali. Tem aquele bar, o Tempero Rosa, que os arquitetos frequentam. Já houve algumas tentativas de ocupação com essa ideia, assim, de criar um bairro, com ideia de bairro mesmo, ali em torno da Vila Flores, mas ali é meio especial, assim, porque está mais perto da cidade consolidada. Mas, eu acho que o grande problema é da Farrapos para lá. Tem problemas de prostituição, a Vila dos Papeleiros é uma questão a ser resolvida, a questão da moradia para essas pessoas, o problema do lixo ali. É uma coisa assim, de trabalho feito tudo na rua. Quando a gente passa tem um aspecto desagradável. É, eu acho que aí teriam que assim... O poder público teria que investir em algum espaço, algum lugar, organizar alguma cooperativa, alguma coisa que pudesse trabalhar em condições melhores.

**Entrevistadora:** Que aspectos devem ser preservados para o futuro do 4º Distrito?

**Entrevistado:** Eu acho que essa ambiência que ele tem. A paisagem.... Acho que se verticalizar exageradamente vai se perder. Ali tem a possibilidade, mas já se perdeu né, aquela rua ali era na beira do Guaíba né, a Voluntários, e a gente tem umas barreiras ali, infinitas né. Bom, e é o porto do lado de lá, não tem como se ligar né, então, isso já se perdeu. Mas eu não sei se ali é o caso, assim, estou pensando agora, se é tanto a gente falar de manter ou de criar bem-criado, a partir de uma coisa que existia né. Ali era um lugar de empresas, de caminhões. Eu estou pensando sempre da Farrapos para a Voluntários. Não tem o quê recuperar, esse tipo de atividade não dá. Então, nós temos que criar alguma coisa nova, mas criar alguma coisa que faça sentido para a cidade, que seja legal, que seja diferente do que fazem nos outros bairros. Eu

acho que isso é importante, a partir desses valores que tem lá, não derrubar tudo e fazer um bairro novo. Por exemplo, ali em Canoas, a casa dos Rosa, que foi uma das primeiras casas de Canoas, virou museu. É outra coisa, mas se tu fores lá, ainda tem a casa dos Rosa, pode lembrar do passado, mas hoje em dia é um museu, tem um parque, um café, é outra coisa, entende? É outra coisa, mas ainda é o que era, entende? A memória até lembra, mas tem uma outra memória em construção. Não é congelar e defender, porque ele é maravilhoso. Não é um pelourinho, que assim, é uma preciosidade arquitetônica e tal. É muito caso a caso, pontual. Eu acho que tem muito terreno lá que pode demolir, daqui a pouco fazer uma torre, sei lá, mas, tem que ser uma coisa muito bem pensada né, quadra a quadra. É como em Londres. Lá pode construir prédios gigantescos, mas não é assim, em qualquer lugar e porque eu quero. Não, daí tu apresenta e o pessoal estuda, vê na volumetria, em relação aos vizinhos, eles chegam a olhar a quilômetros de distância para ver o efeito de um prédio grande na paisagem. Agora, largar aquelas torres, tu vens lá da Ponte do Guaíba e, de repente, vê aquelas torres no meio. É uma mudança muito grande, mas de repente era alguma coisa que, sei lá, se fossem mais baixas e uns mais altos, cria um desenho na verdade.

**Entrevistadora:** O *Masterplan* tem disso. A UFRGS fez esses estudos e essas simulações.

**Entrevistado:** Fazer simulação. Eu acho realmente muito importante, porque teria que fazer uma maquete antes, o quê que vai construir ali. É um trabalho que eu acho que é isso que tem que ser feito!

**Entrevistadora:** É, tem que ser alguma coisa mais delicada, tem que ter sensibilidade.

**Entrevistado:** É, exatamente, com essa ideia que eu estava te falando. A gente trabalha com arquitetura, que é a rearquitetura de alguns prédios né. Ali teria que fazer uma rearquitetura do bairro né, nesse sentido.

## Entrevista 4

Gênero do entrevistado: masculino

Data da entrevista: 29 de setembro de 2017.

Horário: 16:30h – 17:30h

Duração: 27 minutos

Tipo de entrevista: presencial

**Entrevistadora:** Quais os valores que você atribui a ambiência do 4º Distrito de Porto Alegre?

**Entrevistado:** Como eu já te falei a pouco, vai ser coloquial essa nossa conversa, sem formalismo. Falar do 4º Distrito e a sua ambiência é, digamos, uma generalização, que acaba por.... Corre o risco de nos levar, não considerar, ou ignorar, ou esquecer, da enorme diversidade que é o 4º Distrito. Essa pergunta eu te responderia de maneiras mais diferentes para cada uma das sub-regiões ou regiões que constituem o 4º Distrito, os bairros. A ambiência de alguns eu acho muito legal, para usar uma expressão não tanto acadêmica né, que mereciam ser preservadas. Nem gosto tanto da expressão revitalizados, mas ao mesmo tempo requalificados, enfim e tal. Outros, ao meu ver, estão a demandar uma intervenção, né. Enfim, de outra natureza. O bairro Navegantes sobretudo. Se pegar para o lado de lá, do Trensurb, aquilo não tem, eu diria, absolutamente nada a ver do ponto de vista da arquitetura da cidade, da ambiência, da paisagem urbana, como se fala, do ponto de vista do patrimônio histórico. Nada a ver com o bairro Floresta, ou mesmo com o São Geraldo. São histórias e, eu diria, são pedaços de cidades completamente diferentes, sob todos os aspectos e, portanto, demandam olhares e respostas diferentes para cada um. Um princípio que eu acho que tu tenhas que partir é o seguinte: eu estou trabalhando com um universo extremamente heterogêneo e, como tal, toda e qualquer generalização corre o risco de ser nociva, corre o risco né. Claro que depende qual a generalização. Acho que a única coisa que se pode generalizar ali é que todo ele, indistintamente, está mais do que há tempo exigindo, digamos, uma intervenção, uma atenção, por parte do poder público. Não há dúvidas. E isso é válido para todo o 4º Distrito. Agora, como intervir, como participar, digamos, como agir, digamos, né, em cada uma das situações diferenciadas, isso aí o próprio conhecimento de cada uma das situações que vai definir. Como todos os bairros, o próprio bairro Floresta, eu diria que parte significativa dele tem uma ambiência muito legal, mesmo ali, parte do São Geraldo né, aquela região ali que tem a Roosevelt ali, que tem os Gondoleiros também. Tem toda uma história, tem toda uma densidade. Enfim, de vida urbana já foi mais, mas ainda, eu diria, mantém um potencial, assim, muito grande, para que seja, nesse sentido, revigorada, revitalizada e tal. Enfim, não vou dizer que é ali que tu tens que dar prioridade, evidentemente. E tu tens toda aquela área ali, ao longo da Voluntários né, que inclusive com a duplicação da Voluntários vai exigir mais do que uma intervenção, uma qualificação daquilo ali. Aquilo ali é uma das principais entradas da cidade quando se chega e é deplorável. Enfim, estou dizendo o óbvio, estou dizendo aquilo que não precisa ser arquiteto para se dar conta disso. Agora, evidentemente que um tratamento ao longo da Voluntários não será, seguramente, o mesmo tratamento para onde tem o Vila Flores, na Rua São Carlos e os arredores. Então, eu volto a repetir. Eu acho que é um universo de uma enorme riqueza, sobre tudo

pela diversidade, mas aí também se transforma num universo com enorme complexidade. Estou falando no caso do universo 4º Distrito. Mas, eu acho que é um local que, enfim, como tu disse, como objeto empírico é adequado a vários e distintos tipos de estudos e análises, sob os mais diferentes aspectos.

**Entrevistadora:** Quais os elementos da paisagem cultural urbana do 4º Distrito que você identifica como mais significativos?

**Entrevistado:** Eu acho que tem certas ruas né, que nem a São Carlos e outras. Tem a Rua Pará, que é aquela das árvores. Tem um conjunto de edificações, em toda aquela região ali, do São Geraldo ali né? Ali a Roosevelt e tal né. Eu acho que a própria Voluntários né, e não se pode ignorar a importância e a presença dessa avenida na paisagem do 4º Distrito, assim como tantas outras que até mesmo tu vais descobrindo aos pouquinhos. Outra coisa que eu acho muito importante na paisagem é a presença de prédios que são representativos, digamos, do 4º Distrito, como uma área semi-industrial, uma área de trabalho, uma área produtiva. Então, tu tens alguns elementos, e não são poucos, que são elementos que são muito expressivos dessa época e, enquanto elementos, eu diria, de um valor arquitetônico, eles não apenas expressam aquela época, mas acho que a expressam com muita qualidade né, do ponto de vista arquitetônico, sejam os prédios diretamente industriais, sejam os prédios mais administrativos, enfim, associados sempre a atividade produtiva. Então, isso para mim me parece importante. E eu não estou dizendo nenhuma novidade. Hoje, sabe-se que esses prédios se prestam a, digamos, reciclagens das mais diferentes né, e são prédios sólidos, são prédios com grandes espaços. Eu acho que tem também aqueles elementos, tipo Gondoleiros e outros, aquela rua ali, que ainda tem prédios, que eram prédios para atividades comerciais, que eu acho que ainda se mantém.

**Entrevistadora:** Mas nenhum prédio em específico, assim, não elencaria nenhum mais simbólico?

**Entrevistado:** Olha, eu acho que o 4º Distrito, que esses bairros em particular, eles são, o valor deles está muito mais na obra coletiva, digamos, do que na individualidade de cada um dos prédios. Tem aquele filósofo e poeta francês, o Paul Valéry, que escreveu um livro intitulado Eupalinos ou o Arquiteto, em que diz uma coisa assim: há edifícios que são mudos, há outros que simplesmente falam, e outros ainda, muito mais raros, que cantam. O que não quer dizer que não possa ter alguns que se destaquem, isso é importante, mas o que vale mesmo é o conjunto. E aí, eu acho que nessa região na qual nós estamos trabalhando, salvo engano meu, não é, mas é difícil também, porque essa minha resposta pressuporia antes dizer com que critérios eu estou avaliando aqueles prédios para dizer se eles têm um valor pela excepcionalidade ou não. Eu até diria que alguns têm, muito embora não se enquadrem nas categorias aí, mas tem né.... Tem alguns prédios industriais e outros, enfim, alguns antigos casarões, mas o fundamental ali eu acho que é o conjunto e, por isso, que o conjunto deve ser preservado. Não basta preservar uma ou outra obra que se destacaria né, pela sua excepcionalidade. Eu acho que o olhar ali tem que se olhar nesse sentido, do canto coral. É porque eu acho que é a arquitetura da cidade, não a arquitetura de cada prédio, do conjunto dos prédios. Eu costumo dizer que, nessa arquitetura, o que deve prevalecer é o canto coral, não é a individualidade de cada uma das vozes né, do tenor. Mas, é o canto coral, onde, digamos, nos dá o conjunto. O que não quer dizer que não possa ser até um, ter alguns que se destaquem. Isso é importante, mas o que vale mesmo é o conjunto.

**Entrevistadora:** Quais as manifestações identitárias você já testemunhou na área do 4º Distrito?

**Entrevistado:** Ali, se você pegar ali, já na região do bairro Floresta, sobretudo, você tem já um movimento, você tem aquele do Jorge Piqué lá, o Distrito Criativo. Você tem todo aquele movimento do Vila Flores né, enfim, outras, digamos, não vou chamar de instituições, para não dar esse caráter muito formal, mas outras entidades, tipo Vila Flores, que ali estão. Todas essas contribuíram, de certa maneira, para colocar, digamos, o 4º Distrito, pelo menos o bairro Floresta né, com a visibilidade que ele tem hoje. Assim, muitas coisas ocorreram e estão ocorrendo ali. Atividades que ali vão se instalando, galerias de artes. Enfim, isso, chamado, digamos, enfim, economia criativa. Eu acho que é uma das características ali, que vai preservando e eu acho que isso é importante, porque essas chamadas economias criativas, via de regra, são iniciativas ou empreendimentos de pequeno porte e isso me parece muito importante, de que atividades como essas de pequeno porte, por tudo que elas significam, tenham um lugar garantido em todo e qualquer processo de requalificação, digamos, do Bairro Floresta e outros bairros, como São Geraldo. Eu acho que, no fundo, se ali essas atividades de pequeno porte começarem a ser substituídas por atividades de grande porte, aí a própria arquitetura que será demandada, que será necessária, já não é mais essa arquitetura que ali está e que é nessa arquitetura que ela está, digamos, relativamente pequena, de porte médio e tal, que se concentra a maior parte do patrimônio. Não são nos grandes edifícios, nas grandes áreas, enfim.

**Entrevistadora:** Que aspectos devem ser preservados para o futuro do 4º Distrito?

**Entrevistado:** Bah, é difícil de eu te dar uma resposta, sobretudo quando tu pergunta 4º Distrito. Bom, isso aí, no mínimo, claro, todas essas obras já inventariadas, enfim, tombadas. Por princípio já houve uma avaliação anterior, que identificou que essas obras mereceriam ser preservadas né. Acho que já há um número expressivo, claro, tu mesma sabe, melhor que eu até. Tu tiveste acesso a esse elenco de obras que ali estão. Eu acho que uma outra coisa que tem que se insistir sabe, eu acho que isso é importante, é que a preservação, e aí eu me apoio muito na Jane Jacobs e outros, a preservação dessas arquiteturas de outras épocas, arquiteturas do passado e tal, ela tem uma importância muito grande, não apenas porque nós estaríamos preservando, guardando testemunhos daquela época. Isso, por si só, já justificaria a preservação, a manutenção, a salvaguarda, que não necessariamente precisam ser obras de magnificência. Mas, muito mais do que elas serem apenas um testemunho do passado, e aí a Jacobs ressalta isso e eu concordo plenamente com ela, elas são peças fundamentais para a constituição da cidade do presente, para vida da cidade do presente, para a

qualidade da vida na cidade do presente e, portanto, eu acho que elas devem ser tratadas, não como *recuerdo*, mas como parte ativa, indispensável né, para a cidade do presente, e não apenas como: “Ah, olha como é que era!”

**Entrevistadora:** Contemplativa, né. Mas, que seja utilizada ainda.

**Entrevistado:** Contemplativa, exato. Claro. Não, aí evidente que ela tem que ter uso, tem que ter vida, caso contrário fica só um museu, não é isso. E por que eu insisto em dizer isso? É porque, às vezes, quando tu olhas o conjunto, assim, de arquiteturas, em uma determinada situação, tu não destacas, sei lá, obras muito importantes, mas aquele conjunto, pelo que ele representa e pelo que ele tem, a manutenção dele, tem que ser analisada caso a caso. É importante por quê? Porque naquele conjunto ali estão as obras do passado. Aí, nós não podemos olhar apenas com aqueles critérios assim: é uma obra de arte, é um patrimônio histórico e artístico. Não! Ele tem valor pelo passado que ali está objetivado e não apenas para ser testemunha do passado, mas um passado que é indispensável, é necessário para a cidade do presente. Ele tem importância histórica e tem, eu diria, importância cultural, ambiental. O passado está presente e tem que continuar presente para que a cidade do presente tenha qualidades que só com a presença do passado ela possa ter.

**Entrevistadora:** Sim, para ter referências né. Para a qualidade de vida.

**Entrevistado:** Sim, de vida, para a qualidade da vida, do que essa rua é. Então é isso que eu acho que tem que ser visto. Aí é claro, deixa rua, põe café, põe isso, põe aquilo. Isso era uma garagem, mas olha que maravilha! Estamos sentados aqui. Por que não estamos sentados ali? Isso aqui dá urbanidade, aquilo ali não. Olhando pelo lado da urbanidade né, que é uma coisa que vai estar associada ao ambiente, mas é um ambiente que necessariamente tem que ter pessoas, tem que ter vida. Se tu introduzires tudo isso, esses elementos e tal, no teu instrumento de análise, eu acho que aí tu tens muita coisa para fazer.

## Entrevista 5

Gênero do entrevistado: feminino

Data da entrevista: 4 de outubro de 2017.

Horário: 16:45h – 17:45h

Duração: 30 minutos

Tipo de entrevista: presencial

**Entrevistadora:** Quais os valores que você atribui a ambiência do 4º Distrito de Porto Alegre?

**Entrevistado:** Bom, o 4º Distrito, embora hoje esteja muito degradado, ele foi uma área muito importante para a cidade e a identidade dele é ligada às primeiras edificações fabris, às oficinas e aos armazéns. A identidade dele, o principal, vamos dizer assim, a rua que orientou todo o 4º Distrito foi a Voluntários da Pátria. Ela ficava, na época, na frente do Guaíba. Então, toda a identidade do bairro, a formação dele, se fez em função do Guaíba, porque haviam essas trocas ali, vamos dizer assim, com o transporte fluvial. As indústrias se instalaram ali, essas oficinas, armazéns, por causa dos meios de transporte da época, que eram o fluvial e o transporte que veio depois, que foi o trem. Então, a identidade do bairro é em relação com essa vivência que ela teve. Ele é o único lugar de Porto Alegre que ainda se chama, que ainda tem essa classificação de distrito, 4º Distrito, de tanta identidade que ele criou com essa parte de indústrias, porque era uma divisão da cidade em distritos, assim, muito antiga, que o Centro era o 1º Distrito, depois tinha o 2º Distrito, o 3º Distrito e o 4º Distrito era essa zona industrial. A minha tese, assim, ela acabou se conformando em torno daquele lugar, que atraiu pessoas, estrangeiros, imigrantes alemães, italianos, enfim, poloneses né, que ali vieram para trabalhar nas fábricas, numa época em que morar perto do trabalho era importante, era fundamental. Durante esse tempo em que havia essa vivência né, de pessoas morando perto de trabalho, que ali formaram, criaram uma identidade própria, que hoje em dia até a gente pode perceber. São igrejas, alemãs, polonesas, resquícios ainda né, de sociedades, de comércios que haviam na Rua Presidente Roosevelt, que era a antiga Avenida Eduardo né. Então, ali acabou se criando um lugar que se desenvolveu muito, que durante muito tempo se chamou de bairro-cidade né, porque ali tinha tudo, se morava perto do trabalho, haviam indústrias, havia o comércio e escolas, sociedades, bares, enfim, lugares, assim, de identidade, igrejas, templos né, de identidade daquelas pessoas que moravam ali e isso tudo muito ligado aos meios de transporte e, principalmente, ao Guaíba.

**Entrevistadora:** Sim, uma paisagem que se formou de uma necessidade.

**Entrevistado:** O imaginário daquele lugar né, que eu acho assim, um imaginário que ainda se mantém bem forte, com essa identidade de ser o lugar onde as indústrias, as fábricas, as oficinas e os antigos armazéns se instalaram. Acho que essa ambiência, assim, é que é interessante de ser preservada. Já perdeu muito dessa ambiência, porque várias transformações aconteceram ali, principalmente onde eu estudei. Quase que barreiras acabaram se formando. Uma foi a antiga Castelo Branco, que

foi um dique que foi levantado, que separou a Voluntários do Guaíba. Então, o ícone do bairro, que era o Guaíba, da relação dos meios de transporte, enfim, com o advento da construção do porto da cidade e o problema das enchentes, que eles levantaram a Castelo Branco em relação a Voluntários, acabou formando uma barreira ali.

**Entrevistadora:** Sim, perdeu a conexão.

**Entrevistada:** Perdeu completamente a conexão. A outra foi a ponte e a continuação da Sertório. Enfim, o bairro Navegantes acabou se conformando um pouco ali com as terras da Dona Margarida, que foram cedidas né, para a construção da igreja e essas alças da ponte, da travessia, acabaram passando por cima dessa praça. Então, ela, meio que aquela zona abaixo se separou e criou uma barreira ali. A outra barreira foi na Conceição. Na Conceição havia uma continuidade da Voluntários da Pátria lá do centro em direção à Navegantes. Com a construção do túnel da Conceição, acabou separando a Voluntários da Pátria em dois trechos, um do Centro até Conceição e outro em direção à Navegantes. Aquela zona era uma zona de muitos armazéns, na volta da rodoviária. Naquela época não tinham supermercados, então as trocas se faziam com o Guaíba. Aqueles armazéns, que agora com o alargamento da Voluntários vários foram desmanchados, derrubados, eles eram muito interessantes. Eles tinham uma parte que se comunicava com a Voluntários, para frente, com o trem que passava ali, e uma parte, no fundo, que tinha o trapiche, que se comunicava com o Guaíba. Então, eles tinham uma tipologia arquitetônica que fazia essa relação com a rua e com o Guaíba. Com o aumento da Voluntários, eles resolveram alargar a Voluntários para contemplar o automóvel né, ligando aquela parte da rodoviária, ou seja, o nada ao nada quase né, na minha opinião. Eles acabaram derrubando várias fábricas antigas. Uma das fábricas, a E. Bertha, que era uma fábrica super antiga que tinha ali foi abaixo e vários armazéns. Ficaram alguns armazéns ainda, um que tem os arcos, que uma alça da Voluntários passa por um lado e outra passa pelo outro. Deceparam um pedaço do armazém, ele é bem perto da rodoviária. Então, essa ambiência aí foi toda, meio assim, que se perdeu com essas reformas. A outra, vamos dizer, barreira, que é um pouco mais antiga, foi com a construção da Avenida Farrapos, porque o 4º Distrito, ele ia lá das fábricas, na beira do Guaíba, até o Moinhos de Vento, a subida, um pouco assim, uma certa ascensão social né, zona baixa, e à medida que a pessoa ia melhorando, de vida, parece que ela ia subindo em direção ao bairro Moinhos de Vento, que era mais alto. Mas, de qualquer maneira, o 4º Distrito, ele meio que se juntava com a construção da Avenida Farrapos também, quase que esse quadrilátero que eu estou falando, e dessas barreiras né. Houve uma separação ali e, hoje em dia, existe uma parte da Voluntários até a Farrapos, que foi a que eu estudei, que é a que está mais marginalizada, e uma parte em direção à Cristóvão Colombo, que tem várias ações acontecendo e que não estava tão complicada, tão problemática, e que não está, assim, tão degradada como aquele lado. Outra coisa que aconteceu ali na ambiência do bairro foi que, até quando eu comecei a estudar a Voluntários havia, assim, a Vila dos Papeleiros ali. Eles acabaram ocupando o vazio da rede ferroviária que era ali. Ficou um vazio quando a rede ferroviária foi desativada, quando o trem saiu ali da Voluntários, e os papeleiros ocuparam. Havia muitos incêndios ali e a prefeitura construiu ali a Vila dos Papeleiros. E o que aconteceu? Não tem lugar para as pessoas guardarem os papéis, então elas acabaram usando aquelas edificações na volta como depósitos de papéis. Nosso problema social, da sociedade como um todo né, é a marginalização das periferias, enfim, é um problema social. Então, aquelas ruas do bairro Floresta, que saíam na frente da Vila dos Papeleiros, como a Rua Paraíba, que é uma rua linda do bairro, com umas casinhas em fita, com uma ambiência de árvores, elas acabaram ficando muito marginalizadas, em função de toda essa, vamos dizer, desse problema social que existe ali, naquele lugar, da falta de lugar para eles guardarem os papéis, de pessoas envolvidas com drogas, com prostituição, com crack, enfim.

**Entrevistadora:** Quais os elementos da paisagem cultural urbana do 4º Distrito que você identifica como mais significativos?

**Entrevistada:** Que ainda existem, vamos dizer assim, vamos dizer em direção ao Centro né, não se marginalizou tanto, enfim, a Voluntários está meio comercial ali e pertence basicamente ao Centro né. Consideraria, assim, Floresta, São Geraldo e Navegantes, que foi a área que eu estudei. Eu não estudei Humaitá, para lá, que não tem tanta historicidade. Esse trecho, a característica, assim, perto da rodoviária, ali eram os armazéns. Tem poucos armazéns. Com o alargamento da Voluntários eles derrubaram vários armazéns. Tem um conjunto de armazéns ali, que é esse que eu falei, que tem essas alças e do lado, esse do lado, que fazia fundos para o Guaíba, do lado oposto da Voluntários, ainda existem várias edificações fabris interessantes, importantes, como os moinhos né, e algumas fábricas antigas ali. O moinho Chaves, o moinho Rio-Grandense, tem várias edificações grandes. A característica dos bairros, dessas grandes fábricas, é que elas atraíam residências na volta, então, tem essa diferença, assim, de grão ali no lugar, um grão maior, que seria o das fábricas, e as várias casas, residências operárias. A Fiategi, que era uma fábrica maravilhosa, teve essa intervenção dessa edificação que construíram, as quatro torres atrás. Atrás da Fiategi havia a Vila da Fiategi, que é um dos únicos exemplares de vila operária em cidade, aqui em Porto Alegre. Assim né, eles mantiveram algumas casinhas dessa vila operária e construíram umas edificações no miolo. Então, tem várias edificações grandes, aquele, o antigo Cinema Navegantes né, que é lindo aquele prédio, que teve, com a tempestade do ano passado, o frontão da frente caiu né. Ali tinha a fábrica Neugebauer na frente. Depois tem também a fábrica, a antiga fábrica das cadeiras Gerdau. Então, tem vários exemplares que são bem interessantes de serem preservados, porque eles foram núcleos que atraíram. A outra rua importante que tem vários exemplares, várias coisas interessantes, é a Presidente Roosevelt, que era a rua do comércio, era a rua onde estavam as sociedades, as igrejas e as escolas. Ali também tem uma paisagem interessante, tem residências e tem a Sociedade Gondoleiros, a Sociedade Navegantes – São João. Hoje em dia, ali é outra coisa, nem sei o quê que é ali, virou outra coisa. Na Sertório, ainda tem exemplar da igreja e na Presidente Roosevelt também. Tem uma creche bem legal também, que fica na Sertório. A Igreja dos Navegantes, que fica na Sertório também. Então, vamos dizer assim, tem vários elementos, assim, que embora degradados, eles

ainda podem mostrar um pouco como era a vida e como, nessa época em que havia residências, as pessoas moravam e havia toda essa convivência, de morar perto do trabalho e se criar ali uma comunidade.

**Entrevistadora:** Quais as manifestações identitárias você já testemunhou na área do 4º Distrito?

**Entrevistada:** Lembrando assim, dessa parte que eu estudei, eu acho que é mais ali da Igreja dos Navegantes, da Festa dos Navegantes, que eu acho que antigamente era muito mais importante. Mas, eu acho que ainda ficou. Era uma festa que atraía o pessoal do bairro, ela era muito característica, acho que era uma manifestação bem importante de identidade. Havia, naquela época, por exemplo, a sociedade polonesa, e havia missa em polonês na igreja, numa igreja que tem, católica, ali na Presidente Roosevelt, que era uma igreja peculiar, dos poloneses que rezavam missa em polonês. As outras eram as escolas dos alemães. Tinha as sociedades dos alemães e igrejas ali do, né, dos.... Protestantes, enfim, que haviam ali perto da Sertório e perto, ali, da Praça Pinheiro Machado, ali, escola e a igreja. Então, elas estavam muito ligadas às comunidades de imigrantes que moravam lá e eu acho que isso aí meio que se perdeu um pouco, embora alguns, como as igrejas, ainda se mantêm, os alemães frequentando a igreja luterana. Essa igreja polonesa acho que se perdeu, agora é uma igreja católica. Tem a sociedade polonesa ainda, tem a sociedade, é.... A sociedade dos italianos era a..... Agora me fugiu.... Na Presidente Roosevelt, Gondoleiros! Lá tem todo o desenho de coisas italianas, das gôndolas, enfim, uma referência italiana bem legal, que era esse prédio antigo. Eles acabaram se mudando dali, mas era uma referência identitária da sociedade italiana, assim como tinha a dos alemães e dos poloneses ali, mas, ali não é mais a Sociedade Gondoleiros. A Gondoleiros foi para outro lugar, saiu ali daquele prédio antigo já faz um tempo. Havia também, na época, desfiles e coisas que aconteciam na Presidente Roosevelt e que agora também não existem. Então, se perdeu muito isso aí, porque as residências saíram dali, porque as pessoas saíram dali, então isso eram coisas que aconteciam quando as pessoas moravam e criaram vínculos, moravam ali, se estabeleceram e criaram suas sociedades, suas escolas. Com a saída das pessoas, desde a década de 60, as pessoas saíram do bairro. Ele foi se marginalizando, as indústrias saíram em direção a Cachoeirinha, Gravataí. Pouca coisa ficou lá e aí houve uma época que havia, assim, muitas transportadoras e muitos depósitos, quando aconteceram essas saídas né. A própria fábrica Renner saiu dali. Então, tudo isso aí, que atraía essas pessoas, que trabalhavam, que moravam, enfim, aconteceu assim, uma certa desindustrialização ali e as pessoas acabaram saindo dali. Então, a questão da identidade está muito ligada a morar, a viver. No momento em que as pessoas saem dali, que elas deixam aquilo ali, ficam lembranças. Se você falar com pessoas que moraram ali, elas falam do lugar como um lugar identitário, identidade, porque moravam, porque viviam, porque criaram vínculos, porque tomavam banho no rio Guaíba, porque estudavam ali, porque frequentavam a igreja São Geraldo, na Farrapos, porque frequentavam a escola, porque iam na Sociedade Navegantes – São João, porque iam na Sociedade Gondoleiros. As pessoas gostavam de morar ali, elas criaram identidade nesse lugar. Na medida que elas saíram, ficaram essas, vamos dizer assim, as edificações e a arquitetura como lembranças disso aí, o próprio cinema virou uma fábrica de gelo, depois virou outra coisa né.

**Entrevistadora:** Sim, mas em termos atuais, você destaca algum movimento na área?

**Entrevistada:** Não, eu acho assim, que uma coisa que aconteceu foi do outro lado, que foi interessante, ali na Rua São Carlos. Ali sim houve um movimento que o Piqué começou. Enfim, fez passeios, fez caminhadas. Eu também fiz vários passeios ali e eu fiz vários passeios nesse lado, entre a Voluntários e a Farrapos. Eu fiz diversos passeios com a prefeitura nesse projeto Viva o Centro a Pé. A gente levava as pessoas de ônibus até lá. Eu selecionava, por exemplo, a Rua Paraíba. Ali, em um ponto, descia, olhava, depois visitava fábricas, algumas fábricas antigas que ainda tinha. Com o alargamento da Voluntários, a gente acabou. Aquilo virou um canteiro de obras. A gente acabou não fazendo mais essas caminhadas, mas as pessoas adoravam, porque elas descobriam coisas ali. É abandonado né. Hoje em dia, eu acho que houve uma marginalização maior daquela zona ali, que a gente visitava, que era a Rua Paraíba. A gente passeava ali, olhava a rua ali, quase que na frente da Vila dos Papeleiros, quase que tu não consegue descer ali mais para olhar.

**Entrevistadora:** Que aspectos devem ser preservados para o futuro do 4º Distrito?

**Entrevistada:** É, bom, eu acho que, hoje em dia, após todas essas transformações, a gente pode voltar o olhar para essas antigas edificações que ainda existem ali, que tem várias abandonadas, por exemplo, o moinho Rio-Grandense. É um exemplar maravilhoso de arquitetura que está abandonado, assim, que está vazio. Então, essas edificações grandes, que representam. Então, olhar para essas antigas edificações industriais grandes, conjuntos, assim, de armazéns que ainda sobraram e alguns conjuntos habitacionais que representam, assim, os extratos sociais que ali moraram, como os operários. Tem algumas casinhas em fita de porta e janela que ainda existem ali, algumas edificações soltas, que eram representativas, assim, das pessoas, os industriais que moraram ali também, que quase não tem mais, mas tem algumas edificações soltas maiores, que moravam umas pessoas de um outro extrato social, e sobrados né. Tem vários sobrados ali que ainda existem, principalmente na Presidente Roosevelt. Ainda tem alguma coisa na Rua do Parque, que é uma rua que tem várias casinhas. Tem várias ruas que ainda mostram essas antigas casas, que mostram como as pessoas moravam e viviam do lado do local de trabalho. As sociedades, como a Gondoleiros, e as igrejas, eu acho que são os templos, então, essas edificações são importantes, isso falando entre a Voluntários e a Farrapos né. Na Farrapos tem muita coisa interessante, vários edifícios, ali já é São Geraldo. Enfim, acho que tem várias coisas bonitas para serem preservadas ainda, alguma arquitetura que, embora decadente, ainda pode mostrar como é que era a vida ali naquele lugar.

**Entrevistadora:** Sim, pode ser reaproveitada né, potencial...

**Entrevistada:** Pode ser reaproveitada, exato. É, eu até acredito numa coisa, assim, mais pontual, muitas vezes, assim, pegar determinados trechos, porque o 4º Distrito é muito diferente, ele tem características muito diferentes. O trecho da, esse que eu falei, entre a Voluntários e a Farrapos, ele tem uma característica e dentro desse miolo, tem características diferentes. Tem a zona próxima à rodoviária, que está de um jeito, Floresta do outro. Ali, que é mais Floresta, São Geraldo e Navegantes, são três bairros ali, entre a Sertório e a Conceição. O outro lado, que é o lado da São Carlos, já tem outras características e depois da ponte, Humaitá, outra bem diferente. Então, eles, muitas vezes, são tratados como uma coisa só. Eles têm peculiaridades, são bem diferentes. Depois da ponte tem a Renner, tem a fábrica Guahyba. Então, são uma ambiência interessante, de bairro fabril. Acho que essa ambiência de bairro fabril, essa paisagem devia ser preservada, porque ela é, ainda é, e ainda está no imaginário das pessoas da cidade. Se tu pensares no imaginário daquele lugar, vem para as pessoas mais antigas esse tipo de uso. Acho que trocando usos, tentando incentivar, deveria de manter essa ambiência, assim, de bairro fabril, acho que isso aí é importante. Então, por exemplo, assim, que nem lá, o projeto do SESC Pompéia, que a Lina Bo Bardi fez em São Paulo. Ela manteve aquilo ali como uma edificação fabril. Ela conseguiu manter a identidade daquela fábrica, assim, como projeto né. Já, por exemplo, a nossa Fiategi, o pessoal tira as tesouras de madeira, bota estrutura metálica, transforma o que era fábrica em um estacionamento, vem com uma laje de concreto em cima de uma parte antiga, cria quatro torres, assim, enche de estacionamento. Não se quer que as coisas fiquem completamente estanques, mas a forma de melhorar aquilo ali tem que ser de uma forma que parta assim, tem que manter a ambiência e relacionar com a rua.

**Entrevistadora:** Então também pensar a questão do planejamento setorial.

**Entrevistada:** Setorial, fazer assim, tipo uma acupuntura urbana, caminhos, percursos, alguma coisa assim, mais em termos de pegar determinadas áreas, ver a potencialidade daquele lugar, as relações que eles possam ter com a rua, enfim, e usos, assim, mais pertinentes a cada característica diferente do 4º Distrito.

## Entrevista 6

Gênero do entrevistado: feminino

Data da entrevista: 4 de outubro de 2017.

Horário: 14:30h – 15:30h

Duração: 44 minutos

Tipo de entrevista: presencial

**Entrevistadora:** Quais os valores que você atribui a ambiência do 4º Distrito de Porto Alegre?

**Entrevistada:** Os valores dele como ambiência é o reconhecimento dele como uma área diferenciada, especial. Aí, eu posso atribuir até a mesma coisa que acontece ou acontecia na Cidade Baixa e no Menino Deus. O Menino Deus foi um bairro que se caracterizou por quatro, seis andares no máximo, que está se descaracterizando. Assim, a gente vê que muitas cidades tem um cuidado muito grande, assim, que o que já existe não se descaracterize e o que é novo se marque como novo. Então, assim, se aqui na Ipiranga se estabelece que a gente vai estar trabalhando sempre com 52 metros, então essa é a marca dessa nova maneira de projetar, dessa nova maneira de estimular o crescimento da cidade. Mas, isso não deveria destruir a qualidade dos outros lugares, ainda mais quando eles têm uma característica muito forte. Nesse caso, a questão da altura era uma das ideias que a gente tem, que eram os valores que tem também né, mas aí a discussão é mais forte, porque a gente não pode pensar que uma área tão nobre, tão centralizada né, tão central, se sustenta tendo casinhas né. Então, a gente esteve discutindo muito isso. O que seria uma medida razoável para que esse bairro siga sendo esse? Quando a gente olha a Independência, a gente percebe a própria relação né, de quando tu estas no alto, na Independência, de qualquer prédio, por exemplo, tu percebes aquela cidade que tem um nível x, que faz uma relação com a orla muito forte e, hoje em dia, já tem o impacto da Fiategi, já vai tendo.... Tudo bem, a Fiategi é um fato isolado, mas imagina isso como uma característica. Isso tiraria a identidade daquele lugar de alguma forma. É uma discussão bem forte que a gente tem dentro do grupo. Não tem sentido né, até pensar que se ali está passando uma linha de metrô, se aquilo ali são várias entradas para a cidade e tudo mais.... Não é sustentável na cidade. Cada vez a gente fala mais da densificação da cidade, de aproveitamento, de evitar o espraiamento, então tem que densificar. Mas como, para que não se perca essa imagem? Isso é umas das coisas que a gente discute muito e isso a gente tentou usar como exercício. A gente tentou fazer uma simulação para toda essa região que a gente vem estudando, entre a Farrapos e a Voluntários. A gente chegou a simular, fez uma simulação volumétrica né, de plano de massas para toda essa região, pensando na melhor forma. Não é que gente não pense que, eventualmente, a gente não possa ter prédios em alturas que demarquem algumas áreas, mas a gente também não entende que precise chegar aos 52 metros. Então, tem toda essa discussão, assim, que é bem interessante, porque se a gente olha nesses próprios bairros, na frente da Praça Florida mesmo, a gente tem um prédio ali que tem dez andares e não incomoda ninguém, porque tem uma relação do térreo bem resolvida, que é um dos valores importantes. Outro valor né, que é esse que tu perguntas a respeito da ambiência do 4º Distrito, é esse da relação da edificação com a rua. Isso é um valor muito forte

ali e cada vez que ele foi rompido, por obedecer ao plano diretor de uma determinada época, a gente acabou tendo recuo de jardim, alguma marcação nesse sentido, e esse valor se perdeu. Ainda funcionam muito bem, naquele lugar, os negócios ou residências que acontecem ao pé da rua. A própria experiência do Vila Flores. A gente teve sala lá, no térreo. Existe uma relação das pessoas até irem na janela: “Olha, tu sabe qual é a rua tal?” Entende? Isso que existe todo esse estigma né, de bairro degradado, da proximidade da Vila dos Papeleiros, da questão da insegurança, mas até algumas relações de vizinhos com o grupo de estudo surgiram da janela. Então, assim, esse é um valor que eu acho que também é muito interessante daquela região e que não deve ser perdido. É as pessoas trabalhando e sendo vistas trabalharem e, quando não se quer, ali no Vila Flores tem um exemplo que eu acho muito legal. Eles botaram, a uma altura x, um vidro espelhado, então, assim, tu tens a relação e ao mesmo tempo não tens, mas tu não perdes a relação tua com a rua.

**Entrevistadora:** E isso gera segurança...

**Entrevistada:** É, porque dentro do tema da segurança é uma solução simples, que já resolve o problema. Esse é um outro valor que a gente tem discutido e pensado muito a respeito. Então, a gente tem trabalhado muito com essa regra, assim, de estabelecer alguma dimensão que não interfira na imagem do todo, porque é verdade que lá já existem muitas edificações de cinco, seis andares, então a gente vem fazendo simulações, comparando ao plano diretor. A gente simula o plano diretor e depois pensa na melhor forma, dentro desses seis pavimentos, mas estimulando altura dentro de alguns pontos estratégicos da região também. E daqui saiu esse trabalho aqui, que a gente tem discutido assim: se conservar isso, não é rentável, não é viável, não teria sentido. O que aconteceu com a própria Fiateci, a gente considera que é uma negação também, porque daí incompatibiliza. Então, a gente tem tentado trabalhar com esse reconhecimento do que existe e encaixar, trazendo uma certa densidade, é um pouco a ideia do trabalho. Eu gosto de participar dos concursos, porque o concurso sugere assim, que tu comeses a produzir diagramas, tem que começar a tornar gráfico um pouco as discussões, e isso é interessante né.

**Entrevistadora:** É legal essa ideia aqui. Dá a ideia do equilíbrio de fato né, do presente, futuro e passado.

**Entrevistada:** E aí, aqui tem algumas das discussões, assim, que a gente tem feito. Daí, dentro do que tu estavas falando, a gente começou a trabalhar muito com a ideia de paisagem urbana, mais do que com a preservação de edifícios históricos né. O edifício histórico é muito importante, mas ele, como fato isolado, ele é muito passível de ser descaracterizado, porque por compatibilização, geralmente é um terreno do lado. Então, o trabalho da pesquisa que a gente fez, que é um trabalho extenso, ele veio selecionando. A gente fez todo um reconhecimento das quadras, os imóveis e as ruas né, então, assim, a gente tem trabalhado muito com a ideia de paisagem urbana e, pensando que tem algumas coisas que deveriam ficar, ou porque estão com usos consolidados, ou porque atendem. Por exemplo, é muito característico dessa região as pousadas. Tem muita gente de baixa renda que acaba usando a pousada como casa, então, esse tipo de habitação a gente mantém também. Tudo isso está sempre muito ligado ao que a EPAHC considera como estruturação e compatibilização. A gente estabeleceu uma permanência, que amplia essas áreas da EPAHC, no sentido de reforçar isso que está selecionado pela EPAHC, utilizando esses parâmetros que a gente estava comentando como permanências. A gente também tentou produzir esse tipo de mapa para entender onde tem mais possibilidades de renovação, sem intervir. A história da Fiateci marcou muito a presença da gente, porque de alguma maneira descaracterizou muito aquele lugar. Se tu já caminha por lá, a gente tem, a uma quadra dali, umas casas em fita que foram aproveitadas para pequenos serviços, assim, escritório, coisas de advogados, imobiliária e tem prédios de seis andares atrás delas. Pela perspectiva de nenhum dos lados da rua tu vê o prédio. Então, ele é muito interessante, assim, porque ele existe, densifica, mas não, não impacta. Esse modelo que utiliza tanta área para densificar tanto, ele também vem com a história das vistas e tudo mais, mas, se no entorno dele todo mundo construir assim, daqui a pouco nem isso né. Então, esse é um dos parâmetros que a gente tem utilizado. A gente fez todo um reconhecimento de quadra a quadra de todas essas áreas. Então, a gente vai e estuda o que o EPAHC está preservando e o que a gente preservaria também. O que sobra de área é de renovação. Então, por exemplo, aqui em amarelo seria o que o EPAHC seleciona, mas aqui tem uma fábrica também, que é imensa, que às vezes não tem um grande valor arquitetônico, mas tem um grande valor para ambiência do lugar. Então a gente simula primeiro o plano diretor e aí a gente usou a parceria com a UFRGS, porque tem o pessoal lá do NTU. O pessoal da NTU usa o programa, esse *Cityzoom*, então a gente usou o *Cityzoom* para simular as áreas máximas que o plano diretor fazia. Nesse exemplo, tu vê que o plano diretor permitia construir 12 mil metros quadrados e a gente consegue, fazendo esse tipo de configuração, que não eleva em altura, a gente consegue construir 24 mil metros quadrados e aqui já está calculado áreas não adensáveis e tudo né. Então, quando eu tenho uma área assim, se eu mantenho essa característica que eu estava falando contigo, da relação do prédio com a rua, eu consigo fazer essa ocupação mais periférica, construir sem muita altura e atender ao dobro do plano diretor. E aí, quando eu tenho áreas que eu estou deixando uma grande fábrica ou algo assim, eu consigo cumprir de novo, porque, claro, essa área aqui também conta. Então, isso aqui, diria assim, se a gente conseguisse ter a imaginação de que isso aqui pode ser *loft*, podem ser espaços para *coworking*.... Na área do 22@, lá de Barcelona, eles fizeram muito isso.

**Entrevistadora:** Uma reutilização.

**Entrevistada:** É, o que agrega valor, entende? Não vai ser todo mundo, mas tem aquele cara que paga mais para viver num *loft*, mais do que num apartamento comum, entende? O valor está nesse reaproveitamento. Então, assim, o que a gente queria provar era isso, assim, mesmo em meia quadra a gente empata ali, a gente mais

ou menos cumpre o que o plano diretor prevê, sem ter que fazer em altura. E aí, a gente só não cumpre quando realmente a ocupação, a possibilidade de renovação é muito pouca né. Então, está sendo bem legal esse estudo, assim para a gente comprovar para a gente mesmo. Às vezes, a gente discute muito essa questão da altura ou da densificação do bairro. É uma discussão polarizada, porque quem é investidor imobiliário acha que tem que aproveitar, lá tem vistas e esse é o atrator de vendas, então esse tem que ser um valor, e quem é mais apegado é esse pessoal da economia criativa, ou que se criou ali, naquele lugar né, que entende essa ambiência daquele espaço e não quer que construa nada. Daí a gente brinca né, tem que ter um meio termo, entre uma coisa e outra, para não congelar demais, é. Por isso que a gente estabeleceu alguns parâmetros. Tu vê, não é que isso aqui tenha um grande valor arquitetônico, mas se ela for destruída, a imagem disso, como lugar, se perde. Então, é isso que a gente tem feito para cada quadra, todo o estudo.

**Entrevistadora:** Quais os elementos da paisagem cultural urbana do 4º Distrito que você identifica como mais significativos?

Que atribui à ambiência é isso. Eu acho que é ampliar mesmo a seleção da EPAHC, discutir mesmo essa relação com a rua e as alturas, que eu não sei se não confunde bastante com os elementos da paisagem cultural urbana né. O cultural urbano é essa imagem de industrial né, de distrito industrial que foi, isso que a gente não deveria perder.

**Entrevistadora:** Quais as manifestações identitárias você já testemunhou na área do 4º Distrito?

**Entrevistada:** Manifestações identitárias eu acho que estão no dia-a-dia do bairro tá. Um é aquele bairro que ainda tem aquele cara que nasceu e se criou lá, que se lembra de como aquele bairro era, então, isso é muito bacana, o convívio com as pessoas e com os vizinhos, um sentimento de pertencimento que se perdeu bastante em Porto Alegre. É algo que ainda existe nos nossos bairros mais tradicionais. Eu acho que quem se criou em Meninos Deus, Cidade Baixa, Moinhos de Vento, Bom Fim, ainda tem isso bem latente. O Floresta eu diria que tem muito isso, porque o Floresta ainda tem essa vida muito do pequeno negócio e isso une muito as pessoas, as pessoas se conhecem, tu podes fazer conta no bar. Em quantos lugares tu consegues fazer uma conta num bar em Porto Alegre? Então, ele tem essa vivência ainda, que é muito legal, e isso é muito interessante. Nas discussões mais drásticas, assim, que a gente teve, assim, porque tem toda a discussão da prostituição, por exemplo, lá. Tinha gente que defendia, porque entende, porque conhece. Existe um comércio que vive disso, que faz a depilação, que faz a unha, o cabelo, existe o comércio que vive dessa outra economia.

**Entrevistadora:** Sim, essa convivência mais do dia a dia.

**Entrevistada:** Sim, é. Isso gera outras manifestações. Isso gera o brechó, isso se afirma com a feira modelo, quando tem, se consagra quando se faz o café na calçada, essas outras manifestações. É desse bem querer do lugar que acaba acontecendo. Então, é uma manifestação forte, ainda que elas se choquem com outras né, que são as mais violentas, que também existem. Não sei se tu já tiveste a experiência de andar pela Voluntários, próximo à Vila dos Papeleiros.

**Entrevistadora:** Não.

**Entrevistada:** É um ambiente muito degradado. Já diria que é uma identidade daquele lugar ali. É muito triste, porque as pessoas dormem na calçada mesmo, um cheiro de xixi absurdo. Isso faz pensar muito sobre esse modelo de habitação social que se programa e que organiza as pessoas em guetos e só desfavorece a integração. Eu sempre olho muito para o que funciona em Porto Alegre, por isso que eu vou te citar muito assim, olha para Cidade Baixa, olha para o Bom Fim e olha para o Menino Deus. Se eu disser que eu moro em um desses bairros, tu sabes a que classe social eu pertença? Provavelmente, tu podes até fazer uma ideia, mas nesses bairros tem desde a casinha mais pobrinha até o apartamento do mais rico. Isso tira a questão da identidade e do endereço de pobreza né. Agora, se eu te disser que eu moro na Vila dos Papeleiros, o *scanner* não precisa nem de esforço, já me rotulou, o estigma já está feito. Então, esse é um modelo que eu considero nocivo, assim, porque ele é pior que a favela, porque a favela a gente pode pensar que dá para arrumar, mas aquilo que foi feito com dinheiro público, como é que eu destruo? E aquilo ali, infelizmente, é uma das identidades locais mais prejudiciais que existe, assim, porque contribui muito com a ideia de degradação. E até questiono a questão da densificação que traz aquele lugar né, a própria não relação com a rua, porque aquelas casas estão voltadas uma para a outra e as fachadas da Voluntários são empenas cegas, que eles inteligentemente montaram, fizeram puxadinho e construíram na frente, de uma maneira totalmente irregular. E, infelizmente, aquilo ali também está fazendo parte da identidade daquele lugar, mas de uma forma muito negativa. É uma discussão que a gente teve até com o NTU e eu sei que eles têm isso na proposta deles. Quando a gente fez esse tipo de estudo, assim, se a gente olha o plano diretor de São Paulo, eles estipularam que quando se faz um grande empreendimento como esse, teria que se doar 10% de área para habitação social. Eu acredito muito mais nisso, assim, da gente ir tendo habitação social espalhada em várias quadras do que ter ela concentrada em um lugar só. Então, assim, o meio faz a pessoa, o quanto melhor inserida ela tiver no contexto. Esse contexto mesclado, ele é mais qualificado do que o gueto de pobreza ou de riqueza. Acho nocivo para os dois lados. Quando eu estou falando isso, estou falando do da pobreza, porque eu acho mais forte, mas o gueto de riqueza eu acho mais nocivo que o de pobreza. Resultado disso são os nossos políticos, que não tem a menor noção do país que eles vivem né. Então, a gente está criando um tipo de cidadão completamente desvinculado da realidade nesses guetos de riqueza, também.

**Entrevistadora:** Que aspectos devem ser preservados para o futuro do 4º Distrito?

**Entrevistada:** Eu acho que tem alguns elementos visuais que predominam na paisagem e que deveriam ser preservados para que fossem esses marcos. Tirar partido deles ao invés de pensar em substituí-los. A gente tem os silos que acontecem ao longo do bairro e isso sim, na simulação, a gente tenta respeitar ao máximo. Eu acho que eles são bem passíveis de renovação no futuro, então a gente imagina isso aqui como algo cultural ou alguma coisa assim. Tem algumas ruas que são partes da história desse lugar. Elas deveriam ser olhadas com muita atenção. A própria São Pedro, a Roosevelt, a São Carlos, são forças dentro da estrutura. A gente também tem a Rua Paraíba, por exemplo, que é aquela rua toda arborizada, com as suas casas geminadas. Isso não deveria se perder, são valores que são muito legais. Do lado de lá, né, entre Farrapos e Voluntários é das poucas ruas em que a gente tem vida mesmo, assim, no sentido de que ainda que tem negócios, muito lava-carros, mecânicas e coisas assim, as pessoas se conhecem e existe uma vivência maior. Sabe onde é o *hostel*, ali na São Carlos?

**Entrevistadora:** Sim.

**Entrevistada:** Do outro lado da rua está a Edificare, não sei se você já viu esse prédio. Ali eu digo que é uma aula de arquitetura e urbanismo, porque tem de um lado o *hostel*, que também não é um prédio, assim, de um grande valor arquitetônico, mas olha o bem e o quanto ele caracteriza aquele lugar, certo? Do outro lado da rua está a Edificare, que é um prédio que tem um valor arquitetônico, histórico, muito mais forte, mas ele está atrás de um muro de três metros, que não faz relação nenhuma com a rua né. Aqui é a ambiência onde eu tenho café, onde eu tenho piano livre, onde eu tenho não sei o quê. Até o andar das pessoas se estabeleceu por esse lado da rua e não por aquele. Não é pelo sol, não é pela arborização, é pelo edifício né, que é a proteção. Então, é esse tipo de apropriação, são aspectos que eu acho que deveriam ser estimulados. Essa coisa da economia criativa, tem coisas que parece que só acontecem no 4º Distrito e isso deveria ser estimulado também. Esses dias eu fui visitar, eu não vou nem saber te dizer onde, mas era mais próximo do bairro Navegantes. É uma mecânica Ford de carros antigos, são os caras especializados em pegar esses colecionadores de carros Ford, não sabia nem que tinha mercado para isso em Porto Alegre, mas tem, deve ser Porto Alegre e interior né. E aí, dentro disso, tem um filho que não saiu mecânico, ele saiu artista plástico. Então, eu acho que eles cansaram de brigar para ele ser mecânico e, no final, disseram: “pega lá o segundo andar e faz o que quiser.” Então, é muito legal, porque tu entras na mecânica, com aqueles carrões antigos ali, os caras trabalhando mais pesado. Aí, daqui a pouco, tu entras e tem um pátio, assim, que se abre, e daí já tem um cubo pendurado. Aí tu sobes e tem um artista plástico, que tem seu atelier lá em cima. Eu acho que essa diversidade, até né, os mecânicos deixarem o outro ser o louco que ele quiser, acho que é bom e que é saudável para todo mundo. É bom que é saudável para todo mundo e isso são coisas que existem ali e que os próprios espaços esses, grandes, os grandes galpões, eles proporcionam esse tipo de uso.

## APÊNDICE B – TABULAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Quadro 11 – Tabulação do conteúdo da entrevista 1

(continua)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Valores da área	1.1.1 Localização estratégica 1.1.2 Referência histórica da área para a cidade 1.1.3 Paisagem urbana singular que ressalta a identidade local 1.1.4 Elemento construído que é referência na paisagem 1.1.5 Tecido urbano peculiar 1.1.6 Potencial de requalificação e reaproveitamento 1.1.7 Homogeneidade tipológica 1.1.8 Tipologias arquitetônicas como diferencial atrativo	<p>1.1.1 “Então, ele é um caminho que começa a se estruturar a partir da vocação de Porto Alegre como um porto, um centro econômico e político e é uma entrada e saída da cidade nesse sentido aí, [...].”</p> <p>1.1.2 “[...] ele é um ponto de passagem, na entrada e saída da cidade para a região metropolitana, e, muito em função disso, ele foi ocupado por atividades com o passar do tempo. Chegou ao ponto do Plano de 79, o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a consagrar, a praticamente consagrar o bairro como industrial, monofuncional, e aquilo prejudicou muito a estruturação do bairro.”</p> <p>1.1.3 e 1.1.4 “[...] o coração do 4º Distrito, enquanto dali se poderia fazer uma ocupação mais diversificada, seria o eixo da Voluntários da Pátria, principalmente, que reúne os principais prédios ali, que são referências no ponto de vista da paisagem, os moinhos que ainda tem lá, a própria fábrica da Fiaterci, que é muito importante ali, a Avenida São Pedro, aquele eixo todo. Eu acho que dali se poderiam tirar elementos para ir ocupando o interior do bairro e, claro, num plano que pudesse integrar tudo isso, que atraísse.”</p> <p>1.1.5, 1.1.6 e 1.1.7 “O que ficou ali, algum pouco tecido residencial, muito pouco, e a maior parte são grandes depósitos, pavilhões e tal. Pavilhões têm aquela propriedade de ter muita flexibilidade de ocupação. Se poderia utilizar para uma proposta até de moradia, mas principalmente de serviços, de comércio, tem estrutura física para reciclar.”</p> <p>1.1.8 “[...] no primeiro plano que teve lá, que foi na época do Tarso Genro prefeito, surgiu um inventário do patrimônio arquitetônico no 4º Distrito, exatamente para começar dali. Então, a EPAHC fez aquele levantamento. [...]. Mas, eu acho que a gente tem que fazer uma revisão desse inventário lá e chegar nesse acervo, vamos dizer assim, mais ajustado com o nosso tempo e, a partir dele, ver o que se pode fazer, mas não simplesmente transformar o bairro em outra coisa, que daí ele vai perder um pouco dessa particularidade e da sustentabilidade que ele poderia oferecer.”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	<p>1.2.1 Orla do Guaíba</p> <p>1.2.2 Ponte do Guaíba</p> <p>1.2.3 Rua Voluntários da Pátria</p> <p>1.2.4 Fiateci</p> <p>1.2.5 Avenida São Pedro</p> <p>1.2.6 Tipologias industriais em geral</p> <p>1.2.7 Vila Flores</p> <p>1.2.8 <i>Shopping</i> Total</p> <p>1.2.9 Rua Paraíba</p> <p>1.2.10 Vila dos Papeleiros</p> <p>1.2.11 Conjuntos e tipologias residenciais</p> <p>1.2.12 Avenida Castelo Branco</p>	<p>1.2.1 “No ponto de vista macro seria a orla, que dá, digamos assim, toda uma característica para aqueles bairros ali, o 4º Distrito como um todo.”</p> <p>1.2.2 “Mas assim, voltando ao 4º Distrito, de referência assim, além da orla, que é uma referência macro, eu diria, a ponte, que é um outro elemento que começa a entrar aí mais pontualmente.”</p> <p>1.2.3 “Aí vem aquela fachada que existe ali na Voluntários, que é exatamente essa tipologia de depósitos e indústrias.”</p> <p>1.2.4, 1.2.5 e 1.2.6 “[...]os moinhos que ainda tem lá, a própria fábrica da Fiateci, que é muito importante ali, a Avenida São Pedro, aquele eixo todo.”</p> <p>1.2.7 “O Vila Flores é uma tentativa né, que saiu fora do âmbito público, uma iniciativa, eu diria nem privada, mas foi uma ação de amigos, uma coisa assim, que dentro dessa outra, mais de redes sociais, foi agregando valor e, hoje em dia, virou uma referência importante ali.”</p> <p>1.2.8 “O Total também. Eu não gosto muito do projeto do Total. Poderia ter sido um projeto melhor, assim, para ser implantado, mas é uma visão também muito comercial e tal. Mas, ele conseguiu reverter uma dinâmica ali. Veja que as coisas que estão dando certo ainda estão muito próximas do centro.”</p> <p>1.2.9 e 1.2.10 “A Avenida Paraíba, a Rua Paraíba, que era uma rua especial pelo conjunto de edificações que tinha, geminadas, aquilo ali virou meio que uma área de cracolândia.”</p> <p>1.2.12 “O eixo da Voluntários da Pátria, que na verdade é uma entrada, poderia ser uma entrada da cidade, fazer um binário com aquela outra entrada, a Castelo Branco, Legalidade hoje em dia. Nem sei qual é o nome. A Câmara de Vereadores já mudou de novo. Já estava me acostumando com Legalidade, agora já voltou para Castelo Branco.”</p>
	1.3 Manifestações identitárias testemunhadas	<p>1.3.1 Vila Flores</p> <p>1.3.2 Relações comunitárias do bairro Floresta</p>	<p>1.3.1 e 1.3.2 “É, Vila Flores seria uma. Eu acho que, assim, a comunidade do bairro Floresta está mais organizada enquanto comunidade de bairro. Eu acho que é uma coisa meio tipo ali do Moinhos Vive, então isso está entrando lá dessa forma e eles são muito ativos. Na época em que eu estava lá percebia.”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.3 Manifestações identitárias testemunhadas	1.3.3 Polo gastronômico e cervejeiro 1.3.4 Viva o Centro a Pé	1.3.3 “Existe ali, no final da terceira perimetral, ao chegar na entrada da BR, aquele polo gastronômico, meio no terreno, não sei se era da Condor ali, quando tu fazes a entrada ali para o aeroporto. Ali tem vários restaurantes meio, numa área muito ampla. Aquilo está dando certo.” 1.3.4 “Eu me lembro que eu fiz passeios ali a convite da Associação de Moradores e a gente passava por ali: “Olha que pena isso aqui... Está abandonado aqui, ali...” Ali já é mais bairro Floresta, que é mais residencial, mais próximo do centro. Então, ali começou a entrar mais esse tipo de dinâmica né, começou a funcionar dessa forma.”
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	2.1.1 Preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico na área por meio do estímulo à reutilização do mesmo 2.1.2 Requalificar a paisagem do 4º Distrito 2.1.3 Aumentar a sensação de segurança 2.1.4 Resolver os problemas sanitários e o Muro da Mauá, enquanto barreira física 2.1.5 Resolver o acesso da cidade 2.1.6 Promover a mescla de usos e atividades na região	2.1.1 “Eu acho que tem que se partir desse inventário revisado. É uma referência que se tem. Eu acho que com isso tem que se tentar, com essa estrutura física, reciclar essa estrutura. Isso teria um grau de atratividade, de usos novos ali.” 2.1.2 “Diria assim, Navegantes, mais próximo ali, em direção ao aeroporto, à saída da cidade mesmo e ao eixo da Voluntários. Transformar numa paisagem mais agradável. Eu acho muito árido aquilo ali.” 2.1.3 “Dá até medo de ficar ali, entendeu? Uma sensação de insegurança terrível. Então, aquela coisa ali, está um negócio meio sem controle, meio terra de ninguém, uma coisa, assim, onde não tinha presença nenhuma de polícia, de poder público, de nada. Era uma terra completamente de ninguém mesmo. Essa sensação é muito ruim, sabe. Não estimula a nada, desvaloriza tudo.” 2.1.4 “A fundamental, eu acho que é sanear o bairro. Acho que teria que resolver o problema das cheias. [...]. Não sei, eu não sou engenheiro sanitário, teria que ver essa questão, a questão também da barreira física, que é a continuidade da cortina da Mauá.” 2.1.5 “Principalmente agora, a gente precisa resolver a questão de engenharia de tráfego e aquele bairro, aquela via, aquele eixo, ele poderia fazer muito bem esse papel, de tirar os carros dali e criar um corredor mesmo, de alternativa de saída.” 2.1.6 “Quando tu começa a agregar alguns usos para um determinado ponto da cidade, isso se transforma num potencial que pode, de repente, incentivar para aquilo agregar mais novidades, vamos dizer assim.”

(conclusão)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	<p>2.1.7 Assegurar maior transparência e participação da população da cidade nas discussões sobre os projetos de intervenção urbana e sobre a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico</p> <p>2.1.8 Identificar e preservar as características da paisagem urbana local</p> <p>2.1.9 Investir em habitação de interesse social</p>	<p>2.1.7 “Eu teria expectativa nesse plano, assim, nesse <i>Masterplan</i>, que a gente não conhece né, ninguém conhece. A prefeitura tem essa mania de esconder as coisas, não bota para discutir e tal, então, não agrega conhecimento, valor às coisas, porque fica meio que protegendo um pouco isso. Eu acho que tem que botar isso mais para discussão e ver exatamente. [...]. A nível federal, estadual e municipal está sendo muito precário gerir o patrimônio. Tem que haver um futuro para isso. Não sei como eles vão chegar num encaminhamento, mas eu acho que o paradigma é outro. Não é mais essa velha maneira de se trabalhar com patrimônio. Eu acho que é uma coisa muito mais aberta agora, que passa por rede social, passa por comunidade, passa por vontade de cada um.”</p> <p>2.1.8 “Tu tens toda uma estrutura física lá, já construída, que está se deteriorando. Se poderia utilizar e criar uma cidade diferente lá, não ficar fazendo uma cidade igual, que vai ficar uma coisa meio sem cara daqui a pouco. [...]. Digamos assim, o 4º Distrito teria que ter um plano que conseguisse enxergar um pouco para esse lado e realmente tirar esse potencial para fora e poder aproveitar.”</p> <p>2.1.9 “Tinha que dar melhores condições para começar a se pensar numa interferência lá, mais homogênea, mais forte do ponto de vista da segurança, da ocupação. Botar dinâmica lá dentro né, mas é uma coisa difícil.”</p>

Quadro 12 – Tabulação do conteúdo da entrevista 2

(continua)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Valores da área	<p>1.1.1 Referência histórica da área para a cidade</p> <p>1.1.2 Paisagem urbana singular que ressalta a identidade local</p> <p>1.1.3 Tecido urbano peculiar</p> <p>1.1.4 Homogeneidade tipológica</p> <p>1.1.5 Localização estratégica</p> <p>1.1.6 Potencial de requalificação e reaproveitamento</p> <p>1.1.7 Tipologias arquitetônicas como diferencial atrativo</p> <p>1.1.8 Rememoração</p> <p>1.1.9 Elemento construído que é referência na paisagem</p>	<p>1.1.1 “[...] eu acho que é, repetindo um pouco isso que eu te falei, algumas coisas que tem valor como arquitetura né, arquitetura que expressava coisas de uma época, que foi a industrialização em Porto Alegre, os volumes, aqueles grandes depósitos, alguns com muita qualidade arquitetônica.”</p> <p>1.1.2, 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5 “Aquela paisagem, então, que assim, que mistura aqueles grandes pavilhões industriais da época com os depósitos e, ao mesmo tempo, ele joga com alguns edifícios residenciais, que não tinham muita altura, então é muito peculiar eu diria, aquela ambiência, né, e o fato de isso estar praticamente em frente ao rio. Também é uma coisa que tem que ser considerada. É, tem que ser considerada. Tu podes tranquilamente fazer um olhar de quem quer ver aquilo como um conjunto. Tem uma certa homogeneidade. Não é tudo igual, mas dá para fazer uma leitura de uma coisa mais homogênea né, que caracteriza muito aquela área.”</p> <p>1.1.6 e 1.1.7 “Quando eu digo manter edificações que contam uma história, é manter com uso né, porque só consegue manter se tiver um uso, se aquilo tiver fazendo parte da cidade né, numa dinâmica urbana. É a única forma de manter coisas né. E que sejam, assim, as coisas mais variadas, as coisas mais variadas, desde que, claro, sejam compatíveis com a estrutura que tu tens ali né.”</p> <p>1.1.8 “Esta fábrica fabricava, tua mãe devia estar nascendo, uns famosos cobertores Paraíba, que tinha uma propaganda, acho que nos anos 60. Eu era criança nos anos 60 e hoje todas as pessoas daquela geração se lembram daquela propaganda, que era dos cobertores. Coisa mais linda. Eram crianças que brincavam e é porque estava na hora das crianças irem dormir, eu acho que era 9 horas, então aparecia aquela propagandinha dos cobertores Paraíba, um amor. Era fabricado pela Fiateci.”</p> <p>1.1.9 “[...] mesmo com aqueles horrores lá, são referências que se usa: ‘ah, não, é perto da Fiateci e tal’. Então, ali eu acho muito significativo.”</p>
	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	<p>1.2.1 Fiateci</p> <p>1.2.2 Rua Voluntários da Pátria</p>	<p>1.2.1 “A Fiateci eu lamento profundamente o que fizeram, mas acho que era uma coisa de grande valor ali, pelo conjunto, pelo tipo de estrutura que existia para o funcionamento da Fiateci, que se eu não estou enganada, hoje virou um estacionamento dos prédios.”</p> <p>1.2.2. “Me lembro de alguns que até hoje, quando tu passas, tu enxergas dois conjuntos, dois prédios que agora não saberia mais, não me lembro mais que indústrias tinham ali, um pouco para lá, na Voluntários. Dois que são grandes, assim, que aparecem fisicamente.”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	<p>1.2.3 Tipologias industriais em geral</p> <p>1.2.4 Gerdau</p> <p>1.2.5 Conjuntos e tipologias residenciais</p> <p>1.2.6 Rua Paraíba</p> <p>1.2.7 Arborização das ruas</p> <p>1.2.8 <i>Shopping Total</i></p> <p>1.2.9 Casa do Theo Widersphan</p> <p>1.2.10 Rua Pelotas</p> <p>1.2.11 Vila Flores</p> <p>1.2.12 Prédio do posto de saúde e prédio do DEMAÉ</p> <p>1.2.13 Orla do Guaíba</p> <p>1.2.14 Clube Sociedade Gondoleiros</p> <p>1.2.15 Praça Florida</p> <p>1.2.16 Sociedade Navegantes – São João</p>	<p>1.2.3 e 1.2.4 “Me lembro de alguns que até hoje, quando tu passas, tu enxergas dois conjuntos, dois prédios que agora não saberia mais, não me lembro mais que indústrias tinham ali, um pouco para lá, na Voluntários. Dois que são grandes, assim, que aparecem fisicamente. [...]. Tinha um que também era uma referência superinteressante, que era, foi a antiga e primeira fábrica daqueles móveis torneados, os móveis da Gerdau.”</p> <p>1.2.5 “Ah, não, e tem aquelas casas também, é na Conde de Porto Alegre, não, na rua que dá na frente do <i>shopping</i>. Ainda tem um conjunto que faz a esquina.”</p> <p>1.2.6 e 1.2.7 “Ah, o conjunto da Rua Paraíba, que é belíssimo, o conjunto com as casas e o tratamento, a vegetação da rua, que sabe-se lá como é que estão.”</p> <p>1.2.8 “Ah, o <i>Shopping Total</i>, claro. É que eu não vim bem para cá. O <i>Shopping Total</i>, sim, mesmo com o que tenham feito ali, ainda é a antiga Brahma né.”</p> <p>1.2.9 “Tem a casa do Theo Widersphan também. Naquele quarteirão tem coisas interessantes. A casa, que foi o escritório, foi feita por alguém e depois foi o escritório dele.”</p> <p>1.2.10 “Ah, na Rua Pelotas tem maravilhas. Tem uma fábrica, numa esquina, que ainda está lá. Não me lembro mais do que é.”</p> <p>1.2.11 “Na continuidade, tem um conjunto lindo, conjunto residencial, hoje felizmente valorizado, que era o que a gente chamava ali, dos Chaves Barcellos, e que hoje é o conjunto da casa Flores ali, Vila Flores.”</p> <p>1.2.12 “Um é um posto de saúde e o outro é do DEMAÉ, eu acho. São dois, um é mais modernista e o outro mais déco. São muito interessantes esses prédios.”</p> <p>1.2.13 “[...]então é muito peculiar eu diria, aquela ambiência, né, e o fato de isso estar praticamente em frente ao rio.”</p> <p>1.2.14 “Quando tu vens mais para o lado de Gondoleiros, ali tem muita residência, é muito residencial.”</p> <p>1.2.15 e 1.2.16 “Florida, numa das ruas, que agora não vem o nome, que vai dar na Praça Florida, tem uma sociedade ainda, sociedade.... Não sei o que... Que era de alemães.”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	<p>1.2.17 Vila dos Papeleiros</p> <p>1.2.18 Avenida Cristóvão Colombo</p> <p>1.2.19 Equipamentos urbanos em geral</p>	<p>1.2.17 “É, a gente não falou da vila dos papeleiros. Ali eu diria que tem uma.... Vou te dizer assim ó, uma intenção de uma política pública habitacional, que deu um passo e não foi mais né.”</p> <p>1.2.18 “Essas festas da Brahma, ali da Cristóvão, era a comunidade de moradores da Cristóvão, acho que era esse o nome, e que deve existir ainda.”</p> <p>1.2.19 “Então, ali, que se saiba, ainda era um lugar que acontecia, assim, muitas festas junto com a escola, o colégio que tem lá, que reúne muita gente do bairro.”</p>
	1.3 Manifestações identitárias testemunhadas	<p>1.3.1 Vila Flores</p> <p>1.3.2 Relações comunitárias do bairro Floresta</p> <p>1.3.3 Sociedade Gondoleiros</p> <p>1.3.4 Sociedade Alemã</p> <p>1.3.5 Antigas festas da Brahma</p> <p>1.3.6 Atuais festas de cervejarias</p>	<p>1.3.1 “Bom, hoje é essas coisas da Vila Flores. Eu acho um sucesso, porque eles estão conseguindo levar muita gente ali, do próprio local, que acredito que está valorizando muito mais né.”</p> <p>1.3.2 “Mas eu acredito que ainda deva ter essa coisa, assim, de moradores que tem algum vínculo ali, que se conhecem, principalmente mais aqui na Floresta.”</p> <p>1.3.3 “Quando tu vens mais para o lado de gondoleiros, ali tem muita residência, é muito residencial. Eu acho assim, que ele ainda tem muita riqueza ali, muita riqueza assim, num sentido de convivência, de relações sociais, no sentido dos valores, assim, culturais.”</p> <p>1.3.4 “Florida, numa das ruas, que agora não vem o nome, que vai dar na Praça Florida, tem uma sociedade ainda, sociedade.... Não sei o que... Que era de alemães. Se eu não estou enganada, tem uma igreja ao lado. Então, ali, que se saiba, ainda era um lugar que acontecia, assim, muitas festas junto com a escola, o colégio que tem lá, que reúne muita gente do bairro.”</p> <p>1.3.5 “Na época em que era a Brahma, aqui na Floresta, tinha festa de rua da comunidade aqui, que eram maravilhosas. Agora eu acho que já não tem mais. Fechava a rua em um sábado, eram muito legais as festas, já fui em festas. [...]. Essas festas da Brahma, ali da Cristóvão, era a comunidade de moradores da Cristóvão, acho que era esse o nome, e que deve existir ainda. Talvez eles ainda façam a festa, não sei aonde, mas era na rua, era fechada, na frente da rua, banquinhas, e cerveja, chope. Era sensacional.”</p> <p>1.3.6 “Hoje eu sei que tem umas festas por causa de umas cervejarias que fecham a rua né.”</p>

(conclusão)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	<p>2.1.1 Preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico na área por meio do estímulo à reutilização do mesmo</p> <p>2.1.2 Promover a mescla de usos e atividades na região</p> <p>2.1.3 Investir em habitação de interesse social</p> <p>2.1.4 Aumentar a sensação de segurança</p> <p>2.1.5 Requalificar a paisagem do 4º Distrito</p> <p>2.1.6 Identificar e preservar as características da paisagem urbana local</p>	<p>2.1.1 “Acho que é importante preservar alguns testemunhos, vamos dizer, dessa história industrial que houve ali. [...]. Quando eu digo manter edificações que contam uma história, é manter com uso né, porque só consegue manter se tiver um uso, se aquilo tiver fazendo parte da cidade né, numa dinâmica urbana. É a única forma de manter coisas né. E que sejam, assim, as coisas mais variadas, as coisas mais variadas, desde que, claro, sejam compatíveis com a estrutura que tu tens ali né.”</p> <p>2.1.2 “Acho que é muito importante preservar a atividade residencial, que uma coisa não contradiz a outra. Tu podes ter serviços e um tipo de indústria.”</p> <p>2.1.3 “[...] o Humaitá, é essa questão da habitação de baixa renda também. É assim, urgente, e pedindo socorro né. E ali pelos papeteiros houve, eu diria assim, um início. Foi feita alguma coisa e não andou mais né.”</p> <p>2.1.4 “Teve uma coisa que de uns anos, [...], a Voluntários da Pátria ficou um perigo, literalmente um perigo, de noite e de dia, porque interromperam, tiraram aquele fluxo constante que existia na rua.”</p> <p>2.1.5 “Mas acho, assim, é um lugar de muita potencialidade para muita coisa né. Para uma renovação, entendendo renovação como uma coisa que não está acabando com o que já existia, mas que possa revalorizar e revalorizar de uma maneira que não seja só no sentido do mercado imobiliário, que é o que mais se vê hoje em dia né.”</p> <p>2.1.6 “Acho interessante que mesmo que tu possas, que deva agregar novas contribuições e coisas dessa nossa época e tal, isso deve ser considerado, aquela peculiaridade daquela ambiência.”</p>

Quadro 13 – Tabulação do conteúdo da entrevista 3

(continua)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Valores da área	<p>1.1.1 Paisagem urbana singular que ressalta a identidade local</p> <p>1.1.2 Tecido urbano peculiar</p> <p>1.1.3 Elemento construído que é referência na paisagem</p> <p>1.1.4 Potencial de requalificação e reaproveitamento</p> <p>1.1.5 Tipologias arquitetônicas como diferencial atrativo</p> <p>1.1.6 Referência histórica da área para a cidade</p> <p>1.1.7 Localização estratégica</p> <p>1.1.8 Homogeneidade tipológica</p>	<p>1.1.1 e 1.1.2 “Eu tenho medo que se inicie um processo, que é usual, que aconteceu em todos os, que acontece né, em todos os nossos bairros, que é de substituição das edificações né, porque o que conforma um bairro, o que dá caráter a um bairro são suas fachadas né, sua relação das edificações com a rua, as características da própria rua né, o tipo de calçada... Não digo que isso tenha que ser congelado né, mas vamos ver o quê que tem lá né, o tipo de calçamento, se tem canteiro na beira da calçada, se é arborizado, o tipo de pavimento. Tudo isso é que vai criando uma ambiência que a gente reconhece como do 4º Distrito, como de qualquer bairro.”</p> <p>1.1.3 “Tem alguns prédios que são mais, sei lá, não vou dizer icônicos. Eles têm uma arquitetura mais característica, uma fachada industrial, então, esse se destaca.”</p> <p>1.1.4 e 1.1.5 “Ok, então tu pega lá um depósito do 4º Distrito e transforma aquilo em loja, em restaurante, subdivide e faz apartamentos, faz <i>lofts</i> de verdade né. Isso é que eu acho que seria uma diretriz legal para fazer né, para manter a ambiência.”</p> <p>1.1.6 “Ali era um lugar de empresas, de caminhões.”</p> <p>1.1.7 “Ali tem a possibilidade, mas já se perdeu né, aquela rua ali era na beira do Guaíba né, a Voluntários, e a gente tem umas barreiras ali, infinitas né. Bom, e é o porto do lado de lá, não tem como se ligar né, então, isso já se perdeu.”</p> <p>1.1.8 “Ali na Voluntários tem aquela, como é que chama? Era transportadora Meyer, pelo menos num tempo já. Perto da ponte tem muita edificação, assim, de porte. Tem aquele conjunto de casas. Tem algumas ruas que nem é pelas construções, assim, mas que tem árvores gigantescas, túneis verdes, isso aí é fundamental. Tem os tipos industriais, até aqueles meio silos ali, tem até aquele que passava por cima da Castelo Branco.”</p>
	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	<p>1.2.1 Fiateci</p> <p>1.2.2 Neugebauer</p> <p>1.2.3 Transportadora Meyer</p> <p>1.2.4 Rua Voluntários da Pátria</p>	<p>1.2.1 “Estava falando agora um pouco da Fiateci. Evidente que ali era um bem que seria um desses que tu tens que proteger, [...]”</p> <p>1.2.2, 1.2.3, 1.2.4 “Tem a fábrica Neugebauer, tem a..... Eu não vou saber te dizer de cabeça, mas até marcou naquele nosso trabalho das áreas especiais né. Ali na Voluntários tem aquela, como é que chama? Era transportadora Meyer, pelo menos num tempo já.”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	<p>1.2.5 Arborização das ruas</p> <p>1.2.6 Conjuntos residenciais diversos</p> <p>1.2.7 Tipologias industriais em geral</p> <p>1.2.8 Ponte do Guaíba</p> <p>1.2.9 Avenida Castelo Branco</p> <p>1.2.10 Igreja dos Navegantes</p> <p>1.2.11 <i>Shopping</i> DC Navegantes</p> <p>1.2.12 <i>Shopping</i> Total</p> <p>1.2.13 Vila dos Papeleiros</p> <p>1.2.14 Avenida Farrapos</p> <p>1.2.15 Orla do Guaíba</p> <p>1.2.16 Vila Flores</p>	<p>1.2.5 e 1.2.6 “Tem aquele conjunto de casas. Tem algumas ruas que nem é pelas construções, assim, mas que tem árvores gigantescas, túneis verdes, isso aí é fundamental.”</p> <p>1.2.7, 1.2.8 e 1.2.9 “Tem os tipos industriais, até aqueles meio silos ali, tem até aquele que passava por cima da Castelo Branco. Eles tiraram. Tinha uma esteira que passava em cima, para a chegada dos navios. Bom, tem a própria Ponte do Guaíba.”</p> <p>1.2.10 “Tem a Igreja dos Navegantes, que tem a questão da festa. Aquilo tudo ali é muito maltratado, ali embaixo daquela ponte.”</p> <p>1.2.11 “O DC Navegantes já foi uma operação bem interessante. Botaram um <i>shopping</i>. Todas aquelas edificações que existiam ali, foi um reaproveitamento.”</p> <p>1.2.12 “O <i>Shopping</i> Total é muito... A imagem dele é muito expressiva, por ser a Brahma, antigamente.”</p> <p>1.2.13 “Tem problemas de prostituição, a Vila dos Papeleiros é uma questão a ser resolvida, a questão da moradia para essas pessoas, [...]”</p> <p>1.2.14 “Mas, eu acho que o grande problema é da Farrapos para lá.”</p> <p>1.2.15 “[...] aquela rua ali era na beira do Guaíba né, a Voluntários, e a gente tem umas barreiras ali, infinitas né.”</p> <p>1.2.16 “Tem a Festa dos Navegantes, tem a Vila Flores agora, que é muito recente, mas é uma coisa que ali é bem boa.”</p>
	1.3 Manifestações identitárias testemunhadas	<p>1.3.1 Festa dos Navegantes</p> <p>1.3.2 Vila Flores</p> <p>1.3.3 Economias criativas</p>	<p>1.3.1 e 1.3.2 “Tem a Festa dos Navegantes, tem a Vila Flores agora, que é muito recente, mas é uma coisa que ali é bem boa. Aqueles prédios estavam se acabando e estão sendo recuperados.”</p> <p>1.3.3 “A galeria Bolsa de Arte saiu da Quintino Bocaiuva e abriu ali. Tem aquele bar, o Tempero Rosa, que os arquitetos frequentam. Já houve algumas tentativas de ocupação com essa ideia, assim, de criar um bairro, com ideia de bairro mesmo, ali em torno da Vila Flores, mas ali é meio especial, assim, porque está mais perto da cidade consolidada.”</p>

(conclusão)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	<p>2.1.1 Identificar e preservar as características da paisagem urbana local por meio de planos reguladores</p> <p>2.1.2 Preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico na área por meio do estímulo à reutilização do mesmo</p> <p>2.1.3 Promover a mescla de usos e atividades na região</p> <p>2.1.4 Aumentar a sensação de segurança</p> <p>2.1.5 Investir em habitação de interesse social</p> <p>2.1.6 Investir em uma cooperativa de reciclagem de lixo</p> <p>2.1.7 Requalificar a paisagem urbana do 4º Distrito</p>	<p>2.1.1 “É como em Londres. Lá pode construir prédios gigantescos, mas não é assim, em qualquer lugar e porque eu quero. Não, daí tu apresenta e o pessoal estuda, vê na volumetria, em relação aos vizinhos, eles chegam a olhar a quilômetros de distância para ver o efeito de um prédio grande na paisagem. [...]. Fazer simulação. Eu acho realmente muito importante, porque teria que fazer uma maquete antes, o quê que vai construir ali.”</p> <p>2.1.2 Eu acho que essa ambiência que ele tem. A paisagem.... Acho que se verticalizar exageradamente vai se perder. [...].Mas eu não sei se ali é o caso, assim, estou pensando agora, se é tanto a gente falar de manter ou de criar bem-criado, a partir de uma coisa que existia né. Ali era um lugar de empresas, de caminhões. Eu estou pensando sempre da Farrapos para a Voluntários. Não tem o quê recuperar, esse tipo de atividade não dá. Então, nós temos que criar alguma coisa nova, mas criar alguma coisa que faça sentido para a cidade, que seja legal, que seja diferente do que fazem nos outros bairros. Eu acho que isso é importante, a partir desses valores que tem lá, não derrubar tudo e fazer um bairro novo.”</p> <p>2.1.3 “Sim, tem que inserir trabalho né, tem que inserir residência, tem que inserir comércio, tudo isso né.”</p> <p>2.1.4, 2.1.5 e 2.1.6 “Tem problemas de prostituição, a Vila dos Papeleiros é uma questão a ser resolvida, a questão da moradia para essas pessoas, o problema do lixo ali. É uma coisa assim, de trabalho feito tudo na rua. Quando a gente passa tem um aspecto desagradável. É, eu acho que aí teriam que assim... O poder público teria que investir em algum espaço, algum lugar, organizar alguma cooperativa, alguma coisa que pudesse trabalhar em condições melhores.”</p> <p>2.1.7 “Tem a Igreja dos Navegantes, que tem a questão da festa. Aquilo tudo ali é muito maltratado, ali embaixo daquela ponte. [...]. Tem problemas de prostituição, a Vila dos Papeleiros é uma questão a ser resolvida, a questão da moradia para essas pessoas, o problema do lixo ali. É uma coisa assim, de trabalho feito tudo na rua. Quando a gente passa tem um aspecto desagradável.”</p>

Quadro 14 – Tabulação do conteúdo da entrevista 4

(continua)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Valores da área	<p>1.1.1 Potencial de requalificação e reaproveitamento</p> <p>1.1.2 Paisagem urbana singular que ressalta a identidade local</p> <p>1.1.3 Localização estratégica</p> <p>1.1.4 Referência histórica da área para a cidade</p> <p>1.1.5 Tecido urbano peculiar</p> <p>1.1.6 Elemento construído que é referência na paisagem</p> <p>1.1.7 Homogeneidade tipológica</p> <p>1.1.8 Tipologias arquitetônicas como diferencial atrativo</p>	<p>1.1.1 e 1.1.2 “Acho que a única coisa que se pode generalizar ali é que todo ele, indistintamente, está mais do que há tempo exigindo, digamos, uma intervenção, uma atenção, por parte do poder público. Não há dúvidas. E isso é válido para todo o 4º Distrito. [...]. Como todos os bairros, o próprio bairro Floresta, eu diria que parte significativa dele tem uma ambiência muito legal, mesmo ali, parte do São Geraldo né, aquela região ali que tem a Roosevelt ali, que tem os Gondoleiros também. Tem toda uma história, tem toda uma densidade. Enfim, de vida urbana já foi mais, mas ainda, eu diria, mantém um potencial, assim, muito grande, para que seja, nesse sentido, revigorada, revitalizada e tal.”</p> <p>1.1.3 “E tu tens toda aquela área ali, ao longo da Voluntários né, que inclusive com a duplicação da Voluntários vai exigir mais do que uma intervenção, uma qualificação daquilo ali. Aquilo ali é uma das principais entradas da cidade quando se chega e é deplorável.”</p> <p>1.1.4, 1.1.5 e 1.1.6 “Outra coisa que eu acho muito importante na paisagem é a presença de prédios que são representativos, digamos, do 4º Distrito, como uma área semi-industrial, uma área de trabalho, uma área produtiva. Então, tu tens alguns elementos, e não são poucos, que são elementos que são muito expressivos dessa época e, enquanto elementos, eu diria, de um valor arquitetônico, eles não apenas expressam aquela época, mas acho que a expressam com muita qualidade né, do ponto de vista arquitetônico, sejam os prédios diretamente industriais, sejam os prédios mais administrativos, enfim, associados sempre a atividade produtiva.”</p> <p>1.1.7 “Tem alguns prédios industriais e outros, enfim, alguns antigos casarões, mas o fundamental ali eu acho que é o conjunto e, por isso, que o conjunto deve ser preservado. Não basta preservar uma ou outra obra que se destacaria né, pela sua excepcionalidade. Eu acho que o olhar ali tem que se olhar nesse sentido, do canto coral. É porque eu acho que é a arquitetura da cidade, não a arquitetura de cada prédio, do conjunto dos prédios. Eu costumo dizer que, nessa arquitetura, o que deve prevalecer é o canto coral, não é a individualidade de cada uma das vozes né, do tenor.”</p> <p>1.1.8 “Isso, por si só, já justificaria a preservação, a manutenção, a salvaguarda, que não necessariamente precisam ser obras de magnificência. Mas, muito mais do que elas serem apenas um testemunho do passado, e aí a Jacobs ressalta isso e eu concordo plenamente com ela, elas são peças fundamentais para a constituição da cidade do presente, para vida da cidade do presente, [...].”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	1.2.1 Rua São Carlos 1.2.2 Avenida Pará 1.2.3 Arborização das ruas 1.2.4 Avenida Presidente Franklin Roosevelt 1.2.5 Rua Voluntários da Pátria 1.2.6 Tipologias industriais em geral 1.2.7 Clube Sociedade Gondoleiros 1.2.8 Conjuntos e tipologias residenciais 1.2.9 Vila Flores 1.2.10 Trensurb	1.2.1, 1.2.2, e 1.2.3 “Eu acho que tem certas ruas né, que nem a São Carlos e outras. Tem a Rua Pará, que é aquela das árvores.”  1.2.4 e 1.2.5 “Ali a Roosevelt e tal né. Eu acho que a própria Voluntários né, e não se pode ignorar a importância e a presença dessa avenida na paisagem do 4º Distrito, [...]”  1.2.6 “Outra coisa que eu acho muito importante na paisagem é a presença de prédios que são representativos, digamos, do 4º Distrito, como uma área semi-industrial, uma área de trabalho, uma área produtiva.”  1.2.7 “Eu acho que tem também aqueles elementos, tipo Gondoleiros e outros, aquela rua ali, que ainda tem prédios, que eram prédios para atividades comerciais, que eu acho que ainda se mantém.”  1.2.8 “Tem alguns prédios industriais e outros, enfim, alguns antigos casarões, mas o fundamental ali eu acho que é o conjunto e por isso que o conjunto deve ser preservado, [...]”  1.2.9 “Agora, evidentemente que um tratamento ao longo da Voluntários não será, seguramente, o mesmo tratamento para onde tem o Vila Flores, na Rua São Carlos e os arredores.”  1.2.10 “Se pegar para o lado de lá, do Trensurb, aquilo não tem, eu diria, absolutamente nada a ver do ponto de vista da arquitetura da cidade, da ambiência, da paisagem urbana, [...]”
	1.3 Manifestações identitárias testemunhadas	1.3.1 Economias criativas 1.3.2 Vila Flores	1.3.1 e 1.3.2 “Ali, se você pegar ali, já na região do bairro Floresta, sobretudo, você tem já um movimento, você tem aquele do Jorge Piqué lá, o Distrito Criativo. Você tem todo aquele movimento do Vila Flores né, enfim, outras, digamos, não vou chamar de instituições, para não dar esse caráter muito formal, mas outras entidades, tipo Vila Flores, que ali estão. Todas essas contribuíram, de certa maneira, para colocar, digamos, o 4º Distrito, pelo menos o bairro Floresta né, com a visibilidade que ele tem hoje.”
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	2.1.1 Preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico na área por meio do estímulo à reutilização do mesmo	2.1.1 “Bom, isso aí, no mínimo, claro, todas essas obras já inventariadas, enfim, tombadas. [...]. Mas, muito mais do que elas serem apenas um testemunho do passado, e aí a Jacobs ressalta isso e eu concordo plenamente com ela, elas são peças fundamentais para a constituição da cidade do presente, para vida da cidade do presente, para a qualidade da vida na cidade do presente [...]”

(conclusão)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	<p>2.1.2 Identificar e preservar as características da paisagem urbana local</p> <p>2.1.3 Requalificar a paisagem do 4º Distrito</p> <p>2.1.4 Resolver o acesso da cidade</p> <p>2.1.5 Promover a mescla de usos e atividades na região</p>	<p>2.1.1 “Bom, isso aí, no mínimo, claro, todas essas obras já inventariadas, enfim, tombadas. [...]. Mas, muito mais do que elas serem apenas um testemunho do passado, e aí a Jacobs ressalta isso e eu concordo plenamente com ela, elas são peças fundamentais para a constituição da cidade do presente, para vida da cidade do presente, para a qualidade da vida na cidade do presente [...].”</p> <p>2.1.2 “A ambiência de alguns eu acho muito legal, para usar uma expressão não tanto acadêmica né, que mereceriam ser preservadas. Nem gosto tanto da expressão revitalizados, mas ao mesmo tempo requalificados, enfim e tal. Outros, ao meu ver, estão a demandar uma intervenção, né. Enfim, de outra natureza. O bairro Navegantes sobretudo. Se pegar para o lado de lá, do Trensurb, aquilo não tem, eu diria, absolutamente nada a ver do ponto de vista da arquitetura da cidade, da ambiência, da paisagem urbana, como se fala, do ponto de vista do patrimônio histórico. Nada a ver com o bairro Floresta, ou mesmo com o São Geraldo. São histórias e, eu diria, são pedaços de cidades completamente diferentes, sob todos os aspectos e, portanto, demandam olhares e respostas diferentes para cada um.”</p> <p>2.1.3 e 2.1.4 “[...] todo ele, indistintamente, está mais do que há tempo exigindo, digamos, uma intervenção, uma atenção, por parte do poder público. Não há dúvidas. E isso é válido para todo o 4º Distrito. [...]. Tem toda uma história, tem toda uma densidade. Enfim, de vida urbana já foi mais, mas ainda, eu diria, mantém um potencial, assim, muito grande, para que seja, nesse sentido, revigorada, revitalizada e tal. Enfim, não vou dizer que é ali que tu tens que dar prioridade, evidentemente. E tu tens toda aquela área ali, ao longo da Voluntários né, que inclusive com a duplicação da Voluntários vai exigir mais do que uma intervenção, uma qualificação daquilo ali. Aquilo ali é uma das principais entradas da cidade quando se chega e é deplorável.”</p> <p>2.1.5 “Sim, de vida, para a qualidade da vida, do que essa rua é. Então é isso que eu acho que tem que ser visto. Aí é claro, deixa rua, põe café, põe isso, põe aquilo. [...]. Isso aqui dá urbanidade, aquilo ali não. Olhando pelo lado da urbanidade né, que é uma coisa que vai estar associada ao ambiente, mas é um ambiente que necessariamente tem que ter pessoas, tem que ter vida.”</p>

Quadro 15 – Tabulação do conteúdo da entrevista 5

(continua)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Valores da área	<p>1.1.1 Referência histórica da área para a cidade</p> <p>1.1.2 Localização estratégica</p> <p>1.1.3 Paisagem urbana singular que ressalta a identidade local</p> <p>1.1.4 Tecido urbano peculiar</p> <p>1.1.5 Homogeneidade tipológica</p> <p>1.1.6 Tipologias arquitetônicas como diferencial atrativo</p> <p>1.1.7 Elemento construído que é referência na paisagem</p>	<p>1.1.1 e 1.1.2 “Bom, o 4º Distrito, embora hoje esteja muito degradado, ele foi uma área muito importante para a cidade e a identidade dele é ligada às primeiras edificações fabris, às oficinas e aos armazéns. A identidade dele, o principal, vamos dizer assim, a rua que orientou todo o 4º Distrito foi a Voluntários da Pátria. Ela ficava, na época, na frente do Guaíba. Então, toda a identidade do bairro, a formação dele, se fez em função do Guaíba, porque haviam essas trocas ali, vamos dizer assim, com o transporte fluvial. As indústrias se instalaram ali, essas oficinas, armazéns, por causa dos meios de transporte da época, que eram o fluvial e o transporte que veio depois, que foi o trem.”</p> <p>1.1.3 “A minha tese, assim, ela acabou se conformando em torno daquele lugar, que atraiu pessoas, estrangeiros, imigrantes alemães, italianos, enfim, poloneses né, que ali vieram para trabalhar nas fábricas, numa época em que morar perto do trabalho era importante, era fundamental. Durante esse tempo em que havia essa vivência né, de pessoas morando perto de trabalho, que ali formaram, criaram uma identidade própria, que hoje em dia até a gente pode perceber. São igrejas, alemãs, polonesas, resquícios ainda né, de sociedades, de comércios que haviam na Rua Presidente Roosevelt, que era a antiga Avenida Eduardo né. Então, ali acabou se criando um lugar que se desenvolveu muito, que durante muito tempo se chamou de bairro-cidade né, porque ali tinha tudo, se morava perto do trabalho, haviam indústrias, havia o comércio e escolas, sociedades, bares, enfim, lugares, assim, de identidade, [...]”</p> <p>1.1.4 e 1.1.5 “A característica dos bairros, dessas grandes fábricas, é que elas atraíam residências na volta, então, tem essa diferença, assim, de grão ali no lugar, um grão maior, que seria o das fábricas, e as várias casas, residências operárias.”</p> <p>1.1.6 “Então, vamos dizer assim, tem vários elementos, assim, que embora degradados, eles ainda podem mostrar um pouco como era a vida e como, nessa época em que havia residências, as pessoas moravam e havia toda essa convivência, de morar perto do trabalho e se criar ali uma comunidade.”</p> <p>1.1.7 “Então, tem vários exemplares que são bem interessantes de serem preservados, porque eles foram núcleos que atraíram.”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Valores da área	<p>1.1.8 Rememoração</p> <p>1.1.9 Potencial de requalificação e reaproveitamento</p>	<p>1.1.8 “Então, a questão da identidade está muito ligada a morar, a viver. No momento em que as pessoas saem dali, que elas deixam aquilo ali, ficam lembranças. Se você falar com pessoas que moraram ali, elas falam do lugar como um lugar identitário, identidade, porque moravam, porque viviam, porque criaram vínculos, porque tomavam banho no rio Guaíba, porque estudavam ali, porque frequentavam a igreja São Geraldo, na Farrapos, porque frequentavam a escola, porque iam na Sociedade Navegantes – São João, porque iam na Sociedade Gondoleiros.”</p> <p>1.1.9 “É, bom, eu acho que, hoje em dia, após todas essas transformações, a gente pode voltar o olhar para essas antigas edificações que ainda existem ali, que tem várias abandonadas, por exemplo, o moinho Rio-Grandense. É um exemplar maravilhoso de arquitetura que está abandonado, assim, que está vazio. Então, essas edificações grandes, que representam. Então, olhar para essas antigas edificações industriais grandes, conjuntos, assim, de armazéns que ainda sobraram e alguns conjuntos habitacionais que representam, assim, os extratos sociais que ali moraram, como os operários.”</p>
	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	<p>1.2.1 Rua Voluntários da Pátria</p> <p>1.2.2 Tipologias industriais em geral</p> <p>1.2.3 Orla do Guaíba</p> <p>1.2.4 Moinho Chaves Barcellos</p> <p>1.2.5 Moinho Rio-Grandense</p> <p>1.2.6 Conjuntos e tipologias residenciais</p> <p>1.2.7 Fiateci</p> <p>1.2.8 Cinema Navegantes</p> <p>1.2.9 Neugebauer</p> <p>1.2.10 Gerdau</p>	<p>1.2.1 “Que ainda existem, vamos dizer assim, vamos dizer em direção ao Centro né, não se marginalizou tanto, enfim, a Voluntários está meio comercial ali e pertence basicamente ao Centro né.”</p> <p>1.2.2 e 1.2.3 “Tem um conjunto de armazéns ali, que é esse que eu falei, que tem essas alças e do lado, esse do lado, que fazia fundos para o Guaíba, do lado oposto da Voluntários, ainda existem várias edificações fabris interessantes, importantes, como os moinhos né, e algumas fábricas antigas ali.”</p> <p>1.2.4 e 1.2.5 “O moinho Chaves, o moinho Rio-Grandense, tem várias edificações grandes.”</p> <p>1.2.6 e 1.2.7 “A Fiateci, que era uma fábrica maravilhosa, teve essa intervenção dessa edificação que construíram, as quatro torres atrás. Atrás da Fiateci havia a Vila da Fiateci, que é um dos únicos exemplares de vila operária em cidade, aqui em Porto Alegre.”</p> <p>1.2.8, 1.2.9 e 1.2.10 “Então, tem várias edificações grandes, aquele, o antigo Cinema Navegantes né, que é lindo aquele prédio, que teve, com a tempestade do ano passado, o frontão da frente caiu né. Ali tinha a fábrica Neugebauer na frente. Depois tem também a fábrica, a antiga fábrica das cadeiras Gerdau.”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	<p>1.2.11 Avenida Presidente Franklin Roosevelt</p> <p>1.2.12 Clube Sociedade Gondoleiros</p> <p>1.2.13 Sociedade Navegantes – São João</p> <p>1.2.14 Avenida Sertório</p> <p>1.2.15 Equipamentos urbanos em geral</p> <p>1.2.16 Igreja dos Navegantes</p> <p>1.2.17 Ponte do Guaíba</p> <p>1.2.18 Rua Paraíba</p> <p>1.2.19 Arborização das ruas</p> <p>1.2.20 Vila dos Papeleiros</p> <p>1.2.21 Avenida Farrapos</p> <p>1.2.22 Avenida Cristóvão Colombo</p> <p>1.2.23 <i>Shopping</i> DC Navegantes</p> <p>1.2.24 Fábrica Guahyba</p> <p>1.2.25 Praça Pinheiro Machado</p> <p>1.2.26 Rua São Carlos</p> <p>1.2.27 Rua do Parque</p>	<p>1.2.11, 1.2.12 e 1.2.13 “A outra rua importante que tem vários exemplares, várias coisas interessantes, é a Presidente Roosevelt, que era a rua do comércio, era a rua onde estavam as sociedades, as igrejas e as escolas. Ali também tem uma paisagem interessante, tem residências e tem a Sociedade Gondoleiros, a Sociedade Navegantes – São João.”</p> <p>1.2.14, 1.2.15 “Na Sertório, ainda tem exemplar da igreja e na Presidente Roosevelt também. Tem uma creche bem legal também, que fica na Sertório. A Igreja dos Navegantes, que fica na Sertório também.”</p> <p>1.2.16 e 1.2.17 “As alças da ponte, quando ela veio, no final dos anos 50 né, quando ela foi construída para a travessia do Guaíba em direção ao sul, ela acabou criando uma barreira ali e ela passou justamente por cima da Igreja dos Navegantes, que é um lugar super significativo para o bairro, que é o lugar da igreja, lugar da Festa dos Navegantes, um lugar ali que aconteciam reuniões das pessoas ali do bairro.”</p> <p>1.2.18, 1.2.19 e 1.2.20 “Então, aquelas ruas do bairro Floresta, que saíam na frente da Vila dos Papeleiros, como a Rua Paraíba, que é uma rua linda do bairro, com umas casinhas em fita, com uma ambiência de árvores, elas acabaram ficando muito marginalizadas, [...]”</p> <p>1.2.21 e 1.2.22 “Mas, de qualquer maneira, o 4º Distrito, ele meio que se juntava com a construção da Avenida Farrapos também, quase que esse quadrilátero que eu estou falando, e dessas barreiras né. Houve uma separação ali e, hoje em dia, existe uma parte da Voluntários até a Farrapos, que foi a que eu estudei, que é a que está mais marginalizada, e uma parte em direção à Cristóvão Colombo, que tem várias ações acontecendo e que não estava tão complicada, tão problemática, e que não está, assim, tão degradada como aquele lado.”</p> <p>1.2.23 e 1.2.24 “Depois da ponte tem a Renner, tem a fábrica Guahyba.”</p> <p>1.2.25 “Tinha as sociedades dos alemães e igrejas ali do, né, dos.... Protestantes, enfim, que haviam ali perto da Sertório e perto, ali, da Praça Pinheiro Machado, ali, escola e a igreja.”</p> <p>1.2.26 “O outro lado, que é o lado da São Carlos, já tem outras características e depois da ponte, Humaitá, outra bem diferente.”</p> <p>1.2.27 “Ainda tem alguma coisa na Rua do Parque, que é uma rua que tem várias casinhas. Tem várias ruas que ainda mostram essas antigas casas, que mostram como as pessoas moravam e viviam do lado do local de trabalho.”</p>

(continuação)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	1.2.28 Rua da Conceição 1.2.29 Avenida Castelo Branco	1.2.28 “Com a construção do túnel da Conceição, acabou separando a Voluntários da Pátria em dois trechos, um do Centro até Conceição e outro em direção à Navegantes.” 1.2.29 “Uma foi a antiga Castelo Branco, que foi um dique que foi levantado, que separou a Voluntários do Guaíba.”
	1.3 Manifestações identitárias testemunhadas	1.3.1 Festa dos Navegantes 1.3.2 Sociedade Polonesa 1.3.3 Sociedade Alemã 1.3.4 Sociedade Gondoleiros 1.3.5 Desfiles de rua 1.3.6 Economias criativas 1.3.7 Viva o Centro a Pé	1.3.1 e 1.3.2 “Lembrando assim, dessa parte que eu estudei, eu acho que é mais ali da Igreja dos Navegantes, da Festa dos Navegantes, que eu acho que antigamente era muito mais importante. Mas, eu acho que ainda ficou. Era uma festa que atraía o pessoal do bairro, ela era muito característica, acho que era uma manifestação bem importante de identidade. Havia, naquela época, por exemplo, a sociedade polonesa, e havia missa em polonês na Igreja, numa igreja que tem, católica, ali na Presidente Roosevelt, que era uma igreja peculiar, dos poloneses que rezavam missa em polonês.” 1.3.3, 1.3.4 e 1.3.5 “Tinha as sociedades dos alemães e igrejas ali do, né, dos.... Protestantes, enfim, que haviam ali perto da Sertório e perto, ali, da Praça Pinheiro Machado, ali, escola e a igreja. Então, elas estavam muito ligadas às comunidades de imigrantes que moravam lá e eu acho que isso aí meio que se perdeu um pouco, embora alguns, como as igrejas, ainda se mantém, os alemães frequentando a igreja luterana. Essa igreja polonesa acho que se perdeu, agora é uma igreja católica. Tem a sociedade polonesa ainda, tem a sociedade, é.... A sociedade dos italianos era a.... Agora me fugiu.... Na Presidente Roosevelt, Gondoleiros! Lá tem todo o desenho de coisas italianas, das gôndolas, enfim, uma referência italiana bem legal, que era esse prédio antigo. Eles acabaram se mudando dali, mas era uma referência identitária da sociedade italiana, assim como tinha a dos alemães e dos poloneses ali, mas, ali não é mais a Sociedade Gondoleiros. A Gondoleiros foi para outro lugar, saiu ali daquele prédio antigo já faz um tempo. Havia também, na época, desfiles e coisas que aconteciam na Presidente Roosevelt e que agora também não existem.” 1.3.6 e 1.3.7 “Não, eu acho assim, que uma coisa que aconteceu foi do outro lado, que foi interessante, ali na Rua São Carlos. Ali sim houve um movimento que o Piqué começou. Enfim, fez passeios, fez caminhadas. Eu também fiz vários passeios ali e eu fiz vários passeios nesse lado, entre a Voluntários e a Farrapos. Eu fiz diversos passeios com a prefeitura nesse projeto Viva o Centro a Pé.”

(conclusão)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	<p>2.1.1 Preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico na área por meio do estímulo à reutilização do mesmo</p> <p>2.1.2 Identificar e preservar as características da paisagem urbana local</p> <p>2.1.3 Requalificar a paisagem do 4º Distrito</p> <p>2.1.4 Promover a mescla de usos e atividades na região</p>	<p>2.1.1 “Enfim, acho que tem várias coisas bonitas para serem preservadas ainda, alguma arquitetura que, embora decadente, ainda pode mostrar como é que era a vida ali naquele lugar [...]. Pode ser reaproveitada, exato.”</p> <p>2.1.2 “É, eu até acredito numa coisa, assim, mais pontual, muitas vezes, assim, pegar determinados trechos, porque o 4º Distrito é muito diferente, ele tem características muito diferentes. O trecho da, esse que eu falei, entre a Voluntários e a Farrapos, ele tem uma característica e dentro desse miolo, tem características diferentes. Tem a zona próxima à rodoviária, que está de um jeito, Floresta do outro. Ali, que é mais Floresta, São Geraldo e Navegantes, são três bairros ali, entre a Sertório e a Conceição. O outro lado, que é o lado da São Carlos, já tem outras características e depois da ponte, Humaitá, outra bem diferente.”</p> <p>2.1.3 e 2.1.4 “Acho que trocando usos, tentando incentivar, deveria de manter essa ambiência, assim, de bairro fabril, acho que isso aí é importante. [...]. Setorial, fazer assim, tipo uma acupuntura urbana, caminhos, percursos, alguma coisa assim, mais em termos de pegar determinadas áreas, ver a potencialidade daquele lugar, as relações que eles possam ter com a rua, enfim, e usos, assim, mais pertinentes a cada característica diferente do 4º Distrito.”</p>

Quadro 16 – Tabulação do conteúdo da entrevista 6

(continua)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Valores da área	<p>1.1.1 Paisagem urbana singular que ressalta a identidade local</p> <p>1.1.2 Localização estratégica</p> <p>1.1.3 Potencial de requalificação e reaproveitamento</p> <p>1.1.4 Tipologias arquitetônicas como diferencial atrativo</p> <p>1.1.5 Tecido urbano peculiar</p> <p>1.1.6 Referência histórica da área para a cidade</p> <p>1.1.7 Homogeneidade tipológica</p>	<p>1.1.1 “Os valores dele como ambiência é o reconhecimento dele como uma área diferenciada, especial. Aí, eu posso atribuir até a mesma coisa que acontece ou acontecia na Cidade Baixa e no Menino Deus. O Menino Deus foi um bairro que se caracterizou por quatro, seis andares no máximo, que está se descaracterizando. Assim, a gente vê que muitas cidades tem um cuidado muito grande, assim, que o que já existe não se descaracterize e o que é novo se marque como novo. [...].Então, a gente tem trabalhado muito com essa regra, assim, de estabelecer alguma dimensão que não interfira na imagem do todo, porque é verdade que lá já existem muitas edificações de cinco, seis andares, então a gente vem fazendo simulações, comparando ao plano diretor. [...]. Outro valor né, que é esse que tu perguntas a respeito da ambiência do 4º Distrito, é esse da relação da edificação com a rua. Isso é um valor muito forte ali e cada vez que ele foi rompido, por obedecer ao plano diretor de uma determinada época, a gente acabou tendo recuo de jardim, alguma marcação nesse sentido, e esse valor se perdeu. Ainda funcionam muito bem, naquele lugar, os negócios ou residências que acontecem ao pé da rua.”</p> <p>1.1.2 “Não tem sentido né, até pensar que se ali está passando uma linha de metrô, se aquilo ali são várias entradas para a cidade e tudo mais....”</p> <p>1.1.3 “É, o que agrega valor, entende? Não vai ser todo mundo, mas tem aquele cara que paga mais para viver num <i>loft</i>, mais do que num apartamento comum, entende? O valor está nesse reaproveitamento.”</p> <p>1.1.4 e 1.1.5 “A história da Fiaterci marcou muito a presença da gente, porque de alguma maneira descaracterizou muito aquele lugar. Se tu já caminhasse por lá, a gente tem, a uma quadra dali, umas casas em fita que foram aproveitadas para pequenos serviços, assim, escritório, coisas de advogados, imobiliária e tem prédios de seis andares atrás delas.”</p> <p>1.1.6 “O cultural urbano é essa imagem de industrial né, de distrito industrial que foi, isso que a gente não deveria perder.”</p> <p>1.1.7 “Então, a gente tem trabalhado muito com essa regra, assim, de estabelecer alguma dimensão que não interfira na imagem do todo, porque é verdade que lá já existem muitas edificações de cinco, seis andares, então a gente vem fazendo simulações, comparando ao plano diretor.”</p>

(continuação)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Unidade de contexto</b>
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.1 Valores da área	1.1.8 Elemento construído que é referência na paisagem	1.1.8 “Eu acho que tem alguns elementos visuais que predominam na paisagem e que deveriam ser preservados para que fossem esses marcos.”
	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	1.2.1 Trensurb	1.2.1 “Não tem sentido né, até pensar que se ali está passando uma linha de metrô, se aquilo ali são várias entradas para a cidade e tudo mais....”
		1.2.2 Orla do Guaíba	1.2.2 e 1.2.3 “Quando a gente olha a Independência, a gente percebe a própria relação né, de quando tu estas no alto, na Independência, de qualquer prédio, por exemplo, tu percebes aquela cidade que tem um nível x, que faz uma relação com a orla muito forte e, hoje em dia, já tem o impacto da Fiateci, já vai tendo....”
		1.2.3 Fiateci	
		1.2.4 Avenida Farrapos	1.2.4 e 1.2.5 “A gente tentou fazer uma simulação para toda essa região que a gente vem estudando, entre a Farrapos e a Voluntários.”
		1.2.5 Rua Voluntários da Pátria	
		1.2.6 Praça Florida	1.2.6 “Então, tem toda essa discussão, assim, que é bem interessante, porque se a gente olha nesses próprios bairros, na frente da Praça Florida mesmo, a gente tem um prédio ali que tem dez andares e não incomoda ninguém, porque tem uma relação do térreo bem resolvida, que é um dos valores importantes.”
		1.2.7 Vila Flores	
		1.2.8 Vila dos Papeleiros	1.2.7 “A própria experiência do Vila Flores. A gente teve sala lá, no térreo.”
		1.2.9 Conjuntos e tipologias residenciais	1.2.8 “Isso que existe todo esse estigma né, de bairro degradado, da proximidade da Vila dos Papeleiros, da questão da insegurança.”
		1.2.10 Tipologias industriais em geral	1.2.9 “Por exemplo, é muito característico dessa região as pousadas. Tem muita gente de baixa renda que acaba usando a pousada como casa, então, esse tipo de habitação a gente mantém também.”
		1.2.11 Avenida São Pedro	1.2.10 “A gente tem os silos que acontecem ao longo do bairro e isso sim, na simulação, a gente tenta respeitar ao máximo.”
		1.2.12 Avenida Presidente Franklin Roosevelt	
		1.2.13 Rua São Carlos	1.2.11, 1.2.12 e 1.2.13 “A própria São Pedro, a Roosevelt, a São Carlos, são forças dentro da estrutura.”
		1.2.14 Rua Paraíba	
1.2.15 Arborização das ruas	1.2.14 e 1.2.15 “A gente também tem a Rua Paraíba, por exemplo, que é aquela rua toda arborizada, com as suas casas geminadas. Isso não deveria se perder, são valores que são muito legais.”		

(continuação)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Unidade de contexto</b>
1 Componentes da paisagem, valor da ambiência e identidade do lugar	1.2 Elementos constitutivos da paisagem urbana	1.2.16 Porto Alegre <i>Hostel Boutique</i>  1.2.17 Prédio da Edificare	1.2.16 e 1.2.17 “Do outro lado da rua está a Edificare, não sei se você já viu esse prédio. Ali eu digo que é uma aula de arquitetura e urbanismo, porque tem de um lado o <i>hostel</i> , que também não é um prédio, assim, de um grande valor arquitetônico, mas olha o bem e o quanto ele caracteriza aquele lugar, certo? Do outro lado da rua está a Edificare, que é um prédio que tem um valor arquitetônico, histórico, muito mais forte, mas ele está atrás de um muro de três metros, que não faz relação nenhuma com a rua né.”
	1.3 Manifestações identitárias testemunhadas	1.3.1 Relações comunitárias do bairro Floresta  1.3.2 Brechó  1.3.3 Feira modelo  1.3.4 Café na calçada  1.3.5 Economias criativas	1.3.1 “O Floresta eu diria que tem muito isso, porque o Floresta ainda tem essa vida muito do pequeno negócio e isso une muito as pessoas, as pessoas se conhecem, tu podes fazer conta no bar.”  1.3.2, 1.3.3 e 1.3.4 “Isso gera outras manifestações. Isso gera o brechó, isso se afirma com a feira modelo, quando tem, se consagra quando se faz o café na calçada, essas outras manifestações. É desse bem querer do lugar que acaba acontecendo.”  1.3.5 “É uma discussão polarizada, porque quem é investidor imobiliário acha que tem que aproveitar, lá tem vistas e esse é o atrator de vendas, então esse tem que ser um valor, e quem é mais apegado é esse pessoal da economia criativa, ou que se criou ali, naquele lugar né, que entende essa ambiência daquele espaço e não quer que construa nada.”
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	2.1.1 Preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico na área por meio do estímulo à reutilização do mesmo  2.1.2 Identificar e preservar as características da paisagem urbana local por meio de simulação	2.1.1 e 2.1.2 “A gente chegou a simular, fez uma simulação volumétrica né, de plano de massas para toda essa região, pensando na melhor forma. [...]. Eu acho que tem alguns elementos visuais que predominam na paisagem e que deveriam ser preservados para que fossem esses marcos. Tirar partido deles ao invés de pensar em substituí-los. A gente tem os silos que acontecem ao longo do bairro e isso sim, na simulação, a gente tenta respeitar ao máximo. Eu acho que eles são bem passíveis de renovação no futuro, então a gente imagina isso aqui como algo cultural ou alguma coisa assim. Tem algumas ruas que são partes da história desse lugar. Elas deveriam ser olhadas com muita atenção. A própria São Pedro, a Roosevelt, a São Carlos, são forças dentro da estrutura. A gente também tem a Rua Paraíba, por exemplo, que é aquela rua toda arborizada, com as suas casas geminadas. Isso não deveria se perder, são valores que são muito legais. Do lado de lá, né, entre Farrapos e Voluntários é das poucas ruas em que a gente tem vida mesmo, assim, no sentido de que ainda que tem negócios, muito lava-carros, mecânicas e coisas assim, as pessoas se conhecem e existe uma vivência maior.”

(conclusão)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
2 Planejamento urbano do 4º Distrito de Porto Alegre	2.1 Aspectos considerados para o futuro da área	<p>2.1.3 Requalificar a paisagem do 4º Distrito</p> <p>2.1.4 Aumentar a sensação de segurança</p> <p>2.1.5 Investir em habitação de interesse social</p> <p>2.1.6 Promover a mescla de usos e atividades na região</p>	<p>2.1.3 e 2.1.4 “Isso que existe todo esse estigma né, de bairro degradado, da proximidade da Vila dos Papeiros, da questão da insegurança, mas até algumas relações de vizinhos com o grupo de estudo surgiram da janela. Então, assim, esse é um valor que eu acho que também é muito interessante daquela região e que não deve ser perdido.”</p> <p>2.1.5 “Eu acredito muito mais nisso, assim, da gente ir tendo habitação social espalhada em várias quadras do que ter ela concentrada em um lugar só.”</p> <p>2.1.6 “Então, é esse tipo de apropriação, são aspectos que eu acho que deveriam ser estimulados. Essa coisa da economia criativa, tem coisas que parece que só acontecem no 4º Distrito e isso deveria ser estimulado também.”</p>

## ANEXO A – VALORES DAS ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL

### 3.2. Critérios

Para a seleção das Áreas Especiais, foram estabelecidas quatro instâncias de valoração a seguir explicitadas:

#### 3.2.1. Instância Cultural

Considera o significado adquirido por uma determinada Área ou Lugar no contexto urbano. Tal significado está ligado à herança de um passado do qual o espaço urbano constitui testemunho material, ou também à transmissão de valores simbólicos no âmbito do imaginário social. Por conseqüência, associa-se tanto a fatos identificados pela história oficial, comprováveis através de fontes documentais, como ao âmbito da história não oficial, presente na memória coletiva. Entendido dessa maneira, o critério decorre da atualização do conceito de “valor histórico”, expresso nas diversas formas legais de preservação do patrimônio cultural em nível federal, estadual e municipal.

O valor cultural de uma determinada Área ou Lugar fundamenta-se também em fontes textuais e orais, que informem da origem do espaço em particular: sua cronologia, evolução urbana e outros fatos diretamente a ele associados. Paralelamente, pode-se avaliar o quanto perderia a memória da cidade com o eventual desaparecimento ou descaracterização dos principais elementos estruturadores da zona urbana em questão. Desta maneira, para a Instância Cultural, foram considerados os seguintes valores:

- a) relação de vizinhança, quando a área em questão reunir condições favoráveis à integração dos moradores locais;
- b) práticas sociais, quando o uso cotidiano da área em questão ou de elementos nela inseridos reforçar a identidade local;
- c) eventos sociais, quando a área em questão ou elementos nela inseridos abrigarem uso ou evento especial para a cidade;
- d) significado social, quando a área em questão ou elementos nela inseridos apresentarem significado referencial para o imaginário da comunidade;
- e) referência histórica, quando a área em questão ou elementos nela inseridos estiverem associados a fato histórico de interesse para a cidade;
- f) reconhecimento oficial, quando a área em questão ou elementos nela inseridos forem considerados patrimônio cultural através de legislação de preservação municipal, estadual ou federal.

#### 3.2.2. Instância Morfológica

A aplicação do critério morfológico buscou verificar os aspectos peculiares da configuração física que justifiquem a eleição de Áreas e Lugares como espaços representativos, em termos de qualificação arquitetônica e urbanística. Assim sendo, o ponto de partida para identificar a singularidade dos espaços está fundamentado na observação dos elementos constitutivos da estrutura urbana, bem como suas inter-relações e evolução no tempo: sítio geográfico, elementos naturais, vias, edificações monumentais e unidades como um todo. Outro dado importante a ser considerado nesta instância é o eventual fato de um espaço da cidade vir a caracterizar-se como um produto significativo da influência de matrizes e modelos consagrados no âmbito da historiografia arquitetônica e urbanística, tornando-se assim um testemunho de determinada época por sua morfologia urbana ou estética arquitetônica característica.

Com base nesses elementos, tornou-se possível identificar referências em termos de topografia, vegetação, traçado viário, tipologia dos quarteirões, dos lotes e das edificações, entre outros aspectos, viabilizando uma escolha mais objetiva dos setores e recintos representativos de diversos períodos da cidade. Assim, no âmbito da Instância Morfológica, foram considerados os seguintes valores:

- a) traçado viário peculiar, quando a área em questão possuir singularidade na conformação das vias;
- b) tecido urbano peculiar, quando a área em questão possuir singularidade na relação morfológica entre prédios, lotes, quadras e vias;
- c) unidade tipológica, quando a área em questão apresentar conjunto de unidades com mesmas características formais e construtivas;
- d) elemento referencial, quando a área em questão apresentar monumento natural ou construído preponderante na morfologia urbana;
- e) diversidade tipológica, quando a área em questão apresentar convivência harmônica entre várias soluções tipológicas;
- f) referência historiográfica, quando a área em questão apresentar elementos com influência identificável de modelos consagrados da história da arquitetura e do urbanismo.

#### 3.2.3. Instância Paisagística

O critério paisagístico está voltado para a avaliação da incidência de visuais significativas e do grau de qualidade ambiental em setores da cidade, justificando a sua inclusão como Área ou Lugar. Nesse sentido, concorrem para a estruturação de uma imagem urbana notável a integração harmônica entre os elementos naturais e construídos (antigos ou recentes) em um determinado meio.

Da mesma maneira que na instância anterior, a topografia, traçado, vegetação e edificações (monumentais e/ou em conjunto) foram as principais referências para a seleção das perspectivas, cenários e panoramas de maior interesse na cidade. Neste aspecto, podem existir casos como o de elementos naturais ou construídos que, pelo seu porte ou pelas suas condições de implantação, venham a constituir um referencial na paisagem, tornando-se elementos preponderantes em sua estruturação, capazes de conviver dignamente com a transformação de escala das demais construções do entorno. Da mesma forma, as edificações de menor porte agrupadas em conjunto também constituem um dado importante, como o caso de unidades seriadas em quantidade suficiente para estruturar uma paisagem urbana característica. Neste caso, o critério também procurou observar a capacidade destes elementos construídos harmonizarem-se com a diversidade de escalas e tipologias do entorno. Desta forma, a análise quanto à Instância Paisagística levou em consideração os seguintes valores:

- a) elemento referencial, quando a área em questão apresentar monumento natural ou construído estruturador da paisagem;
- b) conjunto estruturador, quando a área em questão apresentar conjunto de elementos construídos definidores de paisagem notável;
- c) cenário peculiar, quando a área em questão apresentar recinto urbano estruturado por elementos naturais e construídos conformadores de paisagem fechada;
- d) panorama peculiar, quando a área em questão possibilitar a visualização de paisagem aberta.

#### *3.2.4. Instância Funcional*

O critério funcional relaciona-se com o potencial de animação de uma determinada zona urbana, de maneira a justificar a manutenção desta como Área ou Lugar, uma vez que a dinâmica das atividades é um componente importante na caracterização da identidade local. Considerando o uso um fator de maior rotatividade em relação às transformações da forma arquitetônica e da estrutura urbana ao longo do tempo (ROSSI, 1977), o critério funcional permite avaliar a animação dos setores urbanos, seu potencial de reabilitação (no caso de um meio degradado) e a sua compatibilização com a estrutura urbana existente ou planejada. Neste ponto, o critério abrange também a questão futura ou prospectiva, ou seja, a capacidade de convivência da área com o entorno virtual, induzido pelo Plano Diretor.

No que tange à vocação de uso de uma determinada Área ou Lugar e sua relação com o funcionamento da cidade, cabe observar que a manutenção ou predomínio do uso original é sempre desejável. Não sendo isso possível, deve ser considerada a capacidade do meio de abrigar outras atividades sem perder as suas principais características. Assim sendo, os valores observados no âmbito da Instância Funcional foram os seguintes:

- a) compatibilidade, quando a manutenção das peculiaridades da área em questão não acarreta conflitos com a dinâmica do sistema urbano;
- b) potencial de reciclagem, quando a área em questão apresenta estrutura urbana passível de readequação funcional;
- c) uso tradicional, quando na área em questão ou em elementos nela inseridos houver permanência de usos consagrados;
- d) uso peculiar, quando a área em questão abrigar atividade ou equipamento urbano de caráter excepcional na cidade.

Fonte: Graeff et al. (2003, p. 4-7).

## ANEXO B – DIRETRIZES DO MASTERPLAN DO 4º DISTRITO

Quadro 17 – Diretrizes do *Masterplan* do 4º Distrito de Porto Alegre

Objetivos	
Urbanismo	Incentivo à mescla de usos.
	Criação de uma rua com conceito de <i>living lab</i> , paralela à Rua Voluntários da Pátria e à Avenida Farrapos.
	Incorporação de planos, ações e estudos setoriais existentes na Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
	Implantação de uma rede de espaços públicos.
	Incorporação da Vila Santa Terezinha.
	Incorporação de diagnósticos anteriores.
	Estímulo ao adensamento populacional por meio do reaproveitamento das edificações subutilizadas e dos espaços vazios e pela construção de novas edificações.
	Requalificação da Rua São Carlos entre a Rua Hoffmann e a Rua Gaspar Martins.
	Definição de um novo <i>skyline</i> para o 4º Distrito.
	Implantação de novos equipamentos: parque linear, terminal turístico rodoviário, biblioteca pública, centro administrativo municipal, centro de convenções e fábricas de criação.
	Incentivo às fachadas ativas em relação ao passeio público
	Estímulo às edificações sustentáveis
	Estímulo à integração das edificações e os espaços públicos.
Acessibilidade e mobilidade	Integração de modais no território.
	Reforço de conexões transversais entre a Avenida Farrapos e a Rua Voluntários da Pátria.
	Ligações do 4º Distrito com os bairros Moinhos de Vento e Centro.
	Incentivo à caminhabilidade no 4º Distrito.
	Incorporação dos estudos de implantação do metrô.
Resiliência e sustentabilidade	Incentivo às construções e às tecnologias sustentáveis.
	Investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos.
Projetos institucionais	Incorporação de projetos estaduais e municipais: <i>Parklets</i> , Zonas 30, Porto Alegre Resiliente, Plano Hidroviário Estadual, Projeto Cais Mauá, estudos de linhas do metrô, casa do empreendedor, outros.
Segurança	Desenvolvimento de política municipal de segurança para a região.
	Criação de um centro de referência em segurança.
	Implantação de novas soluções tecnológicas para a segurança pública.
Patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico	Definição do inventário dos bens arquitetônicos e urbanísticos existentes no território do 4º Distrito.
	Definição de incentivos urbanísticos e fiscais para os imóveis inventariados na região
	Incentivo à reutilização dos imóveis inventariados.

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2015b). Adaptado pela autora.